

Relatório de Gestão 2018



Tribunal Regional Eleitoral
da Bahia

RELATÓRIO DE GESTÃO 2018



Tribunal Regional Eleitoral
da Bahia



Apresentação

Relatório de Gestão do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia – Ano 2018

Este relatório apresenta à sociedade os resultados da gestão do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia no ano de 2018, tornando acessível aos órgãos de controle e ao público em geral sua Estrutura de Governança, os valores que norteiam sua atuação - Ética, Imparcialidade, Transparência, Respeito ao Ser Humano e Responsabilidade Socioambiental - e as ações implementadas visando à gestão regular, eficiente e transparente dos recursos recebidos, bem como a geração de valor para a sociedade.

O Relatório de Gestão apresenta a seguinte estrutura:

01

Visão Geral Organizacional

02

Planejamento Estratégico e Governança

03

Gestão de Riscos e Controles Internos

04

Resultados da Gestão

05

Alocação de Recursos e Áreas Especiais de Gestão

06

Demonstrações Contábeis

07

Outras Informações Relevantes

08

Anexos e Apêndices

Palavra do Presidente

Des. José Edivaldo Rocha Rotondano

2018 foi um ano profícuo para o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia. Um ano de superação de metas e de enfrentamento dos obstáculos com os quais os gestores públicos têm que conviver rotineiramente. Contingenciamento de gastos, vedação de nomeação de servidores, resistência a mudanças, entre outros fatores limitantes, não foram suficientes para impedir o crescimento deste Órgão do Poder Judiciário da União, referência na prestação de serviços públicos.

Buscar a excelência é um grande desafio, mas do servidor público não se deve esperar menos que isso. Imbuídos desse espírito e com foco na missão institucional do TRE-BA “Garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia”, magistrados, servidores e demais colaboradores da Justiça Eleitoral baiana empenharam-se arduamente para atingir os resultados que hoje são apresentados no presente documento.

Os bons resultados verificados em 2017 foram o ponto de partida para que fossem implementadas as ações necessárias a fim de que o TRE-BA pudesse avançar ainda mais. Assim, no início do exercício, foi aprovada pelo Pleno do Tribunal uma reestruturação administrativa, materializada na Resolução Administrativa TRE-BA nº 12/2018, de 30/04/2018, com foco na eficiência dos serviços, ajustando a força de trabalho disponível, de modo a gerar mais resultados para a sociedade.

O foco da gestão no exercício de referência voltou-se às diretrizes do Planejamento Estratégico Institucional, buscando tornar mais eficiente a prestação dos serviços. O Regional encontrava-se na metade do ciclo de Planejamento Estratégico, oportunidade para avaliar eventuais entraves ao alcance de cada um dos objetivos definidos, de modo a redirecionar o curso das ações, a fim de se atingir a melhor gestão dos recursos públicos, entregando serviços de qualidade ao cidadão.

Dentre os objetivos estratégicos do Tribunal, foram considerados prioritários no exercício, a consolidação da boa imagem do TRE-BA junto à sociedade; o aumento da celeridade e a produtividade da prestação jurisdicional; a prestação de atendimento de excelência ao público; o fortalecimento da segurança do processo eleitoral; o fomento das ações de Responsabilidade Social e Práticas Ambientais Sustentáveis; o propiciamento de um ambiente de trabalho saudável e



seguro; a promoção da melhoria da Gestão de Pessoas; a persecução de Boas Práticas de Gestão; o aperfeiçoamento da governança de TIC; e a promoção da melhoria dos serviços de TIC.

O desempenho dos objetivos estratégicos registrou um grau de alcance de 69%, refletidos especialmente na prestação jurisdicional, que se tornou mais célere e eficaz. Priorizando o objetivo estratégico "Aumentar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional", o TRE-BA alcançou neste ano de 2018 a menor taxa de congestionamento processual, desde que o índice começou a ser apurado. Iniciou o ano com taxa de 59,34% e, ao final, foi apurado índice de 4,03% de taxa de congestionamento no segundo grau de jurisdição, o melhor resultado histórico do Órgão. Do mesmo modo, de forma inédita, julgou todos os 1.196 processos de registro de candidatura dentro do prazo estabelecido no Calendário Eleitoral e analisou 100% das prestações de contas eleitorais do exercício 2018 e de exercícios anteriores ainda pendentes.

Os indicadores estratégicos demonstraram um desempenho histórico de 66,67% de alcance das metas estabelecidas, superando largamente o resultado dos dois últimos anos, que registraram 59,26% de cumprimento das metas.

A instituição do sistema de Governança e Gestão do TRE-BA, por meio da Resolução Administrativa nº 15/2018, de 13/06/2018, fortaleceu a gestão e proporcionou ampliar o cumprimento das diretrizes traçadas no PEI 2016-2021. Ademais, foram envidados esforços no sentido do atendimento às metas e normas estabelecidas por órgãos de controle, tais como Tribunal de Contas da União (TCU) e Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com foco na baixa das taxas de congestionamento relativo ao estoque processual do Tribunal e ressaltando-se a priorização da jurisdição de 1º grau, visando atingir o nível de excelência na prestação de seus serviços à sociedade, com o máximo de transparência.

De se ressaltar os grandes desafios impostos à gestão, dentre eles o cadastramento biométrico. Em 31 de janeiro de 2018, encerrou-se, com êxito, o Primeiro Ciclo do Projeto Estratégico Biometria na Bahia e, permanecendo o cadastramento biométrico como prioridade desta gestão, deu-se início ao Segundo Ciclo em 05 de novembro de 2018, findando o ano em referência com o total de quase sete milhões de eleitores biometrizados. Não foram medidos esforços pelos servidores do Órgão para que fossem atendidos todos os eleitores que compareceram à sede do TRE-BA em Salvador. Do mesmo modo, os servidores lotados no interior do Estado ampliaram seus horários de trabalho, atendendo a todos que procuraram a Justiça Eleitoral no prazo estabelecido.

A gestão voltou-se, ainda, à melhoria do desempenho desta Corte frente às exigências dos Órgãos de Controle, como o TCU e o CNJ, resultando em ações efetivas que geraram indiscutível evolução deste Órgão. No Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública do TCU – ciclo 2018, o TRE-BA atingiu 59% de atendimento, ultrapassando em muito o resultado obtido em 2017,

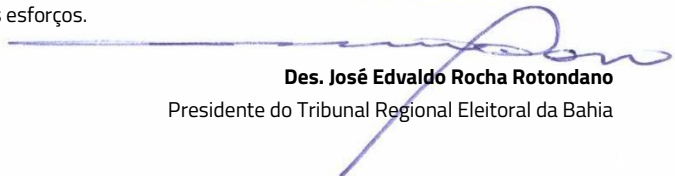
de 35%. Já no Questionário iGovTIC-JUD 2018, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, o TRE-BA obteve a pontuação de 0,76, atingindo o nível Aprimorado, tendo sido classificado em 1º lugar dentre os Tribunais Eleitorais de grande porte e em 3º lugar dentre todos os órgãos de grande porte do Judiciário nacional.

Coroando um ano de realizações, o TRE-BA foi agraciado, pelo segundo ano consecutivo, com o Selo Justiça em Números na Categoria Ouro, reconhecimento dado aos tribunais que investem na excelência da produção, gestão, organização e disseminação de suas informações administrativas e processuais. No mesmo sentido, priorizando o acesso à informação, a transparência e o relacionamento com a sociedade, o TRE-BA foi reconhecido pelo Conselho Nacional de Justiça como o 2º Tribunal mais transparente do país, dentre os 93 tribunais avaliados.

Outra prioridade da gestão nesse exercício foi a edição dos normativos referentes ao Sistema de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação, por meio da Resolução Administrativa nº 17/2018, e ao Sistema de Gestão de Riscos, instituído por meio da Resolução Administrativa nº 16/2018, conforme preconizado pelo Tribunal de Contas da União e pelo Conselho Nacional de Justiça. Ainda no referido ano, aprovaram-se cinco enunciados de súmula, à unanimidade e em sessão plenária desta Corte, como meio de dirimir controvérsias que acarretem insegurança jurídica, evitando a multiplicidade de julgamentos de processos com questões idênticas e norteando os aplicadores do direito na interpretação do caso concreto.

As ações de cidadania, encampadas pela Escola Judiciária Eleitoral da Bahia e pela Secretaria de Gestão de Pessoas, tiveram grande destaque, alcançando 7.523 pessoas beneficiadas pelas ações sociais e educativas. Além do sucesso do Projeto Eleitor do Futuro, em 2018, o Regional Baiano celebrou convênios com o Governo do Estado, a Prefeitura Municipal de Salvador, a Assembleia Legislativa da Bahia e a Câmara Municipal de Salvador com o intento de assegurar a implantação do Projeto Políticos do Futuro, cujo desígnio se materializou na promoção de ações, nas escolas da rede pública estadual e municipal de ensino, que despertassem o interesse de jovens pelo processo eleitoral e a conscientização da importância das eleições para o fortalecimento da democracia.

O Tribunal Regional Eleitoral da Bahia haverá de crescer ainda mais. Enfrentará o grande desafio de realizar cada vez mais entregas, administrando recursos limitados. Deverá agregar cada vez mais valor à sociedade, atuar de forma proativa, promover de forma permanente a celeridade da prestação jurisdicional, proporcionar ao cidadão mais facilidades de acesso aos serviços eleitorais, atuar na conscientização e no esclarecimento dos atuais e futuros eleitores. "Ser reconhecido como uma instituição pública independente e imparcial, referência na prestação de serviços e na conscientização para a cidadania". Essa é a visão de futuro estabelecida em seu planejamento estratégico e, visando alcançá-la, seus valorosos magistrados e servidores, certamente, empenharão seus inestimáveis esforços.


Des. José Edvaldo Rocha Rotondano
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

Sumário

Relatório de Gestão do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia – Ano 2018

01 Visão Geral Organizacional

- ❖ Prestação Jurisdicional e Gestão Administrativa 08
- ❖ Organograma 09
- ❖ O TRE-BA 10
- ❖ Detalhamento da Cadeia de Valor 12

02 Planejamento Estratégico e Governança

- ❖ Planejamento Estratégico e Governança do TRE-BA..... 14
- ❖ Estrutura do Sistema de Governança 15
- ❖ Destaques - Plano das Prioridades da Gestão 17
- ❖ Principais Canais de Comunicação com a Sociedade 19
- ❖ Cultura Organizacional, Ética e Relações com Partes Interessadas..... 22

03 Gestão de Riscos e Controles Internos

- ❖ Gestão de Riscos e Controles Internos..... 24
- ❖ Principais Riscos e sua vinculação com os objetivos estratégicos 26

04 Resultados da Gestão

- ❖ Alcance das Metas 29
- ❖ Painel de Indicadores 30
- ❖ Objetivos Estratégicos em Foco 31
- ❖ Resultados em Destaque:
 - Recadastramento Biométrico 45
 - Eleições 48
 - Ações Sociais e Cidadania 54
 - Prestação Jurisdicional no 2º Grau..... 57
 - Prestação Jurisdicional no 1º Grau..... 65
 - Análise de Prestação de Contas de Candidatos e Partidos Políticos..... 69

Sumário

Relatório de Gestão do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia – Ano 2018

05 Alocação de Recursos e Áreas Especiais de Gestão

- ❖ Declaração da Diretora-Geral 72
- ❖ Declaração da Coordenadora de Planejamento, Estratégia e Gestão 73
- ❖ Declaração da Secretária de Orçamento, Fin. e Contabilidade..... 74
- ❖ Declaração da Secretária de Gestão Administrativa..... 75
- ❖ Gestão Orçamentária e Financeira 76
- ❖ Gestão de Pessoas..... 87
- ❖ Gestão da Tecnologia da Informação 95
- ❖ Gestão de Licitações e Contratos 101
- ❖ Gestão Patrimonial e Infraestrutura 103
- ❖ Gestão de Custos 106
- ❖ Sustentabilidade Ambiental 110

06 Demonstrações Contábeis

- ❖ Declaração do Contador 114
- ❖ Demonstrações Contábeis 115
- ❖ Notas Explicativas 135

07 Outras Informações Relevantes

- ❖ Determinação da materialidade das informações 144
- ❖ Tratamento de determinações e recomendações do TCU 145

08 Anexos e Apêndices

- ❖ Declaração de Integridade do Relato Integrado pelos responsáveis pela Governança..... 151
- ❖ Desempenho dos Indicadores 2016 a 2018 152
- ❖ Justificativa dos Indicadores não mensurados em 2018 155
- ❖ Justificativa dos Indicadores que não alcançaram a meta estabelecida em 2018 156
- ❖ Parâmetros de medição dos Indicadores de Desempenho do TRE-BA - PEI 2016-2021 159
- ❖ Lista de Siglas e Abreviações..... 172
- ❖ Lista de Tabelas, Quadros, Gráficos e Figuras..... 175
- ❖ Lista de Anexos e Apêndices..... 179

01

Visão Geral Organizacional

Prestação Jurisdicional e Gestão Administrativa

1 Tribunal Pleno



**Juiz Freddy Carvalho
Pitta Lima**
Classe Juiz de Direito



**Juiz Rui Carlos
Barata Lima Filho**
Classe de Advogado



**Des. Edmilson Jatahy
Fonseca Júnior**
Vice-Presidente / Corregedor



**Des. José Edivaldo
Rocha Rotondano**
Presidente



**Juíza Patrícia Cerqueira
Kertzman Szporer**
Classe Juiz de Direito



**Juiz Diego Luiz
Lima de Castro**
Classe de Advogado



**Juiz Antônio
Oswaldo Scarpa**
Classe Juiz Federal



**Bel. Cláudio Alberto
Gusmão Cunha**
Procurador Regional Eleitoral

2 MPE

3 Secretaria



Carla Lustosa Pinto da Silva
Secretária de Orçamento,
Finanças e Contabilidade



Antônio Moisés Almeida Braga
Secretário de
Gestão de Serviços



Luciana Bichara Dantas
Secretária de
Gestão Administrativa



Catiúscia Dantas Abreu Oliveira
Secretária de
Auditoria Interna



**Fabíola Mazzei Pereira
Vitório da Silva**
Diretora-Geral



Ronaldo da Silva Moura
Secretário da Corregedoria
Regional Eleitoral



Marcelo Conte Bastos
Secretário de
Gestão de Pessoas

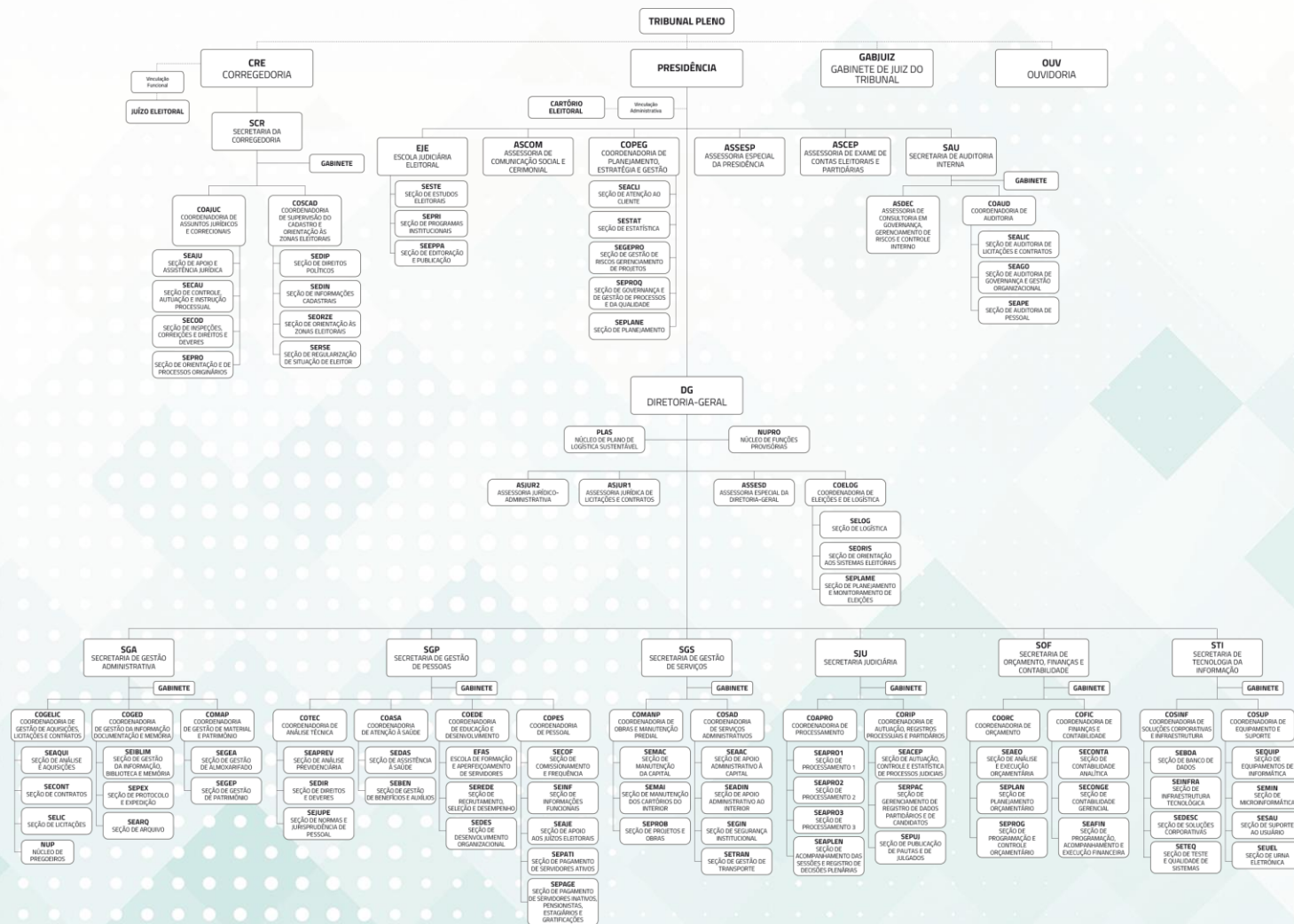


**Marta Maria Barreiros
Gavazza de Brandão Lima**
Secretária Judiciária



Antônio Marcos Ferreira Pina
Secretário de Tecnologia
da Informação

Organograma



O Tribunal Regional Eleitoral da Bahia exerce sua jurisdição mediante atuação de sua Secretaria e das 199 Zonas Eleitorais distribuídas por todo o território baiano.

As informações relativas à atuação e competências das unidades, bem como a organização dos serviços administrativos estão elencadas no Regulamento da Secretaria – Resolução Administrativa nº 12/2018, publicada em 30 de abril de 2018, onde estão dispostas, ainda, as atribuições dos titulares dos cargos em comissão e das funções comissionadas.

A estrutura orgânica contempla o desenvolvimento do corpo funcional, privilegiando a observância da missão, dos valores e da visão de futuro do Tribunal e das técnicas organizacionais, em consonância com os critérios de hierarquização das unidades em linha de, no máximo, três níveis – Secretaria, Coordenadoria e Seção – com vistas a aproximar os âmbitos decisório e operacional e agilizar a tomada de decisão. As unidades de assessoria, por suas próprias características, não têm desdobramento em subunidades.

O TRE-BA



O Tribunal Regional Eleitoral da Bahia é um órgão do Poder Judiciário Federal, cuja finalidade é assegurar a organização e o exercício de direitos políticos, essencialmente os de votar e ser votado, contemplando, assim, o planejamento, a organização e a execução das eleições, plebiscitos e referendos. Na Justiça Eleitoral baiana, a prestação jurisdicional caracteriza-se pelo julgamento dos feitos pertinentes à matéria eleitoral, enquanto que as ações de cunho social promovem o desenvolvimento da consciência política dos eleitores.

A missão reflete o que o órgão se propõe a entregar à sociedade. Assim, o TRE-BA, atento às suas competências constitucionalmente estabelecidas, definiu como missão: “Garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia.”

Imbuído dessa missão, o TRE-BA definiu como visão de futuro “Ser reconhecido como uma Instituição Pública independente e imparcial, referência na prestação de serviços e na conscientização para a cidadania.” A visão de futuro definida é a síntese das aspirações da organização e orienta os esforços de todos os integrantes do órgão, alinhando ações e projetos e orientando a alocação dos recursos disponíveis, atendendo à sua missão institucional. Nesse sentido, a estratégia do Tribunal volta-se ao aperfeiçoamento de seus processos de trabalho e ao desenvolvimento de projetos que possam inovar e intensificar a eficiência na gestão. Trata-se de um órgão que busca o aprimoramento constante e a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

A atuação da Justiça Eleitoral baiana é norteadada pelos valores organizacionais: “Ética, Imparcialidade, Transparência, Respeito ao Ser Humano e Responsabilidade Socioambiental.” Os valores são pilares fundamentais em torno dos quais se constrói a organização. Representam as convicções e as crenças dos seus integrantes, indicando sua atuação cotidiana, enquanto busca realizar sua visão de futuro.

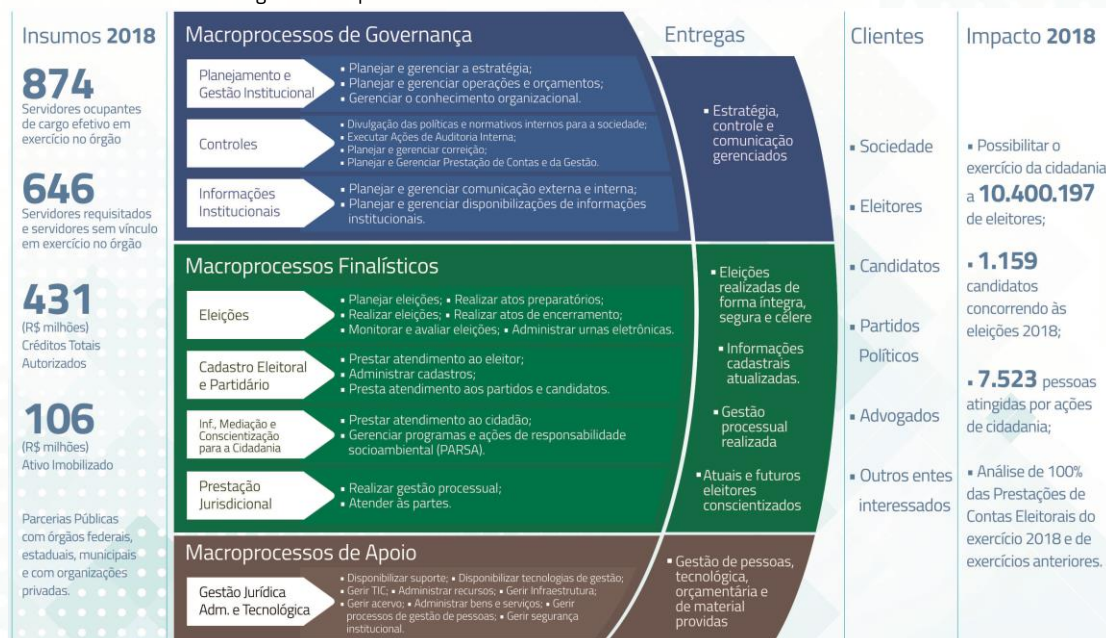
O ciclo de Planejamento Estratégico Institucional (PEI) do TRE-BA compreende o período de 2016-2021, tendo sido instituído pela Resolução Administrativa nº 14, de 14/12/2015 (<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ba-resolucao-administrativa-no-14-2015-pe-2016-2021>), e sua elaboração contou com a participação de magistrados, do 1º e 2º grau de jurisdição, e de servidores de diversos níveis da organização.

A elaboração do PEI partiu da definição da Cadeia de Valor do TRE-BA, representando seus processos de trabalho mais relevantes e a interrelação entre eles, permitindo visualizar de que forma o Órgão agrega valor à sociedade. O primeiro nível da Cadeia de Valor do TRE-BA foi concluído, assim, com o levantamento de oito macroprocessos, distribuídos nas categorias Governança (Planejamento e Gestão Institucional; Controles; e Informações Institucionais); Finalístico (Eleições; Cadastro Eleitoral e Partidário; Prestação Jurisdicional; e Informação, Mediação e conscientização para a Cidadania); e Apoio (Gestão Jurídica, Administrativa e Tecnológica).

O 2º nível da Cadeia de Valor do TRE-BA foi concluído com o desdobramento dos macroprocessos, dando origem a 31 processos. O TRE-BA tem identificados, assim, em sua Cadeia de Valor, seus processos de negócio, suas relações, suas entregas e sua contribuição para o atendimento de seus objetivos estratégicos. O foco na agregação de valor apresenta ao Órgão uma visão integrada das atividades desenvolvidas, valorizado seus principais clientes: Eleitor, Sociedade, Candidatos, Partidos Políticos, Instituições Parceiras e outras pessoas físicas e jurídicas que demandam em seus serviços.

A arquitetura da Cadeia de Valor do TRE-BA permitiu a visualização, de maneira mais sistêmica e integrada, do funcionamento do conjunto de processos existentes, contribuindo na identificação de valor e benefícios agregados nos processos, e dos resultados e impactos gerados, conforme figura a seguir:

Figura 1 - Arquitetura da Cadeia de Valor do TRE-BA



Para elaboração e revisão da Cadeia de Valor do TRE-BA, foram consideradas, ainda, as variáveis do ambiente externo (oportunidades e ameaças) e do ambiente interno (pontos fortes e fracos), cuja Matriz *SwoT* pode ser consultada na página 6 do relatório do Planejamento Estratégico do TRE-BA 2016-2021, por meio do [link](http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ba-relatorio-do-planejamento-estrategico-ciclo-2016-2021): <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ba-relatorio-do-planejamento-estrategico-ciclo-2016-2021>

O PEI vislumbrou, assim, como alavancar as oportunidades e se proteger ou trabalhar com as ameaças levantadas. Foi priorizada a superação dos pontos fracos, desenvolvendo-se, nos gestores, competências gerenciais, aprimorando a gestão e institucionalizando as políticas de Governança, de Gestão de Pessoas e de TIC. As oportunidades levantadas resultaram efetivamente em

aperfeiçoamento dos serviços, já que, com base nas exigências da sociedade por maior transparência e qualidade dos serviços, o Tribunal priorizou e ampliou seus canais de comunicação com a sociedade. Buscou, ainda, atender às exigências dos Órgãos de Controle, obtendo, inclusive, melhores classificações nos *rankings* de desempenho do TCU e do CNJ.

Uma grande oportunidade, recentemente surgida, foi o DNI - Documento Nacional de Identidade digital, lançado pelo Governo Federal, e que dispensa apresentação de outros documentos como CPF, certidão de nascimento e casamento ou título de eleitor. A emissão do documento ficará a cargo da Justiça Eleitoral, constituindo-se, em breve, uma nova entrega da Justiça Eleitoral para a sociedade brasileira. A emissão do documento constituirá uma oportunidade de negócio para o órgão, visto que o documento será utilizado por toda a população, ampliando-se, assim, o público alvo dos Tribunais Regionais Eleitorais. No cenário internacional, destacou-se a realização do 8º Fórum Mundial da Água, evento, que aconteceu pela primeira vez em um país do Hemisfério Sul, na cidade de Brasília, entre os dias 18 a 23/03/2018, e do qual participaram servidores deste Tribunal. As discussões do fórum favoreceram o intercâmbio de boas práticas, como também serviram de base para a Administração, no direcionamento dos rumos do Tribunal relativamente às ações sustentáveis.

Ainda no ambiente externo, as ameaças levantadas por ocasião da elaboração do PEI se fazem presentes até os dias atuais, como é o caso da desvalorização da carreira do servidor do Judiciário, o enfraquecimento das instituições públicas, a credibilidade quanto à segurança da urna eletrônica, a qual foi alvo, no ano de 2018, das chamadas *fake news* (notícias falsas), que abalaram a imagem da Justiça Eleitoral.

Do mesmo modo, o cenário de restrição orçamentária, agravado pela promulgação da Emenda Constitucional nº 95/2016, impôs diversos ajustes relativos às iniciativas estratégicas que demandavam um aporte maior de recursos. Outro reflexo foi a restrição de nomeação de novos servidores, imposta pela Portaria TSE nº 671/2017, de modo que o TRE-BA deixou de prover 20 cargos efetivos no ano de 2018.

Diante disso, os fatores do ambiente externo vêm causando grande impacto nos rumos a serem seguidos pelo Tribunal, ante as ameaças que trazem ao Planejamento Estratégico Institucional e aos anseios de evolução da Organização.

DETALHAMENTO DA CADEIA DE VALOR

Figura 2 – Detalhamento da Cadeia de Valor do TRE-BA



Os processos de governança estão relacionados aos mecanismos de Liderança, Estratégia e Controle com o intuito de direcionar, monitorar e avaliar a atuação da gestão, visando à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

Os processos finalísticos são essenciais à existência da organização, recebem apoio de processos internos e estão diretamente relacionados ao objetivo maior do órgão, gerando um produto ou serviço para o cliente externo.

Os processos de apoio são o esteio para a gestão efetiva da organização, viabilizando o funcionamento coordenado e integrado dos vários subsistemas. São os processos responsáveis por assegurar a infraestrutura necessária para realização das atividades do órgão.

02

Planejamento Estratégico e Governança

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA DO TRE-BA

O ciclo de Planejamento Estratégico 2016-2021 compreende 15 objetivos estratégicos, que direcionam a atuação do Órgão no período, conforme Mapa Estratégico a seguir:

Figura 3 - Mapa Estratégico 2016-2021



controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. A boa governança pública pressupõe, assim, a existência de uma liderança forte, ética e comprometida com os resultados, bem como de uma estratégia clara, integrada, eficiente e alinhada aos interesses sociais e estruturas de controles que possibilitem o acompanhamento das ações, o monitoramento dos resultados e a tempestiva correção de rumos, quando necessário.

O cenário de restrição orçamentária vivenciado nos últimos anos tem exigido dos órgãos públicos uma atuação cada vez mais vigorosa no que tange à racionalização de recursos, ao tempo em que cobra um número de entregas cada vez maior. Esse contexto propiciou a discussão e implantação da governança no TRE-BA, trazendo em seu bojo a proposta de adoção de um conjunto de boas práticas capazes de viabilizar o significativo incremento do desempenho organizacional, com vistas a um melhor atendimento à sociedade.

Na sua formulação, foram contemplados os conteúdos temáticos referentes aos sete macrodesafios do Poder Judiciário Nacional (Resolução do CNJ nº 198/2014), considerados obrigatórios para toda a Justiça Eleitoral. Além disso, foram acrescentados outros objetivos específicos, relacionados às particularidades deste Regional.

À fixação de Metas, escalonadas até o final do Ciclo de Planejamento (2021), somou-se a criação de Indicadores de Desempenho que balizam o monitoramento da estratégia do TRE-BA, os quais, no exercício de 2018, totalizaram 40 índices ou taxas, acompanhados trimestralmente e avaliados nas Reuniões de Análise Estratégica.

O exercício de 2018 representa a metade do Ciclo de Planejamento Estratégico do TRE-BA. O ano anterior foi marcado por grandes avanços no Tribunal, tendo sido alavancada a revisão biométrica do eleitorado, além da priorização do atendimento às demandas dos Órgãos de Controle, especialmente o TCU e o CNJ. O planejamento da gestão para o exercício de 2018, a partir da análise das entregas do Órgão e de seus desafios no porvir, revelou a necessidade de impulsionar ainda mais o amadurecimento da gestão, ante à sua missão e ao propósito da organização de focar nos resultados para os cidadãos e usuários dos seus serviços.

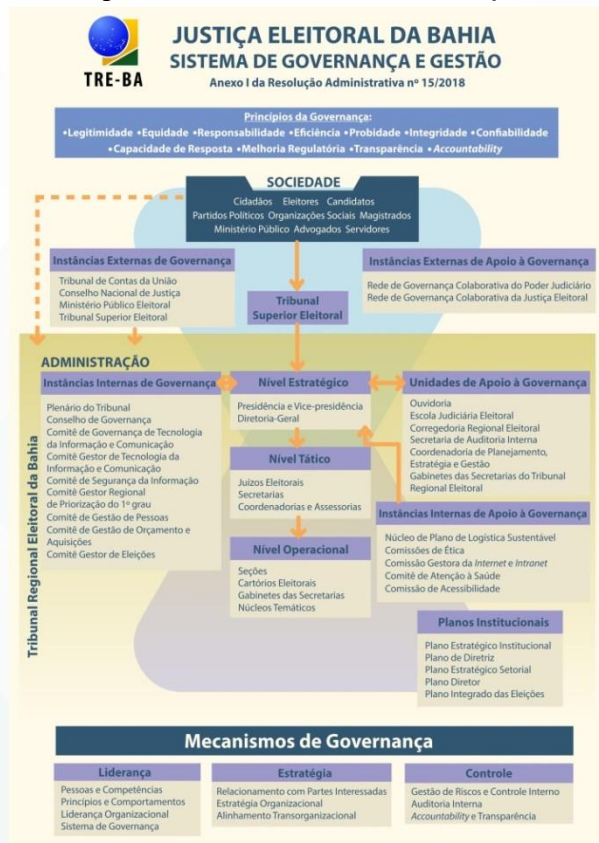
Nesse sentido, foi instituído o Sistema de Governança e Gestão do TRE-BA, por meio da Resolução Administrativa n. 15/2018, de 13/06/2018, que em seu artigo 12 estabelece, em linhas gerais, as diretrizes a serem seguidas para o atingimento dos objetivos e metas estratégicas do órgão (<http://www.tre-ba.jus.br/transparencia/governanca-e-gestao/sistema-de-governanca-e-gestao/>).

Governança no setor público é um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e

ESTRUTURA DO SISTEMA DE GOVERNANÇA

A estrutura do Sistema de Governança e Gestão está representada conforme figura abaixo:

Figura 4 – Estrutura do Sistema de Governança e Gestão



Ficou a cargo do Conselho de Governança do TRE-BA, que se assenhoreou das atribuições antes exercidas pelo então Comitê Gestor do Planejamento Estratégico, o direcionamento das prioridades da gestão. Por meio das Reuniões de Análise Estratégica (RAEs), realizadas, no mínimo, em

periodicidade quadrimestral, com pauta apresentada pelos seus membros, o Conselho avalia a evolução de todos os objetivos estratégicos e acompanha os resultados dos indicadores de desempenho, oportunidade em que promove ajustes e outras medidas eventualmente necessárias. Assim, atua diretamente nas decisões afetas à estrutura interna de Governança do órgão, sendo responsável por assegurar o alinhamento das ações, programas e projetos do Tribunal com o PEI. As deliberações do Conselho são tomadas por maioria relativa, com voto de qualidade do Presidente, em caso de empate. O Conselho de Governança, em 31/12/2018, contava com a seguinte composição:

Quadro 1 – Composição do Conselho de Governança

CARGO	TITULAR
Presidente do Tribunal	Des. José Edivaldo Rocha Rotondano
Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral	Des. Edmilson Jatahy Fonseca Júnior
Juiz Ouvidor Regional Eleitoral	Bel. Rui Carlos Barata Lima Filho
Juiz Diretor da Escola Judiciária Eleitoral	Bel ^a . Patrícia Cerqueira Kertzman Szporer
Juiz Eleitoral da Zona responsável pela administração dos serviços de protocolo centralizados de 1º grau	Bel. Wolney de Azevedo Perrucho Júnior
Juiz Eleitoral da Zona responsável pela administração dos postos de atendimento da Justiça Eleitoral instalados nos serviços de atendimento ao cidadão	Bel ^a . Lizianni de Cerqueira Monteiro
Juiz Eleitoral da Zona responsável pela administração das instalações prediais do Fórum Eleitoral	Bel ^a . Andréa Tourinho Cerqueira de Araújo
Titular da Diretoria-Geral	Fabiola Mazzei Pereira Vítório da Silva
Titular da Assessoria Especial da Presidência	Mirella Sophia Peregrino Ferraz Cunha
Titular da Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral	Ronaldo da Silva Moura
Titular da Secretaria Judiciária	Marta M ^a Barreiros Gavazza de Brandão Lima
Titular da Secretaria de Tecnologia da Informação	Antônio Marcos Ferreira Pina
Titular da Secretaria de Gestão de Pessoas	Marcelo Conte Bastos
Titular da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade	Carla Lustosa Pinto da Silva
Titular da Secretaria de Gestão de Serviços	Antônio Moisés Almeida Braga
Titular da Secretaria de Gestão Administrativa	Luciana Bichara Dantas
Titular da Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Gestão	Robelza Oliveira Santos Rocha
Presidente da Comissão Especial de Servidores do Interior do Estado	Juliana Gomes Cunha Bender
Presidente da Comissão de Chefes de Cartório da Capital	Lise Cunha Magalhães

Compõem, ainda, as Instâncias Internas de Governança do TRE-BA o Plenário do Tribunal, os seguintes Comitês, que são responsáveis por desdobrar as diretrizes definidas pelo Conselho de

Governança: Comitê Gestor do Planejamento Estratégico, de Pessoas, Comitê Gestor de Riscos, Comitê Gestor de Eleições, Comitê Gestor Regional de Priorização do 1º Grau, o Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e o Comitê de Apoio à Gestão Orçamentária e de Aquisições.

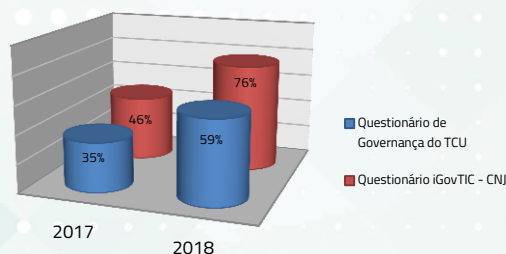
Dentre os objetivos estratégicos do Tribunal, foram considerados prioritários no exercício, a consolidação da boa imagem do TRE-BA junto à sociedade; o aumento da celeridade e a produtividade da prestação jurisdicional; a prestação de atendimento de excelência ao público; o fortalecimento da segurança do processo eleitoral; o fomento das ações de Responsabilidade Social e Práticas Ambientais Sustentáveis; propiciamento de um ambiente de trabalho saudável e seguro; promoção da melhoria da Gestão de Pessoas; persecução de Boas Práticas de Gestão; aperfeiçoamento da governança de TIC; e, promoção da melhoria dos serviços de TIC.

A estratégia estabelecida para alcançar melhor performance nos objetivos acima referidos foi a priorização orçamentária e de pessoal, nos processos de trabalho, bem como nas ações e projetos vinculados. O Tribunal possui um Portfólio com 18 projetos estratégicos no exercício em referência, cuja execução se dá de forma escalonada, seguindo um cronograma de priorização, tema que será melhor detalhado no Capítulo 4 - Resultados da Gestão. Outra medida foi a designação de Comissões e Grupos de Trabalho, com foco nas principais entregas relacionadas aos objetivos.

Atendendo aos objetivos estratégicos “Assegurar a adoção de boas práticas de gestão”, “Aperfeiçoar a governança de TIC” e “Promover a melhoria dos serviços de TIC”, e com base nos bons resultados alcançados no Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública do TCU – ciclo 2018 e no Questionário iGovTIC-JUD do CNJ 2018, cujos resultados podem ser visualizados no gráfico abaixo, o TRE-BA elaborou dois planos de ação para o aperfeiçoamento, disseminação e aprimoramento da governança no Tribunal Regional Eleitoral da Bahia: Plano de Ação de Governança e Gestão e Plano de Ação de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC.

De se ressaltar que, no Questionário iGovTIC-JUD 2018, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, cuja pontuação obtida foi de 0,76 (classificação - Aprimorado (0,70 a 0,89), o TRE-BA

Gráfico 1
Desempenho do TRE-BA nos Questionários de Governança do TCU e do CNJ



ficou em 1º lugar dentre os Tribunais Eleitorais classificados de grande porte e em 3º lugar dentre todos os órgãos de grande porte do Judiciário nacional. A busca pelo aperfeiçoamento é constante, razão pela qual foram implementados os planos de ação para o exercício de 2019, os quais servirão de instrumento de governança, direcionando os gestores na implantação das ações necessárias ao alcance dos objetivos estratégicos a curto, médio e longo prazo, de modo a levar o TRE-BA à vanguarda da prestação de serviços, à superação de suas metas estratégicas e à adoção de um modelo de gestão com foco na transparência e na eficiência.

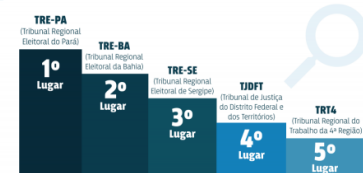
As instâncias internas de Governança também são responsáveis pelo controle, para além da aplicação isolada do critério da legalidade, no intuito de verificar não apenas se a lei foi cumprida, mas se o interesse público, o bem comum, foi alcançado. As competências para as atividades de correição e de apuração de ilícitos administrativos estão dispostas no Regimento Interno do TRE-BA (<http://www.tre-ba.jus.br/legislacao/regimento-interno/regimento-interno>). Dentre os membros do Conselho, destacam-se, nas atividades de correição e de apuração de ilícitos administrativos, as competências do Presidente do Tribunal, para aplicação de penas disciplinares aos servidores, promover a apuração imediata dos fatos de que tiver ciência sobre irregularidade atribuída a juiz do Tribunal, bem como instaurar e processar sindicância, relatar proposta de abertura de processo administrativo disciplinar contra aquela autoridade e, ainda, votar na instauração e no julgamento de processo administrativo disciplinar contra juiz do Tribunal e juiz eleitoral. Ao Corregedor Regional Eleitoral, por seu turno, incumbem a inspeção e a correição dos serviços eleitorais do Estado, especialmente, verificar se os juízes eleitorais, membros de juntas eleitorais e servidores das zonas eleitorais mantêm exatidão no cumprimento de seus deveres, além de promover a apuração imediata dos fatos de que tiver ciência sobre irregularidade atribuída a juiz eleitoral. As restituições ao erário são processadas internamente por meio da Secretaria de Gestão de Pessoas, seguindo o trâmite previsto na Portaria da Presidência nº 558/2011.

Foram instaurados, no ano de 2018, um total de nove sindicâncias com a finalidade de apurar notícia de supostas irregularidades no serviço público. Não foi instaurado nenhum processo administrativo disciplinar. Uma sindicância e quatro processos administrativos tiveram como objetivo apurar dano ao Erário. Saliente-se que, neste mesmo exercício, não houve abertura de tomadas de contas especiais para apuração de dano ao erário.

DESTAQUES – PLANO DAS PRIORIDADES DA GESTÃO

Dentre 93 tribunais jurisdicionais avaliados pelo Conselho Nacional de Justiça, o TRE-BA alcançou a 2ª posição no *Ranking* da Transparência, lãurea que reflete a atuação da gestão na priorização do acesso à informação e dos canais de comunicação com a sociedade. Com a edição da Resolução Administrativa nº 36, de 13/12/2018, o TRE-BA foi, ainda, pioneiro na regulamentação do Código do Usuário do Serviço Público (Lei 13460/2017).

Premiados no Ranking da Transparência



Fonte: Conselho Nacional de Justiça

Pelo segundo ano consecutivo, o Tribunal foi agraciado, pelo Conselho Nacional de Justiça, com o Selo Justiça em Números, na Categoria Ouro. O reconhecimento é dado aos tribunais que investem na excelência da produção, gestão, organização e disseminação de suas informações administrativas e processuais, reflexo do trabalho desenvolvido por magistrados, servidores e colaboradores da Justiça Eleitoral baiana. Serão apresentados a seguir, as ações e projetos elencados como prioridades da gestão para o exercício 2018, as quais, pelos resultados obtidos, destacaram-se dentre as entregas do Órgão nesse exercício.



Destaque: Transparência e Relacionamento com a Sociedade

Objetivos Estratégicos relacionados ao Destaque:

- Assegurar a garantia dos direitos de cidadania
- Assegurar a adoção de boas práticas de gestão
- Prestar atendimento de excelência ao público
- Consolidar a boa imagem do TRE-BA junto à sociedade

No exercício de 2018, o TRE-BA priorizou o relacionamento com a sociedade, ampliando seus canais de comunicação e, especialmente, atuando de forma ativa no processo de levar informação ao cidadão.

A Transparência foi destaque no Órgão, como afirmado acima, sendo reconhecido pelo CNJ como o 2º Tribunal mais Transparente, dentre

93 Tribunais do Poder Judiciário do país. Igualmente, no *ranking* criado pelo Tribunal de Contas da União, esta Corte obteve a 12ª colocação, dentre as 135 organizações fiscalizadas, atingindo a nota 0,85, considerando que a nota mínima foi 0,14, enquanto a nota máxima alcançada foi 0,89.



Destaque: Biometria

Objetivos Estratégicos relacionados ao Destaque:

- Fortalecer a Segurança do Processo Eleitoral
- Contribuir para o combate à corrupção e à improbidade administrativa

Foi concluída, em 31/01/2018, a revisão biométrica extraordinária na Capital do Estado e em mais 54 municípios baianos. Em 5 de novembro,

iniciou-se o 2º Ciclo do Projeto Estratégico Biometria na Bahia, que envolveu 38 municípios baianos, distribuídos em 20 Zonas Eleitorais. Ao final do exercício, foram cadastrados biometricamente 6.920.775 eleitores, o que representa 66,54% do seu eleitorado, que é de 10.400.197. O tema será melhor detalhado no Capítulo 4. Resultados da Gestão.



Destaque: Eleições

Objetivos Estratégicos relacionados ao Destaque:

- Assegurar a garantia dos direitos de cidadania
- Fortalecer a segurança do processo eleitoral
- Prestar atendimento de excelência ao público

As eleições são o maior processo de trabalho da Justiça Eleitoral, sendo elencado como Macroprocesso Finalístico na Cadeia de Valor do TRE-BA. A realização das Eleições 2018

demandou enorme esforço do órgão para sua consecução. Além dos servidores com vínculo efetivo com o TRE-BA, as atividades do período eleitoral exigiram a convocação de 156.935 colaboradores. O tema Eleições será melhor detalhado no Capítulo 4. Resultados da Gestão.



Destaque: Sistemas de Governança

Objetivos Estratégicos relacionados ao Destaque:

Assegurar a adoção de boas práticas de gestão

Promover a melhoria da governança em gestão de pessoas

Aperfeiçoar a governança de TIC

Promover a melhoria dos serviços de TIC

O ano de 2018 foi marcado pelo aprimoramento da gestão, especialmente a partir da edição dos normativos referentes aos Sistemas de Governança, Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação, Governança de Gestão

de Pessoas e Política de Segurança da Informação, além da renovação do parque computacional das unidades do órgão, bem como pela implantação do Projeto de Gestão de TIC.



Destaque: Gestão de Riscos

Objetivos Estratégicos relacionados ao Destaque:

Assegurar a Adoção de Boas Práticas de Gestão

Melhorar o desempenho dos processos organizacionais

O Sistema de Gestão de Riscos do TRE-BA foi instituído por meio da Resolução Administrativa. n.º 16/2018, lastreando-se em práticas do Referencial de Governança

do Tribunal de Contas da União (TCU), da Norma ABNT NBR ISO 31000:2009, do COSO e do Referencial Básico de Gestão de Riscos do TCU. A elaboração dos Planos de Tratamento de Riscos foi iniciada também no exercício de 2018, envolvendo todas as unidades do Tribunal. O tema será melhor detalhado no Capítulo 3. Gestão de Riscos e Controles Internos.



Destaque: Sustentabilidade

Objetivos Estratégicos relacionados ao Destaque:

Assegurar a garantia dos direitos de cidadania

Fomentar ações de responsabilidade social e práticas ambientais sustentáveis

No exercício de 2018 foi aprovado o Plano de Logística Sustentável-PLS, por meio da Portaria n.º 35, de 1º de fevereiro de 2018. Destacam-se,

também em 2018, a criação do Núcleo de Plano de Logística Sustentável-PLAS, a instituição da Política de Sustentabilidade, do Comitê Gestor do PLS e dos Grupos Executivos, mediante Resolução Administrativa n.º 27, de 21/08/2018. O tema será melhor detalhado no Capítulo 5. Alocação de Recursos e Áreas Especiais da Gestão.



Destaque: Ações Sociais e Cidadania

Objetivos Estratégicos relacionados ao Destaque:

Assegurar a garantia dos direitos de cidadania

Fomentar ações de responsabilidade social e práticas ambientais sustentáveis

Prestar atendimento de excelência ao público

No exercício de 2018, foram priorizadas as ações sociais e de promoção da cidadania, capitaneadas pela Escola Judiciária Eleitoral, com a contribuição da Secretaria de Gestão de Pessoas, alcançando o

maior impacto social e de cidadania já registrado no Órgão, beneficiando 7.523 pessoas nas 119 ações realizadas ao longo do ano. O tema será melhor detalhado no Capítulo 4. Resultados da Gestão.



Destaque: Prestação Jurisdicional

Objetivos Estratégicos relacionados ao Destaque:

Assegurar a garantia dos direitos de cidadania

Aumentar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional

Contribuir para o combate à corrupção e à improbidade administrativa

Prestar atendimento de excelência ao público

Consolidar a boa imagem do TRE-BA junto à sociedade

O exercício de 2018 foi também marcado por uma forte atuação do Tribunal frente aos processos judiciais. Na primeira instância, destacou-se a atuação da Corregedoria Regional Eleitoral, que realizou correições em 154 Zonas Eleitorais e promoveu a movimentação de 9.879 processos. No segundo grau de jurisdição, foi priorizado o cumprimento das metas anualmente estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça. O tema será melhor detalhado no Capítulo 4. Resultados da Gestão.



PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

CANAIS DE ATENDIMENTO DA OUVIDORIA - A Ouvidoria presta atendimento presencial, por e-mail (ouv@tre-ba.jus.br; ouvidoria@tre-ba.jus.br), Formulário web: <http://www.tre-ba.jus.br/ouvidoria/formulario-ouvidoria>), por carta e também por telefone, por meio dos números (71) 3373-7374/7367.

REDES SOCIAIS - O Tribunal atua em diversos veículos de comunicação, a fim de fazer chegar à sociedade as informações essenciais ao desempenho de suas atribuições constitucionais. Nesse sentido, disponibiliza conteúdo, especialmente, em seu sítio eletrônico (www.tre-ba.jus.br) e em suas páginas nas redes sociais *Facebook*, *Instagram*, *YouTube* e *Twitter*.

WHATS APP - No exercício de 2018, a fim de agilizar a comunicação entre o público externo e o TRE-BA, foi implementado o atendimento pelo *WhatsApp*.

HOTSITE DA OUVIDORIA - encontra-se customizado para acesso tanto em *desktops* quanto em *smartphones*: <http://apps.tre-ba.jus.br/ouvidoria/>

APLICATIVO PARDAL - O Pardal é um sistema que possibilita ao cidadão informar à Justiça Eleitoral e ao Ministério Público as denúncias de infrações eleitorais e irregularidades

verificadas nas campanhas eleitorais, fortalecendo os princípios da participação popular, transparência e lisura do pleito. (<https://pardal.tse.jus.br/pardal-web/>). Até o dia 4 de outubro de 2018, foram 2.648 denúncias recebidas pelo aplicativo, no Estado da Bahia.

Figura 5 – Análise de Resultado das Redes Sociais



ACESSIBILIDADE - Pensando em garantir tratamento adequado para os eleitores com deficiência, a Ouvidoria lançou o primeiro "Guia Prático: Acessibilidade, Posturas Éticas e Cidadania", voltado para os mesários que atuaram nas Eleições 2018, disponível na página da Ouvidoria: <http://www.tre-ba.jus.br/ouvidoria/ouvidoria>.

DIGA AÍ, MEU REI? - Com o objetivo de esclarecer os cidadãos sobre as questões ligadas à Justiça Eleitoral, a Ouvidoria do TRE-BA lançou, nas redes sociais, o programa "Diga Aí, Meu Rei!", o qual, com linguagem acessível, responde às dúvidas sobre os principais temas ligados aos direitos do eleitor, antecipando-se às polêmicas, sobretudo em um ano eleitoral, no qual temas

como *fake news* e propaganda irregular foram destaques nos noticiários. Os vídeos estão disponíveis no canal do TRE-BA no You Tube, podendo ser acessado pelo link: <https://www.youtube.com/user/tvtreba>.

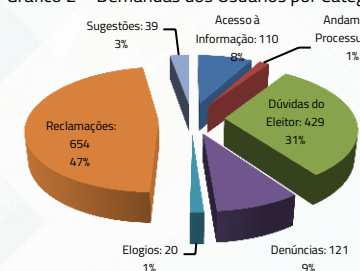
OUVIDORIA VIVA - programa que tem como principal característica a atuação proativa da Ouvidoria do TRE-BA, operacionalizada com a realização de uma série de debates sobre *fake news*, realizados nas instituições de ensino superior da capital UNIME, Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC), e na Faculdade Social da Bahia (FSBA).

ELEIÇÕES LIMPAS PASSAM PELAS NOSSAS MÃOS - O projeto teve início no dia 14 de maio, com o lançamento da campanha nas redes sociais do TRE-BA, por meio de postagens educativas, produzidas com o intuito de conscientizar o cidadão a não produzir nem repassar notícias falsas.

CARTA DE SERVIÇOS - As Cartas de Serviços de 1º e de 2º graus estão disponíveis na internet por meio dos links <http://www.tre-ba.jus.br/eleitor/carta-de-servicos/carta-de-servicos>, e <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ba-carta-de-servicos-de-2o-grau>.

RESULTADOS DOS SERVIÇOS DE OUVIDORIA - Foram recebidas 1.394 demandas dos usuários na Ouvidoria Regional Eleitoral da Bahia, nas categorias abaixo:

Gráfico 2 – Demandas dos Usuários por Categoria



O tempo médio de resposta das demandas foi de 3,56 dias úteis, conforme dados extraídos do Sistema da Ouvidoria, considerando-se atendido o prazo de resposta de 3 dias úteis, prorrogáveis por mais 3, previsto na Resolução Administrativa do TRE-BA nº 21/2016.

Todas as demandas recebidas pela Ouvidoria foram, efetivamente, respondidas.

Após o atendimento da demanda é encaminhado ao usuário um formulário de pesquisa quanto à satisfação com o serviço prestado pela Ouvidoria. Em 2018, foram respondidos 279 formulários que avaliam os quesitos: Clareza, Qualidade e Tempo para envio da resposta, obtendo-se, respectivamente, os percentuais de satisfação de 80%, 78% e 87%, superando-se, assim, a meta estabelecida em 75%.

Algumas sugestões/reclamações apresentadas à Ouvidoria resultaram em melhorias para o órgão ou adoção de providências, a exemplo de:

Demanda: Conversão do Pagamento do Benefício Alimentação Mesário para Ressarcimento em Dinheiro. **Descrição:** Foram recebidas diversas reclamações de mesários quanto ao uso do cartão benefício alimentação, alegando desconhecimento acerca do prazo de validade dos créditos. **Providência Adotada:** Com o esforço das unidades envolvidas no processo, conseguiu-se disponibilizar o crédito remanescente do cartão do 1º turno de quem não utilizou por meio de saque nas agências do Banco do Brasil.

Demanda: Sugestão de Disponibilização de Mais Recipientes de Coleta de Lixo Reciclável. **Descrição:** Solicitação de ampliação da quantidade de lixeiras destinadas a material reciclável. **Providência Adotada:** O Núcleo do Plano de Logística Sustentável foi cientificado e está analisando a possibilidade de aquisição de novas lixeiras.

Demanda: Alteração de Local de Votação, para o 2º turno, de Eleitor com Deficiência cuja Seção Eleitoral ficou no 2º Andar.

Descrição: Solicitação de providências para assegurar a acessibilidade de eleitor com deficiência. **Providência Adotada:** Remanejamento de seção para o térreo. A Presidência expediu Ofício Circular 160/2018, solicitando a realização de novas vistorias nos locais de votação tendo em vista os fatos noticiados no 1º turno quanto às condições de acessibilidade.

PESQUISA DE SATISFAÇÃO

- Com o objetivo de prestar um serviço de excelência ao usuário é realizada

pesquisa permanente junto aos clientes, para medir a satisfação quanto ao atendimento prestado pela Justiça Eleitoral baiana nos pontos de atendimento ao público (Secretaria Judiciária, Zonas Eleitorais e postos descentralizados de atendimento). Além de formulário *web*, disponível no Portal da Ouvidoria, o eleitor tem acesso às cédulas e urnas de acrílico distribuídas nas unidades que prestam atendimento ao público.

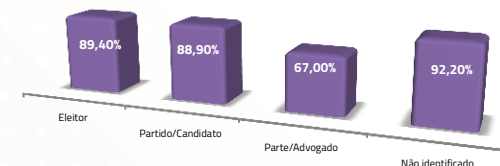
O resultado global foi de **89,20%**

de clientes satisfeitos (respondentes que classificaram o serviço prestado pelo TRE-BA como "Bom" ou "Ótimo", dentre quatro opções de resposta), superando a meta estabelecida, de 87%.



Vale conferir, abaixo, o grau de satisfação por público-alvo do TRE-BA:

Gráfico 3 - Grau de Satisfação por Público-Alvo



RESULTADOS DA LAI – LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO - No âmbito do TRE-BA, compete à Ouvidoria o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), que cuida do encaminhamento de pedidos de acesso à informação e a consulta sobre o andamento dos processos administrativos instaurados pode ser realizada por meio do formulário *web* ou pelos demais canais de acesso à Ouvidoria, que estão disponíveis em seu sítio eletrônico na internet (<http://www.tre-ba.jus.br/transparencia/lei-de-acesso-a-informacao/lei-de-acesso-a-informacao>). O TRE-BA encaminha aos cidadãos respostas de pedidos de informação no prazo de 15 dias, conforme previsto na Lei de Acesso à Informação (LAI). Os principais assuntos alvos de pedidos de acesso à informação são: quantitativo de cargos vagos por área e especialidade, vacância por período e tipo, informações acerca de quantidade de servidores que estão em abono de permanência, contratações, concurso estágio 2018, eleitorado, listagem de locais de votação, resultado de eleições, mapa de zonas e cidades e balanço quadrimestral. Foram recebidos 110 Pedidos de Acesso à Informação, e somente um deles teve seu prosseguimento negado. A demanda sob nº 396649412643-2018 tratava de um pedido de relação dos processos abertos neste Tribunal no período de 1º de janeiro de 2018 a 6 de agosto de 2018, com consulta de partes.

Tendo em vista que o sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) não dispõe de funcionalidade que permita a extração automática de relatório onde constem os dados solicitados, não foi possível atender ao pedido de informações, tendo sido apresentada ao interessado a opção de consulta individual a cada processo, a partir da Consulta Pública de Processos disponível no link: <https://pje.tre-ba.jus.br:8443/pje-web/ConsultaPublica/listView.seam>.

FORMAS DE PARTICIPAÇÃO DO CIDADÃO EM PROCESSOS DECISÓRIOS



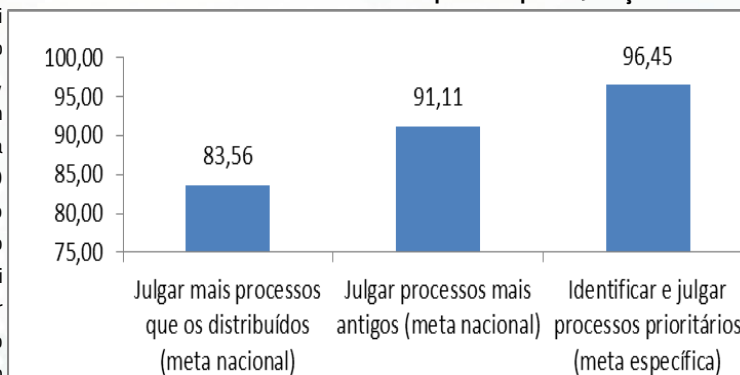
No âmbito do Poder Judiciário, a gestão participativa constitui importante instrumento para que magistrados, servidores e o público em geral possam participar da fixação de metas que irão nortear as ações da gestão. O processo participativo, no âmbito do TRE-BA, foi desenvolvido em consonância com a Resolução CNJ nº 221, de 10 de maio de 2016. Assim, no período de 18 a 31 de julho de 2018, foi realizada consulta pública com o objetivo de selecionar propostas de metas específicas para a Justiça Eleitoral para o ano de 2019, por meio de formulário *Web*, disponível no sítio do TRE-BA. O público-alvo foi composto de advogados, associações, magistrados de 1º e 2º graus, representantes do Ministério Público, servidores públicos e a sociedade em geral. Contou com a participação de 585 respondentes, dos quais 339 eram servidores públicos e 182 provenientes da sociedade.

Na questão “Dentre as metas específicas elencadas abaixo, escolha qual você considera mais importante para a Justiça

Eleitoral alcançar em 2019” os participantes consideraram que os itens mais relevantes eram: “Promover campanhas voltadas ao eleitor para ampliar os conhecimentos sobre funcionamento do processo eleitoral” (36%) e “Implantar o Processo Judicial Eletrônico (PJe) nas unidades do 1º grau de jurisdição da Justiça Eleitoral” (21%). Em âmbito nacional, estas também foram as propostas mais votadas.

Com relação às metas já existentes, foi avaliado seu grau de relevância. Assim, os respondentes atribuíram uma nota de 0 a 10 de acordo com suas convicções. A meta específica “Identificar e julgar processos prioritários” foi considerada a mais relevante pelo público respondente, conforme abaixo:

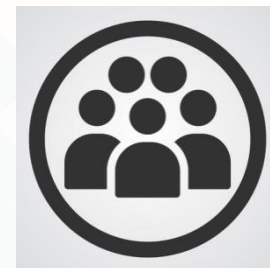
Gráfico 4 - Consulta Pública sobre Metas Específicas para a Justiça Eleitoral



As metas mais votadas e os respectivos glossários foram repassados ao coordenador do Subcomitê Região 2 (TRE-CE) para consolidação das sugestões dos Tribunais Regionais Eleitorais. Em seguida, o Comitê Gestor da Justiça Eleitoral, de posse das propostas dos cinco Subcomitês Regionais, definiu as cinco metas a serem submetidas à apreciação da sociedade em âmbito Nacional.

Com a publicação da Resolução Administrativa nº 36/2018, o TRE-BA, de modo pioneiro na Justiça Eleitoral, regulamentou a Lei nº 13.460, de 23 de junho de 2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da Administração Pública. Em seus artigos 23 a 38, a Resolução prevê todas as regras necessárias para a efetiva implantação, funcionamento e manutenção do Conselho de Usuários dos Serviços Eleitorais da Justiça Eleitoral da Bahia (CONUSE-BA).

O CONUSE será composto por seis membros, sendo suas vagas preenchidas da seguinte maneira: um Juiz Membro do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, que será o seu Presidente; um representante dos Juizes Eleitorais de 1ª instância em atuação; um representante dos Promotores Eleitorais em atuação; um representante da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção do Estado da Bahia; um representante dos partidos políticos; um representante dos usuários dos serviços eleitorais;



A participação no Conselho de Usuários é considerada serviço relevante, de caráter voluntário e não remunerado e possibilitará

ao usuário acompanhar e avaliar a prestação dos serviços da Justiça Eleitoral da Bahia, bem como a atuação da Ouvidoria Regional Eleitoral, além de propor alternativas que possibilitem a melhoria e a adequação dos serviços prestados aos usuários da Justiça Eleitoral baiana.

CULTURA ORGANIZACIONAL, ÉTICA, VALORES E RELAÇÕES COM AS PARTES INTERESSADAS

Como já afirmado no capítulo Visão Geral Organizacional, foi realizado o diagnóstico de situação, utilizando-se como instrumento de análise a matriz *SWOT* (*Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats*) ou FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) por ocasião da elaboração do Planejamento Estratégico 2016-2021. Relativamente ao ambiente interno, foi identificado como um dos pontos fortes a “Qualificação Técnica e comprometimento dos servidores”. Essa característica de comprometimento constitui uma das principais marcas da cultura organizacional do TRE-BA, sendo, portanto, o aspecto priorizado pela gestão para desenvolvimento das ações associadas à área de Gestão de Pessoas.

As inúmeras dificuldades estruturais e orçamentárias porque passam as instituições públicas no País demandam dos seus gestores um constante esforço no sentido de manter o corpo funcional motivado e comprometido com a realização dos serviços. Considerando-se o objetivo estratégico de promover a melhoria da governança em gestão de pessoas, o TRE-BA vem envidando esforços no sentido de se obter uma força de trabalho estrategicamente distribuída, de promover a cultura da produtividade, a partir da fixação de padrões de entrega qualitativos e quantitativos desejados e preestabelecidos. Do mesmo modo, o sistema de meritocracia está em processo de desenvolvimento neste Tribunal, ampliando as ações de reconhecimento e valorização do desenvolvimento profissional dos servidores, alinhado aos princípios da gestão por competências, conforme será tratado no tópico Gestão de Pessoas, no Capítulo 5. Alocação de Recursos e Áreas Especiais da Gestão.

A atuação da Comissão Permanente de Ética no exercício de 2018 teve como foco a divulgação do Código de Ética dos Servidores do TRE-BA, instituída por meio da Resolução nº 3/2017, de 17 de maio de 2017 <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ba-resolucao-administrativa-no-3-2017>), entre os seus destinatários, com o desiderato de atender aos objetivos estratégicos e, em consequência, incrementar a excelência e eficiência dos serviços prestados por este órgão à sociedade.

Considerando-se a realização das Eleições 2018, foram disseminadas, especialmente, as diretrizes firmadas no Código de Ética do TRE-BA relacionadas ao pleito, com a edição do informativo “Ética nas Eleições”, tendo sido veiculados, previsões do Código de Ética, bem assim dispositivos indicados no Provimento do CNJ nº 71 de 13 de junho de 2018, acerca do uso de institucional e manifestação nas redes sociais dos servidores do Poder Judiciário.



Como já abordado anteriormente, o TRE-BA tem como valores organizacionais a ética, a imparcialidade, a transparência, o respeito ao ser humano e a responsabilidade ambiental, os quais conduzem as ações do Tribunal nas relações com seus públicos. Na administração dos recursos disponíveis, estes valores são, especialmente, considerados, de modo a traduzir os resultados do órgão em entregas que gerem valor para a sociedade, atendendo aos atributos de acessibilidade, celeridade, credibilidade, efetividade e modernidade.

A valorização do corpo funcional e o fortalecimento da estrutura de Governança têm sido os pilares da gestão nas relações internas e na tomada de decisão, aspecto que, juntamente com a prestação de serviço de excelência ao cidadão, vem norteando o desenvolvimento dos projetos e ações institucionais, sempre buscando promover o aprimoramento das relações socioprofissionais, da integração, da motivação e da cooperação entre servidores e unidades administrativas, de modo a proporcionar a melhoria no desempenho de rotinas e do trabalho em equipe.



A gestão participativa alcança também o público interno do Órgão, por meio de realização de pesquisa, com o objetivo de captar sugestões para inclusão de nova meta específica da Justiça Eleitoral, bem como deliberar quanto à manutenção da meta que trata da cassação de mandato eletivo e daquela voltada à realização de ações para o esclarecimento sobre os

direitos e deveres do eleitor, a importância do ato de votar, a autonomia do eleitor na escolha do candidato e o exercício do voto consciente. Realizada por meio de formulário *Web*, a pesquisa registrou a participação de 432 respondentes, dentre estes, 12 magistrados e 420 servidores. 94,4% dos respondentes opinaram pela manutenção da meta “Identificar e julgar com prioridade as ações que possam importar em não diplomação ou perda de mandato eletivo, fixando-se prazo máximo de julgamento por instância”; 89,6% dos participantes aprovaram a manutenção da meta “Promover ações voltadas ao esclarecimento sobre os direitos e deveres do eleitor, a importância do ato de votar, a autonomia do eleitor escolha do candidato e o exercício do voto consciente”; 50,2% dos respondentes escolheram como nova meta “Esclarecer a sociedade acerca dos efeitos de votos brancos e nulos nos resultados da eleição”. 35,4% dos participantes votaram como nova meta “Promover ações educativas, divulgando para a população os procedimentos de auditoria do sistema eleitoral brasileiro”. 14,4% dos participantes escolheram como nova meta “Aferir o grau de confiança na Justiça Eleitoral do Brasil”.

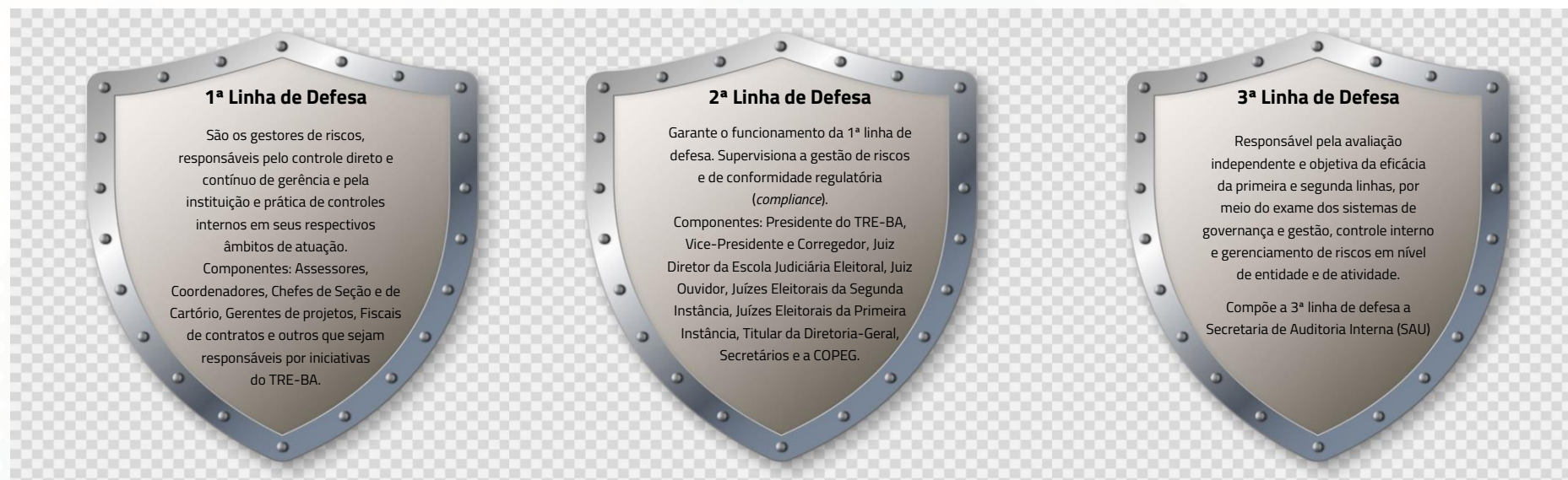
03

Gestão de Riscos e Controles Internos

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A política de gestão de riscos do TRE-BA foi formalizada em 2018, com a publicação, em 13 de junho, da Resolução Administrativa. nº 16/2018. O normativo estabeleceu a estrutura das Três Linhas de Defesa no Gerenciamento Eficaz de Riscos e Controles, com base na declaração de posicionamento do Instituto de Auditores Internos (IIA), como especificado a seguir:

Figura 6 – Linhas de Defesa no Gerenciamento Eficaz de Riscos e Controles do TRE-BA



O ambiente em que se desenvolve a gestão de riscos é pautado em princípios - dentre os quais a transparência - e valores éticos, bem como em diretrizes, papéis e responsabilidades bem definidos em normativos internos, notadamente naqueles regulamentadores da Gestão de Riscos e Integridade institucionais. O Sistema de Gestão de Riscos implantado pela Resolução Administrativa nº 16/2018, além de estabelecer conceitos, princípios e diretrizes para a gestão de riscos no âmbito institucional, trouxe a obrigatoriedade de todas as unidades apresentarem Plano de Tratamento de Riscos no prazo de 120 dias da publicação do Manual de Gestão de Riscos (MGR), acessível na página da internet do TRE-BA no link <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ba-manual-de-gestao-de-riscos-versao>. A metodologia institucional estrutura-se em 5 (cinco) subprocessos principais interdependentes:

estabelecimento do contexto; identificação de riscos; análise de riscos; avaliação e priorização de riscos e tratamento de riscos; bem como em duas atividades de suporte: comunicação e consulta; e monitoramento e análise crítica. Foram adotados como referência a norma ABNT NBR ISO 31.000:2009 e o Referencial básico de Gestão de Riscos do Tribunal de Contas da União. As atividades de comunicação e consulta visam a assegurar a manutenção do fluxo regular e contínuo de informações com as partes interessadas, ocorrendo de forma concomitante ao longo de todas as fases do processo de gestão de riscos, efetivando-se mediante apresentação de relatórios, despachos em processos administrativos relacionados, além de mensagens eletrônicas, tudo constituindo entrada, inclusive, para a tomada de decisão. Já o monitoramento refere-se à contínua verificação, supervisão, observação crítica ou identificação de situação de risco, realizado mediante

apresentação periódica de relatórios analítico-descritivos para apreciação do Conselho de Governança, visando determinar adequação e suficiência dos controles internos associados ao processo de gestão de riscos delineado, de modo a possibilitar ajustes ou melhorias, considerando que o ambiente, os objetivos e o próprio apetite a riscos organizacional podem sofrer alterações ao longo tempo.

O MGR trouxe, ainda, explicações sobre controles internos, tema primordial para uma gestão de riscos eficaz, e definiu o apetite a riscos do TRE-BA como “baixo” e “muito baixo”. O manual explicou também as categorias de risco, a seguir:

Figura 7 – Categorias de Risco do TRE-BA



Riscos estratégicos – são os relacionados à tomada de decisão pela Alta Administração, que podem impactar o alcance das metas estratégicas;



Riscos operacionais – são os relacionados a procedimentos ou processos internos;



Riscos de conformidade – são os relacionados ao não atendimento à legislação, normas e procedimentos vigentes;



Riscos de imagem – são os que podem comprometer a imagem da instituição junto à população ou a outros órgãos da Administração Pública;



Riscos-chave – são os riscos estratégicos e operacionais relevantes para o negócio, relacionados aos objetivos-chave da organização;



Riscos à integridade – são os eventos relacionados à corrupção, fraudes, irregularidades e/ou desvios éticos e de conduta, que possam comprometer os valores e padrões preconizados pela organização e a realização de seus objetivos.

Para análise dos riscos quanto a seu grau de significância, considera-se a probabilidade do evento de risco acontecer aliada ao impacto de seus efeitos sobre o objetivo pretendido. A partir de então, define-se o nível de risco inerente à atividade, nível este que pode ser mitigado pelos controles já realizados. Na oportunidade, também os controles são analisados, para verificação de seu grau de eficiência e da necessidade de melhorá-los ou de se instituir novos controles. O objetivo é sempre trazer o nível de risco ao apetite a risco do órgão, definido como baixo ou muito baixo.

Quadro 2 – Diretrizes para Resposta a Riscos

Nível de Risco	Descrição	Diretrizes para Resposta
Muito Alto	Nível de risco muito além do apetite a risco da organização.	Requer uma resposta imediata, para reduzir, progressivamente, o risco residual ao apetite a risco da organização (tratar).
Alto	Nível de risco além do apetite a risco da organização.	
Médio	Nível de risco acima do apetite a risco da organização.	
Muito Baixo/Baixo	Nível de risco dentro do apetite a risco da organização.	Em regra, nenhuma medida, além das que já forem adotadas, faz-se necessária, impondo-se, tão somente seu monitoramento para assegurar que o risco residual se mantenha dentro da margem aceitável. É possível, ainda, que existam oportunidades de maior retorno que podem ser exploradas assumindo-se mais riscos, avaliando a relação custo x benefícios, como diminuir o nível de controles, desde que não ultrapasse o apetite a risco da organização (monitorar).

PRINCIPAIS RISCOS E SUA VINCULAÇÃO COM OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Tendo em vista a baixa maturidade do Órgão em gerenciamento de riscos, ao longo dos meses de outubro e novembro, foi realizada uma ação para disseminação do MGR aos gestores de riscos por meio de reuniões de trabalho, sendo capacitados, nestes encontros, 166 servidores. Em seguida, foram realizadas oficinas para demonstrar, na prática, como elaborar um plano de tratamento de riscos, tendo sido capacitados, nesta fase, 101 servidores.

Concomitantemente a estas ações, o TRE-BA promoveu a divulgação de tópicos do manual por meio de comunicados institucionais intitulados de "Risque o Risco". As mensagens, encaminhadas via correio eletrônico institucional, trouxeram dicas e informações sobre gestão de riscos. Além de disseminar e capacitar os gestores de riscos, as ações nortearam a elaboração de seus respectivos Planos de Tratamento de Riscos, que inicialmente deveriam recair em um processo escolhido por cada gestor. Os planos de tratamento foram apresentados em 14.12.2018, e estão em análise para embasar a consolidação do Plano de Tratamento de Riscos Chave do TRE-BA.

Ainda, encontra-se em curso o prazo para elaboração do Plano de Tratamento de Riscos de Integridade, por comissão formalmente designada, nos termos da Resolução Administrativa TRE-BA nº 38/2018.

A seguir, são apresentados os riscos que podem comprometer os objetivos estratégicos do Órgão, bem assim, os respectivos controles adotados pela gestão e ações de tratamento a serem implementadas para mitigá-los.

RISCO ESTRATÉGICOS EM PROCESSOS RELACIONADOS AO ATENDIMENTO AO PÚBLICO



RISCO: Local Imóvel, para funcionamento de Cartório Eleitoral, que não esteja totalmente adequado para atendimento do eleitor.

Objetivos estratégicos associados

ao risco:

- Assegurar a garantia dos direitos de cidadania
- Consolidar a boa imagem do TRE junto à sociedade
- Prestar atendimento de excelência ao público

Nível de risco inerente: Alto • **Controle:** Realização de vistoria e preenchimento de lista de verificação com requisitos legais de acessibilidade e outros para locação de imóveis.

Tratamento proposto:



Contratação de empresa de engenharia para auxiliar na elaboração de Relatório de análise da compatibilidade dos imóveis ofertados com as características mínimas exigidas.

Fonte: Plano de gestão de riscos da SGS, com adaptações

RISCOS ESTRATÉGICOS EM PROCESSOS RELACIONADOS ÀS ELEIÇÕES



RISCO: Não comparecimento do mesário convocado no dia da eleição/trabalho inadequado do mesário não faltoso em decorrência de sua insatisfação pela obrigação de participar dos trabalhos eleitorais.

Objetivos estratégicos associado(s) ao risco:

- Consolidar a boa imagem do TRE junto à sociedade
- Prestar atendimento de excelência ao público

Nível de risco inerente: Muito Alto • **Controle:** Busca incessante de mesários que se disponham a trabalhar voluntariamente.

Tratamento proposto:



Realização de convênios, pelo TRE, com órgãos públicos e instituições de ensino, de forma a arregimentar mesários voluntários em número suficiente para a realização das eleições;
Formação de grupos de trabalho para estabelecer e realizar campanhas de engajamento e incentivo ao trabalho voluntário.

Fonte: Plano de gestão de riscos da 13ª Zona Eleitoral, com adaptações



RISCO: Necessidade de realização de votação manual.

Objetivos estratégicos associado(s) ao risco:

- Consolidar a boa imagem do TRE-BA junto à sociedade
- Prestar atendimento de excelência ao público
- Fortalecer a segurança do processo eleitoral

Nível de risco inerente: Muito Alto • **Controle:** Urnas de contingência, manutenção preventiva das urnas eletrônicas, técnicos de urnas no local de votação, cerimônia de conferência de data e hora, suporte da zona eleitoral via telefone, teste de urna eletrônica no momento da instalação; distribuição de urnas mais novas para os locais de difícil acesso.

Tratamento proposto:



Antecipar chegada de técnicos de urna para possibilitar tempo maior de treinamento e ambientação; Divulgar amplamente aos cartórios os procedimentos necessários ao bom funcionamento da urna eletrônica; Pleitear substituição de urnas antigas junto ao TSE.

Fonte: Plano de gestão de riscos da COELOG, com adaptações



RISCO: Interrupção do fornecimento de energia elétrica no dia da votação.

Objetivos estratégicos associados

ao risco:

- Prestar atendimento de excelência ao público
- Fortalecer a segurança do processo eleitoral

Nível de risco inerente: Médio • **Controle:** Manter contato com a concessionária de energia a fim de repassar informações e necessidades específicas para as eleições, bem como solicitar atendimento rápido em períodos de pico; vistoria da rede elétrica nos locais de votação; contratação de gerador, em caso de queda de energia elétrica, acionar a COELBA, relatando urgência.

Tratamento proposto: Os controles são suficientes para atingir o apetite a risco do Tribunal.

Fonte: Plano de tratamento de riscos da COELOG, para o processo eleitoral de 2018, com adaptações

RISCO ESTRATÉGICO RELACIONADO À BIOMETRIA

RISCO: Demanda represada de atendimento ao eleitor com formação de longas filas.



Objetivos estratégicos associados ao risco:

- Consolidar a boa imagem do TRE junto à sociedade
- Prestar atendimento de excelência ao público
- Fortalecer a segurança do processo eleitoral

Nível de risco inerente: Muito Alto • **Controle:** Requisitar servidores de outros órgãos das esferas municipal, estadual e federal; realização de convênios com órgãos públicos para ampliar a capacidade de atendimento, divulgação das informações de interesse do eleitor, planejamento e execução antecipada das contratações relacionadas à estrutura da biometria; triagem na fila.

Tratamento proposto:



Formalização de plano de divulgação com vistas a antecipar procura do eleitor pelos serviços de cadastramento biométrico; Intensificação do atendimento nas Zonas Eleitorais em biometria ordinária; Aperfeiçoar a triagem nas filas de atendimento da biometria.

Fonte: plano de tratamento de riscos do Projeto Biometria na Bahia, com adaptações

04

Resultados da Gestão

Alcance das Metas

O acompanhamento e a avaliação do desempenho do TRE-BA em relação aos Objetivos Estratégicos definidos no PEI 2016-2021 competem à Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Gestão, a qual além de assistir o Presidente na tomada de decisão relativa aos riscos estratégicos das unidades da Justiça Eleitoral baiana, apresenta, ao menos quadrimestralmente, os resultados da gestão ao Conselho de Governança, baseados nas metas estratégicas e nos indicadores de desempenho definidos, auxiliando a tomada de decisão.

No exercício de 2018, o desempenho do Órgão superou expectativas, colhendo-se resultados acima das metas estabelecidas, conforme pode ser visualizado na figura abaixo, que retrata o alcance das metas relacionadas aos objetivos estratégicos nesse ano de 2018. Nas páginas seguintes, apresentam-se os resultados alcançados pela gestão em relação a cada um dos objetivos estratégicos. Relativamente ao objetivo estratégico "Assegurar a garantia dos direitos de cidadania", ressalta-se que seus resultados são analisados de acordo com os resultados do desempenho dos demais objetivos estratégicos. No caso, o objetivo é mensurado pelo indicador "Índice de alcance das metas institucionais", que alcançou o resultado de 72,22%, superando a meta estabelecida para o exercício que era de 55%

Alcance das Metas 2018

Objetivos Estratégicos Relacionados

Figura 8

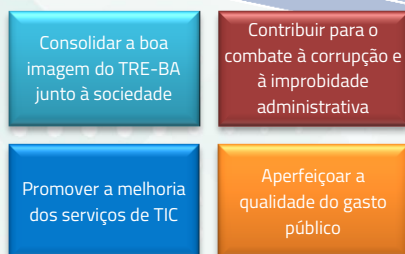
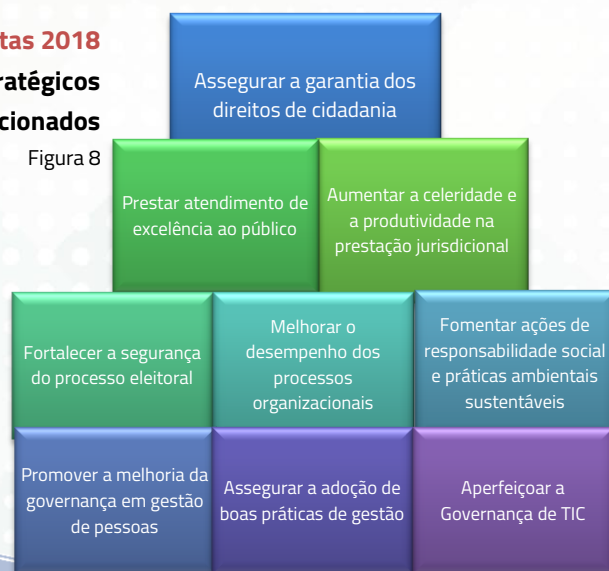
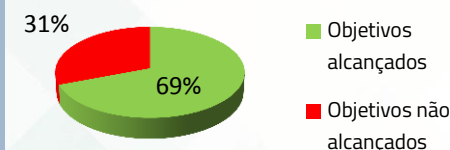


Gráfico 5 - Desempenho dos Objetivos Estratégicos



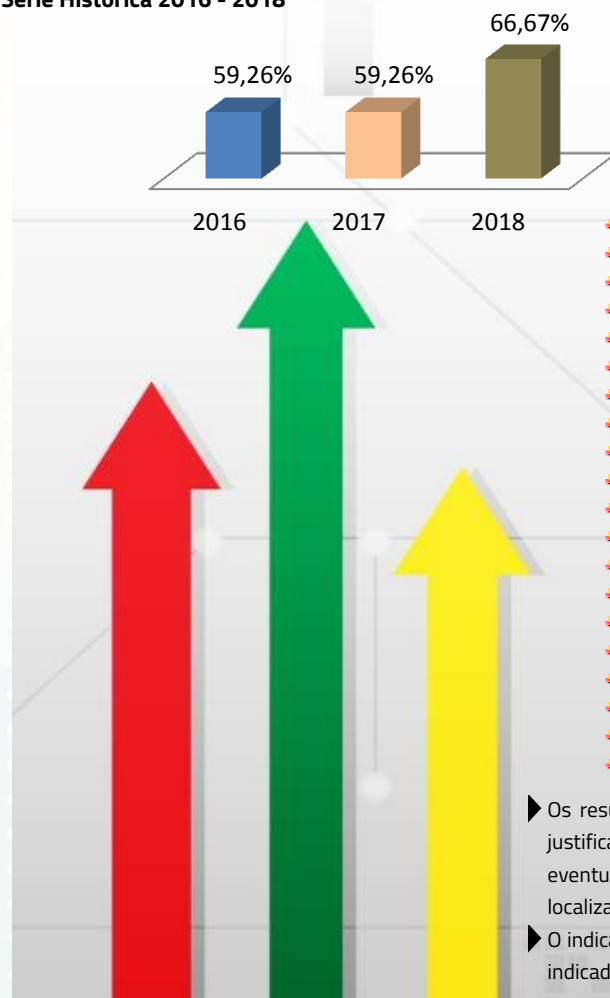
Objetivos Estratégicos cujos indicadores de desempenho não foram mensurados no exercício

Assegurar a efetividade da comunicação interna
Indicador mensurado apenas em anos não eleitorais

Proporcionar um Ambiente de Trabalho Saudável e Seguro
Indicador associado ao Programa de Qualidade de Vida no Trabalho, cuja execução está prevista para ser iniciada em 2019.

Painel de Indicadores

**Figura 9 - Desempenho dos Indicadores Estratégicos
Série Histórica 2016 - 2018**



Indicadores que alcançaram a Meta

- ✚ i1. Índice de alcance das metas institucionais;
- ✚ i3. Número de entrevistas agendadas com fontes do TRE-BA;
- ✚ i4. Taxa de congestionamento de processos judiciais (2º Grau)
- ✚ i5. Índice de agilidade no julgamento (1º Grau)
- ✚ i6. Índice de atendimento à demanda (1º e 2º Graus)
- ✚ i7. Índice de julgamento de processos antigos (1º e 2º Graus)
- ✚ i9PP. Prestação de contas de partidos políticos (2º Grau)
- ✚ i10. Número de ações de promoção de valores éticos;
- ✚ i11. Índice de satisfação dos clientes;
- ✚ i12. Índice de eleitores com cadastro biométrico;
- ✚ i13. Índice de processos organizacionais no nível 3 de maturidade;
- ✚ i16. Número de pessoas atingidas por ações sociais;
- ✚ i17ASoc. Número de ações socioambientais;
- ✚ i17AAmb. Número de ações socioambientais;
- ✚ i20. Índice de governança de Gestão de Pessoas;
- ✚ i21. Índice de alinhamento das unidades à estratégia organizacional;
- ✚ i22. Número de ações de gestão de riscos;
- ✚ i27. Evolução do índice de governança de TIC do TRE-BA;
- ✚ i28. Número de normas de segurança da informação instituídas;
- ✚ i31. Índice de promoção das ações dirigidas à educação eleitoral.

- Os resultados individualizados dos indicadores estratégicos, bem como as justificativas para o não alcance das respectivas metas ou, ainda, para eventual não mensuração de indicadores no exercício constam de tabela localizada no Capítulo 8 – Anexos e Apêndices.
- O indicador I26. Índice de racionalização do gasto público foi substituído pelo indicador i30. Índice de execução financeira.



Indicadores que não alcançaram a Meta

- ✚ i2. Índice de confiança no TRE-BA;
- ✚ i4. Taxa de congestionamento de processos judiciais (1º Grau);
- ✚ i5. Índice de agilidade no julgamento (2º Grau);
- ✚ i8. Índice de tempo médio de tramitação dos processos de cassação de mandato eletivo (1º e 2º Graus)
- ✚ i15. Índice de adequação das instalações físicas às normas de acessibilidade;
- ✚ i23. Índice de adequação ao Plano Anual de Contratações (PLANCONT);
- ✚ i24. Índice de satisfação com a qualidade das contratações;
- ✚ i25. Aderência da execução ao planejamento orçamentário;
- ✚ i30. Índice de Execução Financeira;
- ✚ i29. Índice de cumprimento das metas do PETI



Indicadores não aplicáveis no exercício ou não mensurados

- ✚ i9PP. Prestação de contas de partidos políticos (1º Grau)
- ✚ i9CAMP. Prestação de contas de campanha de partidos políticos (2º Grau);
- ✚ i9NE. Prestação de contas dos candidatos não eleitos (1º e 2º Graus);
- ✚ i14. Índice de satisfação do público interno com as informações institucionais disponibilizadas;
- ✚ i18. Índice de implementação de qualidade de vida no trabalho;
- ✚ i19. Índice de satisfação e motivação do servidor.

Objetivos Estratégicos em Foco

Consolidar a boa imagem do TRE-BA junto à sociedade

Problemas a serem tratados

• Associação da atuação da Justiça Eleitoral ao comportamento dos candidatos a cargo eletivo (políticos) • Desconfiança da sociedade quanto à segurança da urna eletrônica • Imagem generalizada de ineficiência do serviço público • Rede de atendimento insuficiente para o atendimento biométrico.

Prioridades estabelecidas

▪ Disponibilizar informações institucionais de forma abrangente, clara e tempestiva para a sociedade • Institucionalização da Política de Comunicação Integrada • Cumprimento das determinações da Resolução CNJ nº 265, de 09/10/2018 • Realização de campanhas de esclarecimento à sociedade relativamente ao papel da Justiça Eleitoral e ao funcionamento da urna eletrônica.

Impedimentos para alcance do objetivo

A credibilidade no processo eleitoral sofreu impacto, o que foi refletido nos resultados do indicador “índice de confiança no TRE-BA”, especialmente em razão de: Veiculação das *fake news*, disseminadas rapidamente nas redes sociais, suscitando suspeitas acerca da segurança do processo de votação eletrônica • O recadastramento biométrico também influenciou o resultado da pesquisa, tendo em vista a elevação no tempo de espera para atendimento pelo cidadão • Limitações orçamentárias e de pessoal dificultaram a realização de campanhas com um alcance mais abrangente à sociedade.

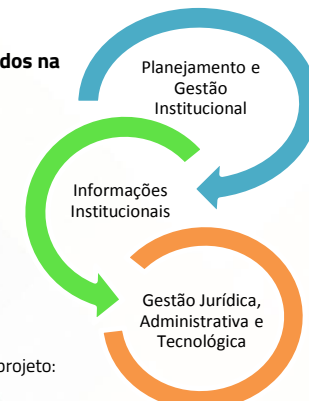
Desafios Remanescentes

Ampliar a promoção de campanhas voltadas ao esclarecimento do eleitor quanto à segurança do processo eleitoral e às competências da Justiça Eleitoral;

Cumprir a Meta Específica nº 02/2019 da Justiça Eleitoral;

Aumentar a capacidade do atendimento ao público deste Regional, especialmente tendo em vista a revisão biométrica do eleitorado em curso.

Macroprocessos associados na cadeia de valor



O objetivo em foco está associado ao projeto:

❖ “**p20. Política Integrada de Comunicação**”: Iniciativa concluída em 2018, que teve como objetivo formular a Política Integrada de Comunicação do TRE-BA, manifestada na Portaria n. 357/2018, com vistas a garantir transparência das ações e consolidar a boa imagem do TRE-BA junto à sociedade baiana.

Tabela 1 - Indicadores Associados ao Objetivo Estratégico Consolidar a Boa Imagem do TRE-BA junto à Sociedade

Indicadores associados ao objetivo estratégico	2016		2017		2018	
	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
i2. Índice de confiança no TRE-BA	Aplicar e tabular pesquisa	100%	Não se aplica (indicador bienal)		65%	63,21%
i3. Número de entrevistas agendadas com fontes do TRE-BA	24	225	6	52	250	288

Exemplo de Risco associado ao objetivo: Não identificação de informações errôneas prestadas pelas unidades para constar no relatório de gestão. **Plano de resposta:** estabeleceu-se a necessidade da apresentação das evidências que comprovem as informações prestadas pelas unidades (relatórios, normativos etc).

Prestar atendimento de excelência ao público

Problemas a serem tratados

- Necessidade constante de ampliação dos canais de diálogo com a sociedade
- Inadequação da estrutura em alguns cartórios eleitorais, especialmente no interior
- Estrutura inadequada dos locais de votação
- Agendamento insuficiente para atendimento ao eleitor
- Rede de prestação de serviços insuficiente.

Prioridades estabelecidas

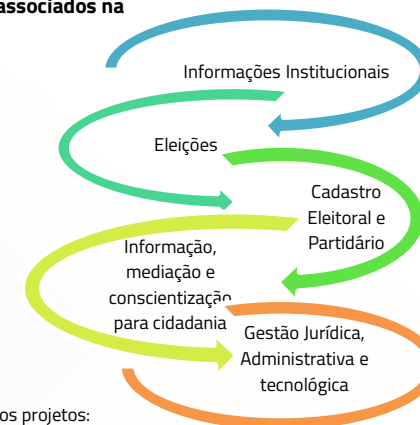
- Regularizar, no âmbito do TRE-BA, a Lei nº 13460/2017 (Código do Usuário do Serviço Público)
- Ampliar a capacidade de atendimento na capital e no interior para atendimento da demanda da Revisão Biométrica Extraordinária, por meio de parcerias com órgãos públicos e instituições privadas
- Ampliar os trabalhos da Comissão de Acessibilidade
- Realizar contato direto com os órgãos públicos responsáveis pelos locais de votação, a fim de que sejam adequados ao atendimento ao público e, especialmente, às normas de acessibilidade
- Padronizar os procedimentos de atendimento ao público.

Causas para alcance do objetivo

O indicador associado a este objetivo estratégico é o índice de satisfação dos clientes, que vinha apresentando desempenho abaixo da meta nos exercícios anteriores. No exercício 2018 apresentou resultado compatível com a meta estabelecida, conforme tabela ao lado. Considerando-se as prioridades estabelecidas pela gestão, foi publicada a Resolução Administrativa n. 36/2018, que regulamentou a Lei n. 13.460/2017 (Código de Defesa do Usuário do Serviço Público) no âmbito do TRE-BA. Sabe-se, contudo, que há providências a serem adotadas para manter ou melhorar a satisfação dos clientes da Justiça Eleitoral baiana, especialmente considerando-se as seguintes dificuldades enfrentadas:

- Necessidade de biometrização do eleitorado em pouco tempo e com recursos limitados
- Dificuldade em realizar as adequações necessárias nos locais de votação
- Insuficiência do quadro de servidores
- Restrição orçamentária, que compromete as contratações necessárias para ampliação da rede de atendimento.

Macroprocessos associados na cadeia de valor



O objetivo em foco está associado aos projetos:

- **"p14. Melhor Acessibilidade"**: com foco no atendimento às necessidades da pessoa com deficiência, o projeto realizou, em 2018, campanhas de conscientização, adequação de normativo interno à Resolução CNJ nº 230/2016 e solicitação de ampliação de seções especiais para atendimento ao eleitor com deficiência ou mobilidade reduzida. Projeto com atrasos, não considerados críticos
- **"p31. Fala, Cidadão!"**: projeto que visa a implantação de sistema informatizado para recebimento de demandas e resposta ao cidadão. O sistema está em fase final de testes, havendo prazo autorizado até o final de 2019 para encerramento da iniciativa.

Tabela 2 - Indicadores Associados ao Objetivo Estratégico Atendimento de Excelência ao Público

Indicadores associados ao objetivo estratégico	2016		2017		2018	
	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
i11. Índice de satisfação dos clientes	85%	69,19%	86%	79,89%	87%	86,84%

O indicador apresentou resultado de 86,84% de satisfação dos clientes, muito próximo da meta estabelecida para o período, que foi de 87%. Assim, foi considerada alcançada a meta em questão.

Exemplo de Risco associado ao objetivo: As zonas eleitorais não observarem a condição de portador de deficiência ou mobilidade reduzida no sistema ELO. **Plano de resposta:** Reiterar a solicitação do registro anualmente.

Exemplo de Risco associado ao objetivo: Demanda represada de atendimento ao eleitor com formação de longas filas. **Plano de resposta:** Requisitar servidores de outros órgãos das esferas municipal, estadual e federal; realização de convênios com órgãos públicos para ampliar a capacidade de atendimento, divulgação das informações de interesse do eleitor, planejamento e execução antecipada das contratações relacionadas à estrutura da biometria; triagem na fila.

Desafios remanescentes

Ampliar a rede de atendimento ao público

Informatizar a pesquisa de satisfação do usuário e aumentar sua abrangência

Mapeamento e otimização do processo "prestar atendimento ao cidadão"

Promover a capacitação constante dos servidores que atuam no atendimento ao público

Ampliar a utilização do sistema de agendamento e do atendimento itinerante

Contribuir para o combate à corrupção e à improbidade administrativa

Problemas a serem tratados

- Prática de compra de votos pelos candidatos a cargo eletivo
- Lentidão na tramitação das ações judiciais
- Fraudes nas prestações de contas de campanha
- Utilização de recursos de fundos públicos de campanha em desacordo com a legislação
- Possibilidade de servidores realizarem condutas anti-éticas ou ilegais.

Prioridades estabelecidas

- Identificar e equacionar sobrecarga de processos de prestação de contas
- Aperfeiçoar continuamente mecanismos de controles internos
- Monitoramento constante da tramitação das ações judiciais
- Criação de grupo de trabalho para auxiliar na análise das prestações de contas
- Promover campanhas para divulgação do Código de Ética dos Servidores da Justiça Eleitoral da Bahia (Resolução Administrativa nº 3, de 17/05/2017)
- Atendimento às metas fixadas pelo CNJ quanto ao julgamento de processos prioritários.

Impedimentos para alcance do objetivo

Os indicadores associados ao objetivo referentes ao tempo médio de tramitação dos processos de cassação de mandato eletivo vêm tendo desempenho abaixo das metas fixadas, nos últimos exercícios. Isto se deve, especialmente, em razão dos seguintes fatores:

- Legislação favorece que os atos processuais sejam postergados e que sejam interpostos diversos recursos das decisões judiciais
- Insuficiência do quadro de servidores para análise das prestações de contas e atuação nos processos judiciais.

Desafios remanescentes

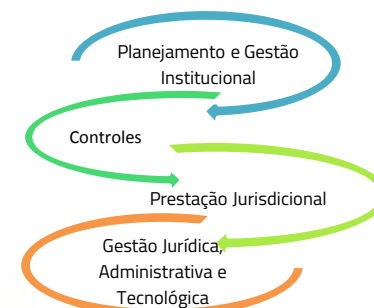
Implantar a Correição Virtual, a fim de agilizar a tramitação das ações judiciais nas Zonas Eleitorais

Implantar o Processo Judicial Eletrônico no 1º Grau de Jurisdição

Exemplo de Risco associado ao objetivo: Insuficiência do quadro funcional para fazer frente à crescente demanda dos serviços prestados pela Justiça Eleitoral. **Plano de resposta:** Aumentar a produtividade dos servidores lotados na área judiciária, bem como dos magistrados, por meio de instalação de sistemas informatizados e ampliação das ações de capacitação.

Exemplo de Risco associado ao objetivo: Ausência de orçamento para disseminação de temas relativos à ética. **Plano de resposta:** Realizar convites a profissionais que atuam em áreas afins para participarem de eventos que não gerem custo ao Tribunal e permitam reflexão sobre o tema.

Macroprocessos associados na cadeia de valor



O objetivo em foco está associado aos projetos:

• **“p6.2. PQVT - Organização Humanizada do Trabalho”:** projeto absorvido pelo p24. Evolução da Maturidade dos Processos, em andamento normal

• **“p24. Evolução da Maturidade dos Processos”:** visa mapear os processos críticos do Tribunal, prevendo, dentre suas entregas, a implantação de controles nos processos institucionais para a garantia da integridade dos processos. O rol de processos mapeados em 2018 inclui os de “Executar ações de auditoria interna”, “Planejar e Gerenciar Prestação de Contas da Gestão” e “Planejar e Gerenciar Correição”.

• **“p27.1. Justiça em dia 1º Grau”:** busca aumentar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional no 1º grau de jurisdição. Em andamento normal;

• **“p27.2. Justiça em dia 2º Grau”:** projeto com andamento normal, iniciado em 2017.1, com término previsto em 2021.2, que busca processar e julgar todos os pedidos de registro de candidaturas e prestações de contas eleitorais dentro dos prazos estabelecidos no Calendário Eleitoral;

• **“p29. Ética no TRE-BA”:** projeto que visa a promover o Código de Ética do TRE-BA entre os servidores e demais colaboradores da Casa, previsto para se realizar entre 2017.2 a 2020.2, encontrando-se em andamento normal.

Tabela 3 - Indicadores Associados ao Objetivo Estratégico
Contribuir para o Combate à Corrupção e à Improbidade Administrativa

Indicadores associados ao objetivo estratégico	2016		2017		2018	
	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
i8. Índice de tempo médio de tramitação dos processos de cassação de mandato eletivo (1º grau)	10%	29,41%	15%	51,19%	75%	2,39%
i8. Índice de tempo médio de tramitação dos processos de cassação de mandato eletivo (2º grau)	100%	97,83%	100%	93,86%	75%	52,97%
i9PP. Prestação de contas de partidos políticos (1º grau)	Não existente		Em construção		Não mensurado	
i9PP. Prestação de contas de partidos políticos (2º grau)	Em construção		41%	39,19%	42%	91,92%
i9CAMP. Prestação de contas de campanha de partidos políticos (2º grau)	Não existente		Não se aplica (aplicável a partir de 2019)		Não se aplica (aplicável a partir de 2019)	
i9NE. Prestação de contas dos candidatos não eleitos (1º grau)	Não existente		Em construção		Não mensurado	
i9NE. Prestação de contas dos candidatos não eleitos (2º grau)	Não existente		Não se aplica (aplicável a partir de 2019)		Não se aplica (aplicável a partir de 2019)	
i10. Número de ações de promoção de valores éticos	2	Suspensão	4	Suspensão	2	6

Aumentar a celeridade e produtividade na prestação jurisdicional

Problemas a serem tratados

- Elevado tempo de tramitação das ações judiciais
- Alta taxa de congestionamento dos processos judiciais.
- Sobrecarga de trabalho dos servidores que atuam na área judiciária.

Prioridades estabelecidas

- Melhorar continuamente o processo de prestação jurisdicional e informatizar processos judiciais
- Catalogar e tornar acessível a jurisprudência
- Priorizar o atendimento às demandas do 1º grau de jurisdição
- Identificar e equacionar sobrecarga de processos judiciais nas zonas eleitorais
- Estabelecer rotina de ambientação de novos magistrados e capacitar magistrados e servidores continuamente.

Causas para alcance do objetivo

A melhoria do desempenho do TRE-BA na prestação jurisdicional constituiu uma das prioridades da gestão, tanto para o 1º quanto para o 2º graus de jurisdição, destinando-se recursos orçamentários relacionados para realização de mutirões de força-tarefa correicionais, bem como prestação de serviço extraordinário, de modo que se obteve um excelente desempenho, conforme resultados dos indicadores associados ao presente objetivo estratégico constantes da tabela ao lado. Remanescem algumas dificuldades com o indicador relacionado à taxa de congestionamento no 1º grau de jurisdição, especialmente em razão de: ▪ Quadro reduzido de servidores ▪ Excesso de atribuições advindos das atividades próprias do calendário eleitoral e do cadastramento biométrico ▪ Limitações orçamentárias.

Desafios remanescentes

Implementar o Processo Judicial Eletrônico no 1º grau de jurisdição

Realizar o desdobramento da Estratégia nas zonas eleitorais, na Corregedoria e na Secretaria Judiciária

Promover a capacitação constante dos servidores da área judiciária e dos magistrados

Exemplo de Risco associado ao objetivo: Falta de adesão aos objetivos da força tarefa pela zona eleitoral (Juiz, Promotor, Chefe de Cartório) **Plano de resposta:** Realizar reuniões entre o Corregedor, Juízes e Promotores eleitorais, para sensibilização da importância do trabalho.

Macroprocessos associados na cadeia de valor



O objetivo em foco está associado aos projetos:

- “p6.2. PQVT - Organização Humanizada do Trabalho”: dados do projeto já informados em objetivo estratégico anterior
- p24. **Evolução da Maturidade dos Processos**”: este projeto, já associado a objetivo trabalhado em página anterior, prevê também a realização do mapeamento do processo “Realizar a gestão processual com a implantação e efetivação do PJE, contribuindo para o cumprimento da demanda estratégica associada “Processo de prestação jurisdicional continuamente melhorador; • “p27.1. **Justiça em dia 1º Grau**”: dados do projeto já informados em objetivo estratégico anterior; • “p27.2. **Justiça em dia 2º Grau**”: dados do projeto já informados em objetivo estratégico anterior; • “p28. **Busca JUS**”: Iniciativa que busca criar mecanismos eficientes de busca de jurisprudências de interesse do TRE-BA, o projeto, previsto para concluir-se em 2018.2, está em atraso, mas em fase final para realização das entregas previstas.

Tabela 4 - Indicadores Associados ao Objetivo Estratégico
Aumentar a Celeridade e Produtividade na Prestação Jurisdicional

Indicadores associados ao objetivo estratégico	2016		2017		2018	
	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
i4. Taxa de congestionamento de processos judiciais (1º grau)	Até 42%	60,62%	Até 35%	58,31%	Até 30%	35,15%
i4. Taxa de congestionamento de processos judiciais (2º grau)	Até 15%	15,01%	Até 20%	13,66%	Até 20%	4,03%
i5. Índice de agilidade no julgamento (1º grau)	15%	43,84%	25%	51,22%	35%	75,02%
i5. Índice de agilidade no julgamento (2º grau)	35%	97,73%	40%	94,56%	98%	97,19%
i6. Índice de atendimento à demanda (1º grau)	110%	91,18%	101%	117,83%	102%	140,50%
i6. Índice de atendimento à demanda (2º grau)	110%	92,62%	101%	118,52%	102%	108,69%
i7. Índice de julgamento de processos antigos (1º grau)	90%	78,11%	90%	86,71%	90%	109,44%
i7. Índice de julgamento de processos antigos (2º grau)	90%	97,80%	90%	90,20%	90%	110,56%

Fortalecer a segurança do processo eleitoral

Problemas a serem tratados

- Eventual risco de ocorrência de fraudes no processo de votação, especialmente quanto à identificação do eleitor, havendo necessidade de adoção de ações de tratamento pertinentes
- Vulnerabilidade do processo de identificação manual do eleitor.

Prioridades estabelecidas

- Ampliação do Recadastramento Biométrico em larga escala
- Coletar dados biométricos com qualidade.

Causas para alcance do objetivo

O indicador associado ao presente objetivo estratégico obteve excelente desempenho no exercício 2018, superando em dezesseis pontos percentuais a meta estabelecida. O TRE-BA mantém como prioridade a biometrização do eleitorado, de modo que já está em execução o 2º Ciclo do Projeto Estratégico Biometria na Bahia (2018-2021). Nesse sentido, foram envidados esforços e direcionadas ações, visando a ampliar a capacidade de atendimento da Justiça Eleitoral baiana, por grupos de Zonas Eleitorais, divididas em fases que se estendem até o exercício de 2021. A biometrização do eleitorado reflete diretamente na prestação dos serviços da Justiça Eleitoral e ainda enfrenta grandes dificuldades tais como: ▪ Limitações orçamentárias e estruturais para a realização do recadastramento biométrico ▪ Insuficiência de servidores para atendimento ao público.

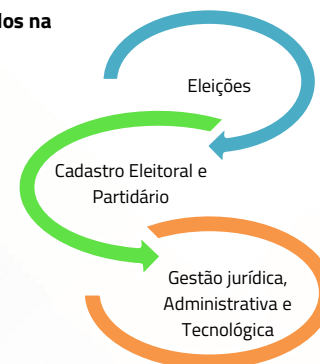
Um dos impactos decorrentes do recadastramento biométrico foi a formação de longas filas nos postos de atendimento do TRE-BA, fato que já estava previsto quando do planejamento das atividades do Projeto Biometria na Bahia e que vinha sendo acompanhado de perto pela Administração. O Tribunal tem atuado de forma intensa, tanto em campanhas de divulgação, a fim de incentivar o comparecimento do eleitor no período regular de atendimento (atendimento ordinário da biometria), quanto aumentando a capacidade de atendimento nos períodos de convocação para revisão biométrica extraordinária, adotando-se, especialmente, a extensão do horário de funcionamento dos postos e ampliação do número de atendentes e equipamentos à disposição da população.

Desafios remanescentes

Aumentar a capacidade e a qualidade do atendimento ao público deste Regional, especialmente tendo em vista a revisão biométrica em curso

Elevar a qualidade dos dados constantes do cadastro eleitoral e a fidedignidade das informações

Macroprocessos associados na cadeia de valor



O objetivo em foco está associado ao projeto:

- **"p25. Biometria na Bahia"**: este projeto visa a realização do cadastramento biométrico dos eleitores baianos, possibilitando a identificação de cada eleitor por suas digitais. Desta forma, o processo eleitoral cria um elemento preciso de individualização do eleitor, prevenindo fraudes na votação.

Tabela 5 - Indicadores Associados ao Objetivo Estratégico
Fortalecer a Segurança do Processo Eleitoral

Indicadores associados ao objetivo estratégico	2016		2017		2018	
	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
i12. Índice de eleitores com cadastro biométrico	15%	13,91%	40%	44,67%	50%	66,54%

Exemplo de risco associado ao objetivo: Quantitativo de servidores insuficiente para o atendimento no recadastramento biométrico extraordinário. **Plano de resposta:** Requisitar servidores de outros órgãos das esferas municipal, estadual e federal.

Melhorar o desempenho dos processos organizacionais

Problemas a serem tratados

- Ocorrência de etapas desnecessárias nos processos de trabalho
- Processos onerosos relativamente ao custo e tempo de realização
- Rotinas excessivamente manuais
- Gargalos nos fluxos de processos.

Prioridades estabelecidas

- Promover o mapeamento de, ao menos, 4 macroprocessos no eixo Governança, da Cadeia de Valor
- Ajustar o projeto “Evolução na Maturidade dos Processos”, atendendo às determinações dos órgãos de controle interno e externos.

Causas para alcance do objetivo

O indicador i13 Índice de processos organizacionais no nível 3 de maturidade, que está associado ao objetivo estratégico em questão, alcançou a meta estabelecida, tendo sido mapeados os 4 processos definidos no cronograma do projeto p24. Evolução da maturidade dos processos que compõem o eixo de Governança na Cadeia de Valor do TRE-BA. Vale ressaltar que será dada continuidade ao mapeamento dos processos de trabalho, e no exercício de 2019 será dada prioridade aos processos finalísticos. Ressalte-se que remanescem dificuldades a serem superadas no projeto, tais como:

- Incipiência da cultura organizacional quanto à gestão de processos
- Limitação de servidores que atuam na unidade responsável pelo mapeamento de processos e gestão da qualidade
- Sobrecarga das atividades operacionais nas unidades.

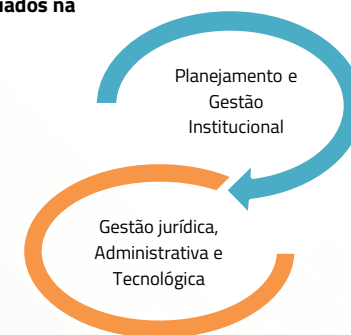
Desafios remanescentes

Capacitar servidores para procederem ao mapeamento dos processos de trabalho

Ampliar a oferta de sistemas informatizados, com base no resultado do mapeamento realizado

Envolver os gestores e servidores na utilização do mapeamento como ferramenta para melhoria do desempenho

Macroprocessos associados na cadeia de valor



O objetivo em foco está associado aos projetos:

- “p6.2. PQVT - Organização Humanizada do Trabalho”: dados do projeto já informados em objetivo estratégico anterior
- “p24. Evolução da Maturidade dos Processos”: Em 2018, mapeou os processos de “Divulgação das Políticas e Normativos Internos para a Sociedade”, “Planejar e Gerenciar Prestação de Contas da Gestão”, “Planejar e Gerenciar Correição” e “Ações de Auditoria Interna”, disponibilizando o resultado dos trabalhos em <http://www.tre-ba.jus.br/transparencia/governanca-e-gestao/gestao-de-processos-e-da-qualidade>; na aba “Processos Mapeados”

Tabela 6 - Indicadores Associados ao Objetivo Estratégico Melhorar o Desempenho dos Processos Organizacionais

Indicadores associados ao objetivo estratégico	2016		2017		2018	
	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
i13. Índice de processos organizacionais no nível 3 de maturidade	Não mensurado		Mapear 3 processos	66,67%	Mapear 4 processos	100%

Exemplo de Risco associado ao objetivo: Equipe inicialmente responsável pelo mapeamento dos processos com quantitativo insuficiente para a realização dos mapeamentos previstos, acarretando em descumprimento das metas do indicador. **Plano de resposta:** Reformulação da metodologia a ser aplicada, promovendo a estrutura da gestão por processos nas unidades por meio de capacitação e orientação de seus respectivos servidores e gestores, para que façam o mapeamento de seus próprios processos, com o apoio da equipe do projeto.

Assegurar a efetividade da comunicação interna

Problemas a serem tratados

- Ruído na comunicação interna • Dificuldade na atualização dos normativos na intranet • Dificuldade em pesquisar normativos • Dificuldade na divulgação da agenda dos gestores e comissões.

Prioridades estabelecidas

- Institucionalizar a Política de Comunicação Integrada • Criar agenda corporativa • Reformular a intranet do TRE-BA • Determinar a atualização periódica dos conteúdos da intranet.

Indicador não aplicável no exercício (Indicador Bienal)

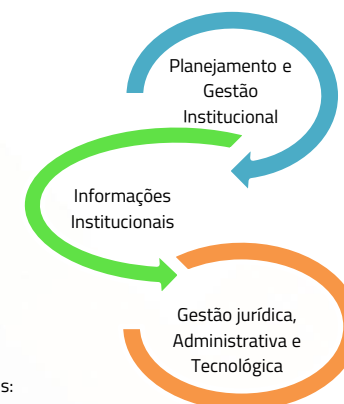
Os projetos relacionados ao objetivo estratégico em comento tiveram continuidade, efetivando-se as entregas nos prazos fixados. Assim, em 2018.2 foi publicado o normativo que instituiu a Política de Comunicação Integrada do TRE-BA (Portaria n. 357/2018) e, também no segundo semestre de 2018 foi colocada à disposição a Nova Intranet do Tribunal, disponibilizando conteúdo com mais funcionalidades e facilitando o acesso do público interno às informações institucionais. Já o indicador associado ao presente objetivo não é aplicado em anos eleitorais, razão pela qual não foi possível aferir a satisfação do público interno com as informações institucionais disponibilizadas. Em relação à comunicação interna, cumpre ressaltar que remanescem como dificuldades para concretização do objetivo a ▪ Sobrecarga de trabalho da unidade responsável pela atualização das informações na intranet ▪ e a Dificuldade de desenvolver sistemas informatizados voltados a facilitar a comunicação interna..

Desafios remanescentes

Definir rotinas para atualização periódica dos informativos contidos na intranet

Aprimorar os canais de comunicação interna, aumentando a integração entre as unidades

Macroprocessos associados na cadeia de valor



O objetivo em foco está associado aos projetos:

- **“p20. Política Integrada de Comunicação”**: última etapa foi concluída em 2018.2, com a publicação da Portaria n. 357, de 4/7/2018, que instituiu a Política de Comunicação Integrada do TRE-BA; • **“p21. Nova Intranet”**: direcionado ao desenvolvimento da nova Intranet do TRE-BA, com mais funcionalidades e facilidades de acesso à informação no âmbito corporativo.

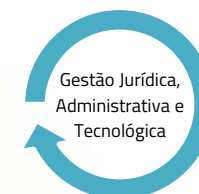
Tabela 7 - Indicadores Associados ao Objetivo Estratégico
Assegurar a Efetividade da Comunicação Interna

Indicadores associados ao objetivo estratégico	2016		2017		2018	
	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
i14. Índice de satisfação do público interno com as informações institucionais disponibilizadas	58%	Não mensurado	61%	93%	Não se aplica (indicador bienal)	

Exemplo de risco associado ao objetivo: falta de capacitação de servidores pertencentes à Comissão responsável pela Intranet do Tribunal (COMINT), dificultando o treinamento dos servidores responsáveis pela publicação de conteúdo. **Plano de resposta:** Incluir na COMINT servidores com o conhecimento necessário para capacitar e elaborar manuais de trabalho.

Aperfeiçoar a qualidade do gasto público

Macroprocesso associado na cadeia de valor



Problemas a serem tratados

- Má qualidade dos produtos fornecidos ou dos serviços prestados aos órgãos públicos
- Dificuldade de executar a contratação conforme o planejado
- Utilização de materiais, equipamentos e serviços, além do estritamente necessário.

Prioridades estabelecidas

- Monitoramento constante das etapas do planejamento das contratações
- Capacitar as unidades periodicamente acerca da elaboração de termos de referência e estudos preliminares
- Estabelecer padrões de compra, consumo e gestão documental sustentáveis
- Racionalizar compras de materiais de consumo
- Avaliar a qualidade das contratações
- Gerenciar custos
- Controlar recebimento, movimentação de crédito e execução da despesa programada.

O objetivo em foco está associado aos projetos:

- **“p3. Avaliação das Contratações”**: projeto concluído em 2018, que estabeleceu rotina de avaliação das contratações institucionais, com o objetivo de Identificar em quais aspectos os serviços contratados por este Tribunal podem ser aperfeiçoados.

Para 2019, está previsto o início de 3 projetos que visam aperfeiçoar a qualidade do gasto público: o **p19.PLANOP**, o **p18.SISTEMA GASTCRED** e o **p17.SISTEMA DE CUSTOS**.

Impedimentos para alcance do objetivo

Os indicadores associados ao objetivo estratégico tiveram desempenho abaixo das metas estabelecidas, sendo os principais empecilhos para o alcance do objetivo: • a ausência de compromisso do fornecedor com o cumprimento dos itens contratados; • Insuficiência de servidores, que compromete a observância do planejamento e • remanejamento de créditos que são efetuados entre as despesas durante o exercício para suplementação de despesas com previsão insuficiente ou para custeio de despesas não previstas.

Tabela 8 - Indicadores Associados ao Objetivo Estratégico
Aperfeiçoar a Qualidade do Gasto Público

Indicadores associados ao objetivo estratégico	2016		2017		2018	
	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
i23. Índice de adequação ao Plano Anual de Contratações (PLANCONT)	65%	50,45%	70%	52,35%	75%	52,22%
i24. Índice de satisfação com a qualidade das contratações	Realizar e tabular pesquisa	Pesquisa não realizada	Realizar e tabular pesquisa	100%	Limpeza: 60% Restaurante: 65%	50%
i25. Aderência da execução ao planejamento orçamentário	78%	69,95%	79%	72,56%	80%	77,18%
i30. Índice de Execução Financeira	Não existente		96%	91,26%	97%	87,61%

Desafios remanescentes

Estabelecer plano operacional, em conformidade com as diretrizes estratégicas e refletido no plano orçamentário

Fomentar a cultura organizacional de observância ao planejamento das contratações

Exemplo de risco associado ao objetivo: mau dimensionamento da necessidade e do escopo da contratação.

Plano de resposta: efetuar comunicação entre as áreas e formalizar necessidade de definição de parâmetros com antecedência; realização de estudos preliminares para nortear a contratação; e efetivar capacitação dos servidores envolvidos no levantamento das demandas de contratação.

Fomentar ações de responsabilidade social e práticas ambientais sustentáveis

Problemas a serem tratados

- Carência de ações voltadas à conscientização política dos cidadãos
- Ocorrência de desperdício de materiais e de insumos como energia elétrica e água
- Impacto ambiental decorrente das atividades do órgão
- Descarte inadequado de produtos que têm destinação regulamentada.

Prioridades estabelecidas

- Instituir Política e Plano de Logística Sustentável do TRE-BA
- Instituição de Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão
- Promover a acessibilidade
- Ampliar ações de conscientização para a cidadania
- Adotar práticas ambientais sustentáveis.

Causas para alcance do objetivo

A meta para o objetivo em comento foi considerada cumprida, em razão do ótimo desempenho no indicador i16. Número de pessoas atingidas por ações sociais e i17. Número de ações socioambientais. Já o indicador i15. Índice de adequação das instalações físicas às normas de acessibilidade não alcançou a meta estabelecida em razão de não terem sido realizadas as obras de adequação nos Fóruns Eleitorais de Jequié e Tucano, embora tenha sido concretizada a adequação do auditório localizado no Prédio Sede do TRE-BA. Avalia-se, ainda, como questões a serem trabalhadas para o alcance do objetivo estratégico os seguintes fatores:

- Cultura organizacional incipiente para as práticas ambientais sustentáveis
- Dificuldade no descarte de materiais
- Restrições orçamentárias impediram a adequação das instalações físicas às normas de acessibilidade, tendo em vista a impossibilidade de realização das obras previstas.

Desafios remanescentes

Realizar obras de acessibilidade em quatro prédios próprios do TRE-BA

Obter parcerias com outras entidades para adequação da estrutura dos prédios onde se realizam as eleições

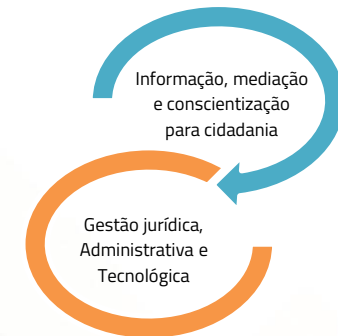
Reduzir significativamente o consumo de materiais e insumos

Ampliar o alcance das ações sociais

Exemplo de Risco associado ao objetivo: as unidades gestoras não informarem, ou informarem com inconsistências, os dados dos indicadores de consumo e gasto, causando erro na avaliação do desempenho do Plano de Logística Sustentável, dificultando a aplicação de ações corretivas. **Plano de resposta:** Disponibilização de sistema integrado que permita a coleta de dados de consumo e gasto das unidades do órgão.

Exemplo de Risco associado ao objetivo: dificuldade de realização de treinamento com foco em acessibilidade em anos eleitorais, atrasando na remoção de barreiras atitudinais a que se refere o Estatuto da Pessoa com Deficiência. **Plano de resposta:** Realização de treinamento em ano anterior ao eleitoral, possibilitando a aplicação dos conhecimentos adquiridos durante as eleições.

Macroprocessos associados na cadeia de valor



O objetivo em foco está associado ao projeto:

- **“p.14. Melhor acessibilidade”:** projeto que objetiva implementar, gradualmente, medidas de remoção de barreiras físicas, arquitetônicas, de comunicação e atitudinais, visando promover o acesso amplo e irrestrito, com segurança e autonomia de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, no âmbito da Justiça Eleitoral baiana. A iniciativa encontra-se com atraso não considerado crítico, em razão da não realização, em 2018, da capacitação prevista para os colaboradores do órgão com foco em acessibilidade.

Tabela 9 - Indicadores Associados ao Objetivo Estratégico
Fomentar Ações de Responsabilidade Social e Práticas Ambientais Sustentáveis

Indicadores associados ao objetivo estratégico	2016		2017		2018	
	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
i15. Índice de adequação das instalações físicas às normas de acessibilidade	9	0	13	Suspenso	2	1
i16. Número de pessoas atingidas por ações sociais	3.500	6.360	2.500	6.346	4.000	7.523
i17ASoc. Número de ações sócio ambientais	60	139	50	113	70	119
i17AAmb. Número de ações sócio ambientais	Não se aplica		Não se aplica		5	8
i31. Índice de promoção das ações dirigidas à educação eleitoral	Não existente		Não existente		75%	100%

Promover a melhoria dos serviços de TIC

Problemas a serem tratados

- Dificuldade no entendimento dos fluxos dos processos de trabalho, ante às especificidades técnicas
- Grande demanda não atendida por sistemas informatizados.

Prioridades estabelecidas

- Revisar processos de trabalho com implementação de melhorias em seus fluxos e simplificação da linguagem
- Otimizar processos internos de TIC.

Impedimentos para alcance do objetivo

O indicador associado ao objetivo estratégico em questão somente passou a ser mensurado no segundo semestre de 2018, após a publicação do Caderno de Indicadores do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETI). O desempenho do indicador ficou aquém da meta estabelecida, especialmente em razão de se tratar da fase inicial de mensuração, a unidade responsável relatou dificuldades em monitorar e impulsionar o desempenho do indicador. São considerados ainda impedimentos para alcance do objetivo os seguintes aspectos: • Insuficiência do quadro de servidores para desenvolvimento de sistemas informatizados • Restrição orçamentária que dificulta a aquisição de equipamentos e a ampliação dos serviços de TIC.

Desafios remanescentes

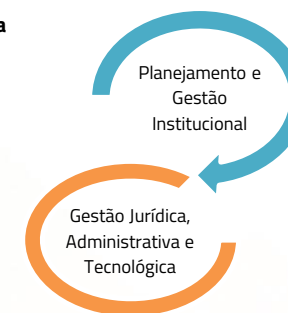
Avançar no cumprimento das metas do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação

Aperfeiçoar os processos de trabalho relacionados à área de Tecnologia da Informação.

Exemplo de Risco associado ao objetivo: Atraso na aquisição dos ativos de TIC. **Plano de resposta:** Iniciar processos de aquisição com maior antecedência.

Exemplo de Risco associado ao objetivo: Falha na descrição da demanda, pelo demandante, quando da solicitação de desenvolvimento de sistema. **Plano de resposta:** Elaboração de documento modelo, verificação prévia das informações constantes, reforçar necessidade de anexação do fluxo do processo ao documento modelo e envolvimento do demandante na construção do produto, por meio da aprovação ou solicitação de adequação de entregas parciais.

Macroprocessos associados na cadeia de valor



O objetivo em foco está associado aos projetos:

- **"p11. Governança de TIC":** o projeto teve início em 2016.2 e foi concluído em 2018.1, com a publicação da Resolução Administrativa do TRE-BA n. 17/2018, instituindo o Sistema de Governança e Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (SGTIC) no âmbito do Tribunal. A iniciativa responde diretamente à demanda estratégica "Prioridades de desenvolvimento de sistemas definidas", além da "Evolução na adoção de práticas de governança de TIC", materializando, no TRE-BA, recomendações e determinações de órgãos de controle externos e interno e de modelos conceituados mundialmente, como a Norma ABNT NBR ISO/IEC 38500 e o COBIT 5.

Tabela 10 - Indicadores Associados ao Objetivo Estratégico
Promover a Melhoria dos Serviços de TIC

Indicadores associados ao objetivo estratégico	2016		2017		2018	
	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
i29. Índice de cumprimento das metas do PETI	80%	Não mensurado	85%	Não mensurado	89%	50%

Aperfeiçoar a governança de TIC

Problema a ser tratado

Inexistência de sistema formal de Governança de TIC.

Prioridades estabelecidas

Instituir os normativos previstos no Questionário de Governança de TIC do CNJ e no Questionário de Governança do TCU • Evoluir na adoção de práticas de governança de TIC • Atingir o nível aprimorado em governança de TIC conforme Questionário do CNJ.

Causas para alcance do objetivo

Os indicadores associados ao objetivo estratégico tiveram excelente desempenho neste exercício, conforme se colhe da tabela ao lado. Mereceram destaque a publicação do Sistema de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação, instituído por meio da Resolução Administrativa nº 17/2018 e o excelente desempenho alcançado pelo Órgão no questionário de Governança de TIC do TRE-BA, atingindo-se, conforme já mencionado anteriormente, o nível aprimorado na avaliação do Conselho Nacional de Justiça. Remanescem como questões a serem enfrentadas pelo órgão na área de TIC as seguintes a insuficiência de técnicos de TI no quadro de servidores do Tribunal e a demanda cada vez mais frequente aos serviços da área.

Desafio remanescente

Atingir o nível de excelência em governança de TIC

Macroprocessos associados na cadeia de valor



O objetivo em foco está associado aos projetos:

- “**p11. Governança de TIC**”: dados do projeto já informados em objetivo estratégico anterior.

Tabela 11 - Indicadores Associados ao Objetivo Estratégico
Aperfeiçoar a Governança de TIC

Indicadores associados ao objetivo estratégico	2016		2017		2018	
	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
i27. Evolução do índice de governança de TIC do TRE-BA	0,35	Não mensurado	0,38	0,46	0,71	0,76
i28. Número de normas de segurança da informação instituídas	1	1	2	3	1	7

Em 2017, o resultado do indicador foi disponibilizado somente após a publicação do Relatório de Gestão/2017 do TCU.

Exemplo de Risco associado ao objetivo: Descontinuidade da gestão da área de TIC. **Plano de resposta:** Atuação de Comitê de Governança de TIC com a participação de gestores de outras áreas; observação das prioridades estabelecidas no Planejamento Estratégico de TIC (PTIC); instituição, em 2018, do caderno de indicadores do PTIC; publicação do Sistema de Governança de TIC, definindo papéis, responsabilidades, princípios e diretrizes para a área.

Promover a melhoria da governança de gestão de pessoas

Problemas a serem tratados

- Necessidade de adequação da força de trabalho às demandas
- Desmotivação dos servidores
- Desatualização dos processos de Gestão de Pessoas
- Realização de atividades manuais, que poderiam ser informatizadas
- Ausência de formalização da Política de Gestão de Pessoas.

Prioridades estabelecidas

- Instituir programa de valorização de servidores da área de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC
- Institucionalização da Política de Gestão de Pessoas e da Política de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC
- Instituição do Modelo de Gestão por Competências no âmbito do Tribunal.

Causas para alcance do objetivo

O objetivo estratégico em questão tem dois indicadores associados, sendo que o i19. Índice de satisfação e motivação do servidor não foi aplicável ao exercício, por se tratar de ano eleitoral. O indicador i20. Índice de governança e gestão de pessoas, por seu turno, ultrapassou a meta estabelecida, obtendo-se a resposta positiva em 67,65% dos itens do questionário Perfil GovPessoas do TCU. A gestão de pessoas constitui-se em prioridade permanente do Órgão, tendo sido concretizada no exercício de referência a edição dos normativos relativos ao Sistema de Governança de Gestão de Pessoas e à Política de Gestão de Pessoas da área de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, além de ter iniciado a execução do projeto TI Valoriza, que visa à valorização dos servidores da área e ao reconhecimento do caráter estratégico da unidade. O TRE-BA vem trabalhando para resolver questões afetas à área de gestão de pessoas que ainda não alcançaram o nível almejado pelo Tribunal, especialmente em razão de: • Insuficiência do quadro de servidores • Gestores atuando em atividades operacionais • Dificuldades para desenvolvimento de sistemas informatizados que auxiliem a gestão de pessoas.

Desafios remanescentes

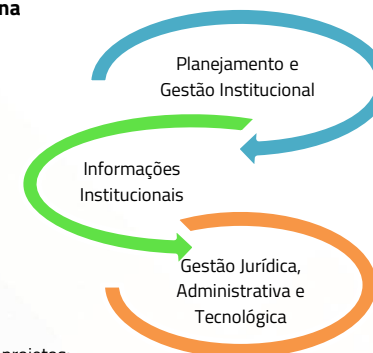
Modernizar os processos de gestão de pessoas já mapeados

Instituir política de reconhecimento e valorização do servidor

Informatizar as atividades ainda realizadas de forma manual na unidade

Exemplo de Risco associado ao indicador: Ausência de inscrição de servidores e magistrados para composição do Comitê de Governança em Gestão de Pessoas. **Plano de resposta:** Realizar campanha de sensibilização e divulgação da importância do papel do Comitê.

Macroprocessos associados na cadeia de valor



O objetivo em foco está associado aos projetos:

- **“p7. Governança em Gestão de Pessoas”:** projeto que busca institucionalizar a prática e a melhoria contínua da Governança em Gestão de Pessoas no TRE-BA, encontrando-se em atraso pela não conclusão das atividades de Revisar a composição do Comitê Gestor de Governança de Gestão de Pessoas, “Elaboração de planos táticos e operacionais da SGP” e “Definir as instâncias internas de apoio à governança de Gestão de Pessoas”;
- **“p.8 Gestão por Competências”:** projeto que intenciona mapear as competências necessárias para os trabalhos de cada unidade do Tribunal, promover a avaliação dos servidores nas competências necessárias a sua área de atuação e propor capacitação aos avaliados, se necessário. Iniciativa em atraso por enfrentar dificuldades relativas à adaptação do sistema fornecido por outro Regional para a avaliação dos servidores;
- **“p10. Dimensionamento da Força de Trabalho”:** este projeto tem o objetivo de definir o quantitativo e o perfil ideais para a composição do quadro de cada unidade do Tribunal, permitindo a criação de critérios objetivos para lotação e capacitação de força de trabalho. A iniciativa encontra-se em andamento normal, conforme o planejado.

Tabela 12 - Indicadores Associados ao Objetivo Estratégico
Promover a Melhoria da Governança de Gestão de Pessoas

Indicadores associados ao objetivo estratégico	2016		2017		2018	
	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
i19. Índice de satisfação e motivação do servidor	Não se aplica (indicador bienal)		50%	47,86%	Não se aplica (indicador bienal)	
i20. Índice de governança de Gestão de Pessoas	40%	44,80%	50%	65,63%	65%	67,65%

Proporcionar um ambiente de trabalho saudável e seguro

Problemas a serem tratados

• Condições ergonômicas de trabalho não estão acessíveis a todos os servidores • A insuficiência de servidores gera sobrecarga de trabalho • As demandas externas, especialmente dos órgãos de controle, vêm sobrecarregando as unidades, já que demandam novas tarefas, sem que haja ampliação do quadro funcional • Limitações financeiras podem dificultar o acesso dos servidores aos sistemas de saúde (plano de saúde privado).

Prioridades estabelecidas

• Realizar estudos para ampliação do mobiliário ergonômico • Desenvolver ação ou projeto sobre LER/DORT • Proporcionar instalações físicas adequadas e seguras nas unidades • Monitorar e melhorar a saúde do servidor.

Indicador não mensurado no período

O indicador associado ao objetivo em comento i18. Índice de implantação de qualidade de vida no trabalho não foi mensurado no período, pois seus parâmetros dependem da aprovação do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho, cuja minuta, ao final está para ser apreciada pela Presidência do TRE-BA. Dentre os problemas mais evidentes relacionados ao objetivo estão: • Limitações orçamentárias • Sobrecarga de trabalho da unidade responsável pela Gestão de Pessoas • Dificuldades na contratação de empresa gestora de plano de saúde para atendimento aos servidores.

Desafios remanescentes

Oferecer aos servidores do Órgão alternativas para usufruírem de serviços de saúde

Proporcionar a todos os servidores e colaboradores mobiliário adequado para o trabalho

Melhorar as instalações físicas de todas as unidades da Justiça Eleitoral baiana

Macroprocessos associados na cadeia de valor



O objetivo em foco está associado aos projetos:

• “**p6.2. PQVT - Organização Humanizada do Trabalho**”: dados do projeto já informados em objetivo estratégico anterior • “**p6.5. PQVT - Prevenção de Doenças e Promoção de Saúde**”: projeto que envolve ações de prevenção de doenças e promoção da saúde dos colaboradores do TRE-BA, encontrando-se com atrasos não considerados críticos; • “**P6.4. PQVT - Condições Ergonômicas no Ambiente de Trabalho**”: eixo do PQVT iniciado em 2017.1, com previsão de encerramento em 2022.2, que se encontra em andamento normal. Objetiva realizar estudos e avaliações ergonômicas das instalações do Órgão, com vistas à adequação ergonômica dos mobiliários, equipamentos e sistemas do Tribunal.

Tabela 13 - Indicadores Associados ao Objetivo Estratégico
Proporcionar Um Ambiente de Trabalho Saudável e Seguro

Indicadores associados ao objetivo estratégico	2016		2017		2018	
	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
i18. Índice de implementação de qualidade de vida no trabalho	Suspensão		Suspensão		Não mensurado	

Exemplo de Risco associado ao objetivo: Fracasso na licitação para contratação de empresa de engenharia para a realização dos estudos ergonômicos. **Plano de resposta:** Divulgar amplamente a licitação por meio de edital, elaborar estudos preliminares à contratação e, se necessário, repetir a licitação.

Exemplo de risco associado ao indicador: Não realizar as palestras e ações dos projetos de saúde. **Plano de resposta:** Disponibilizar a equipe de saúde para realização das palestras e ações.

Assegurar a adoção de boas práticas de gestão

Problemas a serem tratados

- Existência de processos de trabalho com etapas desnecessárias que ocasionam retrabalho
- Gerenciamento de riscos realizado de forma intuitiva e informal.

Prioridades estabelecidas

- Ampliação das ações para Desdobramento da Estratégia nas Unidades do Tribunal
- Institucionalizar o Plano Estratégico setorial de Gestão de Pessoas
- Instituir o Sistema de gestão de riscos do TRE-BA e o manual de gestão de riscos
- Disseminar práticas de Gestão de Riscos
- Adotar práticas de gestão inovadoras
- Compartilhar, identificar e catalogar boas práticas de gestão.

Causas para alcance dos objetivos

As metas dos indicadores Índice de alinhamento das Unidades à estratégia organizacional e Número de ações de gestão de riscos foram alcançadas, conforme tabela ao lado. O Projeto Desdobramento da Estratégia foi realizado nas Unidades COPEG, SAU e SGA no exercício de referência. Além disso, foram realizadas as seguintes ações: Institucionalização do Plano Estratégico setorial de Gestão de Pessoas, Instituição do Sistema de gestão de riscos do TRE-BA (Resolução Administrativa, nº16 de 13 de junho de 2018), Instituição do Manual de Gestão de Riscos (Portaria nº 368, de 11 de julho de 2018). Remanescem algumas dificuldades relacionadas ao objetivo em comento, tais como:

- Insuficiência do quadro de servidores lotados na unidade responsável pelo gerenciamento de projetos e gestão de riscos do Tribunal
- Limitações orçamentárias comprometem a implementação de boas práticas adotadas em outros órgãos.

Desafios remanescentes

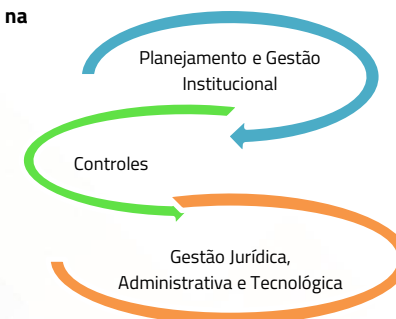
Desdobrar o Planejamento Estratégico nas Zonas Eleitorais, SJU e CRE

Ampliar o intercâmbio das boas práticas entre os Tribunais Eleitorais

Promover, cada vez mais, a desburocratização das atividades do Órgão

Exemplo de Risco associado ao objetivo: Baixo nível de conhecimento dos servidores nas ferramentas de gestão de risco. **Plano de resposta:** Capacitar os servidores em gestão de risco.

Macroprocessos associados na cadeia de valor



O objetivo em foco está associado aos projetos:

- “**p4. Desdobramento da Estratégia**”: projeto que visa alinhar a atuação das unidades do Tribunal à estratégia do Órgão, a partir da identificação das contribuições das unidades para cada objetivo estratégico, encontrando-se em andamento normal, conforme o planejado.;
- “**p5. Política de Gestão de Riscos**”: projeto que teve início em 2017.1 e foi concluído em 2018.1 com a publicação da Resolução n. 16, de 13/6/2018, que instituiu a Política de Gestão de Riscos do TRE-BA.

Tabela 14 - Indicadores Associados ao Objetivo Estratégico
Assegurar a Adoção de Boas Práticas de Gestão

Indicadores associados ao objetivo estratégico	2016		2017		2018	
	Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
i21. Índice de alinhamento das unidades à estratégia organizacional	Iniciar o desdobramento	100%	Realizar o desdobramento em 2 unidades (SGP e SAU) e iniciar em 1 unidade (SGA)	66,67%	Finalizar o desdobramento em 1 unidade (SGA) e desdobrar em mais 1 unidade (COPEG)	100%
i22. Número de ações de gestão de riscos	Não se aplica		4	4	2	18

Resultados em Destaque – Recadastramento Biométrico



Ao início do exercício de 2018, e tendo como norte a missão da Instituição, a Administração definiu como prioridades máximas a continuidade do projeto para revisão biométrica do eleitorado do Estado, bem como as Eleições Gerais. Foram duas grandes ações,

interligadas e essenciais para o cumprimento da missão institucional do TRE-BA.

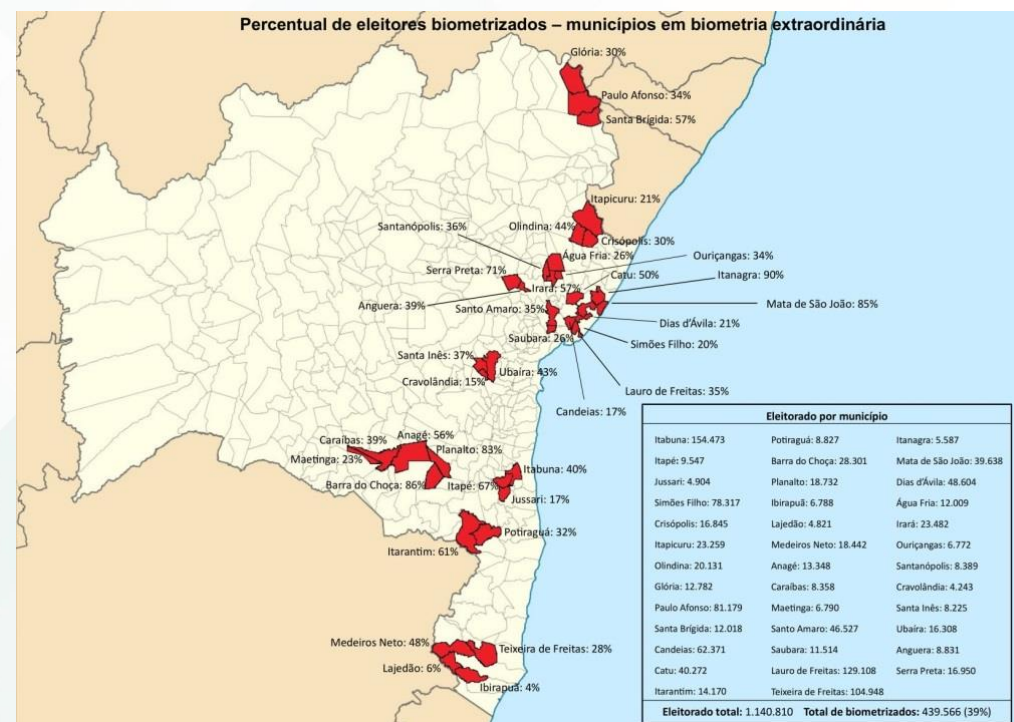
O 1º Ciclo do Projeto Estratégico Biometria na Bahia iniciou-se ainda no exercício de 2017, por meio da convocação de parte do eleitorado baiano para realização da revisão biométrica extraordinária. Com termo final, para evitar o cancelamento dos títulos eleitorais, fixado em 31 de janeiro de 2018, em Salvador e mais 54 municípios baianos (relação completa disponível através do link: <http://www.tre-ba.jus.br/eleitor/recadastramento-biometrico/recadastramento-biometrico>, na aba "Os Concluídos"), o comparecimento dos eleitores foi intenso, como nunca visto. E, a fim de garantir o atendimento de cada um daqueles que buscaram os serviços da Justiça Eleitoral baiana, o Tribunal priorizou o atendimento ao eleitor, elaborando escala de revezamento entre todos os servidores do quadro, encerrando-se o serviço somente quando o último eleitor houvesse sido atendido, o que, no caso, chegou a ocorrer às 05h da manhã nos últimos dias do prazo. No interior do estado, as Zonas Eleitorais em revisão biométrica extraordinária também ampliaram sua capacidade de atendimento e estenderam seus horários de funcionamento.

A dedicação desses servidores, sempre presenciada em períodos eleitorais, fez-se presente também com essa demanda estratégica de biometrização dos eleitores, atendendo ao objetivo estratégico de "Fortalecer a Segurança do Processo Eleitoral", atualmente mensurado por meio do Indicador "i12: Índice de eleitores com cadastro biométrico", como já abordado na seção anterior.

Conforme calendário eleitoral, as alterações no cadastro foram suspensas a partir de 10 de maio, direcionando-se as atenções para as Eleições, bem como para o planejamento e operacionalização

das próximas fases do projeto Biometria na Bahia. O atendimento ao eleitor para alterações cadastrais e coleta biométrica foi retomado em 5 de novembro, quando, então, iniciou-se o 2º Ciclo do Projeto Estratégico Biometria na Bahia, cuja 1ª fase envolve 38 municípios baianos (representados na figura abaixo), distribuídos em 20 Zonas Eleitorais e será encerrada em 22 de fevereiro de 2019.

Figura 10 - Municípios Envolvidos na 1ª Fase do 2º Ciclo do Projeto Biometria na Bahia



Fonte: Portal de BI do TSE em 09/08/2018

Ao final do exercício, o estado totalizou 6.920.775 eleitores cadastrados biometricamente, o que representa 66,54% do seu eleitorado, que é de 10.400.197. Dos 417 municípios baianos, 98 já concluíram o procedimento de recadastramento biométrico e, conforme diretrizes estabelecidas pela Presidência deste Tribunal, o objetivo é alcançar a totalidade do eleitorado do Estado até maio de 2021.

De se ressaltar que toda organização enfrenta desafios de gestão, e, para o TRE-BA, a Biometria era um deles. Realizada desde o ano de 2009, pouco havia se avançado em relação a esta demanda estratégica. Até o exercício de 2016, somente 13,91% de eleitores haviam sido biometrizados no estado. Entre os anos de 2017 e 2018, com a priorização do projeto, houve um salto quantitativo, de modo que, em 31 de dezembro de 2018, alcançou-se o percentual de 66,54%, superando em muito a meta originalmente estabelecida, que era de 50%.

Sendo a Bahia um estado com extensa área territorial e elevado número de eleitores, a realização de um projeto como a biometrização constitui uma tarefa árdua, especialmente tendo em vista as limitações orçamentárias e de equipamentos de informática, essenciais para a realização da coleta biométrica. Assim, foi necessária a realização do ciclo em fases, com períodos definidos, de modo a atender a toda a população do estado a tempo de finalizar a biometrização de eleitores até 2022, prazo fixado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

No mesmo sentido, foram firmados termos de parceria e cooperação técnica com órgãos públicos municipais, estaduais e federais, para ampliação da rede de atendimento ao eleitor, a fim de suprir necessidades materiais e de pessoal.

Colaborou para o sucesso da iniciativa a criação, desde 2017, de postos descentralizados. Em 2018, continuaram em funcionamento até 31 de janeiro, prazo final para a Biometria Extraordinária, os seguintes postos em Salvador:

Quadro 3 – Relação de Postos Descentralizados de Biometria em Salvador durante o 1º Ciclo do Projeto Biometria na Bahia

1. Posto de atendimento da Assembleia Legislativa da Bahia.	2. Posto de Atendimento Bahia Outlet Center – Uruguai	3. Posto de Atendimento da PMBA	4. Posto do Exército – Mouraria
5. Posto do Ministério Público do Estado da Bahia	6. Posto de Atendimento da SEFAZ-BA	7. Posto de Atendimento do TJ-BA	8. Posto de Atendimento do TRT Comércio
9. Posto de Atendimento da CAAB	10. Prefeitura-Bairro IV – Itapuã / Pitanga	11. Prefeitura-Bairro Liberdade / São Caetano	12. Prefeitura-Bairro V - Cidade Baixa
13. Prefeitura-Bairro VIII - Cabula/Tancredo Neves	14. Prefeitura-Bairro X – Valéria	15. Posto de Atendimento do Shopping da Bahia	16. Prefeitura-Bairro Subúrbio-Ilhas
17. Prefeitura-Bairro Pau da Lima	18. Prefeitura-Bairro Barra/Pituba	19. Prefeitura-Bairro Cajazeiras	20. Posto de Atendimento do Shopping Center Lapa
21. Posto de Atendimento do Shopping Paralela	22. Posto Câmara Municipal	23. Estação Pirajá do Metrô	24. Estação Bonocô do Metrô
25. Estação Ferroviária da Calçada	26. Estação Detran do Metrô	27. SAC Barra	28. SAC Cajazeiras
29. SAC Comércio	30. SAC Periperi	31. SAC Servidor (Boca do Rio	32. Posto de Atendimento CJC (NAJ).

Além dos postos descentralizados, houve atendimento regular na CAP e cartórios da Capital (sede do TRE-BA na 1ª AV do CAB) durante todo o período.

Neste desafio, outro grande entrave era o comparecimento espontâneo do eleitor. Como é cediço, muitos usuários de serviços públicos deixam para atender às convocações nos dias finais de prazo. Não foi diferente com a Biometria Extraordinária. Durante todo o período em que a estrutura do TRE-BA esteve à disposição dos eleitores, houve vários dias em que os guichês de atendimento encontraram-se vazios, com pouca procura. Assim, ao final do extenso prazo concedido, já que a convocação se iniciou em março de 2017, com termo final em janeiro de 2018, formaram-se longas filas, tendo havido ação imediata da Administração, no sentido de priorizar o atendimento ao público, realizado naquele período por todo o corpo funcional da Secretaria do Tribunal e das Zonas Eleitorais.

Os esforços asseguraram, ainda, o bom desempenho do objetivo estratégico “Prestar atendimento de excelência ao público”. No caso do primeiro, o indicador “i11 - Índice de satisfação dos clientes” atingiu 86,84%, muito próximo da meta estabelecida para o exercício em referência, que foi considerada alcançada, por aproximação.

A fim de dar ampla publicidade para o eleitorado, foi realizada campanha massiva pela Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial, junto aos meios de comunicação e especialmente nas redes sociais do TRE-BA. O tema Biometria foi o destaque no número de entrevistas realizadas, num total de 92, além da intensificação das publicações nas redes sociais do órgão e a publicação de matérias sobre o tema no sítio eletrônico do TRE na internet e disponibilização à imprensa por meio de releases. A convocação dos eleitores para o cadastramento biométrico extraordinário atraiu efetivamente a atenção dos meios de comunicação.

O serviço de agendamento esteve disponível aos eleitores durante a 1ª Fase da Biometria Extraordinária, na própria sede do TRE-BA, como também nos postos descentralizados das Prefeituras-Bairro (parceria com a Prefeitura Municipal de Salvador) em alguns postos do SAC – Serviço de Atendimento ao Cidadão (fruto de convênio firmado com o Governo do Estado da Bahia). No interior do estado, as Zonas Eleitorais também utilizaram o sistema no período.

Resultados em Destaque – Eleições



A realização das Eleições 2018 utilizando-se a identificação biométrica constituiu um importante passo para sedimentar a segurança do processo eleitoral, um dos pilares do PEI 2016-2021. A leitura biométrica digital constitui o meio mais seguro para identificação do eleitor, exigindo, contudo, um tempo maior do eleitor na mesa em que ocorre a habilitação para o voto. Com isso, e considerando-se a grande quantidade de cargos para os quais o eleitor teve que votar no 1º Turno das Eleições, houve longas filas nos locais de votação. Já no 2º Turno, com a votação, neste Estado, apenas para o cargo de Presidente da República, não foram registrados problemas relacionados a filas ou tempo de espera.

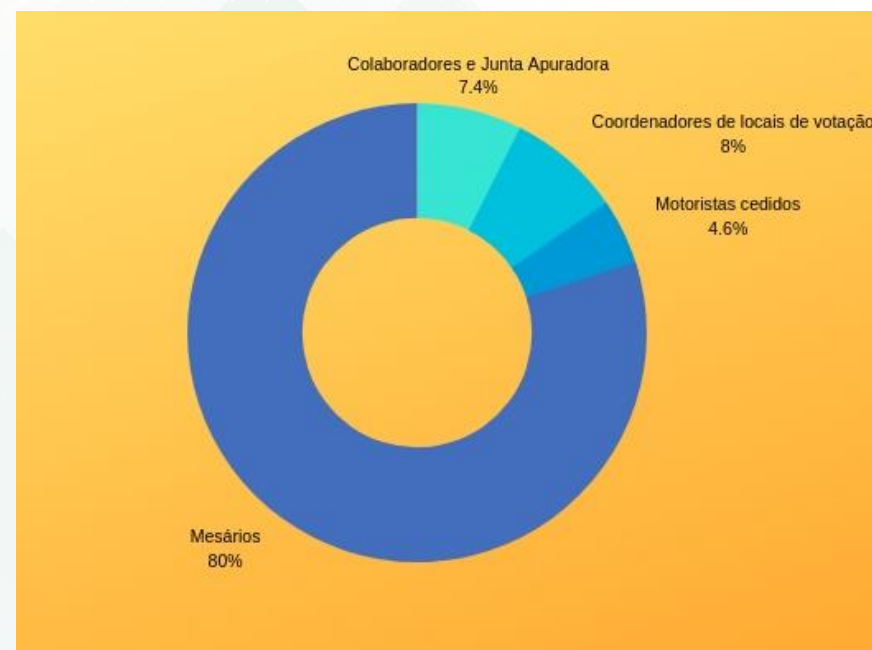
No 1º turno das Eleições 2018, o horário previsto, constante do Planejamento Integrado das Eleições 2018, para a última transmissão foi calculado para as 23h58. Dos 417 municípios, 34 deles extrapolaram a previsão, representando apenas 8,15% do total. Já para o 2º turno, o horário previsto para a última transmissão foi definido para as 22h. Dos 417 municípios, apenas 8 deles extrapolaram a previsão, menos de 2% do total de municípios.

A transmissão dos resultados das eleições foi realizada pelas Juntas Eleitorais e, de forma remota, em 777 locais designados em Edital, utilizando tecnologia conhecida como *JE Connect*, sendo 12 deles via *SMSat* (transmissão via satélite), em localidades de difícil acesso e sem internet. A equipe

de acompanhamento à transmissão, composta por 38 servidores de diversas unidades, deu suporte às zonas eleitorais da capital e do interior no simulado de *JE Connect* e nos domingos em que se realizaram os dois turnos do pleito.

Além dos servidores com vínculo efetivo com o TRE-BA e dos requisitados, as atividades do período eleitoral exigem a participação de colaboradores nas mais diversas funções. Em 2018, cerca de 156 mil pessoas estiveram envolvidas com os trabalhos das Eleições 2018, sendo 124.960 mesários, 1.039 membros da Junta Apuradora, 12.515 coordenadores de locais de votação, 7.179 motoristas cedidos, 10.531 colaboradores.

Gráfico 6 - Quantitativo de Pessoas Envolvidas nas Eleições



Fonte: COELOG/DG/TRE-BA

Figura 11

Forças de Segurança Envolvidas no Dia da Eleição



A segurança nos dias de votação e, ainda, nos procedimentos que envolvem transporte de urnas representa serviço essencial à realização das Eleições. Foi constituída a Comissão de Segurança para as Eleições de 2018, que realizou diversas reuniões, das quais participaram, além dos seus membros, o Presidente do TRE-BA e a Diretora-Geral, bem como os representantes das Polícias Federal, Civil e Militar e, ainda, do Corpo de Bombeiros do Estado. Todos os esforços empreendidos asseguraram que as eleições pudessem transcorrer com a tranquilidade necessária para a garantia do exercício do direito de voto aos eleitores baianos.

As forças de segurança atuam, ainda, no acompanhamento das urnas eletrônicas que são submetidas à auditoria. O objetivo da auditoria é atestar a autenticidade e integridade dos sistemas instalados nos equipamentos e atende à Resolução do TSE nº 23.550/2017. Em audiência pública, ocorrida na véspera do 1º Turno das Eleições, na sede do Tribunal, são sorteadas 5 urnas eletrônicas que são auditadas, em procedimento coordenado pela Comissão de Auditoria da Votação Eletrônica. Foram sorteadas as seguintes seções: 1) Seção 73 da 10ª Zona Eleitoral – Salvador; 2) Seção 65 da 184ª Zona Eleitoral – São Felipe; 3) Seção 57 da 127ª Zona Eleitoral – Candeias; 4) Seção 363 da 12ª Zona Eleitoral – Salvador; 5) Seção 85 da 136ª Zona Eleitoral – Itajuípe. Essas urnas são trazidas para a sede do Tribunal e durante o horário de votação do

domingo de eleição é realizado um procedimento conhecido como “votação paralela” para realizar a auditoria do funcionamento dessas urnas eletrônicas em condições normais de uso:

Nos termos da Resolução, pela primeira vez, foi realizada a auditoria de 10 urnas eletrônicas dentro das seções eleitorais para verificar a autenticidade e integridade dos sistemas antes da impressão da zerésima. Foram sorteadas as seções: 1) n.º 97 da 134ª Zona Eleitoral – Ubatã; 2) Seção n.º 33 da 30ª Zona Eleitoral – Nazaré; 3) Seção n.º 224 da 154ª Zona Eleitoral – Feira de Santana; 4) Seção n.º 20 da 34ª Zona Eleitoral – Belmonte; 5) Seção n.º 77 da 109ª Zona Eleitoral – Mutuípe; 6) Seção n.º 154 da 181ª Zona Eleitoral – Paulo Afonso; 7) Seção n.º 66 da 91ª Zona Eleitoral – Macarani; 8) Seção n.º 40 da 54ª Zona Eleitoral – Mundo Novo; 9) Seção n.º 139 da 153ª Zona Eleitoral – Medeiros Neto; 10) Seção n.º 291 da 45ª Zona Eleitoral – Senhor do Bonfim.

As auditorias são acompanhadas por juízes eleitorais, representantes do Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), partidos, coligações e demais interessados no processo de votação brasileiro.

No 2º Turno das Eleições, o sorteio foi realizado no dia 27/10/2018, tendo sido sorteadas as urnas das seções: 1) Seção n.º 550 da 17ª Zona Eleitoral – em Salvador; 2) Seção n.º 108 da 171ª Zona Eleitoral – Camaçari; 3) Seção n.º 43 da 76ª Zona Eleitoral – Jaguaquara; 4) Seção n.º 57 da 159ª Zona Eleitoral – Central; 5) Seção n.º 136 da 108ª Zona Eleitoral – São Gonçalo dos Campos. Para garantir que as urnas sorteadas pelo interior do estado chegassem a tempo na capital, o TRE-BA contou com o apoio do Grupamento Aéreo da PMBA (GRAER).

As 10 urnas eletrônicas sorteadas para auditoria do funcionamento mediante verificação da autenticidade e integridade dos sistemas foram aquelas pertencentes às seções das seguintes Zonas Eleitorais: 2ª ZE e 10ª ZE (Salvador); 65ª ZE (Macaúbas); 116ª ZE (Canavieiras); 120ª ZE (Valente); 132ª ZE (Conceição do Coité); 128ª ZE (São Sebastião do Passê); 142ª ZE (Cruz das Almas); 155ª ZE (Feira de Santana) e 167ª ZE (Jacobina). Um helicóptero buscou os equipamentos em Jaguaquara (76ª ZE) e São Gonçalo dos Campos (108ª ZE). Já um avião de pequeno porte voou para buscar a urna eletrônica em Jussara (159ª ZE). A urna sorteada em Camaçari (171ª ZE) foi trazida para a capital por rodovia. A outra urna sorteada foi da 17ª Zona Eleitoral, de seção localizada na Escola Municipal Manoel Henrique da Silva Barradas, que fica no bairro da Ilha Amarela, em Salvador.



O atendimento ao público no período que antecedeu os dois turnos das Eleições foi intensificado, deslocando-se servidores para o atendimento telefônico aos eleitores, por meio do serviço “Disque-Título”, da Ouvidoria Regional Eleitoral. Ao todo, 40 servidores se revezaram no atendimento. A procura pelo serviço superou as expectativas do Órgão, já que extrapolou em muito a média histórica da demanda pelo serviço nas eleições.

A fim de possibilitar amplo atendimento ao eleitor, nos dois turnos das Eleições 2018, foi instalado posto de atendimento com seis servidores do Tribunal, em escala de revezamento, ao lado das seções eleitorais 211, 261, 284 e 517, vinculadas à 16ª Zona Eleitoral, prestando atendimento presencial para realização de Justificativa Eleitoral e, ainda, para esclarecimento de quaisquer dúvidas relacionadas ao pleito, tais como: documentação, locais de votação e prazos para regularização de situação eleitoral, entre outras. No 1º turno foram 152 requerimentos de justificativa eleitoral e 122 consultas ao sistema ELO. Para o 2º turno, 145 eleitores preencheram o formulário RJE - requerimento de justificativa eleitoral e 73 consultas ao sistema ELO. Além do atendimento em consultas aos sistemas referidos, os servidores forneceram orientações aos eleitores quanto aos locais de votação e quanto à utilização do sistema e-título, dentre outras demandas relacionadas a eleições.

Figura 12
ELEIÇÕES 2018 EM NÚMEROS



Fonte: Ouvidoria



As informações acerca dos locais de votação e outros serviços do Órgão estavam disponíveis também no seu sítio eletrônico. Nesse exercício de 2018, o eleitor que realizou o procedimento de revisão biométrica contou, ainda, com o aplicativo *e-Título*, acessível para instalação em telefones celulares do tipo *Smart Phones*, por meio da *App Store* ou *Play Store*.

As atividades de lacração e inseminação de urnas eletrônicas foram acompanhadas por juízes eleitorais, promotores de justiça, defensores públicos, integrantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), além de representantes de partidos, coligações e candidatos. A inserção dos dados nas urnas eletrônicas ocorre de forma pública, com a presença de juízes eleitorais e representantes do Ministério Público e demais órgãos interessados.

O trabalho de inseminação consiste em inserir nas urnas eletrônicas os dados dos candidatos que concorrem ao pleito e dos eleitores. Os meios de comunicação também acompanharam o procedimento. Na Capital do estado, os procedimentos foram realizados no Centro de Apoio Técnico (CAT), em Porto Seco Pirajá, entre os dias 26/09 e 02/10/2018, com a inseminação e lacração de 5.283 urnas. No local onde as urnas são armazenadas, o TRE-BA dispõe de vigilância 24 horas, garantindo a segurança dos equipamentos. No interior, as atividades foram coordenadas pelos Juízes Eleitorais.



Figura 13



Fonte: Coordenadoria de Equipamento e Suporte (COSUP)

Com a conclusão do 1º Ciclo do Projeto Biometria na Bahia, e considerando-se o fechamento do cadastro eleitoral em 09/05/2018, o Estado passou a contar com 65,70% do seu eleitorado biometrizado (dados extraídos pela Seção de Estatística em 30/05/2018). Assim, essas foram as primeiras Eleições realizadas com um número tão expressivo de eleitores que realizariam a identificação biométrica para votação, o que representa mais da metade do eleitorado do Estado.



São diversos os fatores que podem dificultar a identificação biométrica, entre os quais os mais relevantes são decorrentes de erros de leitura, que podem derivar de problemas no próprio equipamento, ou, como é mais comum, em razão da qualidade das digitais. Importante

esclarecer que as dificuldades com a identificação biométrica não têm qualquer relação com o funcionamento da urna eletrônica. Assim, nos dois turnos de votação os eleitores que não conseguiram ser identificados biometricamente não ultrapassaram 13% do eleitorado.

Sendo este o maior processo finalístico do órgão, o Planejamento Integrado das Eleições 2018 foi concebido e esboçado, em 2017, contando com a participação das unidades, comissões e zonas eleitorais e se fundamentou no modelo de gestão denominada ciclo PDCA (do inglês: *Plan - Do - Check-Act ou Adjust*), que tem como objetivo promover a melhoria contínua dos processos. Ao

Figura 14 – Identificação Biométrica nos 1º e 2º Turnos



ELEITORES QUE NÃO CONSEGUIRAM SER IDENTIFICADOS BIOMETRICAMENTE NO 1º TURNO

Não foram identificados 12,78% eleitores



ELEITORES QUE NÃO CONSEGUIRAM SER IDENTIFICADOS BIOMETRICAMENTE NO 2º TURNO

Não foram identificados 11,49% eleitores

cumprir as 4 fases do PDCA, o processo será retroalimentado ao final de cada eleição, após o transcurso de avaliação do pleito. Alguns incrementos foram acrescentados ao processo, considerando o nível de maturidade deste Regional na realização de Planejamento de Eleições.

No intuito de criar um canal de comunicação interna mais leve e informal, a Coordenadoria de Eleições e Logística inovou, com a criação da mascote Leca. Durante o ano eleitoral, Leca enviou diversos e-mails com solicitações e/ou informações para as zonas eleitorais da Capital e interior. Leca também disponibilizou um número de *WhatsApp* para contato direto com os servidores. Muitas dúvidas foram dirimidas de forma simples e rápida. Foi criada, ainda, uma lista de transmissão para envio das mensagens da mascote.

Foram envidados esforços visando ao aperfeiçoamento do processo eleitoral para diminuição dos gastos, em atendimento também ao objetivo estratégico “Aperfeiçoar a qualidade do gasto público”. Neste contexto, destaca-se a adoção do cartão de benefícios para os mesários e a instituição da Comissão de Acompanhamento do Cumprimento do Contrato de Distribuição de Urnas.

A partir do último pleito, o monitoramento das informações necessárias para avaliação da eleição passou a ser solicitado às zonas durante a execução do planejamento, através de questionário *web*, por meio do qual os cartórios eleitorais informaram as providências adotadas e detalharam os problemas enfrentados e as soluções implementadas, propondo melhorias, quando necessário. Esta inovação possibilitou ajustar os possíveis desvios da execução a tempo de corrigi-los durante o processo eleitoral.

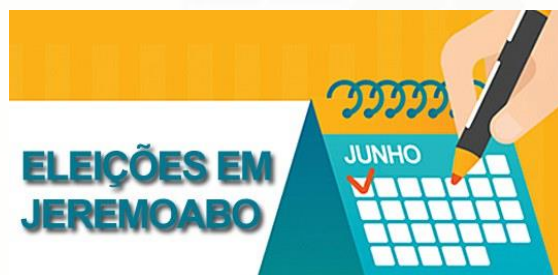


Ainda dentro das atividades relacionadas às Eleições destacou-se a realização, em 03/06/2018, da Eleição Suplementar no município de Jeremoabo, para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, conforme Resolução Administrativa TRE-BA nº 5/2018, que aprovou

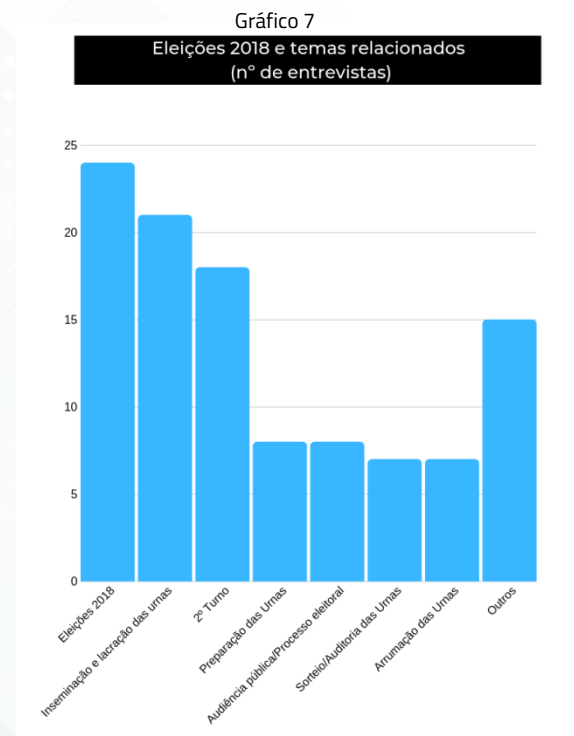
instruções para a realização de eleição suplementar e aprovou o respectivo Calendário Eleitoral. O procedimento foi coordenado pelo Juízo Eleitoral da 51ª Zona Eleitoral. As eleições municipais suplementares em Jeremoabo foram determinadas pelo TRE-BA, tendo em vista que a prefeita mais votada, Anabel de Tista (PSD), teve seu registro indeferido e os votos não foram validados. Ela disputou o pleito de 2016 com recursos na Justiça Eleitoral. Após julgamento de recurso interposto pela candidata, a Corte eleitoral do TRE-BA decidiu, à unanimidade, manter o indeferimento do registro de candidatura e excluir multa aplicada a candidata. Conforme a Resolução Administrativa - Nº 5/2018, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) manteve a decisão do TRE-BA.

Na Justiça Eleitoral baiana, o ano de 2018 foi marcado, ainda, pelo novo modelo de título eleitoral atualizado pela Resolução TSE nº 23.538/2017, cuja utilização pelas Zonas Eleitorais da Bahia foi regulamentada pela Portaria-Conjunta nº 1/2018 do TRE-BA, publicada no DJE nº 184 de 19 de setembro de 2018, dispôs acerca da utilização do modelo de título.

O novo modelo de título eleitoral, estabelecido pela resolução acima citada, é impresso em folha comum de papel A4, com código de validação e QR Code, que substitui a chancela da autoridade judiciária.



No estado da Bahia, as eleições foram o segundo assunto em interesse da mídia no ano de 2018, destacando-se o tema Eleições de forma geral e também os procedimentos relacionados à preparação das urnas, conforme se verifica do gráfico abaixo.



Resultados em Destaque – Ações Sociais e Cidadania

119 Ações
Realizadas

7.523
Pessoas
beneficiadas

Com foco no eixo “Informação, Mediação e Conscientização para a Cidadania”, inserido na Cadeia de Valor do TRE-BA, são realizadas ações direcionadas ao desenvolvimento da consciência política dos atuais e futuros eleitores, bem como ações socioeducativas desenvolvidas no âmbito do Projeto Menor Cidadão, ações sociais, com o objetivo de fomentar a cultura de solidariedade entre os colaboradores do Órgão, além de ações de saúde destinadas aos requisitados, terceirizados e estagiários.



PROJETO ELEITOR DO FUTURO

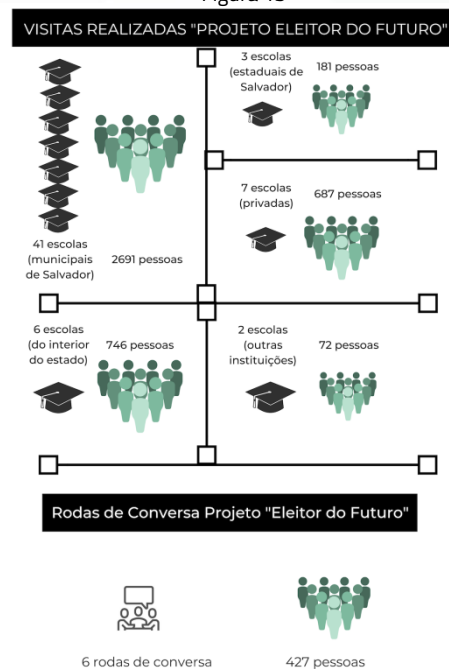
O Projeto Eleitor do Futuro, de âmbito nacional, objetiva propiciar a vivência da cidadania, expressa no ato de votar, e a manifestação de uma reflexão frente às várias ideias políticas e propostas de diversos candidatos, formando, assim, uma consciência política de participação nos jovens, e despertando-os para sua responsabilidade no exercício pleno da democracia através do voto. O público alvo são crianças e adolescentes devidamente matriculados em escolas da rede pública e particular de ensino, do 6º ao 9º ano.

PROJETO PARTIU MUDAR

O Projeto “Partiu Mudar – Educação para a Cidadania Democrática no Ensino Médio”, foi lançado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no dia 19 de outubro de 2017, tratando-se de iniciativa fruto de parceria entre a Justiça Eleitoral, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e as Escolas Judiciárias Eleitorais (EJEs).

Na Bahia, a EJE firmou parceria com a Secretaria da Educação do Estado, por meio da Superintendência de Políticas Públicas Para Educação Básica – SUPED/DIREB,

Figura 15



com o intuito de desenvolver as ações do Projeto “#Partiumudar”, voltado para os estudantes do ensino médio das unidades escolares da Rede Estadual selecionadas.

Nessa perspectiva, em abril de 2018, foi assinado acordo de cooperação mútua entre os participantes, objetivando o desenvolvimento do Projeto, executado pela EJE. A parceria visa a capacitar professores, principalmente os da área de Ciências Humanas (sem prejuízo da utilização em outras áreas), e estudantes do ensino médio, oferecendo-lhes sugestões de abordagem para tratar conceitos necessários ao exercício da cidadania política no contexto brasileiro com o alunado, tendo em vista que a escola tem um papel fundamental de formar cidadãos capazes de exercer seus direitos civis, sociais e políticos.

Figura 16



PROJETO UNIVERSITÁRIO CIDADÃO



O Projeto Universitário Cidadão tem por objeto a promoção de visitas acadêmicas ao Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, nas quais os estudantes universitários têm a oportunidade de conhecer a estrutura de funcionamento da Justiça Eleitoral, participando de palestras e debates relativos ao Direito Eleitoral e à democracia e assistindo a sessões de julgamento do Tribunal, de forma a contribuir para a formação política e para a difusão de uma cultura cidadã. Participaram do projeto no exercício de 2018 as seguintes instituições: Estácio Fib (2 ações), Uninassau, Faculdade Social Sulamericana- Unifass (2 ações) e Faculdade Baiana de Direito. e Faculdade Dois de Julho, atingindo um público de 339 alunos.

OUTRAS AÇÕES:



Curso para professores: 56 participantes



Políticos do Futuro: 238 participantes.

OUTROS EVENTOS DE PROMOÇÃO DA CIDADANIA

Quadro 4

EVENTOS	PÚBLICO ATINGIDO
Painel Participação Política e Social das Mulheres no Brasil: Tendências e Resistências	197
Sexta Cultural: Compliance Eleitoral	80
Sexta Cultural: Redes Sociais nas Eleições 2018: O Desafio das Fake News	164
I Ciclo de Estudos de Direito Eleitoral	630
Evento no Fórum de Valença	91
Evento na Academia da Polícia Civil.	18
Evento no 6º Batalhão de Polícia do Exército.	92
Evento no 82º Batalhão da Polícia Militar da Bahia	68
Evento no Comando da 6ª Região Militar	26
Evento na Paróquia Ascensão do Senhor.	24
I Olimpíada Baiana de Direito Eleitoral (3 ações)	111
Evento na ACADEPOL	42
Tributo aos 30 Anos da Constituição Federal de 1988	113
Políticos do Futuro	238
Concessão de 6 bolsas de estudo	6
Encontro com Partidos Políticos	82
Total: 18 ações	1982 pessoas

Custo Operacional

AÇÕES DA EJE-BA



Eixo cidadania
R\$ 24.674,00

AÇÕES DE CUNHO SOCIAL



No âmbito da Secretaria de Gestão de Pessoas são desenvolvidas ações de cidadania, alinhadas ao objetivo estratégico Fomentar ações de responsabilidade social e práticas ambientais sustentáveis.

Nesse sentido, foram realizadas 8 ações nas áreas abaixo listadas, atingindo um público mínimo de 232 pessoas. As ações visaram a estimular a solidariedade entre servidores e demais colaboradores do Órgão, por meio de doações de itens básicos, não gerando despesas mensuráveis para esse Regional e cujo resultado é repassado a instituições sociais, atendendo a pessoas carentes, em situação de vulnerabilidade social. Além das campanhas sociais, foi realizada a arrecadação de material destinado a reciclagem.

Campanha "Agasalhe com Amor"

Campanha de Doação de Sangue e Cadastro de Doador de Medula Óssea

Campanha "Compartilhe Felicidade" (Arrecadação de Brinquedos, Roupas, Sapatos, Artigos de Higiene e Outros Donativos)

Arrecadação de Garrafas Pets e Resíduo de Óleo

Campanha de Doação de Lenços, Boinas e Bonés para Pacientes com Câncer de Mama

Feirinha Saudável com produtores de itens orgânicos

PROGRAMA ESTAGIÁRIO E MENOR CIDADÃO



O Programa de Estágio mantido pelo Tribunal Regional Eleitoral da Bahia contrata, a partir de seleção pública, estudantes de instituições de ensino superior e de ensino médio, cujo investimento em 2018 foi de R\$1.334.660,38. O Programa viabiliza oportunidades de aquisição de experiências práticas em cursos de formação de áreas diversas.

Destaque-se que o Projeto Menor Cidadão (PMC), programa de estágio

voltado a estudantes do ensino médio regular de escola pública, é uma ação de responsabilidade social deste Regional que visa à inclusão dos adolescentes atendidos, capacitando-os para o exercício profissional e promovendo sua autonomia pessoal. Esta ação, que tem seleção anual, destina-se a atender estudantes com idade entre 16 e 18 anos, oriundos de família de baixa renda, cursando o 1º, 2º ou 3º ano do ensino médio ou ensino médio profissionalizante em instituições públicas. Cada estagiário integrante do projeto é acompanhado de forma individualizada, participando ainda de ações periódicas de cunho profissionalizante, de desenvolvimento pessoal e de aprimoramento escolar, com treinamentos, palestras e oficinas para capacitação pessoal e técnica.



Em 2018, além da seleção para o PMC, foi realizada seleção pública para preenchimento de vagas de nível médio profissionalizante e superior em áreas de formação demandadas por unidades que formalizaram solicitação de estagiário.

TABELA 15 - PÚBLICO ATINGIDO PELO PROGRAMA ESTAGIÁRIO E MENOR CIDADÃO

Nível Acadêmico	Quantidade de Estagiário	
	2017	2018
Nível Médio (integrantes do Projeto Menor Cidadão)	20	20
Nível Médio (profissionalizante): 07 estagiários	7	10
Nível Médio (apoio específico à biometria)	90	90*
Nível Superior	50	110
TOTAL	167	230

(*) As vagas de estágio para o apoio específico à biometria foram preenchidas por meio de seleção pública, gerando contratação com prazo determinado no período entre abril de 2017 a maio de 2018, mês em que ocorre o fechamento de cadastro eleitoral.

(**) Em relação a este tópico, o indicador estratégico i16. Número de pessoas atingidas por ações sociais contabiliza apenas aqueles integrantes do Projeto Menor Cidadão, que desenvolveu, no exercício 2018, 12 ações sociais, contabilizadas no indicador i17ASoc. Número de ações socioambientais. O Programa Estagiário não contabiliza para os referidos indicadores estratégicos.

Resultados em Destaque – Prestação Jurisdicional no 2º Grau

Ao exercer a função jurisdicional, a Justiça Eleitoral atua na solução de conflitos sempre que provocada judicialmente para aplicar o Direito. Isso acontecerá em situações tais como ajuizamento de ação de investigação judicial eleitoral (AIJE), ação de impugnação de mandato eletivo (AIME), ação de impugnação de registro de candidatura (AIRC) e nas representações por propaganda eleitoral irregular.

Os tribunais regionais eleitorais estão distribuídos nas capitais de cada estado e no Distrito Federal, competindo-lhes o processamento e julgamento de ações como: registro e cancelamento dos registros dos diretórios estaduais e municipais de partidos políticos, bem como de candidatos a governador, vice-governador e membros do Congresso Nacional e das assembleias legislativas; recursos interpostos contra atos e decisões proferidas pelos juízes e juntas eleitorais; constituição das juntas eleitorais e designação da respectiva sede e jurisdição e requisição da força necessária ao cumprimento de suas decisões, entre outros.

À Secretaria Judiciária, unidade integrante da Secretaria do TRE-BA, incumbe gerir as atividades cartorárias relativas ao processamento e julgamento dos feitos de competência originária e recursal do Tribunal, utilizando mecanismos e ferramentas de controle da tramitação dos processos judiciais, desde a autuação até a baixa definitiva dos autos, funcionando, assim, como unidade auxiliar à Corte do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia na prestação de sua função jurisdicional.

A unidade é responsável pela medição e monitoramento de seis indicadores utilizados para avaliar e acompanhar o grau de cumprimento, no 2º grau de jurisdição, de dois dos objetivos estratégicos do Tribunal: Aumentar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional; e Contribuir para o combate à corrupção e à improbidade administrativa.

Integrados aos objetivos estratégicos, o Tribunal de igual forma direciona esforços visando ao cumprimento das metas anualmente estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ para os órgãos integrantes do Poder Judiciário Nacional: sendo a Meta 1 “Julgar quantitativo maior de processos do que os distribuídos no exercício atual”, Meta 2 “Identificar e julgar, até 31/12/2018, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2016” e Meta Específica 1 para a Justiça Eleitoral “Julgar 75% dos processos que envolvam cassação de mandato no prazo de um ano contado de sua distribuição, sendo de três meses o período estabelecido para a tramitação desses feitos no 2º grau de jurisdição”.

AÇÕES EMPREENDIDAS PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS

No exercício de 2018, o Tribunal definiu como uma de suas prioridades imprimir celeridade à tramitação dos feitos da competência originária e recursal, bem como resguardar a regularidade procedimental, conferindo agilidade e efetividade na prestação jurisdicional. Ao longo do ano, foi realizado o monitoramento contínuo do acervo processual, bem como estudos e projetos com vistas ao planejamento e à fixação de cronogramas detalhados para a execução de tarefas.

Nesse contexto, insere-se a execução do Projeto Justiça em Dia 2º Grau, cujo escopo superior foi o de acelerar o processamento dos feitos de registro de candidatura e prestação de contas das eleições 2018, para possibilitar ao Tribunal o julgamento dentro dos prazos estabelecidos no Calendário Eleitoral. Salienta-se, ainda, que o monitoramento processual realizado permitiu que fossem identificadas as classes de feitos caracterizadas por um rito de tramitação mais extenso, como é o caso das prestações de contas anuais partidárias, disciplinadas pela Resolução TSE nº 23.546/2017.

À vista dessa constatação, procedeu-se a um detido exame sobre os dispositivos da resolução supracitada, por meio do qual foram realizados estudos, visando à diminuição do tempo médio de tramitação das prestações de contas, estando em fase de análise pela Presidência do TRE-BA, a edição de normativo objetivando regular a implementação das medidas pretendidas.

O ano de 2018 foi o primeiro em que a recepção e processamento dos feitos de registro de candidatura, propaganda eleitoral e prestação de contas de campanha foram realizados por meio de sistema totalmente informatizado (PJe) e integrado com os sistemas de candidaturas (CAND) e de prestação de contas (SPCE).

Importante frisar o ganho em celeridade e eficiência obtido com a crescente utilização do sistema de Processo Judicial eletrônico pelo Tribunal, principalmente durante o período eleitoral, o que propiciou incremento significativo na agilidade de tramitação dos feitos, contribuindo para que o Regional, de forma inédita, julgasse todos os 1.196 processos de registro de candidatura dentro do prazo estabelecido no Calendário Eleitoral.

Merecem destaque, também, as atividades desempenhadas pela Secretaria Judiciária atinentes ao gerenciamento de atos partidários, mediante validação, no sistema SGIP – Sistema de

Gerenciamento de Informações Partidárias, dos dados referentes à constituição e alteração de órgãos de direção partidária, regional e municipal, e de atos concernentes ao registro de candidatos em eleição federal e estadual, com a utilização do Sistema de Candidaturas – CAND, bem assim treinamento e suporte aos representantes de partidos políticos para uso do Candex- módulo externo, CAND e PJe para o processo eleitoral de 2018.

Outrossim, a Secretaria Judiciária também atua na instrução dos processos de prestação de contas, no que se refere à informação de nomes e dados dos agentes responsáveis pela contabilidade do exercício financeiro, bem como à publicação do balanço patrimonial de partido político e da demonstração do resultado do exercício.

Quadro 5 - Resultados Obtidos - Indicadores associados ao 2º Grau de Jurisdição

INDICADOR i4	META 2018	RESULTADOS	AVALIAÇÃO
TAXA DE CONGESTIONAMENTO DO 2º GRAU (mede a efetividade do tribunal em um período, levando-se em conta o total de casos novos que ingressaram, os casos baixados e o estoque pendente ao final do período anterior ao período base)	Até 20%	No 4º trimestre de 2018, a taxa foi de 4,03% , menor valor registrado pelo Tribunal nos últimos anos, superando em 80% a meta fixada. Em 2016 – 15,01% / Em 2017 – 13,66%	A obtenção da menor taxa de congestionamento registrada com a superação da meta proposta pode ser atribuída ao intenso monitoramento e a fluência dos julgamentos, notadamente do estoque de feitos anteriores ao período eleitoral de 2018, bem como os novos processos relativos ao registro de candidatura, propaganda eleitoral e prestação de contas das eleições do ano em foco.
INDICADOR i5	META 2018	RESULTADOS	AVALIAÇÃO
ÍNDICE DE AGILIDADE NO JULGAMENTO (mede o percentual de processos judiciais finalizados em até um ano)	98%	No 4º trimestre de 2018, o valor alcançado para o índice foi de 97,19% , percentual bem próximo à meta estabelecida. Em 2016 – 97,73% / Em 2017 – 94,56%	O Tribunal decidiu quase 100% dos casos novos recebidos no 2º semestre, o que revela uma estabilidade no desempenho do índice em questão com relação ao verificado nos anos de 2016 e 2017.
INDICADOR i6	META 2018	RESULTADOS	AVALIAÇÃO
ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA (percentual de cumprimento da Meta 1 do CNJ: Julgar quantitativo maior de processos do que os distribuídos no exercício atual)	102%	Em 2018, o índice alcançou o patamar de 108,69% , conforme aferição feita em 04/02/2019 no Portal da Transparência da Corregedoria Regional Eleitoral (PorTCRe), superando a meta estabelecida para o exercício Em 2016 – 92,62% / Em 2017 – 118,52%	O valor atingido em 2018 corrobora a constante busca por celeridade na prestação jurisdicional.

INDICADOR i7	META 2018	RESULTADOS	AVALIAÇÃO
i7 - ÍNDICE DE JULGAMENTO DE PROCESSOS ANTIGOS (percentual de cumprimento da Meta 2 do CNJ. Para 2018, a meta 2 consiste em identificar e julgar, até 31/12/2018, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2016)	90%	Em 2018, o índice alcançou o patamar de 110,56% , conforme aferição feita em 04/02/2019 no PorTCre, ultrapassando a meta estabelecida para o exercício. Em 2016 – 97,80% / Em 2017 – 90,20%	A superação da meta deste indicador reflete o monitoramento constante do acervo processual e a fluência dos julgamentos. A Corte iniciou o ano com 395 processos, dentre os quais aqueles autuados nos anos de 2013 a 2017, finalizando o exercício com um acervo composto apenas de 16 processos autuados em 2017 e 74 autuados em 2018.
INDICADOR i8	META 2018	RESULTADOS	AVALIAÇÃO
i8 - ÍNDICE DE TEMPO MÉDIO DE TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS DE CASSAÇÃO DE MANDATO ELETIVO (percentual de cumprimento da Meta Específica nº 1 do CNJ: Julgar 75% dos processos que envolvam cassação de mandato no prazo de um ano contado de sua distribuição, sendo de três meses o período estabelecido para a tramitação desses feitos no 2º grau de jurisdição)	75%	Em 2018, o valor atingido pelo índice alcançou o patamar de 52,97% , conforme aferição feita em 04/02/2019 no PorTCre, conjugado com o sistema de Processo Judicial eletrônico (para extração dos dados de ações da competência originária da Corte, que não se incluem nos valores exibidos pelo PorTCre). Em 2016 – 97,80% / Em 2017 – 93,86%	Como a mensuração deste índice é feita de forma cumulativa, a existência de uma expressiva quantidade de processos do ano de 2017, em relação aos quais não se verificou o alcance da meta, impactou os valores obtidos no ano de 2018, contribuindo para não se atingir a meta estabelecida.
INDICADOR i9	META 2018	RESULTADOS	AVALIAÇÃO
i9 - ÍNDICE DE CONTAS JULGADAS NO PERÍODO (percentual de prestações de contas partidárias julgadas no exercício)	42%	No 4º trimestre de 2018, o valor atingido pelo índice foi de 91,92% , tendo o Tribunal superado em mais de 100% a meta estabelecida para o período. Em 2016 – o indicador estava em elaboração / Em 2017 – 39,19%	O monitoramento frequente do acervo de prestação de contas, com ênfase na finalização dos processos mais antigos, mostrou-se decisivo para que a meta fosse suplantada. Aliaram-se a tais providências os estudos realizados e medidas adotadas para viabilizar a redução na duração de certas etapas do processamento dos feitos, a exemplo da expedição do Ofício-Circular nº 185/2018/ASSESP aos Juízes das Zonas Eleitorais solicitando celeridade no cumprimento das cartas de ordem destinadas a intimação dos dirigentes partidários responsáveis.

Fonte: Sistema de Planejamento Estratégico do TRE-BA (GEPLANES) e Portal da Transparência da Corregedoria Regional Eleitoral (PorTCre), em 04/02/2019.

NOTA: Embora os indicadores sejam aferidos individualmente, é sua análise conjunta, por meio da identificação do acervo por matéria, tempo de tramitação e rito processual, que possibilita julgar quantitativo qualificado de processos e refletir o cumprimento das metas estabelecidas pelo CNJ e pelo Planejamento Estratégico do Tribunal. Essa análise sistêmica dos índices, indicadores e dos dados do monitoramento subsidia a tomada de decisão.

Cumpra assinalar que a Corte iniciou o ano de 2018 com 395 processos pendentes de decisão, equivalendo à taxa de congestionamento de 59,34%, tendo recebido, entre os meses de janeiro e junho, 515 processos e julgado 639 feitos, reduzindo, assim, o acervo em 70,2%, ainda no primeiro semestre. Como consequência, iniciou o segundo semestre com um estoque de 271 processos no 2º grau de jurisdição, registrando o recebimento, entre os meses de julho, agosto e setembro, de 2.720 novos processos e realizando o julgamento de 2.031 feitos no mesmo período, conforme ilustrado abaixo:

Tabela 16 - Acervo Processual 2018

Data/Período	Acervo de processos	Qtd de processos novos	Processos julgados	Taxa de congestionamento
31/12/2017	395			59,34%
Janeiro a junho de 2018		515	639	-
Julho a setembro de 2018	271	2720	2031	8,04%

Fonte: Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos (SADP), Sistema de Processo Judicial eletrônico (PJe), dados extraídos nas datas referidas na tabela e Portal da Transparência da Corregedoria Regional Eleitoral – PorTCRe (http://portcre.tre-ba.jus.br/pls/apex_adm/f?p=131:1), em 04/02/2019.

Somando-se ao número de feitos pendentes de julgamento ao final do mês de setembro de 2018 (960), foram distribuídos no período de outubro a dezembro, 382 novos processos, tendo sido julgados no mesmo interstício 1.245 feitos, alcançando-se desempenho inédito referente à administração da taxa de congestionamento ao final do exercício: 4,03%, segundo dados extraídos do PorTCRe, em 04/02/2019.

- Gerenciamento e acompanhamento processual

Os dados informados no presente relatório concernentes à tramitação dos feitos, relativamente à autuação, distribuição, processamento dos feitos, julgamento, remessa ao Tribunal Superior Eleitoral, arquivamento e baixa ao juízo de origem, foram coletados dos registros constantes nos sistemas informatizados de controle e acompanhamento processual - SADP e PJe - o que confere maior segurança e fidedignidade às informações prestadas.

Os processos que ingressam pela primeira vez no Tribunal são chamados de “processos recebidos” e incluem-se nesse conceito os feitos ajuizados diretamente no Tribunal e aqueles advindos dos juízos eleitorais do Estado, para julgamento de recurso, ou de outros órgãos do Poder Judiciário, em face da declinação da competência. As fases iniciais dos processos judiciais compreendem a autuação (procedimentos relativos a registro e classificação dos feitos) e em seguida, distribuição a um relator.

Tabela 17 - Processos Distribuídos - 2014/2018

Competência	2014	2015	2016	2017	2018
Originária e privativa	3891	124	650	319	3492
Recursal	504	351	2512	1036	493
Total	4395	475	3162	1355	3985

Fonte: Estatísticas processuais mensais divulgadas na internet (<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ba-sju-estatistica-de-processos-distribuidos-anos-2014-a-2018>), compiladas com base em consultas ao Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos (SADP) e Sistema de Processo Judicial eletrônico (PJe).

Nota: Foram mantidos na contabilização os feitos das classes de inquérito, processo administrativo, instrução e prestação de contas das eleições 2018, bem como julgamentos colegiados de embargos e agravos.

O julgamento do processo é identificado pela decisão terminativa, mas cada feito pode comportar mais de uma decisão. Com efeito, as decisões podem ser monocráticas ou colegiadas, sendo que as primeiras compreendem as decisões liminares, decisões interlocutórias, decisões de sobrestamento, decisões terminativas e decisões em recurso interno (agravo regimental e embargos de declaração). Por outro lado, as decisões colegiadas do Tribunal constam de acórdãos, exceto as de caráter administrativo e normativo, que são lavradas sob a forma de resoluções. A decisão que põe fim ao processo é conhecida como decisão terminativa, seja ela monocrática ou colegiada.

O Tribunal reúne-se nas sessões de julgamento para apreciar os feitos que demandem decisão colegiada. No ano de 2018, o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia realizou 126 sessões ordinárias de julgamento, sendo relevante pontuar que, a partir de agosto de 2018, as atas das sessões plenárias passaram a ser produzidas e assinadas digitalmente no sistema Processo Judicial eletrônico, modernização esta que tornou possível descontinuar os procedimentos anteriormente adotados quanto à impressão e encadernação.

Tabela 18 - Decisões Monocráticas e Colegiadas Terminativas Proferidas - 2014/2018

Tipo de decisão	2014	2015	2016	2017	2018
Monocrática	2080	141	920	447	3113
Colegiada	1861	1253	1992	1296	1367
Total	3941	1394	2912	1743	4480

Fonte: Estatísticas processuais mensais divulgadas na internet (<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ba-sju-estatistica-de-decisoes-proferidas-anos-2014-a-2018>), compiladas com base em consultas aos Sistemas SADP e PJe. Nota: Foram mantidos na contabilização os feitos das classes de inquérito, processo administrativo, instrução e prestação de contas das eleições 2018, bem como julgamentos colegiados de embargos e agravos.

Seguindo a prática adotada nos Tribunais Superiores, o TRE-BA vem intensificando os julgamentos por meio de decisões monocráticas, o que tem proporcionado maior celeridade no cumprimento da prestação jurisdicional e das metas constantes do Planejamento Estratégico deste Órgão. Com efeito, os dados da tabela acima demonstram que a maioria dos julgamentos do exercício em análise ocorreu por meio de decisões monocráticas, exibindo um número que suplanta em 50% o verificado no ano de 2014, devendo-se salientar que em ambos os anos ocorreram eleições do mesmo porte, ou seja, eleições gerais e estaduais, quando o julgamento dos feitos de registro de candidatura, propaganda eleitoral e prestação de contas incumbe originariamente ao Tribunal.

A Corte iniciou o ano de 2018 com um acervo processual integrado por feitos autuados nos anos de 2013 a 2017, sendo, em sua maioria, processos da classe de prestação de contas. Na data de 20/02/2018 existia 1 processo do ano de 2013, 2 do ano de 2014, 14 do ano de 2015, 63 do ano de 2016 e 267 do ano de 2017. Como resultado da fluência dos julgamentos, chegou-se ao dia 31/12/2018 com um total de 90 processos pendentes de julgamento, cujas datas de autuação referem-se a 2017 e 2018, sendo apenas 16 os feitos atinentes ao ano de 2017, conforme tabela abaixo.

Tabela 19 - Acervo Processual Discriminado por Data de Autuação dos Feitos

Data da medição	2013	2014	2015	2016	2017	2018	TOTAL DO ACERVO
30/abr	0	0	6	40	137	181	364
28/ago	0	0	3	15	56	151	225
09/set	0	0	2	12	54	140	208
17/set	0	0	2	12	54	142	210
26/set	0	0	1	9	51	144	205
18/out	0	0	0	8	45	100	153

31/dez	0	0	0	0	16	74	90
--------	---	---	---	---	----	----	----

Fonte: Dados extraídos de planilhas de monitoramento de processos divulgadas pela Secretaria Judiciária do TRE-BA, no Processo PAD nº 2150/2018, construídas por meio de consultas ao Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos (SADP) e Sistema de Processo Judicial eletrônico (PJe), nas datas indicadas na coluna "Data de medição".

Nota: Estão excluídos da contabilização acima os processos relativos às eleições de 2018 (registro de candidatura, representações por propaganda irregular e prestação de contas de campanha).

Saliente-se que estão excluídos da contabilização acima os feitos de prestação de contas de candidatos não eleitos do pleito de 2018, pendentes de julgamento no exercício de 2018, os quais são incluídos como casos novos em 2019, com prazo de julgamento definido pelo Calendário Eleitoral como 29/11/2019. O indicador i9NE. Prestação de contas de candidatos não eleitos no 2º grau será aplicável a partir do exercício de 2019. Apesar disso, foi realizado um esforço do Órgão para avaliação do resultado obtido em 2018, primeiro ano em que a Corte conseguiu avançar de forma significativa em relação ao julgamento das prestações de contas dos candidatos não eleitos, alcançando o número expressivo de 658 desses feitos finalizados até o final do exercício, o que representa 64% do total de prestações de contas de não eleitos recebidas. Esse percentual superou o desafio de 60% de julgamentos fixado pelo Tribunal, aspecto positivo, também, para redução do quantitativo de casos novos no início do ano corrente, bem como para o valor da taxa de congestionamento e da Meta 1 do CNJ, a serem aferidos no 1º trimestre de 2019.

- Processamento de feitos judiciais

Quanto ao processamento dos feitos no Tribunal, este compreende o cumprimento dos despachos e decisões, liminares e interlocutórias, proferidos pelos juízes, nos processos da competência originária e recursal. Nos processos de competência recursal, o processamento compreende as fases de vista ao Ministério Público Eleitoral, conclusão ao relator e realização de diligências. Além disso, nos feitos da competência originária, o processamento comporta, ainda, a prática de outros atos cartorários pertinentes à realização de notificações e de instrução probatória.

Quadro 6 - Dados Relativos aos Atos Cartorários e de Controle de Atos Partidários em 2018

ATOS	QUANTITATIVO
Cartas de ordem e precatórias, mandados e alvarás expedidos	186
Citações, notificações e intimações	1682
Decisões publicadas em DJE	2712

ATOS	QUANTITATIVO
Decisões publicadas em sessão	371
Emissão de certidões negativas de processo crime eleitoral	85
Publicações em mural eletrônico	3557
Feitos autuados, classificados e distribuídos	4011
Feitos, em meio digital, encaminhados à Procuradoria da Fazenda Nacional para inscrição na Dívida Ativa da União, de multa eleitoral aplicada pelos juízos eleitorais.	227
Feitos encaminhados à Procuradoria da Fazenda Nacional para inscrição na Dívida Ativa da União, de multa eleitoral aplicada pelo Tribunal.	14
Feitos encaminhados à Advocacia Geral da União para cobrança de recurso de origem não identificada ou de fonte vedada, por decisão do Tribunal.	28
Atendimento às partes, advogados e estagiários, com entrega dos autos para vista em Secretaria	1392
Feitos baixados para as zonas de origem	924
Feitos remetidos ao TSE	247
Feitos arquivados	2405
Publicação de balanços anuais das agremiações partidárias	33
Quantidade de processos incluídos em pauta e lista de julgamento	1379

Fonte: Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos (SADP) e Sistema de Processo Judicial eletrônico (PJe), em 31/12/2018

- Fundo Partidário

O Fundo Partidário, formalmente nominado como Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos, previsto na Lei nº 9.096/1995, destina recursos aos partidos que tenham seu estatuto registrado no Tribunal Superior Eleitoral e estejam com as suas prestações de contas regulares perante a Justiça Eleitoral. O Fundo Partidário é constituído por recursos públicos e particulares, conforme previsto no artigo 38 da Lei nº 9.096/95, sendo: I – multas e penalidades pecuniárias aplicadas nos termos do Código Eleitoral e leis conexas; II – recursos financeiros que lhe forem destinados por lei, em caráter permanente ou eventual; III – doações de pessoa física ou jurídica, efetuadas por intermédio de depósitos bancários diretamente na conta do Fundo Partidário; IV – dotações orçamentárias da União em valor nunca inferior, cada ano, ao número de eleitores inscritos em 31 de dezembro do ano anterior ao da proposta orçamentária, multiplicados por trinta e cinco centavos de real, em valores de agosto de 1995.

A Justiça Eleitoral atua como órgão fiscalizador quanto ao recebimento e aplicação de recursos do Fundo Partidário pelos partidos políticos, competência que é exercida por ocasião do exame das

prestações de contas partidárias, entregues por todas as instâncias dos partidos políticos, não sendo, pois, de competência dessa Justiça Especializada a gestão de quaisquer fundos financeiros, sejam estes públicos ou privados, em razão das específicas atribuições que lhe são cominadas pela legislação pátria.

Tabela 20 - Cotas do Fundo Partidário Recebidas pelos Órgãos Estaduais dos Partidos (Valores em Reais)

Sigla do Partido	Exercícios		
	2017	2016	2015
PR	402.563,04	752.954,32	263.759,71
PT	1.031.187,97	1.013.297,32	1.447.384,00
DEM	3.130.000,00	1.150.563,60	905.000,00
PSB	533.250,00	836.409,85	1.832.746,97
PMDB	1.602.721,82	2.221.219,18	2.510.568,68
PP	353.600,00	1.260.000,00	635.000,00
PTB	197.000,00	340.000,00	278.900,00
PSDB	1.523.942,44	1.434.710,42	1.463.861,83
PDT	145.000,00	315.000,00	150.000,00
PSD	1.440.000,00	1.440.000,00	1.080.000,00
PV	79.951,93	169.751,17	216.481,00
PRB	112.100,00	471.665,54	60.600,00
SD	912.211,00	1.293.632,98	55.552,75
REDE	-	44.730,69	-
PSOL	205.474,12	635.170,81	256.236,03
PSC	130.000,00	195.000,00	240.000,00
PC DO B	66.100,00	-	-
PODE	23.000,00	-	-
Totais	11.888.102,92	13.574.105,88	11.396.090,97

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – informações disponibilizadas no link: <http://www.tse.jus.br/partidos/contas-partidarias/prestacao-de-contas/contas-anuais/prestacao-de-contas-partidarias>, dados extraídos em 18/01/2019

- Prestação de contas dos órgãos partidários

Quadro 7 - Diretórios Estaduais que não Prestaram Contas Relativas ao Exercício de 2017

PARTIDO	SITUAÇÃO
PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO - PCB	Prestação de Contas (PC 0602113-98.2018.6.05.0000). Contas julgadas não prestadas.
PARTIDO PÁTRIA LIVRE - PPL	Prestação de Contas (PC 0602117-38.2018.6.05.0000). Contas julgadas não prestadas.
PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO - PRTB	Prestação de Contas (PC 0600409-50.2018.6.05.0000). Contas julgadas não prestadas.
PARTIDO REPUBLICANO PROGRESSISTA - PRP	Prestação de Contas (PC 0600476-15.2018.6.05.0000). Contas julgadas não prestadas.
PARTIDO REPUBLICANO DA ORDEM SOCIAL - PROS	Prestação de Contas (PC 0600626-93.2018.6.05.0000). Contas julgadas não prestadas.
DEMOCRATA CRISTÃO - DC	Prestação de Contas (PC 0600443-25.2018.6.05.0000). Contas julgadas não prestadas.
PARTIDO SOCIAL LIBERAL - PSL	Prestação de Contas (PC 0603347-18.2018.6.05.0000). Contas julgadas não prestadas.
PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE - PSOL	Prestação de Contas (PC 0600260-54.2018.6.05.0000). Contas julgadas não prestadas.

Fonte: Processo Judicial Eletrônico - PJE (levantamento efetuado em 18 de janeiro 2019)

Quadro 8 - Julgamento das Contas dos Diretórios Estaduais dos Partidos*

EXERCÍCIO	JULGAMENTOS
2013	15 aprovadas com ressalva; 1 desaprovada parcialmente; 4 desaprovadas; 11 não prestadas
2014	14 aprovadas com ressalva; 8 desaprovadas; 7 não prestadas
2015	18 aprovadas com ressalva; 2 desaprovadas parcialmente; 11 desaprovadas; 5 não prestadas
2016	7 aprovadas com ressalva; 6 não prestadas; 3 Desaprovadas parcialmente; 4 desaprovadas
2017	8 não prestadas

Fonte: Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos (SADP) e Processo Judicial Eletrônico (PJE), em 18/01/2019

* NOTA: Existem processos em trâmite referentes aos exercícios financeiros de 2015/2016/2017 dos partidos políticos.

Quadro 9 - Processos Distribuídos, Decisões Monocráticas Terminativas e Colegiadas Proferidas no Ano de 2018, por Juiz - TRE-BA⁽¹⁾

RELATOR	FEITOS DISTRIBUÍDOS	DECISÕES (TOTAL)	MONOCRÁTICAS	COLEGIADAS
JUÍZES TITULARES				
José Edivaldo R. Rotondano	59	122	62	60
Edmilson Jatahy Fonseca Júnior	654	678	448	230
Patrícia Cerqueira K. Szporer	598	635	475	160
Rui Carlos Barata Lima Filho	577	501	363	138
Diego Luiz Lima de Castro	557	568	454	114
Freddy Carvalho Pitta Lima	527	586	413	173
Antônio Oswaldo Scarpa	463	521	417	104
JUÍZES SUBSTITUTOS / AUXILIARES / EX-MEMBROS				
Eduardo Augusto V. Barreto	06	10	07	03
Ávio Mozar	01	06	02	04
Carmem Lúcia S. Pinheiro	158	220	130	90
Ana Conceição B. S. G. Ferreira	157	238	143	95
Gardênia Pereira Duarte	152	200	111	89
Paulo Roberto L. Pimenta	76	177	81	96
Fábio Alexsandro C. Bastos	-	16	07	09
Diego Freitas Ribeiro	-	02	-	02
TOTAL	3.985	4.480	3.113	1.367

Fonte: Estatísticas processuais mensais divulgadas na internet (<http://www.tre-ba.jus.br/servicos-judiciais/estatisticas/estatisticas>), compiladas com base em consultas ao Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos (SADP) e Sistema de Processo Judicial eletrônico (PJE).

Nota: (1) - Foram mantidos na contabilização os feitos das classes de inquérito, processo administrativo, instrução e prestação de contas das eleições 2018, bem como julgamentos colegiados de embargos e agravos.

RISCOS E OBSTÁCULOS AO ALCANCE DOS OBJETIVOS

Até agosto de 2017, o Tribunal exercia o controle do andamento dos processos mediante utilização do Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos – SADP, ferramenta que dispõe de alguns relatórios estatísticos que permitem o monitoramento e controle dos feitos. A partir de 23 de agosto de 2017, houve a implantação do Processo Judicial eletrônico – PJe, sistema automatizado de formação e de tramitação de processos judiciais, administrado pelo Tribunal Superior Eleitoral, para determinadas classes processuais. Desde então, passou-se a trabalhar com dois mecanismos de tramitação processual, o que demanda o estabelecimento de controles internos e de gestão de riscos ainda mais rigorosos.

Em relação ao controle da tramitação dos processos físicos, o SADP permite a emissão de alguns relatórios que monitoram o tempo de permanência do feito em cada uma das fases processuais, possibilitando que ações sejam promovidas no sentido de evitar que os feitos remanesçam paralisados por mais de trinta dias sem um comando judicial que autorize. No entanto, estes não são suficientes para um efetivo controle do fluxo processual, exigindo das unidades administrativas desta Secretaria a utilização de outros métodos de monitoramento, para gestão de riscos, como registro em planilhas e medição trimestral dos indicadores estabelecidos no Planejamento Estratégico.

Com efeito, elaboram-se planilhas que permitem acompanhamento e controle de forma a possibilitar o cumprimento, por exemplo, dos prazos de vinte e quatro horas para abertura de vista ao Procurador, dois dias para a prática de atos processuais pelo servidor da Secretaria, de cinco dias para submeter o acórdão à

assinatura dos juízes e do procurador e de dez dias para publicação do acórdão no Diário de Justiça eletrônico, em obediência às leis e regulamentos.

No que pertine aos feitos que tramitam em meio eletrônico, o sistema PJe ainda não dispõe de ferramenta que possibilite o controle eficaz das fases de tramitação processual, vez que não gera relatórios que permitam a extração de dados estatísticos. Assim, exige desta unidade a adoção de mecanismos manuais de monitoramento, realizados mediante consulta processo a processo, o que demanda maior tempo e esforço para obtenção de dados, em contrapartida aos benefícios trazidos pelo meio eletrônico, quais sejam a diminuição de tarefas de caráter repetitivo e mecânico, tais como a montagem de autos e a numeração de folhas, que viabilizam a melhoria do ambiente de trabalho do servidor e minimizando os afastamentos por motivo de tratamento da própria saúde.

DESAFIOS FUTUROS

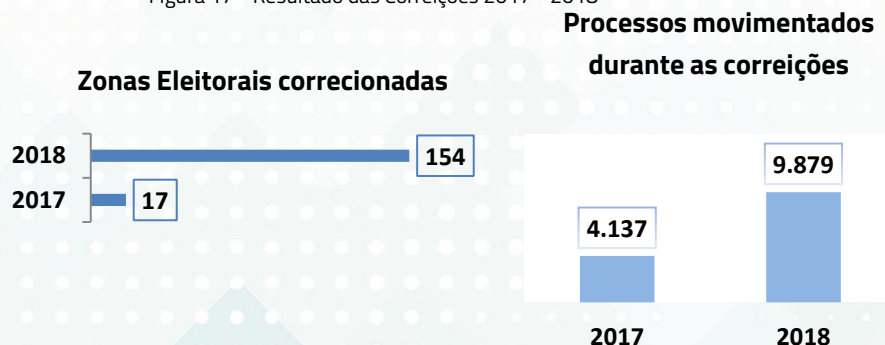
Será necessária a disponibilização, pelo Tribunal Superior Eleitoral, de módulo estatístico no PJe, a fim de que se possa extrair, com a celeridade necessária, dados estatísticos que permitam uma análise real do acervo processual existente, possibilitando um melhor direcionamento dos esforços destinadas ao alcance das metas propostas. O Tribunal deverá manter o monitoramento do estoque processual e aumentar a produtividade, visando o cumprimento das metas estabelecidas para o Tribunal, atividade que se torna um desafio, diante do crescimento da demanda processual em oposição à insuficiência do quadro funcional de servidores do Órgão.

Resultados em Destaque – Prestação Jurisdicional no 1º Grau

No 1º grau, a jurisdição é exercida nas Zonas Eleitorais, por meio de juízes eleitorais, designados dentre os juízes de Direito integrantes da Justiça Estadual, tendo como algumas de suas atribuições: processar e julgar os crimes eleitorais e os comuns, exceto o que for da competência originária do Tribunal Superior Eleitoral e dos tribunais regionais eleitorais; expedir títulos eleitorais e conceder transferência de eleitor; e tomar todas as providências ao seu alcance para evitar os atos ilícitos das eleições.

A Corregedoria Regional Eleitoral envidou esforços no sentido de melhorar a produtividade dos magistrados e servidores a fim de assegurar o princípio constitucional da duração razoável do processo. Constatando a existência, no início do exercício, de um acervo de 11.841 processos nas Zonas Eleitorais, representando o maior acervo processual do Brasil, a Corregedoria, com ineditismo, convocou todos os juízes eleitorais das zonas correicionadas, com exceção das que integraram o polo Porto Seguro, para reunião, com o fim último de fixar o panorama deste Regional, no *ranking* nacional de produtividade, e igualmente, traçar com os magistrados as diretrizes necessárias para a redução do acervo de processos em tramitação, estabelecendo assim, um canal de diálogo com os juízes eleitorais. Findos os trabalhos nos polos mencionados, extrairam-se os seguintes resultados:

Figura 17 - Resultado das Correições 2017 - 2018



Os números revelam uma expressiva evolução da administração do estoque processual com significativo impacto no cumprimento das metas estabelecidas pelo CNJ. Confirmam-se, a seguir, os números obtidos por polos nos quais foram realizadas as correições.

Figura 18 - Números Obtidos Por Polos nas Correições

Feira de Santana



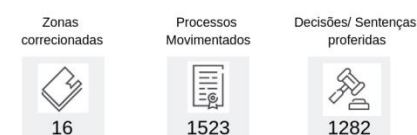
Barreiras



Juazeiro



Vitória da Conquista



Porto seguro



Santo Antônio de Jesus



Lençóis



Total dos Resultados



Com todo o esforço realizado, as metas estabelecidas para os indicadores a cargo do 1º grau de jurisdição foram cumpridas de maneira satisfatória, notadamente, quando em comparação com os anos de 2016 e 2017.

Tabela 21 - Resultados dos Indicadores no 1º grau

INDICADOR	2016		2017		2018	
	Meta Estabelecida	Percentual Alcançado	Meta Estabelecida	Percentual Alcançado	Meta Estabelecida	Percentual Alcançado no exercício
Taxa de congestionamento (i4)	Até 42%	60,62%	Até 35%	58,31%	Até 30%	35,15%
Índice de agilidade no julgamento (i5)	15%	43,84%	25%	51,22%	35%	75,02%
Índice de atendimento à demanda (i6)	110%	91,18%	101%	117,83%	102%	140,50%
Índice de julgamento de processos antigos (i7)	90%	78,11%	90%	86,71%	90%	109,44%
Índice de tempo médio de tramitação dos processos de cassação de mandato eletivo meta específica nº 1 – CNJ (i8)	10%	29,41%	15%	51,19%	75%	2,39%

Cumpramos ressaltar que os juízes eleitorais titulares e/ou substitutos que não residem nas zonas relatam ao Tribunal sua situação de cumulação, não raras vezes, de mais de duas funções perante a justiça comum, além do *munus* eleitoral, circunstância que culmina por obstaculizar a

possibilidade de comparecimento do magistrado na serventia por período satisfatório, que viabilize a tramitação e/ou julgamento dos processos num período de tempo razoável.

Ademais, esta Justiça Especializada, para além das atividades jurisdicionais, desempenha funções de cunho administrativo e, conquanto mantenha o mesmo número de servidores funcionando nas serventias eleitorais, com o acréscimo de atividades decorrentes das Eleições de 2018, bem como com a realização do cadastramento biométrico, houve deslocamento de servidores para essas atividades, gerando impacto na tramitação processual das ações que já se encontravam pendentes de apreciação nos respectivos cartórios.

Tabela 22 - Resultados das variáveis do Justiça em Números
(conforme estabelecido pelo glossário da Resolução CNJ nº 76/2009)

Parâmetro	1º sem./ 2018	2º sem. até 07/12/2018
Cn1º - Casos Novos no 1º Grau	5874	6544
Cp1º - Casos Pendentes no 1º Grau	9461	9409
TBaix1º - Total de Processos Baixados no 1º Grau	13934	6637
Sent1º - Sentenças proferidas no 1º Grau	11123	6759
RIntCP1º - Recursos Internos Pendentes no 1º Grau na Fase de Conhecimento	117	145
RIntCJ1º - Recursos Internos Julgados no 1º Grau na Fase de Conhecimento	2	3
RSup1º - Recursos à Instância Superior no 1º Grau	396	231
DeRExt1º - Decisões no 1º Grau Passíveis de Recurso Externo	11243	6832
SuS1º - Processos Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º Grau	284	247

Produtividade de serventias e/ou magistrados.

O Portal da Transparência da Corregedoria Regional Eleitoral (PortCRE) coleta e monitora automaticamente os dados processuais, por intermédio de rotinas de batimentos que verificam diariamente os registros de tramitação processual realizados no Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos, bem como possibilita medir os níveis de eficiência das unidades de 1º Grau através de um conjunto de indicadores, revelando a capacidade da prestação jurisdicional do Órgão, inclusive a produtividade de magistrados e servidores, por meio do *ranking* de eficiência, composto, inicialmente, de cinco parâmetros: Taxa de Congestionamento; Processos parados (+ 30 dias); Processos expedidos (+ 30 dias); Decisões registradas (+ 5 dias); e Grau de cumprimento da Meta 2 do CNJ. As métricas relacionadas encontram-se disponibilizadas no respectivo menu do Portal da Transparência.

Atualmente as zonas eleitorais estão com 77,2% de eficiência, tendo por base nos parâmetros acima descritos, o que denota um nível alto de eficiência, nos termos definidos no citado *ranking*.

Tabela 23 - Estatística de Processos Julgados

CLASSE	DISTRIBUIDOS em 2018	JULGADOS em 2018
AC	9	13
AE	1	1
AJE	12	169
AIME	5	22
AP	78	219
CART	452	409
CIE	114	109
CMR	743	187
DM	51	52
DP	37	36
DPI	574	564
EE	9	9
EF	10	28
FP	63	67
HC	3	1
INQ	101	72
MS	1	3
NC	53	61
PA	452	356
PC	11593	15961
PET	933	922
RCAND	8	12
RP	612	1323
RSE	506	489

Dados extraídos do PortCRE em 27/02/2019_ Estatística - Processos
Julgados por Classe_2018

Tabela 24 - Tempo dos Processos no 1º Grau de Jurisdição (em dias corridos)

Item	Media	Mediana	Desvio padrão	Número processos considerados
TpBaixC1º- Tempo de Tramitação dos Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau	375,729	354	358,113	17981
TpBaixExtFisc1º- Tempo de Tramitação dos Processos de Execução Fiscal Baixados no 1º Grau	1817,2	1663	973,298	30
TpCp1º- Tempo de Tramitação dos Processos Pendentes no 1º Grau	285,311	51	507,324	6177
TpSent1º- Tempo da Sentença nos Processos de 1º Grau	390,906	386	371,03	18375
TpBaixCCrim1º- Tempo de Tramitação dos Proc. de Conhecimento Crim. Baix. no 1º Grau	1184,185	741	739,96	233
TpBaixCNCrim1º- Tempo de Tramitação dos Processos de Conhecimento Não-Criminais Baixados no 1º Grau	365,116	343	337,753	17748

A Corregedoria Regional Eleitoral atua, ainda, no âmbito do Projeto Justiça em Dia 1º Grau, contribuindo para o alcance do objetivo estratégico, “aumentar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional”, que consiste em garantir prestação jurisdicional efetiva e ágil, preservando a segurança jurídica e procedimental na tramitação dos feitos judiciais eleitorais, bem como elevar a produtividade dos magistrados e servidores, a fim de assegurar o princípio constitucional da duração razoável do processo. O esforço do TRE-BA nessa área vem ao encontro da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, instituída pelo CNJ, através da Resolução nº 194/2014.

Quadro 10 - Custo das Correções (Projeto Justiça em Dia)

Entrega	Recurso	Valor Total
Entrega 2.1: Realizar força tarefa para julgamento de processos na Região de Barreiras.	Diárias, Adicionais de deslocamento, custos de transporte.	48.805,32 (CRE) + 9.854,04 (SETRAN) + 9.204,23 (Aéreo) Total = 67.863,59
Entrega 2.2: Realizar força tarefa para julgamento de processos na Região de Vitória da Conquista.	Diárias, Adicionais de deslocamento, custos de transporte.	83.820,88 (CRE) + 5.561,53 (SETRAN) + 7.091,40 (Aéreo) Total = 96.473,81
Entrega 2.3: Realizar força tarefa para julgamento de processos na Região de Feira de Santana.	Diárias, Adicionais de deslocamento, custos de transporte.	79.741,56 (CRE) + 3.897,74 (SETRAN) Total = 83.639,30
Entrega 2.4: Realizar força tarefa para julgamento de processos na Região de Porto Seguro.	Diárias, Adicionais de deslocamento, custos de transporte.	50.806,00 (CRE) + 3.119,83 (Aéreo) 4.716,17 (SETRAN) Total = 58.642,00
Entrega 2.5: Realizar força tarefa para julgamento de processos na Região de Juazeiro.	Diárias, Adicionais de deslocamento, custos de transporte.	82.010,97 (CRE) + 3.419,97 (Aéreo) 3.039,80 (SETRAN) Total = 88.470,74
Entrega 2.6: Realizar força tarefa para julgamento de processos na Região de Lençóis.	Diárias, Adicionais de deslocamento, custos de transporte.	48.736,00 (CRE) + 915,36 (Aéreo) 3.815,76 (SETRAN) Total = 53.467,12
Entrega 2.7: Realizar força tarefa para julgamento de processos na Região de Santo Antônio de Jesus.	Diárias, Adicionais de deslocamento, custos de transporte.	39.539,73 (CRE) + 1.472,13 (Aéreo) 2.849,26 (SETRAN) Total = 43.861,12

Resultados em Destaque – Análise de Prestação de Contas de Candidatos e Partidos Políticos

Os processos judiciais de prestação de contas eleitorais de candidatos e partidos políticos são submetidos à análise da Assessoria de Exame de Contas, a quem incumbe a emissão de pareceres e relatórios técnicos, que irão subsidiar o julgamento das causas pelos membros da Corte.

Assim, no exercício de 2018, a Gestão determinou que fossem priorizadas as análises de prestações de contas nos processos dos candidatos eleitos a serem diplomados em 2018, bem assim dos primeiros suplentes, conforme abaixo:

- analisar 100% dos processos de prestação de contas eleitorais, originários de exercícios anteriores e recursais, submetidos à análise técnica, superando o desempenho alcançado no ano de 2017, de 97,94%;
- analisar, conclusivamente, até 03/12/2018, 100% dos processos de prestações de contas dos candidatos eleitos e suplentes a serem diplomados, o que corresponde a 137 processos; e
- analisar, conclusivamente, 60% dos processos de prestações de contas dos candidatos não eleitos, cujas prestações de contas tenham sido entregues tempestivamente.

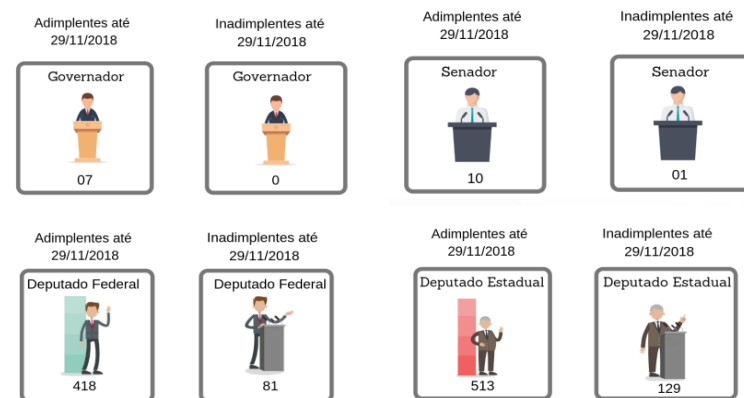
Em relação aos processos de prestação de contas eleitorais, originários de exercícios anteriores e recursais, em 27/10/2018 já haviam sido analisados todos os processos submetidos à análise técnica, atingindo o objetivo determinado pela Gestão. Vale ressaltar que, em relação às eleições 2018, o total de candidatos foi de 1.159. Quanto à adimplência na apresentação das contas, 948 candidatos estavam adimplentes até o final do exercício, e 211 estavam inadimplentes, conforme infográficos a seguir:

Figura 19 - Apresentação das contas de Candidatos – Total de Adimplentes



948 candidatos
adimplentes até o
final do exercício
211 candidatos
inadimplentes

Figura 20 - Apresentação das Contas de Candidatos por Cargo Eletivo



ANÁLISE PRESTAÇÕES DE CONTAS PARTIDÁRIAS

No que se refere às contas anuais partidárias, destaca-se a priorização de análise dos processos maduros para julgamento que se encontravam em fase de produção de provas e alegações finais, bem como os processos relativos aos exercícios de 2016 e anteriores, de forma a não incidir na prescrição contida no art. 37, §3º, da Lei nº 9.096/1995.

Oportuno também evidenciar a inovação da obrigatoriedade de uso, pelos partidos políticos, do Sistema de Prestação de Contas Anual (SPCA) para as prestações de contas do exercício de 2017, entregues em 2018, tanto na esfera estadual, quanto municipal. Com essa ferramenta eletrônica, obrigatória para as contas do exercício 2017 e seguintes, a Justiça Eleitoral passou a receber informações em tempo real de todos os partidos políticos, permitindo a substituição de arquivos em papel por versões digitais, e a divulgação e consolidação das informações na base de dados da Justiça Eleitoral.

Para as contas do exercício de 2017 e seguintes, estabeleceu-se o uso obrigatório da Escrituração Contábil Digital (ECD), e seu encaminhamento por meio do Sistema Público de Escrituração Digital

(SPED), permitindo a substituição de documentos em papel por versões digitais, armazenamento eletrônico das informações, acesso às informações, controle e cruzamento de dados contábeis e fiscais.

Assim, considerando as inovações relevantes com grande repercussão na elaboração e na análise das contas anuais dos partidos políticos, foram envidados esforços no sentido de divulgar a nova sistemática de entrega e recepção das contas partidárias junto aos seus clientes internos (servidores dos Cartórios Eleitorais e da Secretaria) e externos (órgãos partidários, advogados, contadores, e público em geral).

Foi estabelecida para o ano 2018 o desafio de emissão de 200 pareceres técnicos em processos originais e recursais, representando um aumento de 25% em relação ao exercício de 2017, no qual foram emitidos 160 pareceres, e de aproximadamente 108% em relação ao exercício de 2016, no qual foram emitidos 96 pareceres.

Gráfico 8 – Emissão de Pareceres Técnicos

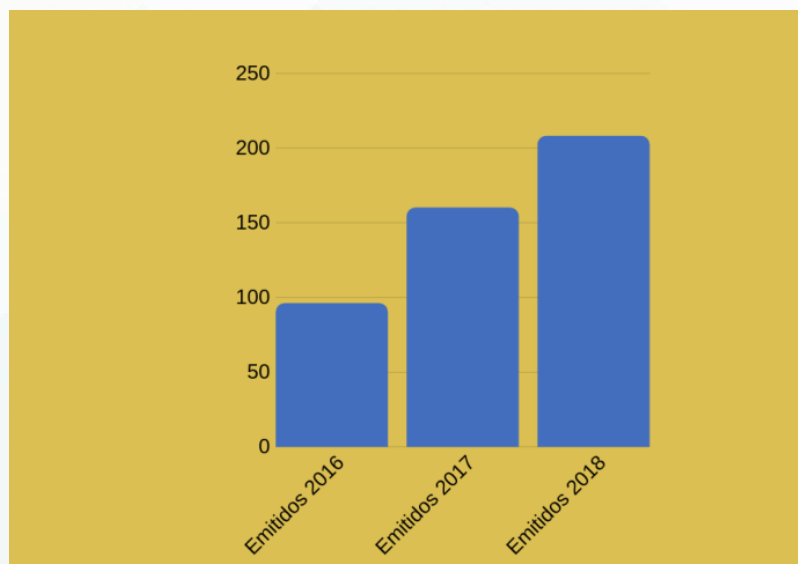
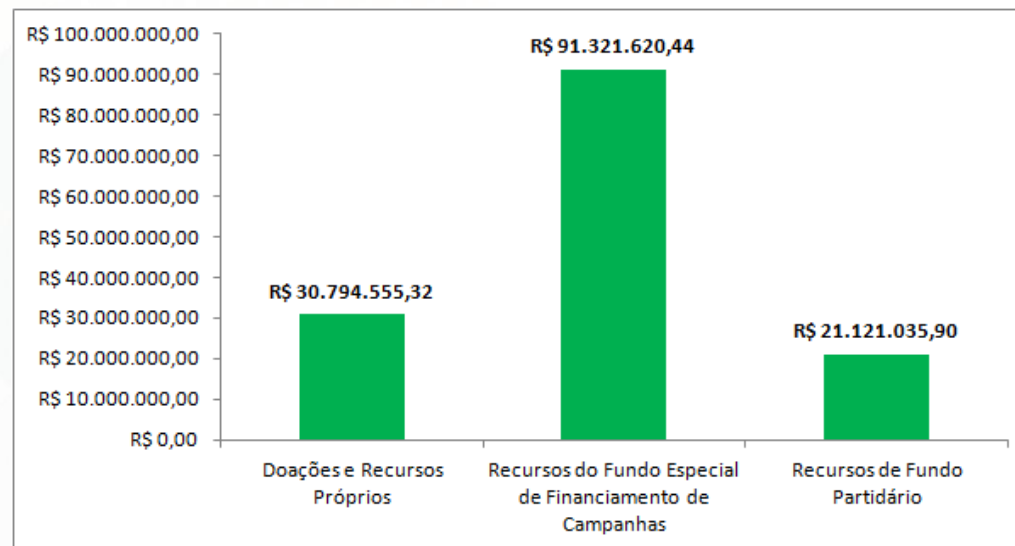


Gráfico 9 – Recursos Financeiros Referentes à Campanha Eleitoral 2018



1. Montante de recursos do Fundo Partidário gerido pelos partidos/candidatos do Estado da Bahia, nas Eleições 2018: R\$ 21.121.035,90;
2. Montante de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanhas - FEFC, gerido pelos partidos/candidatos do Estado da Bahia, nas Eleições 2018: R\$91.321.620,44.
3. Montante de doações de pessoas físicas e recursos próprios gerido pelos partidos/candidatos do Estado da Bahia, nas eleições de 2018: R\$ 30.794.555,32.
4. Foram fiscalizados pelo TRE-BA 40 eventos de arrecadação de recursos para campanha.

Fontes: Item 1 - Controle da ASCEP. Itens 2 a 4 : TSE -

:<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais>

05

Alocação de Recursos e Áreas Especiais de Gestão

Declaração da Diretora-Geral



A Diretoria-Geral da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia conduz o processo de planejamento, zela pelo cumprimento do plano de gestão, estabelece diretriz e plano de ação, propõe a aprovação e estabelece prioridades para a execução de plano estratégico, analisa o desenvolvimento dos trabalhos e adota medidas adequadas ao seu pleno aperfeiçoamento, regulamenta, orienta e supervisiona as atividades administrativas das unidades a ela vinculadas, ressalvadas as competências do Tribunal e do Presidente.

Impulsionada pelo cenário econômico e em consonância com os direcionamentos oriundos das organizações públicas e dos órgãos superiores de controle, a Diretoria-Geral modelou a gestão com vistas a garantir o alcance de resultados e desempenhar importante atuação no presente contexto.

No âmbito de sua competência regimental, ressalta-se o planejamento integrado, com diretrizes, metas e objetivos voltados à realização das Eleições. Merece ênfase a realização do cadastramento biométrico, registrando-se o percentual de 66,54% de eleitores cadastrados biometricamente até o final do exercício, resultado que exigiu alinhamento de ações que envolveram a Diretoria-Geral e as unidades do Tribunal, com destaque para as diversas contratações, logística de atendimento, serviços de tecnologia da informação, gestão de pessoas e, notadamente, gestão orçamentária.

Na condução dos trabalhos atinentes ao Pleito Eleitoral a Diretoria-Geral estabeleceu Plano Integrado de Segurança e definiu diretrizes com os gestores de segurança pública do Estado, com o objetivo de fomentar as ações necessárias à preservação da ordem pública, garantia do sufrágio universal e do poder de polícia desta Justiça Especializada, desde o início da propaganda eleitoral até a divulgação dos resultados.

A conjuntura político-econômica do país ao longo dos anos restringiu a dotação orçamentária, especialmente a partir do exercício 2017, em consequência da edição da Emenda Constitucional nº 95/2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal para controle dos gastos públicos na esfera Federal, pelo prazo de vinte anos. Este cenário conduziu o aprimoramento do planejamento relativo à execução orçamentária e financeira do Órgão, por meio de estudo prévio, que resultou na tomada de decisões mais acertadas no tocante à priorização de gastos essenciais, mormente quanto às despesas relacionadas ao Pleito e ao Cadastramento Biométrico. Neste sentido, a Diretoria-Geral

trabalhou em constante sintonia com a Presidência do Tribunal, assessorias, gestores das unidades, com especial atenção voltada para a Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

A Diretoria-Geral integra a segunda linha de defesa no gerenciamento de riscos do TRE-BA e participa de forma ativa da supervisão e gerenciamento dos riscos que envolvem Gestão de Pessoas, Tecnológica, Orçamentária e de Material. O Plano de Gestão de Riscos está sendo utilizado como instrumento para promover melhorias contínuas na administração do órgão. Nesse sentido, a Diretoria-Geral acompanhou, decidiu e monitorou os procedimentos de contratação previstos na Lei 8.666/93, realizando detida análise das dispensas de licitação e das fases interna e externa dos procedimentos licitatórios. A partir da aprovação do seu Plano de Tratamento de Riscos, a Diretoria-Geral iniciou o fomento à inovação empreendedora, considerando riscos e oportunidades relacionados a atividades e projetos e aplicou, de forma contínua e integrada, qualidade nas informações disponíveis nos processos de trabalho. Do mesmo modo, priorizou a valorização do corpo funcional, com o fito de oportunizar o aprimoramento da gestão, tratar os riscos identificados e dirimir os impactos que possam impedir o alcance dos objetivos estratégicos do órgão.

As ações voltadas à sustentabilidade constituíram-se em prioridade da Diretoria-Geral, que atuou por meio do Núcleo do Plano de Logística Sustentável-PLAS, ao qual incumbe contribuir para a valorização da cultura de preservação do meio ambiente, associada à melhoria da qualidade do gasto público. A dirigibilidade exercida pela Diretoria-Geral na condução das ações foi fundamental à visibilidade do trabalho desempenhado pelo PLAS. Em conformidade com a Política de Sustentabilidade, o Comitê Gestor do PLS, presidido pela Diretoria-Geral, realizou revisão dos indicadores, metas e planos de ação para o exercício vindouro.

Tendo por norte a visão de futuro do TRE-BA e considerando cenários cada vez mais dinâmicos e com demandas mais exigentes, a Diretoria-Geral tem como maior desafio a otimização da utilização dos recursos disponíveis, mediante o estabelecimento de políticas e realização de análise do ambiente, de modo a prover o direcionamento dos gestores à melhoria contínua de desempenho, foco na eficiência dos processos de trabalho e produtividade.

Dito isso, DECLARO que o plano de gerenciamento deste Tribunal para o exercício 2018 atendeu à legalidade, transparência, confiabilidade das informações, eficácia, eficiência e economicidade da gestão do TRE-BA.


FABÍOLA MAZZEI VITÓRIO

Diretora-Geral

Declaração da Coordenadora de Planejamento, Estratégia e Gestão



Atualmente, a sociedade tem demandado dos órgãos públicos uma gestão eficiente, eficaz, efetiva, econômica e transparente dos recursos públicos, instando as instituições a demonstrarem sua capacidade e seu nível de Governança na realização de suas atividades. Nesse contexto, torna-se imperioso o contínuo aperfeiçoamento dos mecanismos de governança – liderança, estratégia e controle – para efetivamente avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade, atendendo, assim, aos anseios da sua clientela. Num panorama de

profundo contingenciamento de gastos imposto pela Emenda Constitucional nº 95/2016, a gestão estratégica apresenta-se fundamental para coordenar as diversas estruturas e recursos disponíveis, a fim de assegurar o cumprimento de objetivos, de forma otimizada, observando-se custos e riscos aceitáveis.

A Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Gestão (COPEG), dentre outras atribuições regimentais, desempenha um papel fundamental no desenvolvimento da estratégia organizacional do TRE-BA, atuando no planejamento estratégico, na otimização de processos e no acompanhamento de dados estatísticos, bem como no acompanhamento e avaliação do cumprimento das metas estratégicas e operacionais da organização, propondo as correções que se fizerem necessárias. Além disso, compete à unidade assistir o Presidente na tomada de decisão relativa aos riscos estratégicos das unidades da Justiça Eleitoral do Estado. Também promove e dissemina a adoção de modernas práticas de gestão, notadamente relacionadas a projetos, processos, qualidade e atendimento, objetivando o desenvolvimento do pensamento e do planejamento estratégicos como instrumentos de atuação integrada das unidades do Tribunal. No que concerne ao alinhamento da estratégia com o orçamento, a unidade atua de forma efetiva de modo a compatibilizar a proposta orçamentária, inclusive a de eleição, com os planos de ação, diretrizes e metas propostas no Planejamento Estratégico, propondo medidas para constante atualização do processo de modernização administrativa.

A COPEG constitui-se em unidade de apoio à Governança, responsável por promover o apoio técnico quanto ao planejamento, monitoramento e avaliação dos serviços e políticas do Tribunal. Sua titular integra as seguintes instâncias internas de Governança: Conselho de Governança,

Comitê de Gestão de Pessoas, Comitê de Gestão de Orçamento e Aquisições, Comitê Gestor de Eleições e Comitê de Governança de TIC, sendo responsável por conduzir as reuniões periódicas do Conselho de Governança, com vistas à análise da estratégia institucional.

Atendendo aos seus objetivos estratégicos, o TRE-BA priorizou o relacionamento com a sociedade, ampliando seus canais de comunicação, atuando, assim, de forma efetiva para assegurar a garantia dos direitos de cidadania e adoção de boas práticas de gestão. Nessa perspectiva, a Transparência foi destaque, alcançando o 2º lugar no *ranking* nacional, dentre os 93 Tribunais do Poder Judiciário avaliados pelo CNJ, e o 12º lugar no *ranking* do Tribunal de Contas da União, classificado entre as 135 organizações fiscalizadas. Os objetivos estratégicos relacionados à melhoria da governança em gestão de pessoas, aperfeiçoamento da governança de TIC e melhoria dos serviços de TIC foram alavancados no âmbito deste Regional com a implementação dos Sistemas de Governança institucional, de Gestão de Riscos e de Governança de TIC. Ressalte-se, ainda, a instituição do Plano de Logística Sustentável e da Política de Sustentabilidade, bem assim com a criação do Núcleo de Sustentabilidade, do Comitê Gestor do PLS e dos Grupos Executivos, atendendo ao objetivo relacionado ao fomento das ações de responsabilidade social e práticas ambientais sustentáveis.

No que se refere aos desafios e aos impactos, a COPEG deverá direcionar esforços no sentido de levar o planejamento estratégico e o gerenciamento de riscos aos processos de trabalho das unidades do Tribunal, alcançando, deste modo, o alinhamento de cada atividade dentro da Organização com a estratégia. Nesse sentido, têm sido implementadas, gradativamente, dentro das unidades administrativas, as ações de desdobramento da estratégia, a implantação dos planos de tratamento de riscos, o mapeamento de processos de negócio, a racionalização alocativa da força de trabalho, a adoção de medidas de desburocratização e de promoção da inovação, que contribuem para o aumento de eficiência na geração de resultados, a partir da obtenção de ganhos de produtividade.

Ante o exposto, e consubstanciada pelas declarações de conformidade dos gestores responsáveis pelas unidades do TRE-BA, DECLARO o cumprimento satisfatório das metas contidas nos planos para o exercício, a legalidade dos atos, a confiabilidade das informações e a eficácia, eficiência e economicidade da gestão do TRE-BA para viabilizar e concretizar os objetivos estratégicos de gestão pública em alinhamento com o plano estratégico institucional.


Robelza Rocha

Coordenadora de Planejamento, Estratégia e Gestão

Declaração da Secretária de Orçamento, Finanças e Contabilidade



A Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade (SOF) integra a estrutura da Secretaria deste Tribunal, conforme dispõe a Resolução Administrativa TRE-BA nº12, de 30/04/2018, com as atribuições planejar, gerir e normatizar atividades relativas à gestão orçamentária, financeira e contábil, estabelecendo diretrizes, normas, critérios e programas para sua execução. Desempenha, também, as funções de identificação da criticidade e implantação da gestão de riscos nos processos de planejamento e execução orçamentária, de administração financeira e contabilidade, sujeitando-se à orientação normativa da Unidade Setorial do TSE e à supervisão técnica dos respectivos Órgãos centrais.

O plano de elaboração e a execução do orçamento do TRE-BA adotam uma sistemática de co-participação das Unidades Gestoras Responsáveis – UGRs, às quais compete planejar e acompanhar as despesas pertinentes às suas respectivas áreas de atuação, objetivando o pleno funcionamento e a modernização das estruturas de 1º e 2º graus, sob a orientação e supervisão desta SOF.

A influência do cenário político-econômico no orçamento com o advento da Emenda Constitucional nº95/2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal para controle dos gastos públicos na esfera Federal, impactou os referenciais monetários das despesas primárias a partir do exercício de 2017 e a inscrição em Restos a Pagar, tornando premente a adoção de medidas de aprimoramento na alocação dos recursos públicos, como a implantação do Sistema de Gestão de Custos da Justiça Eleitoral – SIGEC, que viabilizará a melhoria da qualidade do gasto e a obtenção de informações para tomada de decisão nos diversos níveis hierárquicos, com vistas à eficiência, eficácia e efetividade. Nesse contexto, durante o planejamento orçamentário, este Tribunal elaborou uma pré-proposta com base nos conceitos de gerenciamento matricial, a fim de controlar o nível de crescimento da programação das despesas das UGRs e fomentar uma visão sistêmica da gestão voltada para resultados, permitindo a implementação dos projetos estratégicos, especialmente aqueles destinados à segurança da informação, melhoria dos serviços eleitorais e da infraestrutura, além de garantir os recursos necessários à manutenção administrativa do Órgão.

Na gestão orçamentária e financeira de 2018 destacam-se os resultados que impactaram positivamente o desempenho das metas institucionais:

- Obtenção do crédito adicional de R\$7.496.753,00, que possibilitou a renovação do parque computacional das Zonas Eleitorais do Estado e a aquisição de ativos de rede, com foco no objetivo estratégico de “Promover a melhoria dos serviços de TIC”.
- Elaboração do Manual do Plano Orçamentário de TIC, relacionado à diretriz “Aperfeiçoar a Governança de TIC”. Objetivando nortear as ações de gestão e operacionalização do processo de planejamento, monitoramento e avaliação do orçamento destinado à tecnologia da informação, foi editada a Portaria TRE-BA nº 364/2018, que instituiu o Plano Orçamentário e o respectivo Manual de procedimentos de TIC.
- Aperfeiçoamento do Sistema de Gestão de Suprimento de Fundos (SGSF), alinhado aos Objetivos Estratégicos “Melhorar o desempenho dos processos organizacionais” e “Assegurar a adoção de boas práticas de gestão”. Para as Eleições de 2018, o sistema contemplou as tarefas de gerenciamento de despesas, distribuição dos valores para cada agente suprido conforme parâmetros objetivos relacionados ao porte das Zonas Eleitorais, proposta de concessão, aplicação dos recursos, elaboração e análise da prestação de contas e relatório final para publicação no Portal da Transparência.
- Realocação de créditos para as reformas do Edifício-Sede e dos Cartórios Eleitorais nos Municípios de Jequié, Tucano e Ilhéus.

O principal desafio da gestão consiste em equacionar a observância do teto de gastos imposto pela EC nº95/2016 com a recomposição da força de trabalho, a modernização da infraestrutura física e tecnológica e a melhoria da performance da execução financeira das contratações planejadas. A adesão às compras compartilhadas com outros Órgãos representa uma solução para a padronização, economicidade e celeridade na realização da despesa, sem prejuízo da qualidade. Como oportunidade de melhoria defendo a normatização dos padrões de consumo e da estrutura de funcionamento dos Cartórios Eleitorais, a fim de coibir distorções e fomentar as práticas ambientais sustentáveis.

A conformidade e a confiabilidade da gestão orçamentária, financeira e contábil estão fundamentadas nas informações extraídas dos sistemas gerenciais utilizados pela Justiça Eleitoral (SIAFI, SIGEPRO, SGRH), corroboradas pelas declarações dos demais gestores responsáveis. Ante o exposto, DECLARO que os padrões de gestão deste Tribunal atendem aos requisitos de conformidade e confiabilidade das informações prestadas neste capítulo.


Carla Lustosa

Secretária de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Declaração da Secretária de Gestão Administrativa



À Secretaria de Gestão Administrativa (SGA), dentre outros, compete planejar, gerir e normatizar as atividades relativas a procedimento de licitação, compra e contrato, à administração de material, patrimônio e à gestão de documento, informação e memória da Justiça Eleitoral baiana, estabelecendo e propondo, para tanto, diretriz, norma, critério e programa a ser adotado na sua execução.

Ademais, constitui-se em unidade de apoio à Governança, participando sua titular de conselhos e comitês instituídos com tal fim.

Nesse contexto e considerando o desdobramento da estratégia do Tribunal no âmbito da Secretaria, seus objetivos dizem respeito a contribuir para a garantia dos direitos de cidadania e para a melhoria do atendimento ao público; fomentar a transparência de suas atividades; melhorar o desempenho dos seus processos organizacionais, a efetividade da comunicação interna e com outras unidades; assegurar a adoção de boas práticas de gestão; ampliar o número de ações de responsabilidade social e práticas sustentáveis; e aperfeiçoar as gestões de material, da informação e de contratos no âmbito do TRE-BA.

Os referidos objetivos e as ações da Secretaria foram pautados levando em consideração a crescente demanda por uma gestão eficiente, efetiva e transparente, implicando a contínua necessidade de aperfeiçoamento dos mecanismos de governança, de modo a possibilitar a prestação de serviços que atendam aos anseios da sociedade. Tudo isso em um panorama de severo contingenciamento de gastos (imposto pela Emenda Constitucional nº 95/2016), que acentuou a imprescindibilidade de uma gestão alinhada à estratégia do órgão, focada nos seus objetivos fundamentais, a fim de assegurar o alcance da missão e das metas instituídas, observando-se custos e riscos aceitáveis.

No que tangencia a gestão de documento, informação e memória do TRE-BA, além das diversas iniciativas com o propósito de fomentar ações sociais vinculadas à pesquisa, resgate e à preservação memorial do órgão, foi proposto normativo para instituir novo Plano de Classificação Documental, Tabela de Temporalidade e Lista de Documentos Vitais, bem como melhorados aspectos referentes à gestão da informação, em especial, com a regulamentação interna da matéria disciplinada na Lei n.º 12.527/2011 (LAI).

Com relação à gestão de material e patrimônio, os bens adquiridos, com fundamento no aperfeiçoamento da qualidade do gasto público e na economicidade, visaram suprir as demandas do Tribunal (ordinárias e de eleições), bem como proporcionar um ambiente de trabalho saudável e seguro e um atendimento de excelência ao público.

Outrossim, no ano de 2018, foram concluídas 80 licitações e realizadas 426 contratações, conforme detalhado, mais adiante, no capítulo relativo à gestão de licitações e contratos. Ademais, foram aprimorados aspectos relacionados ao fortalecimento da governança na área de aquisições e contratações, à otimização da disponibilidade e do desempenho dos objetos contratados, incentivo a adoção de contratações sustentáveis e cumprimento dos papéis e responsabilidades na área de aquisições, assim como transparência de todas as etapas relativas às contratações.

Mereceram, ainda, destaque os incrementos relacionados às fases de planejamento das contratações, seleção de fornecedores e gestão de contratos. Nesse sentido, além da elaboração de um Plano de Contratações alinhado aos objetivos estratégicos do Tribunal e ao orçamento disponível, foi elaborada proposta de regulamentação da Política de Contratações do órgão, contemplando as diretrizes atinentes à gestão de riscos, políticas de compras e de estoque, terceirização de mão de obra, compras conjuntas e compartilhadas e sustentabilidade.

No que se refere aos desafios e aos impactos, a Secretaria deverá direcionar esforços no sentido de auxiliar a efetiva implementação da fase de planejamento de todas as contratações (não apenas as de TIC), englobando a realização de estudos preliminares e gerenciamento de riscos. Outro aspecto importante diz respeito à melhor capacitação dos servidores que atuam na área de contratações e dos fiscais e gestores de contratos, por meio de treinamento presencial e à distância, com o propósito de aperfeiçoar as etapas relacionadas ao acompanhamento da execução dos ajustes celebrados. Será também necessário aprimorar os recursos tecnológicos relacionados à guarda e conservação de documentos, bem como mapear processos e melhor definir rotinas atinentes à gestão da informação e documental, especialmente em meio digital.

Ante o exposto, DECLARO o cumprimento satisfatório das metas contidas nos planos para o exercício, a legalidade dos atos, a confiabilidade das informações e a eficácia, eficiência e economicidade da gestão do TRE-BA para viabilizar e concretizar os objetivos estratégicos de gestão pública em alinhamento com o plano estratégico institucional.

Luciana Bichara Dantas

Luciana Bichara Dantas

Secretária de Gestão Administrativa

Gestão Orçamentária e Financeira

Perfil do gasto do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

O orçamento do TRE-BA está inserido nos programas 0570 - Gestão do Processo Eleitoral e 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas, que abrangem as atividades de gestão, manutenção e funcionamento do Órgão, viabilizando o exercício de suas atribuições finalísticas e os gastos com a remuneração e encargos sociais de pessoal ativo, e o pagamento de aposentadorias e pensões, respectivamente.

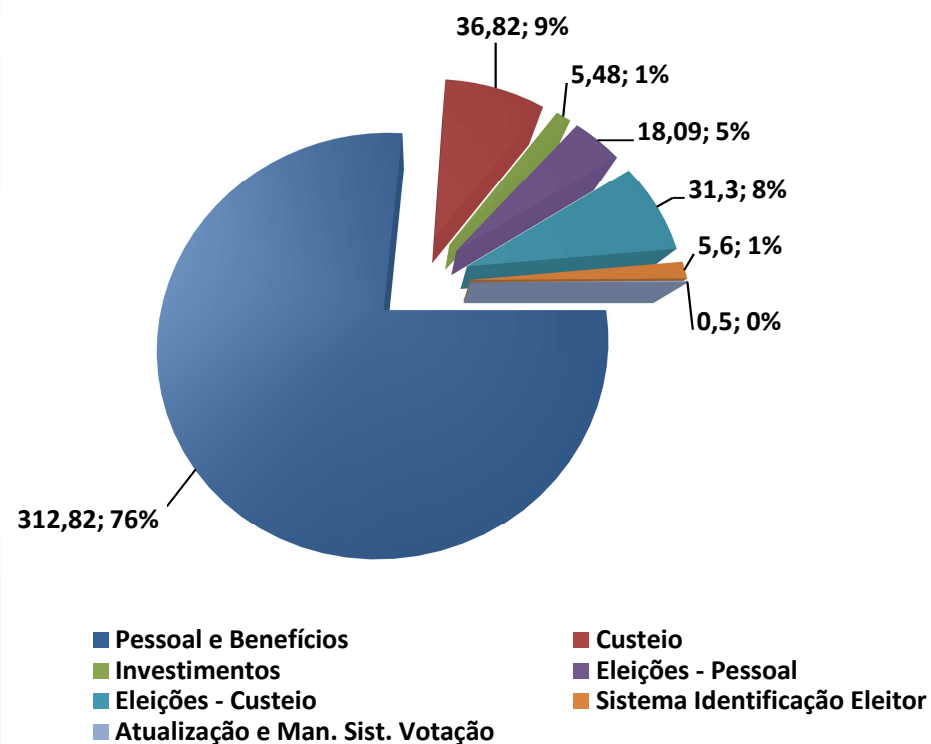
A Lei Orçamentária Anual nº 13.587, de 02.01.2018 – LOA/2018 consignou ao TRE-BA o montante de R\$ 329,24 milhões. No transcorrer do exercício ocorreram revisões da LOA, bem como o recebimento de provisões oriundas do Tribunal Superior Eleitoral, que redimensionaram o total do orçamento/2018 para R\$431,84 milhões.

Figura 21 – Orçamento 2018



Fonte: Tesouro Gerencial (24.01.2019)

Gráfico 10 - Valor total pago em 2018
(R\$ milhões)



Fonte: Tesouro Gerencial (24.01.2019)

Limite de Pagamento

O montante pago no exercício de 2018 foi de R\$416,22 milhões, compreendendo a execução financeira da LOA/2018 com seus acréscimos e reduções (R\$406,76 milhões) e de obrigações oriundas de empenhos emitidos em anos anteriores (restos a pagar processados e não processados) no montante de R\$9,47 milhões. Verifica-se no gráfico acima que os gastos relevantes do orçamento de 2018 envolveram as despesas de Pessoal, Benefícios e Encargos Sociais (76%), o Custeio do Orçamento Ordinário (9%) e a realização das Eleições Majoritárias (8%).

Em conformidade com as disposições da Emenda Constitucional nº 95/2016 – EC 95, coube ao Tribunal Superior Eleitoral como Setorial de Orçamento e Finanças a fixação do teto de gastos para os Regionais. Desta forma, foram estabelecidos limites de pagamento para as despesas primárias da Justiça Eleitoral em 2018 que, no decorrer do exercício, sofreram avaliações periódicas pelo TSE, considerando a execução orçamentária e financeira dos Órgãos integrantes desta Justiça Especializada, nas quais foram reavaliados os limites de gastos do TRE-BA, remanescendo os totais apresentados no Quadro 1, a seguir, de acordo com a Portaria TSE nº 25/2019:

Quadro 11 – Limites Financeiros para o exercício de 2018*

DESPESAS OBRIGATÓRIAS	DESPESAS DISCRICIONÁRIAS	LIMITE
Pessoal e Benefícios	Custeio, Investimento e Inversões Financeiras	TOTAL
281.600.602	50.480.855	332.081.457

* Não foram consideradas no limite do TRE-BA as despesas financeiras (contribuição patronal) e as provisões recebidas do TSE.

Contingenciamento de Despesas

O contingenciamento ocorre em razão da avaliação bimestral das receitas e despesas primárias pelo Poder Executivo e consiste no bloqueio parcial da programação de despesas da Lei Orçamentária Anual, em função da insuficiência de receitas, ocasionando limitação de empenho e movimentação financeira.

No exercício de 2018, o contingenciamento para a Justiça Eleitoral da Bahia ocorreu no 5º bimestre, no montante de R\$19.884,00, conforme Portaria TRE/BA nº 676, de 4 de dezembro de 2018, não impactando a execução das despesas do Órgão, em virtude da irrelevância do total bloqueado.

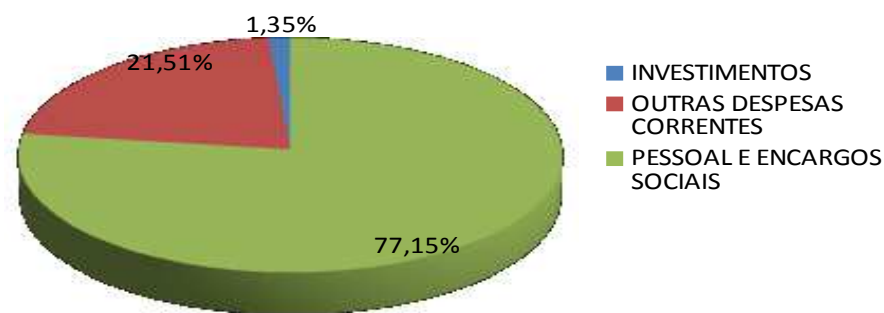
Alocação /Finalidade dos recursos

Os créditos orçamentários autorizados na LOA/2018 foram empregados no atendimento das despesas relacionadas à remuneração e benefícios de pessoal ativo e inativo; à manutenção organizacional; à melhoria da infraestrutura imobiliária, destacando-se as reformas dos imóveis que abrigam o Edifício-Sede e os Fóruns Eleitorais nos municípios de Jequié, Ilhéus e Tucano; à capacitação dos servidores e juizes eleitorais; e, ainda, para investimentos em equipamentos que resultaram na modernização dos ativos de rede e do parque computacional das Unidades deste Tribunal na Capital e no interior do Estado.

Além da dotação consignada na Lei Orçamentária Anual, o TRE-BA recebeu provisões de créditos do Órgão Superior destinadas, principalmente, à realização das Eleições Gerais, à implantação do sistema de automação de identificação do eleitor (Biometria), bem assim para as Eleições Suplementares no Município de Jeremoabo.

Gráfico 11

Despesas Pagas - LOA + Créditos de 2018



No Grupo de Despesa Pessoal e Encargos Sociais foram executados: a) 64,33% com os salários de servidores; b) 12,55% com aposentadorias; c) As demais despesas correspondem ao pagamento com as obrigações patronais, pensões e outras despesas variáveis.

Tabela 25 - Despesas com Pessoal e Encargos Sociais

ELEMENTO DE DESPESA	DESPESAS PAGAS	RESTOS A PAGAR PAGOS
11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	201.868.901,94	35.742,31
01 – APOSENTADORIA RPPS, RESER. REMUNER. E REFOR. MILITAR	39.373.786,60	83.768,00
DEMAIS DESPESAS	72.554.444,73	221.939,57
TOTAL	313.797.133,27	341.449,88

Fonte: Tesouro Gerencial (24.01.2019)

Tabela 26 - Outras Despesas Correntes

ELEMENTO DE DESPESA	DESPESAS PAGAS	RESTOS A PAGAR PAGOS
37 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	25.934.562,07	4.341.159,77
39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	14.312.573,75	1.552.781,69
DEMAIS DESPESAS	47.235.901,99	354.876,78
TOTAL	87.483.037,81	6.248.818,24

Fonte: Tesouro Gerencial (24.01.2019)

Tabela 27 - Investimentos

ELEMENTO DE DESPESA	DESPESAS PAGAS	RESTOS A PAGAR PAGOS
52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.331.610,73	953.246,57
51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	477.157,06	1.707.628,84
DEMAIS DESPESAS	667.730,60	215.512,50
TOTAL	5.476.498,39	2.876.387,91

Fonte: Tesouro Gerencial (24.01.2019)

Nas despesas correntes, os maiores valores pagos dizem respeito às contratações de locação de mão de obra e de serviços de comunicação de dados, impulsionados no orçamento de 2018 pelas despesas com as Eleições Gerais e o Programa de Cadastramento Biométrico. Os Restos a Pagar pagos referem-se, principalmente, à quitação de obrigações com serviços de terceiros relativos ao ciclo da Biometria ocorrido no exercício de 2017. No grupo de investimentos, destacam-se nos valores pagos em 2018 as despesas com equipamentos de TIC, realizadas em prol da segurança, modernização e padronização da infraestrutura tecnológica da Justiça Eleitoral Baiana. A execução dos Restos a Pagar foi favorecida pelos gastos decorrentes da Reforma do Edifício-Sede do TRE-BA, cujos serviços foram contratados no final do exercício de 2017

Análise de Tendências Orçamentárias: Cenários para 2019-2020

Dentre os aspectos que impactaram o orçamento e a execução financeira dos Órgãos Públicos, indubitavelmente a fixação do teto de gastos pelo advento do Novo Regime Fiscal instituído pela Emenda Constitucional nº 95/2016 caracteriza-se como o principal fator de influência.

A referida EC impulsionou a execução orçamentária do exercício financeiro de 2016 e limitou o crescimento do orçamento e dos gastos da Justiça Eleitoral a partir de 2017.

O TRE-BA tem apresentado resultados satisfatórios nos exercícios de vigência da EC 95/2016, analisados os dados referentes à dotação recebida na LOA, pois as provisões recebidas do TSE integram a base de cálculo do limite de pagamento do referido Órgão descentralizador. No ano de 2016 foi recebido um montante de R\$273.035.408,00, havendo uma execução financeira de 97,05%.

Em 2017, com o advento da Emenda Constitucional, passou-se a aferir a execução das despesas primárias, tendo como base o total de pagamentos, inclusive dos Restos a Pagar. Naquele exercício, o montante consignado na LOA ao TRE-BA foi de R\$307.183.678,00, sendo estabelecido um limite de pagamento de R\$298.160.544,00, conforme Portaria TSE nº 960/2017 e pago o montante de R\$ 293.814.963,71, que equivale a 98,54% do limite anual. No exercício de 2018 o teto de gastos foi fixado em R\$332.081.457,00, sendo pagos R\$324.010.019,94, o que representa uma execução de 97,57 pontos percentuais, considerando as despesas primárias obrigatórias (gastos com pessoal) e discricionárias.

Com base nos referidos resultados depreende-se que as perspectivas para os exercícios de 2019 e 2020 são otimistas. Apesar dos desafios da economia e das restrições orçamentárias, verifica-se uma oportunidade de melhoria da alocação de recursos e da qualificação do orçamento e dos gastos do Regional. Observe-se que as metas do indicador de execução financeira, instituído para monitorar os pagamentos das despesas primárias discricionárias, foram definidas no planejamento estratégico para os exercícios de 2019 e 2020, respectivamente, em 93% e 94%.

Trata-se de um cenário que tem exigido uma mudança estratégica para as organizações públicas, uma vez que se torna necessária a manutenção do funcionamento regular da instituição e da prestação dos serviços à sociedade, em paralelo com a viabilização dos recursos para o investimento em avanços da infraestrutura necessária à realização de suas atribuições. Estes fatores têm exigido dos Órgãos a revisão de seus custos e a busca pela melhor alocação dos recursos, privilegiando os gastos e projetos prioritários e o aproveitamento de oportunidades de otimização dos recursos disponíveis.

Tabela 28 - Execução do Orçamento recebido por Ação e Grupo de Natureza da Despesa – TRE-BA

AÇÕES DO GOVERNO	DOTACAO ATUALIZADA	PROVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NAO PROCESSADOS	DESPESAS PAGAS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS INSCRITOS	RP PAGO
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	301.605.325,00	18.112.725,70	314.155.500,40	313.873.200,92	282.299,48	313.797.133,27	7.554,46	341.449,88
ATIVOS CIVIS DA UNIÃO	211.057.498,00		210.754.531,05	210.724.531,05	30.000,00	210.655.656,19	6.735,10	252.812,80
APOSENTADORIAS E PENSÕES CIVIS DA UNIÃO	52.065.215,00		52.065.098,14	51.812.798,66	252.299,48	51.812.798,66	270,00	84.038,00
CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES P/ O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERV. PÚBLICOS FEDERAIS	38.482.612,00		33.244.036,40	33.244.036,40	-	33.243.477,92	-	4.599,08
PLEITOS ELEITORAIS	-	18.112.725,70	18.091.834,81	18.091.834,81	-	18.085.200,50	549,36	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	58.302.659,00	41.526.601,47	97.441.160,45	89.410.818,78	8.030.341,67	87.483.037,81	330.139,13	6.248.818,24
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONT. AOS SERV. CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES	3.841.620,00		3.841.617,00	3.841.617,00	-	3.841.617,00	11.157,75	11.157,75
JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTIÇA ELEITORAL	40.017.449,00		38.945.236,77	33.047.771,77	5.897.465,00	32.796.255,32	132.441,11	2.697.570,12
BENEFÍCIOS OBRIGATÓRIOS AOS SERV. CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES	14.190.582,00		13.568.953,99	13.261.973,39	306.980,60	13.261.973,39	-	-
GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	-		-	-	-	-	-	50.604,96
COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL	253.008,00		215.208,87	185.988,94	29.219,93	185.988,94	-	6.660,51
PLEITOS ELEITORAIS		34.822.683,17	34.484.285,36	33.389.371,16	1.094.914,20	31.796.251,55	683,39	197.043,48
IMPLANTACAO DO SISTEMA DE AUTOMACAO DE IDENTIFICACAO DO ELEI		6.703.918,30	6.385.858,46	5.684.096,52	701.761,94	5.600.951,61	185.856,88	3.285.781,42
INVESTIMENTOS	12.290.715,00	-	11.519.240,61	5.510.974,41	6.008.266,20	5.476.498,39	56.522,89	2.876.387,91
JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTIÇA ELEITORAL	10.861.081,00		10.250.239,73	5.031.934,11	5.218.305,62	4.997.458,09	6.661,99	1.191.263,98
REFORMA DO EDIFÍCIO-SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA	1.429.634,00		1.269.000,88	479.040,30	789.960,58	479.040,30	-	1.630.673,25
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO-ANEXO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA	-		-	-	-	-	49.860,90	49.860,90
CONSTRUÇÃO DE CARTÓRIOS ELEITORAIS	-		-	-	-	-	-	4.589,78
TOTAL	372.198.699,00	59.639.327,17	423.115.901,46	408.794.994,11	14.320.907,35	406.756.669,47	394.216,48	9.466.656,03

FONTE: TESOUREO GERENCIAL (24.01.2019)

RP Pago: restos a pagar pagos processados e não processados.

Valores empenhados, liquidados e pagos – evolução dos créditos autorizados na LOA

Gastos com pessoal: O incremento de 8,92% dos valores pagos em relação ao ano de 2017 decorre, em especial, dos provimentos dos cargos provenientes do concurso público realizado em 2017, bem como da implementação de parcelas do Plano de Cargos e Salários.

Custeio: Em 2018, os pagamentos das despesas de custeio, à conta de dotações originárias da LOA, totalizaram R\$ 50,09 milhões, contemplando gastos com manutenção da infraestrutura física e de bens móveis, capacitação de recursos humanos, correições eleitorais, comunicação e divulgação institucional, serviços de apoio administrativo e de suporte de TIC. No exercício de 2017

a contratação de empresa especializada para realização do concurso público alavancou a execução financeira em R\$3,07 milhões.

Investimentos: O significativo aumento da execução das despesas com investimentos em relação ao exercício de 2017 (411,62%) deve-se, principalmente, ao recebimento de crédito adicional destinado à modernização da infraestrutura de tecnologia da informação, objetivando melhorar a qualidade e fortalecer a segurança do processo eleitoral e da prestação jurisdicional.

Tabela 29 - Dotação e execução das despesas autorizadas na LOA em 2018 e 2017 (R\$1,00)

GRUPO DE DESPESA	2018						2017						VARIAÇÃO PAGO 2018/2017
	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	RP PAGO	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	RP PAGO	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	266.408.267,00	301.605.325,00	296.063.665,59	295.781.366,11	295.711.932,77	341.449,88	230.341.819,00	272.567.876,00	271.910.139,02	271.489.837,47	271.482.832,37	90.514,38	8,92%
CUSTEIO	58.033.704,00	58.302.659,00	56.571.016,63	50.337.351,10	50.085.834,65	2.765.993,34	63.312.833,00	60.565.025,00	54.130.129,28	49.639.733,52	49.506.413,02	1.603.606,98	1,17%
INVESTIMENTO	4.793.962,00	12.290.715,00	11.519.240,61	5.510.974,41	5.476.498,39	2.876.387,91	3.442.243,00	4.541.791,00	4.098.477,31	1.077.078,47	1.070.416,48	182.306,02	411,62%
TOTAL	329.235.933,00	372.198.699,00	364.153.922,83	351.629.691,62	351.274.265,81	5.983.831,13	297.096.895,00	337.674.692,00	330.138.745,61	322.206.649,46	322.059.661,87	1.876.427,38	9,07%

Fonte: Tesouro Gerencial (24.1.2019)

Notas Explicativas:

1. RP Pago: Restos a Pagar processados e não processados pagos.

2. As informações tratam da dotação recebida na LOA e suas revisões, não incluindo as provisões relativas a Pleitos Eleitorais e Identificação Biométrica de Eleitores, em virtude da variação do total recebido para estas provisões nos exercícios, considerando que as Eleições são bienais, para fins distintos (majoritárias ou municipais), bem como que o projeto de cadastramento biométrico de eleitores são realizados em municípios e possuem metas específicas em cada ciclo.

Valores empenhados, liquidados e pagos – provisões recebidas do TSE

Eleições Gerais 2018: O crédito relativo à ação Pleitos Eleitorais é recebido através de provisão do Tribunal Superior Eleitoral para atendimento de despesas com Eleições, sejam ordinárias (previstas na Constituição Federal) ou suplementares (realizadas por força de decisão judicial). No Quadro 5, destacam-se as principais despesas correntes das Eleições Gerais 2018, que englobam gastos com “Locação de Mão-de-obra” relativa ao suporte técnico para o funcionamento das urnas eletrônicas e com “Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas”, referente ao pagamento de auxílio alimentação aos mesários e demais colaboradores que trabalharam nos dois turnos do Pleito eleitoral. No elemento 39 destaca-se a contratação dos serviços de transporte de urnas eletrônicas, no total de R\$2.483.880,00, que corresponde a 37,18% do gasto no referido elemento.

Tabela 30 - Execução da Ação Orçamentária Pleitos Eleitorais - Eleições Gerais/2018 (R\$1,00)

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	PLANO ORÇAMENTÁRIO	GRUPO DE DESPESA	PROVISÃO RECEBIDA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
PLEITOS ELEITORAIS - NACIONAL	PLEITOS ELEITORAIS - DESPESAS DIVERSAS	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	18.072.427,70	18.051.537,79	18.051.537,79	18.044.903,48
PLEITOS ELEITORAIS - NACIONAL	PLEITOS ELEITORAIS - DESPESAS DIVERSAS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	33.813.480,29	33.481.775,09	32.851.208,55	31.258.088,94
TOTAL			51.885.907,99	51.533.312,88	50.902.746,34	49.302.992,42

Fonte: Tesouro Gerencial (25.1.2019)

Tabela 31 - Execução Financeira em 2018 - por Elemento de Despesa (R\$1,00)

ELEMENTO DE DESPESA	DESPESAS PAGAS	RESTOS A PAGAR PAGOS
16 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	17.255.557,98	-
37 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	9.353.264,83	160.787,40
48 - OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	7.468.685,42	-
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ – OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	7.181.853,88	36.256,08
DEMAIS DESPESAS	8.043.630,31	-
TOTAL	49.302.992,42	197.043,48

Fonte: Tesouro Gerencial (24.01.2019)

Em 2018 o valor unitário para pagamento do benefício alimentação para mesários, escrutinadores e demais colaboradores foi majorado de R\$25,00, valor praticado em 2014 e 2016, para R\$35,00, nos termos da Portaria TSE nº 154 de 24/2/2017, o que contribuiu para o aumento do custo por eleitor. Por seu turno, em contrapartida ao incremento do custo com a variação da despesa supracitada e em atendimento às propostas de melhorias constantes do Relatório de Avaliação das Eleições Municipais de 2016, aprovado pelo Comitê Gestor de Eleições, com fins de mitigar os problemas de segurança nos maiores municípios do Estado, a sistemática de pagamento do benefício alimentação foi alterada, sem custo adicional, da emissão de ordem bancária de pagamento para a contratação de serviço de fornecimento de cartões-alimentação eletrônicos, com uso por senhas, no 1º e 2º turnos da realização das Eleições 2018.

Tabela 32 – Custos com as Eleições 2012-2018

	R\$ 1,00			
CUSTO¹ COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2012	ELEIÇÕES GERAIS 2014	ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2016	ELEIÇÕES GERAIS 2018^{3 e 4}
PROVISÃO RECEBIDA	12.286.563	13.295.252	9.420.555	17.637.048
DESPESA EXECUTADA ¹	12.259.829	13.295.121	9.412.941	17.609.524
ELEITORADO TOTAL APTO BAHIA ²	10.110.122	10.185.417	10.570.085	10.393.170
CUSTO POR ELEITOR	1,21	1,31	0,89	1,69
CUSTO COM OUTRAS DESPESAS CORRENTES (CUSTEIO)				
PROVISÃO RECEBIDA	13.023.308	26.007.199	20.202.198	33.813.480
DESPESA EXECUTADA ¹	12.717.966	24.871.902	16.295.709	32.849.070
ELEITORADO TOTAL APTO BAHIA ²	10.110.122	10.185.417	10.570.085	10.393.170
CUSTO POR ELEITOR	1,26	2,44	1,54	3,16
CUSTO TOTAL ¹ (PESSOAL, ENCARGOS SOCIAIS, CUSTEIO)				
TOTAL DA PROVISÃO RECEBIDA	25.309.871	39.302.451	29.622.753	51.450.528
TOTAL DA DESPESA LIQUIDADA/PAGA	24.977.795	38.167.023	25.708.650	50.458.594
ELEITORADO TOTAL APTO BAHIA ²	10.110.122	10.185.417	10.570.085	10.393.170
CUSTO TOTAL POR ELEITOR	2,47	3,75	2,43	4,85

Fonte: Tesouro Gerencial (24.01.2019)

NOTAS EXPLICATIVAS:

1. CUSTO EFETIVO DO EXERCÍCIO DE 2012, 2014 E 2016 COM BASE NA EXECUÇÃO FINANCEIRA (DESPESAS PAGAS)
2. TOTAL DE ELEITORES, CONFORME O PORTAL DAS ELEIÇÕES/TRE-BA
3. CUSTO DAS ELEIÇÕES DE 2018: COM BASE NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (DESPESAS LIQUIDADAS), POSIÇÃO EM 24.01.2019, BEM COMO NA QUANTIDADE DE ELEITORES NO PORTAL BI, EM 27.9.2018.
4. NÃO FOI CONSIDERADO O TOTAL DE DÉBITOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES NO CUSTO DAS ELEIÇÕES DE 2018.

Eleições Suplementares em Jeremoabo/BA: Conforme Resolução Administrativa nº 5/2018 a Corte Eleitoral baiana determinou a realização de Eleições Suplementares no Município de Jeremoabo no dia 03 de junho de 2018. Para tal fim, o TSE descentralizou provisão no montante de R\$84.543,00. Desse total, foram gastos R\$40.297,02 com a prestação de serviço extraordinário pelos servidores envolvidos nas atividades eleitorais e no grupo de despesas correntes o maior desembolso destinou-se a custear o auxílio alimentação dos mesários e demais colaboradores no dia do pleito eleitoral (R\$11.275,00).

Tabela 33 - Execução da Ação Orçamentária Pleitos Eleitorais - Eleições Suplementares no município de Jeremoabo/2018 (R\$1,00)

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	PLANO ORÇAMENTÁRIO	GRUPO DE DESPESA	PROVISÃO RECEBIDA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
PLEITOS ELEITORAIS - NACIONAL	ELEICOES SUPLEMENTARES	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	44.245,00	38.079,72	37.679,72	37.679,72
PLEITOS ELEITORAIS - NACIONAL	ELEICOES SUPLEMENTARES	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	40.298,00	40.297,02	40.297,02	40.297,02
TOTAL			84.543,00	78.376,74	77.976,74	77.976,74

Fonte: Tesouro Gerencial (25.1.2019)

Atualização e Manutenção do Sistema de Votação e Apuração

Trata-se de provisão destinada aos gastos com a aquisição de suprimentos e a prestação de serviços de conservação, ambos relativos às urnas eletrônicas da Justiça Eleitoral.

Tabela 34 - Execução da Ação Orçamentária Pleitos Eleitorais - Atualização e Manutenção do Sistema de Votação e Apuração (R\$1,00)

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	PLANO ORÇAMENTÁRIO	GRUPO DE DESPESA	PROVISÃO RECEBIDA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
PLEITOS ELEITORAIS - NACIONAL	ATUALIZACAO E MANUTENCAO DO SISTEMA DE VOTACAO E APURACAO	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	964.957,88	964.430,55	500.482,89	500.482,89

Fonte: Tesouro Gerencial (25.1.2019)

Identificação Biométrica de Eleitores

O Orçamento recebido na ação orçamentária implantação do sistema de automação de identificação biométrica de eleitores, no exercício de 2018, objetivou custear os gastos com o encerramento do 1º Ciclo do Projeto Biometria na Bahia, que se estendeu até o fechamento do cadastro em 09.05.2018, no qual foram contabilizados 6.834.274 eleitores cadastrados biometricamente, representando 65,76% do eleitorado do Estado. Objetivou, ainda, atender às despesas relativas ao 2º Ciclo do supracitado projeto, que teve início com a reabertura do cadastro eleitoral, em 5.11.2018. Conforme o Plano Geral do Projeto, foram definidas quatro fases para a realização escalonada do cadastro biométrico do restante do eleitorado baiano mediante revisão extraordinária. A 1ª fase foi prevista para o período de 05.11.2018 a 22.02.2019, abrangendo 38 municípios. Até 31.12.2018, haviam realizado o cadastro biométrico na Bahia 6.920.775 de eleitores, o que representa um aumento de 38% em relação a 31.12.2017.

As principais despesas pagas com a implantação do sistema de automação de identificação do eleitor foram, em ordem decrescente, os gastos com a contratação dos serviços de auxiliares para atendimento dos eleitores e aqueles destinados à manutenção de equipamentos de TIC.

Tabela 35 - Execução Financeira da Ação Implantação do Sistema de Automação de identificação Biométrica de Eleitores/2018 - por Elemento de Despesa

Em R\$1,00

ELEMENTO DE DESPESA	DESPESAS PAGAS	RESTOS A PAGAR PAGOS
37 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	4.138.793,32	2.904.733,26
40 - SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	576.273,96	-
39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	557.216,69	300.317,42
36 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P. FÍSICA	204.626,40	636,00
DEMAIS DESPESAS	124.041,24	80.094,74
TOTAL	5.600.951,61	3.285.781,42

Fonte: Tesouro Gerencial (25.1.2019)

Desafios e Ações Futuras

A gestão do orçamento do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia tem sofrido a influência de fatores externos, nos últimos anos, em especial da conjuntura político-econômica, o que tem exigido uma análise acurada com prospecções de cenários na tomada de decisões que atenuem os efeitos negativos sobre a execução do planejamento do Órgão. Um destes fatores foi o advento da Emenda Constitucional nº 95/2016 que instituiu o Novo Regime Fiscal para controle dos gastos públicos na esfera Federal por vinte anos a partir de 2017. Os principais desafios e ações futuras da gestão, especialmente no alcance do objetivo estratégico de "Aperfeiçoar a qualidade do gasto público", associado ao macroprocesso de "Gestão Técnica e Operacional" são apresentados a seguir:

1. Aperfeiçoar o controle e gestão da conta-depósito vinculada: Neste exercício, o Tribunal estabeleceu parceria com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares que disponibilizou a Ferramenta de Gestão da Conta Vinculada, a fim de dar agilidade e maior eficiência na gestão da

conta-depósito vinculada de que trata a Resolução CNJ nº 169/2013 e a Portaria TRE-BA nº 04/2016. A utilização deste instrumento de controle encontra-se em fase de implantação e adaptação à realidade do Tribunal.

2. Melhoria da performance dos indicadores estratégicos de desempenho orçamentário e financeiro. Os índices de Aderência da Execução ao Planejamento Orçamentário e de Execução Financeira foram definidos pelo Tribunal Regional Eleitoral da Bahia para o período de 2016-2021, objetivando o aperfeiçoamento da qualidade do gasto público, com enfoque no acompanhamento das despesas discricionárias. Apesar das avaliações trimestrais dos resultados alcançados e adoção de medidas para a realização das despesas planejadas, verifica-se que a evolução histórica dos indicadores no Quadro 10 sinaliza a necessidade de disseminação de uma visão sistêmica e integrada do orçamento na cultura organizacional, o que proporcionará a observância das diretrizes estratégicas nas etapas de planejamento e execução orçamentária e, consequentemente, o alcance das metas. A realização do I Fórum de Governança, Gestão, Orçamento e Sustentabilidade no primeiro semestre de 2019 é uma das iniciativas da gestão para institucionalizar a racionalização, eficácia e efetividade dos recursos públicos.

Tabela 36 - Desempenho dos Indicadores Estratégicos Associados à Execução Orçamentária

ÍNDICE	META		RESULTADO		Tendência 2019
	2017	2018	2017	2018	
i25. ADERÊNCIA DA EXECUÇÃO AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO	80%	80%	72,56%	77,18%	83%
i30. EXECUÇÃO FINANCEIRA	95%	97%	91,26%	87,61%	93%

Fonte: Sistema GEPLANES (25.01.2019)

O resultado do indicador i25 foi negativamente influenciado pelos acréscimos e/ou supressões de dotação em relação ao planejado na Lei Orçamentária Anual. Desta forma, o recebimento do montante de R\$7.496.753,00 de créditos adicionais no Grupo de Natureza de Despesa Investimentos, apesar de possibilitar a alocação de recursos para a melhoria da infraestrutura de tecnologia da informação, contribuiu para o não alcance da meta.

O crédito supracitado também comprometeu a performance do Índice de Execução Financeira, que objetiva monitorar os pagamentos das despesas discricionárias relacionadas aos limites definidos pelo TSE, visando ao atendimento da Emenda Constitucional 95/2016, bem como alavancar a execução financeira do Orçamento Anual e dos Restos a Pagar Processados e Não Processados. Apesar dos esforços envidados e da atuação proativa das Unidades Administrativas no atendimento da Portaria TRE-BA nº 552, de 17 de outubro de 2018, que estabeleceu normas, prazos e procedimentos para o encerramento do exercício sob exame, a frustração do pagamento de R\$4.416.580,00 no ano de 2018 por falta do recebimento de equipamentos de TIC e de veículos comprometeu a performance do indicador. Caso essas despesas fossem realizadas, o índice alcançaria 96,36%.

As metas estabelecidas para o índice i30 foram revisadas para o período de 2019-2021, a fim de promover sua adequação ao volume de despesas passíveis de inscrição em restos a pagar, sem prejuízo da adoção de medidas imediatas para melhoria da

capacidade de pagamento dentro do exercício e da celeridade processual, com vistas à conclusão das contratações planejadas no primeiro semestre.

3. Elaboração do Plano Diretor da SOF. Trata-se de uma ação programada para o exercício de 2020, objetivando o desdobramento da estratégia do Tribunal na gestão orçamentária, financeira e contábil.
4. Implantação do plano de tratamento de riscos. Em 2018 os principais processos e atividades sob a responsabilidade da SOF foram mapeados para identificação e mensuração dos riscos, com a elaboração dos respectivos mecanismos de mitigação e controle, em consonância com as diretrizes de governança da gestão do Tribunal.
5. Implantação de sistema informatizado para a gestão orçamentária e financeira. A implantação do referido sistema objetiva evoluir em atividades cruciais para a fluidez do ciclo orçamentário e de execução da despesa e qualidade do gasto do Regional: possibilitar a elaboração do planejamento em tempo hábil para realizar a análise, promover a adequação das programações de despesas, bem assim, submeter à apreciação da alta gestão; permitir o acompanhamento automatizado da execução orçamentário-financeira das despesas.

Gestão de Pessoas

CONFORMIDADE LEGAL

A conformidade das normas internas de pessoal à legislação em vigor tem a finalidade precípua de atualizar as regras concernentes a direitos e deveres dos servidores do TRE-BA, imprimindo transparência na relação com a Administração. A ação possui objetivo acessório de adequar o conjunto normativo interno às recomendações dos órgãos de auditoria e controle (externo e interno). Para mensurar a adequação, o Tribunal observa os indicadores constantes do Acórdão do Tribunal de Contas de União (TCU) n.º 1.824/2016, os quais expressam objetivo estratégico de “Promover Melhoria da Governança em Gestão de Pessoas”.

O TRE-BA publicou um número de normas além das determinações contidas no Acórdão n.º 1.824/2016. A meta prevista era de 49%, concernente ao cumprimento do referido Acórdão, no período de 2016 a 2018. O percentual acumulado apurado no final do ano de 2018 foi de 57,69% de normas adequadas à legislação de pessoal vigente.

Figura 22 – Gestão de Pessoas - Atos Normativos Publicados em 2018 (Acórdão TCU n.º 1.824/2016)



Também com relação à conformidade legal, o Tribunal conseguiu a entrega da Declaração de Bens e Rendimentos ou da autorização de seu acesso por todos os servidores, nos termos da Lei n.º 8.730, de 10 de novembro de 1993 e efetuou a remessa de todos os atos de concessão de aposentadoria e de pensão civil à Secretaria de Auditoria Interna, para fins de registro junto ao TCU, nos termos das Instruções Normativas TCU n.ºs 55, de 24 de outubro de 2007, e 78, de 21 de março de 2018. Identicamente, todos os atos de admissão de servidores ocupantes de cargo efetivo foram remetidos ao TCU, mediante registro no e-Pessoal, nos termos das normas vigentes. Após o registro do ato no referido sistema, o processo de admissão é encaminhado para a análise e parecer de conformidade pela unidade interna de auditoria deste Regional. No ano de 2018 não houve investidura de cargo efetivo.

Restituições ao Erário

Diante da reestruturação do Tribunal, realizada por meio da Resolução Administrativa n.º 12, de 30/04/2018, os controles internos foram distribuídos entre suas unidades. Assim, com o incremento dos conceitos de gestão de riscos, os controles dos processos de restituição ao erário de servidores ativos e inativos, beneficiários de pensão e ex-servidores foram aperfeiçoados. Como exemplo disto, foram a realização e o acompanhamento de diligências ao Tribunal de Justiça do Estado, à Receita Federal e a outros órgãos, com a finalidade de obter informações que possibilitem o ressarcimento das importâncias devidas ao erário. Em 2018, foram instaurados 13 processos de restituição ao erário, cujos valores correspondem a R\$ 79.210,87.

Vale assinalar que não houve notificação dos órgãos externos de controle (TCU e CNJ) e que a única diligência encaminhada pela unidade de auditoria interna em 2018 foi atendida pela Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP, a qual propôs a extensão do procedimento adotado em situações de débito com o erário decorrente de vacância por posse em cargo inacumulável, às hipóteses de redistribuição de cargo por reciprocidade. A Presidência do Tribunal, acolhendo a sugestão apresentada, notificou o atual órgão do servidor, que procedeu ao desconto em folha de pagamento do débito em parcelas, conforme requerido.

AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Em 2018, 1520 servidores estavam em efetivo exercício no TRE-BA, sendo que, deste total, 874 eram ocupantes de cargo efetivo do Poder Judiciário da União (efetivos, removidos e em exercício provisório), o que corresponde a 57,50% do total. Os servidores requisitados de outros poderes e esferas de governo corresponderam 42,30% da força de trabalho. Tais números evidenciam o *déficit* na quantidade de servidores ocupantes de cargo efetivo neste Regional e a grande dependência de parcerias com órgãos municipais e estaduais na requisição de servidores para apoiar os trabalhos, em especial, das unidades judiciárias de 1º grau. Com as eleições realizadas em 2018, houve a necessidade de requisitar servidores, gerando um aumento de 27,33% da força de trabalho relativa a servidores requisitados. Em 2017 o total de requisitados era 505, número que cresceu para 643 em 2018.

Figura 23 - Evolução do quadro de pessoal dos servidores efetivos em exercício no TRE-BA:

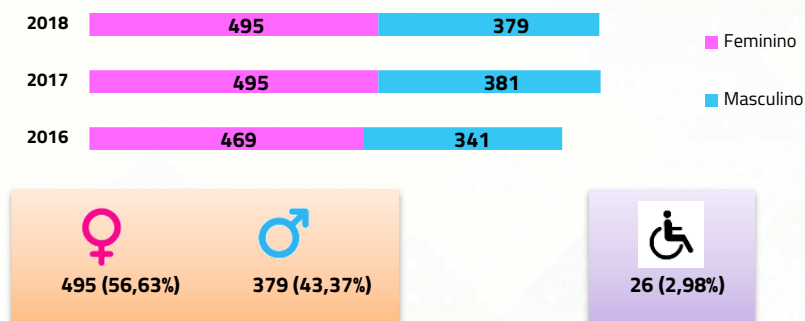
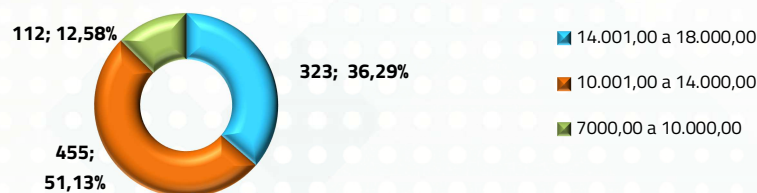


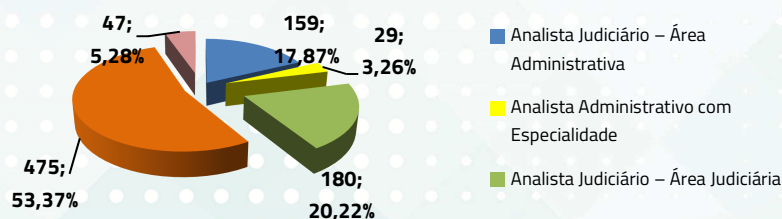
Figura 24 - Servidores de carreira por faixa salarial com base nos cargos providos (*)



ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS

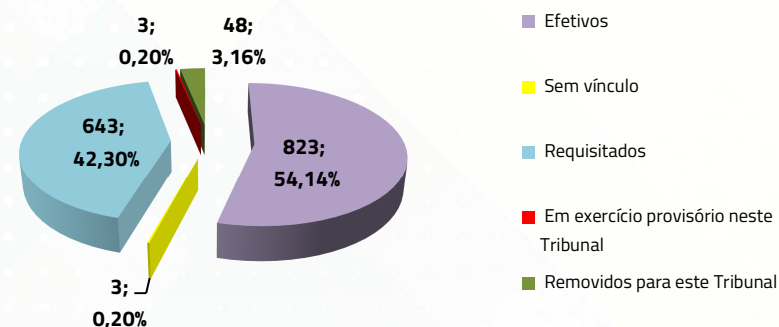
Recrutamento de Recursos Humanos

Figura 25 - Distribuição do quadro de servidores por carreira com base nos cargos providos (*)



COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO DO TRE-BA - 2018

Figura 26 - Distribuição da força de Trabalho por Situação Funcional



(*) Cargos providos contemplam os servidores do quadro de carreira do TRE-BA em exercício ou não neste Regional, portanto, estão incluídos os cedidos e permutados para outros órgãos e os que estão em licença para acompanhar cônjuge e por interesse particular sem remuneração. No ano de 2018, o total de cargos providos foi 890.

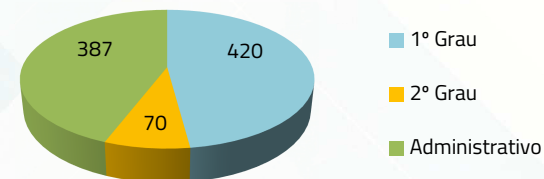
Os cargos efetivos no TRE-BA são providos mediante concurso público, cuja última edição foi realizada em 20 de agosto de 2017 e encontra-se no prazo de validade até 26 de outubro de 2019, podendo ser prorrogado por mais 02 (dois) anos, a critério da administração.

Plano de Remoção e Alocação de Servidores

Em 2018, buscou-se uma melhor distribuição de servidores que compõe a força de trabalho (efetivos, sem vínculo, removidos para este Tribunal e em exercício provisório neste Tribunal). O foco é a priorização do 1º grau.

Os servidores nomeados são lotados nos cartórios eleitorais do interior, exceto os de cargo específico. A lotação nas unidades

Gráfico 12 - Distribuição da Força de Trabalho, incluindo Servidores Sem Vínculo, por Área de Atuação



administrativas e de 2º grau ocorre mediante a realização de concurso de remoção interna, quando há disponibilidade de vagas, ou por meio de permuta com outro servidor.

Dimensionamento da força de trabalho-DFT:

Com o objetivo estratégico de promover a melhoria da governança em gestão de pessoas, o projeto de dimensionamento da força de trabalho tem como entregas o conhecimento do quantitativo e perfil ideal para cada setor do Tribunal, os critérios técnicos e objetivos para lotações e capacitação da força de trabalho e as competências e habilidades requeridas por posto de trabalho.

Em 2018 o projeto foi finalizado na Secretaria de Gestão Administrativa (SGA) e na Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade (SOF). Em novembro de 2018, foi iniciado o estudo de DFT da Secretaria de Gestão de Serviços (SGS) e da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI). Até o final de exercício de 2018 foram dimensionadas 36 unidades do TRE-BA, o que corresponde a 39,13% do total de unidades. A previsão de finalização do projeto, com o estudo de DFT de todas as unidades do Tribunal, é até 30 de dezembro de 2021.

DETALHAMENTO DA DESPESA DE PESSOAL

Tabela 37 - Gastos com Pessoal Ativo

EXERCÍCIO 2018			
Gasto		Valor	%
Vencimentos e vantagens fixas	R\$	57.852.969,06	24,14%
Patronal	R\$	34.227.466,75	14,28%
Gratificações natalinas	R\$	13.760.146,58	5,74%
Exercício anterior	R\$	4.317.863,69	1,80%
Vantagens variáveis	R\$	129.478.675,25	54,04%
Total de Gastos com Ativos	R\$	239.637.121,33	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial; SGRH (24.01.2019)

O gasto com servidores requisitados ocorreu com pagamento de serviço extraordinário (calculado com base nos salários pagos pelos órgãos de origem) e encontram-se registrados no bojo da rubrica "vantagens variáveis" da tabela acima. Do mesmo modo, as despesas com exercício de chefia ou substituição de chefia, realizado por servidor requisitado, encontra-se registrado na rubrica "vencimentos e vantagens fixas".

Tabela 38 - Total de Magistrados e MP Eleitoral

EXERCÍCIO 2018

Gasto	Valor
Magistrados e MP Eleitoral	R\$ 22.347.213,28

Fonte: Tesouro Gerencial; SGRH (24.01.2019)

Tabela 39 - Custo Direto com Despesas de Pessoal Inativo

EXERCÍCIO 2018

Gasto	Valor	%
Vencimentos e vantagens fixas	R\$ 36.266.612,49	91,88%
Gratificações natalinas	R\$ 3.107.174,11	7,87%
Exercício anterior	R\$ 98.591,65	0,25%
Decisão judicial	R\$ -	0,00%
Vantagens variáveis	R\$ 42,24	0,00%
Total de Gastos com Inativos	R\$ 39.472.420,49	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial; SGRH (24.01.2019)

Tabela 40 - Custo Direto com Despesas de Pensionista

EXERCÍCIO 2018

Gasto	Valor	%
Vencimentos e vantagens fixas	R\$ 10.579.269,53	85,73%
Gratificações natalinas	R\$ 885.856,26	7,18%
Exercício anterior	R\$ -	0,00%
Decisão judicial	R\$ 875.252,38	7,09%
Vantagens variáveis	R\$ -	0,00%
Total de Gastos com Pensionistas	R\$ 12.340.378,17	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial; SGRH (24.01.2019)

Tabela 41 - Gastos com Benefícios

EXERCÍCIO 2018			
Gasto		Valor	%
Auxílio Transporte	R\$	796.877,00	4,66%
Reembolso Assistência Médica	R\$	3.841.617,00	22,46%
Auxílio Alimentação	R\$	10.508.151,00	61,44%
Assistência Pré-Escolar	R\$	1.867.648,00	10,92%
Auxílio Funeral e Natalidade de Cíveis	R\$	89.297,00	0,52%
Total de Gastos com Benefícios	R\$	17.103.590,00	100%

Fonte: Tesouro Gerencial; SGRH (24.01.2019)

Tabela 42 - Evolução de Gastos de Pessoal

Gasto	Valor			
	2017		2018	
Ativo	R\$	201.466.218,49	R\$	239.637.121,33
Inativo	R\$	36.570.492,75	R\$	39.472.420,49
Pensionistas	R\$	12.549.663,33	R\$	12.340.378,17
Magistrados e MP Eleitoral	R\$	21.645.011,17	R\$	22.347.213,28
Benefícios	R\$	15.980.014,00	R\$	17.103.590,00
TOTAL	R\$	288.211.399,74	R\$	330.900.723,27

Fonte: Tesouro Gerencial; SGRH (24.01.2019)

No ano de 2018, 76,37% dos gastos de pessoal, excluídos os benefícios, foram realizados com servidores ativos. Considerando que em 2017 os referidos gastos totalizaram R\$ 288.211.399,74, houve um aumento de 14,81% nas despesas de pessoal deste Órgão.

Vale pontuar as justificativas para o aumento acima citado:

- reajuste de remuneração do Judiciário Federal, estabelecido pela Lei nº 13.317/2016, com implementação nos meses de junho e novembro, impactando inclusive no pagamento da gratificação natalina;

- pagamento de serviço extraordinário por ocasião da realização do Pleito 2018, realizado no período de 15/08 a 19/12/2018, bem como em decorrência do período final de cadastramento biométrico obrigatório (Janeiro/2018) realizado em algumas jurisdições de 1º grau, dentre elas, as jurisdições sediadas em Salvador;

- cumprimento da decisão judicial exarada no Processo nº 1006754-37.2018.4.01.3300, em trâmite na 4ª Vara Cível da Seção Judiciária Federal da Bahia, que garantiu a percepção de auxílio-transporte aos servidores efetivos desta Casa, conforme disposto na Portaria nº 632, de 16.11.2018, publicada no Diário de Justiça Eletrônico, edição de 19.11.2018;

- pagamento de débito de exercícios anteriores, relativo à conversão em pecúnia de banco de horas adquirido pela prestação de serviço extraordinário em razão de demandas excepcionais, devidamente autorizado pela Administração desta Casa, durante o exercício de 2017 e em anos anteriores.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E REMUNERAÇÃO

Avaliação de desempenho

A avaliação de desempenho dos servidores ocorre anualmente com base nos termos da Resolução nº 22.582/2007. No ano de 2018 foram realizadas avaliações de desempenho de 475 servidores, como instrumento ligado ao objetivo estratégico de "Promover a Melhoria da Governança em Gestão de Pessoas". Dentre as avaliações de desempenho realizadas neste exercício, não foi formalizado nenhum recurso à administração ou solicitação de reconsideração de notas aferidas pelas chefias imediatas.

Progressão Funcional

A progressão/promoção funcional dos servidores é auferida anualmente através da avaliação de desempenho de todos os servidores ativos que não se encontram no topo do cargo. Os instrumentos da avaliação são o formulário do avaliador (chefia imediata) e a autoavaliação do servidor avaliado. No ano de 2018, 413 servidores foram movimentados na carreira através da concessão de 10 portarias expedidas pela Presidência.

Estágio Probatório

Em 2018, o TRE/BA possui 62 servidores em estágio probatório. Somente um servidor concluiu o estágio probatório, adquirindo estabilidade.

Figura 27 - Percentual de ocupação de Cargos Gerenciais por servidores efetivos do TRE-BA

88,10% dos Cargos em Comissão

89,30% das Funções Comissionadas

Figura 28 - Remuneração Inicial e Final das Carreiras do TRE-BA - Dezembro/2018

Com base na Lei nº 13.317, de 20 de julho de 2016, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União.



Tabela 43 - Política de Remuneração dos Membros da Magistratura e Ministério Público Eleitoral

CLASSE	JETON	Gratificação Eleitoral
Juizes do Tribunal	R\$ 914,13	-
Procurador Regional Eleitoral	R\$ 914,13	-
Juiz Eleitoral	-	R\$ 4.631,61
Promotor Eleitoral	-	R\$ 4.631,61

Os juizes do Tribunal e Procurador Regional Eleitoral integram a Corte e fazem jus ao JETON, que corresponde à gratificação de presença por comparecimento à sessão Plenária do TRE-BA, respeitado o limite mensal de 8 sessões em períodos ordinários, 12 sessões no mês de agosto de anos eleitorais e 15 sessões nos meses de setembro a dezembro de anos eleitorais. Juizes e promotores eleitorais são designados para o exercício de função nas zonas eleitorais e fazem jus a

gratificação, a título de *pro labore*, proporcional aos dias de atuação, descontados os períodos em que esteve legalmente afastados da jurisdição comum.

VALOR AGREGADO DOS RECURSOS HUMANOS E MERITOCRACIA

Alinhada ao objetivo estratégico "Promover a Melhoria da Governança em Gestão de Pessoas", a implantação da meritocracia está em processo de desenvolvimento. No ano de 2018, foram realizadas duas seleções para ocupação de função comissionada – FC1, como forma de reconhecimento e valorização dos servidores, dentro dos princípios da gestão por competências.

A SGP realizou, em dezembro/2018, em sessão solene, a entrega de placas de homenagem a 10 pessoas (servidores, colaboradores e mesários), que se destacaram pelos trabalhos realizados junto à Justiça Eleitoral na consolidação da democracia. Na mesma ocasião, foi realizada premiação dos três primeiros colocados no I Concurso Cultural para Mesários Voluntários, que teve como objetivo incentivar o voluntariado na prestação de serviços eleitorais e valorizar o importante papel do mesário na democracia. Ressalta-se outras ações que promovem igualdade de oportunidades neste Regional:

- Editais de seleção para composição de grupos de trabalho para força-tarefa, comitês comissões que realizam trabalhos específicos, pontuais e que geram rendimento extra para os servidores, seja através do recebimento de diárias ou horas-extras. Em 2018, inúmeras oportunidades foram oferecidas através de editais públicos, a saber: equipes de apoio às Eleições, equipe de análise da prestação de contas de campanha eleitoral e de suprimento de fundos, força-tarefa para zonas críticas, força-tarefa para apoio à biometria, dentre outros;

- Concessão de auxílio-bolsa de estudos para cursos de graduação e pós-graduação. Existem normas (Resolução Administrativa nº 11/2007, Portaria da Diretoria Geral nº 30/2018 e Resolução TSE nº 22.572/2007) que estabelecem regras para a seleção de candidatos ao benefício do auxílio-bolsa que refletem a igualdade de oportunidades e contribuem diretamente para o desenvolvimento do servidor;

- A concessão de licença de capacitação também traz em seu alicerce normas que regulamentam e permitem que este instrumento contribua de forma igualitária para o autodesenvolvimento do servidor. São as principais: Resolução TSE nº 23507/2007, Portaria TRE-BA nº 124/2017;

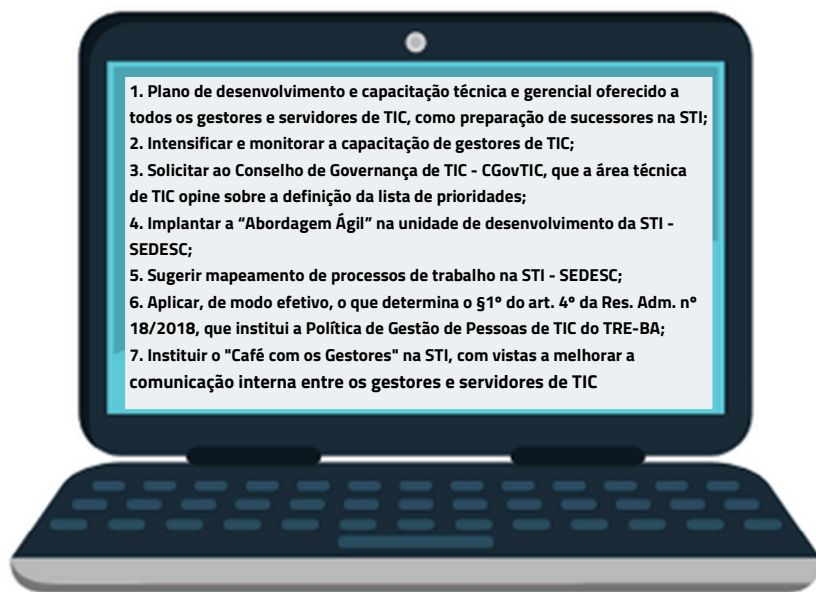
- O Tribunal elabora anualmente um Plano de Capacitação e Desenvolvimento, alinhado a perspectiva de aprendizado e crescimento com os seus objetivos estratégicos e com o programa de gestão por competências. As ações de capacitação e desenvolvimento estão embasadas no Programa Permanente de Capacitação de Servidores da Justiça Eleitoral, Resolução TSE nº 22.572/2007, e na Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder

Judiciário, Resolução CNJ N° 192/2014, e tem a oportunidade de igualdade como um dos seus princípios.

TIVALORIZA

Em 2018, a SGP iniciou a implantação da Política de Gestão de Pessoas da área de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, por meio da criação do projeto **TIVALORIZA**, em conformidade com a Resolução CNJ n.º 211/2015 e com a Resolução TRE-BA n.º 18/2018. O projeto foi apresentado aos gestores da área de TIC como uma proposta de valorização dos seus servidores e reconhecimento do caráter estratégico daquela unidade.

Figura 29 Ações do TIVALORIZA propostas para o ano de 2019:



Ações voltadas à saúde e à qualidade de vida



No exercício de 2018 foram realizadas ações de promoção à saúde e qualidade de vida com temáticas e enfoques variados, o que contribuiu para a melhoria do bem-estar e saúde dos servidores e colaboradores. As ações voltadas para a área de saúde estão vinculadas ao objetivo estratégico "Proporcionar Ambiente de Trabalho Saudável e Seguro".

Mês da Mulher (palestra e exposição de vídeos)
Campanha de vacinação de servidores, dependentes legais e estagiários
Programa de preparação para aposentadoria
Feirinha saudável (semanal)
Oficinas de terapias alternativas (oficinas de automassagem, aromaterapia e musicoterapia)
Projeto TRE fitness "Vai de Bike"
Campanhas de prevenção ao Câncer de Mama e de Próstata
Uso de UTI móvel nos períodos de biometria, fechamento de cadastro e pleito eleitoral

CAPACITAÇÃO

Estratégia em Números

O Tribunal Regional Eleitoral da Bahia elabora anualmente um plano de capacitação e desenvolvimento de servidores alinhado à perspectiva de Aprendizado e Crescimento do Planejamento Estratégico e ao Programa de Gestão por Competências.

De acordo com o Plano Estratégico Setorial da SGP, instituído pela Instrução Normativa n° 9/2018, a capacitação está relacionada principalmente aos objetivos estratégicos de "Prestar Atendimento de Excelência ao Público" e "Aperfeiçoar a Qualidade do Gasto Público", além de apoiar o objetivo de "Fomentar Ações de Responsabilidade Social e Práticas Ambientais Sustentáveis".

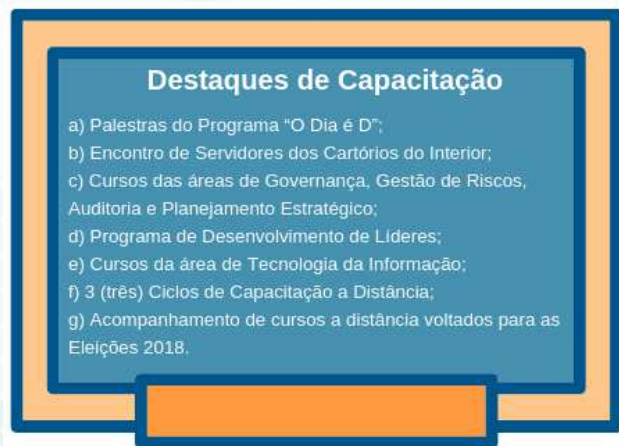
As ações de capacitação estão embasadas no Programa Permanente de Capacitação de Servidores da Justiça Eleitoral, Resolução TSE n.º 22.572/2007, e na Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário, Resolução CNJ n.º 192/2014.

Figura 30 – Ações de Capacitação – Números e Total Investido



Em 2018, a SGP finalizou o treinamento de ambientação e formação de 56 novos servidores. O **Curso Preparatório dos Novos Servidores** envolveu diversas áreas do Tribunal, com explanações teóricas, atividades práticas e visita guiada às unidades da Secretaria e cartórios eleitorais, com o objetivo de mitigar as demandas em razão da falta de vivência em cartórios do interior do Estado.

Figura 31



Incentivo profissional

O TRE-BA investiu R\$124.485,00 em pagamento de bolsas de estudos para cursos de graduação e pós-graduação, com vistas no aprimoramento dos servidores. Em 2017, foram gastos com este benefício R\$ 74.522,65. Desta forma, em 2018 houve um incremento financeiro na ordem de 67,04%.



de incremento no número de beneficiados com bolsa de estudo, comparado ao ano de 2017.

Figura 32

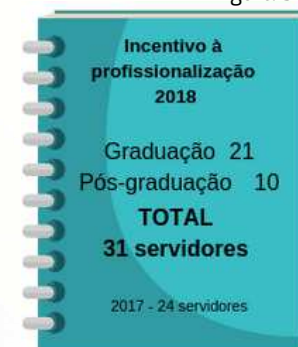
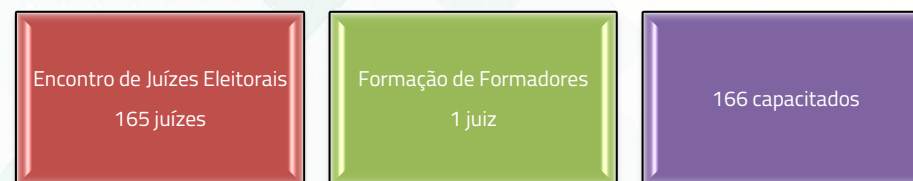


Figura 33 - Ações de Capacitação Escola Judiciária Eleitoral da Bahia (EJE-BA)



Publicação de Pesquisas Acadêmicas da EJE-BA

Anualmente, a Escola Judiciária Eleitoral da Bahia (EJE-BA) publica o periódico jurídico, REVISTA POPULUS, cujo primeiro número foi lançado em 2015.

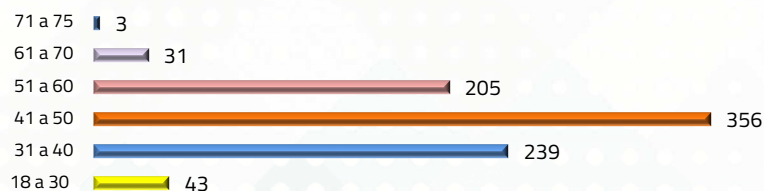
No ano de 2018, a EJE publicou duas edições da revista, nº 4 e nº 5, cada uma com tiragem de 150 exemplares.



PROBLEMAS E DESAFIOS ENFRENTADOS NA GESTÃO DE PESSOAS DETECTADOS PELA ORGANIZAÇÃO E PELOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

Verifica-se que 67,84% dos servidores possuem idade superior a 40 anos, demonstrando um envelhecimento da força laboral do Tribunal. Para atender às demandas da sociedade em geral, o TRE-BA precisará equacionar sua força de trabalho, suprimindo as lacunas atualmente existentes. Para tanto, será necessário nos próximos exercícios: simplificar seus processos de trabalho, eliminando retrabalhos e possibilitando a utilização do seu capital humano efetivo em atividades de gestão e controle; empregar soluções de TI necessárias à realização de tarefas operacionais e contratar postos de trabalho terceirizados.

Figura 34 - Faixa Etária dos Servidores lotados no TRE-BA



Falta de Pessoal e envelhecimento do quadro de servidores ativos



A Portaria TSE nº 574/2018 vedou o provimento de cargos vagos em decorrência de aposentadoria, agravando o problema de reposição do quadro de pessoal do Tribunal, o que dificulta suas entregas à sociedade e causa sobrecarga de trabalho para os servidores ativos. Identificou-se que 64,71% dos desligamentos ocorridos no ano de 2018 foram decorrentes de aposentadoria, conforme quadro a seguir:

Quadro 12 - Evasão de Servidores

Forma	Analista Judiciário Área Administrativa	Analista Judiciário Área Judiciária	Técnico Judiciário Área Administrativa	Total
Aposentadoria	2	1	8	11
Exoneração	0	1	1	2
Falecimento	0	1	0	1
Posse Em Outro Cargo Inacumulável	0	1	2	3
Total	2	4	11	17

Uma das aposentadorias se deu em 13/12/2018, de modo que, para o presente relatório, o referido servidor foi contabilizado como ativo nos demais gráficos e tabelas apresentados.

Informatização das atividades da SGP

Em 2018, a SGP institucionalizou o Programa de Gestão por Competências, que começou a ser implantada no TRE/BA em 2011, está alinhado ao objetivo estratégico "Promover a Melhoria da Governança e Gestão de Pessoas". O Tribunal já mapeou 72 áreas, podendo chegar a 123 unidades até 2021. Contudo, não foi possível realizar os diagnósticos dos perfis por competência no ciclo de 2018, em razão das dificuldades relativas à implantação do sistema informatizado.

Restrições orçamentárias



Tendo em vista as restrições orçamentárias, ações voltadas à saúde em 2018 que geraram despesa foram: disponibilização de UTI móvel nos períodos de biometria, fechamento de cadastro e pleito eleitoral (R\$54.259,15) e vacinação (R\$46.190,00). As demais ações foram desenvolvidas sem qualquer custo, através de parcerias realizadas.

A demanda das unidades por capacitação foi superior aos cursos efetivamente realizados, apesar do valor do investido em 2018 ter sido acima de R\$ 1.300.000,00. Para solucionar esta questão, a SGP validou nova metodologia para elaboração do Programa Anual de Capacitação, na qual cada área priorizará os cursos de seu interesse. Além da adoção de nova metodologia, o Tribunal regulamentou a atividade de instrutoria interna.

Gestão de Tecnologia da Informação

CONFORMIDADE LEGAL DA GESTÃO DE TIC

Com vistas a assegurar a conformidade legal da Gestão de TIC, o TRE-BA implementou, nos últimos exercícios, um conjunto de regras e normativos estabelecidos pela Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário - ENTIC-JUD - (Resolução CNJ nº 211/2015), também alinhados aos objetivos do Planejamento Estratégico Institucional 2016-2021.

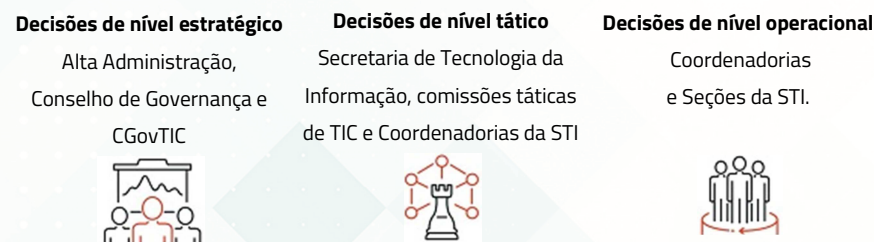
Em junho de 2018, concluiu-se o Caderno de Indicadores e Metas de Medição, a fim de acompanhar e controlar o cumprimento das estratégias de TIC do Tribunal, elencadas no Plano Estratégico de TIC 2016-2021(PETIC), foram definidos dez indicadores, um para cada objetivo, e suas respectivas metas de medição periódica. Instituiu-se, também, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), um instrumento de desdobramento da estratégia, que elenca as ações a serem empreendidas no biênio 2018-2019, para que a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) possa alcançar os objetivos do PETIC. Ademais, com base nos modelos de governança e de gestão previsto em leis, regulamentos, normas técnicas e modelos internacionais de boas práticas, o TRE-BA alcançou o nível aprimorado no Levantamento de Governança e Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (iGovTIC-JUD 2018), realizado pelo CNJ, com a obtenção do índice de 0,76.

MODELO DE GOVERNANÇA DE TIC

O Sistema de Governança de TIC do TRE-BA (SGTIC), instituído pela Resolução Administrativa nº 17/2018, estabelece princípios, políticas, diretrizes, estruturas, processos, papéis e responsabilidades necessários ao desempenho das funções de avaliar, direcionar e monitorar a gestão e o uso atual e futuro da TIC. Alinhado à Governança institucional do Órgão, o SGTIC foi construído seguindo, dentre outras normas, o Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública e Ações Indutoras de Melhoria e acórdãos do TCU, assim como às determinações e recomendações do CNJ por meio das Resoluções Administrativas nºs 182/2013 e 211/2015, a primeira que estabelece as diretrizes para contratação de solução de TIC, e a segunda que institui a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário para o ciclo 2015-2020 (ENTIC-JUD).

O SGTIC estabelece como estruturas organizacionais responsáveis por decisões relacionadas à TIC: a Alta Administração; o Conselho de Governança; o Comitê de Governança de TIC (CGovTIC); os Comitês Táticos de TIC (CGesTIC); a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI); as Coordenadorias da STI; e as Seções da STI.

Figura 35 – Níveis de Autoridade nas Tomadas de Decisão Relacionadas a TI



Cabe ao nível estratégico desempenhar os papéis e responsabilidades afetos à governança de TIC e aos níveis tático e operacional, os papéis relacionados à gestão de TIC, conforme modelos definidos na Resolução TRE-BA nº 17/2018. A alocação de recursos, a realização de investimentos e a priorização de projetos de TIC devem ser necessariamente deliberadas em nível estratégico. As áreas responsáveis pela TIC, auditoria interna, gestão de riscos e projetos devem subsidiar as instâncias tomadoras de decisão com informações pertinentes e suficientes.

A Política de Governança de TIC do TRE-BA estabelece que os objetivos estratégicos, definidos no Plano Estratégico Institucional (PEI) do Órgão, devem ser prioritariamente observados na governança, na gestão, no planejamento, na aquisição, na estruturação e no uso da TIC. Em caso de revisões ou alterações nos objetivos institucionais, as estratégias de TIC devem ser revistas para a manutenção do alinhamento às necessidades do negócio do Tribunal.

O Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) do TRE-BA alinha-se às diretrizes estratégicas nacionais do Poder Judiciário. A elaboração e a revisão deste Plano deverão, conforme definido no SGTIC, envolver a participação do Secretário, Coordenadores e Chefes da STI, bem como das demais áreas estratégicas do Tribunal. Além disso, foi publicado, em 2018, o PDTIC

para viabilizar o monitoramento e avaliação, de forma mais precisa, da Gestão de TIC pelo CGovTIC, além de representar uma importante ferramenta de apoio à tomada de decisão, direcionando a atuação da STI no alcance dos objetivos e metas estabelecidos no PEI, na ENTIC-JUD e no PETIC. Complementarmente, aplicam-se a esta política de governança de TIC, outras políticas estabelecidas pelo Tribunal, com destaque para a de Gestão de Riscos, e a de Gestão de Pessoas, além do Código de Ética.

MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS

Tabela 44 - Ação Orçamentária: 20GP - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça

Montante de Recursos Aplicados em TI – 2018			
Grupo Despesa	Despesas Empenhadas	Despesas Pagas	Valor Pago de RP em 2018
Investimento	7.429.509	3.780.919	837.001
Custeio	7.710.639	6.799.023	309.947
TOTAL	15.140.148	10.579.942	1.146.948

Fonte SIAFI

Tabela 45 - Ação Orçamentária: Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor – Biometria

Montante de Recursos Aplicados em TI – 2018 (R\$ Milhões)			
Grupo Despesa	Despesas Empenhadas	Despesas Pagas	Valor Pago de RP em 2018
Investimento	-	-	-
Custeio	839.818	638.046	117.429,95
TOTAL	839.818	638.046	117.429,95

Fonte SIAFI

Tabela 46 - Ação Orçamentária: Pleitos Eleitorais Nacional - Atualização e Manutenção do Sistema de Votação e Apuração

Montante de Recursos Aplicados em TI – 2018 (R\$ Milhões)			
Grupo Despesa	Despesas Empenhadas	Despesas Pagas	Valor Pago de RP em 2018
Investimento	-	-	-
Custeio	584.673	500.483	32.261,46
TOTAL	584.673	500.483	32.261,46

Fonte SIAFI

Tabela 47 - Ação Orçamentária: Pleitos Eleitorais Nacional

Montante de Recursos Aplicados em TI – 2018 (R\$ Milhões)			
Grupo Despesa	Despesas Empenhadas	Despesas Pagas	Valor Pago de RP em 2018
Investimento	-	-	-
Custeio	10.662.716	8.717.823	160.787,40
TOTAL	10.662.716	8.717.823	160.787,40

Fonte SIAFI

Quadro 13 - Contratações Mais Relevantes de Recursos de TIC
Celebradas em 2018

Aquisição de microcomputadores para as zonas eleitorais	
Nº contrato	Valor Pago em 2018
CT 110/2018	R\$601.520,00
Locação de notebooks	
Nº contrato	Valor Pago em 2018
CT 116/2018	R\$66.653,12
Aquisição de equipamentos para atualização e Manutenção do Parque de Rede	
Nº contrato	Valor Pago em 2018
CT 104/2018	R\$2.350.600,00
CT 107/2018	
ARP para aquisição de equipamentos e Software para o Datacenter	
Nº contrato	Valor Pago em 2018
CT 208/2018	R\$777.600,00
Contratação de Apoio às Eleições 2018	
Nº contrato	Valor Pago em 2018
CT 45/2018	7.998.611,67

Quadro 14 - Contratações mais Relevantes de Recursos de TIC
Celebradas em Anos Anteriores

CONTRATOS LINKS DE COMUNICAÇÃO	VALORES PAGOS EM 2018
CT 55/2015 (Novo Backbone – VPN/VIP)	3.362.220,30
CT 56/2015 (Novo Backbone/IP Connect)	1.923.913,20
CT 83/2015 (Links de Internet/Sede)	129.383,54
OUTSOURCING DE IMPRESSÃO	VALORES PAGOS EM 2018
CT 109/2014	866.330,60
SUPORTE DE TIC	VALORES PAGOS EM 2018
CT 04/2013	300.784,20

Observações:

A contratação de Fábrica de Software somente produzirá seus efeitos no ano de 2019.

Somente relacionados os contratos (mais relevantes) firmados e com pagamentos efetuados em 2018.

Quadro 15 - Despesas Anuais com Manutenção de Sistemas

DESPESA	VALOR
Contratação de empresa para manutenção de <i>Software</i> Volare (17CT0068). Contrato nº 68/2017. Empenho para o período de 01/01 a 14/09/2018.	R\$4.896,16
Empenho: Pagamento de juros e multa decorrente da nota fiscal nº 27562 referente ao mês de Dezembro de 2017 - Empresa Resource Americana. O contrato em apreço é referente a Suporte de TIC - CT 04/2013	R\$111,91
Contratacao de pacotes de extensão de funcionalidades do Sistema OTRS (18CT0049). Vigência - 12 meses.	R\$7.400,00
Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos e sistemas, com fornecimento de peças e insumos. (18CT0062).	R\$48.322,80
Fornecimento, instalação, prestação dos serviços de treinamento e manutenção do <i>software</i> DRS Plenário Limited e Prestação do serviço de manutenção e suporte do <i>Software</i> PSS - Process & Storage Sound (18CT0067).	R\$8.000,00
Fornecimento, instalação, prestação dos serviços de treinamento e manutenção do <i>Software</i> DRS Plenário Limited e Prestação do serviço de manutenção e suporte do <i>Software</i> PSS - Process & Storage Sound (18CT0067).	R\$7.398,75
Prestação dos serviços de manutenção do <i>Software</i> PSS - Process & Storage Sound. Vigência: 10.08.2018 *empenho para o exercício de 2018 (17CT0056)	R\$14.686,26
TOTAL	R\$90.815,88

Fonte: Tesouro Gerencial

Extraído em 8/1/2019

Posição: 31/12/2018.

Quadro 16 - Principais Iniciativas e Resultados na Área de TIC por Cadeia de Valor do TRE-BA

CADEIA DE VALOR	PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS) NA ÁREA DE TIC	PRINCIPAIS RESULTADOS (BENEFÍCIOS E IMPACTOS)
Planejamento e Gestão Institucional	- Publicação do Sistema de Governança de TIC - Publicação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC - Publicação do Caderno de Indicadores do PETIC - Publicação do ANS - Normatização dos processos de Desenvolvimento de Software, sustentação de software, gerenciamento de arquitetura e de gerenciamento de ciclo de vida - Execução de ações necessárias à melhoria da maturidade de governança em TIC	- Conformidade com normativos externos - Aumento da maturidade em governança e gestão de TIC - Elevação do índice de Governança de TIC do Poder Judiciário (iGovTIC- JUD) de 0,46 (nível satisfatório) para 0,76, alcançando o nível aprimorado. - Aprimoramento do planejamento de gastos em TI e, consequentemente, da Proposta Orçamentária. - Aprimoramento das contratações de TIC - Melhoria da satisfação dos usuários com os serviços de TIC
Controles	- Implantação do Sistema Auditse	- Aprimoramento das atividades de execução e acompanhamento das auditorias do TRE-BA
Informações Institucionais	- Publicação dos normativos, portfólios, catálogo de serviços, atas de reuniões dos Comitês gestor e de Governança de TIC, documentos de contratações (Estudos técnicos preliminares), etc, na intranet e no sítio do Tribunal	- Garantia da transparência da Gestão de TIC - Garantia do acesso à informação aos públicos interno e externo
Eleições	- Melhoria do Sistema de Controle de Cronograma de Eleições - Implantação do novo sistema Pardal (de denúncias eleitorais) - Implantação de novos módulos do Sistema de Suprimento de fundos - Implantação do Sistema de Benefício Alimentação para mesários e colaboradores - Infraestrutura tecnológica para a votação paralela - Infraestrutura para os grupos de trabalho do dia das Eleições - Geração dos kits JE Connect - Manutenção preventiva e Corretiva das Urnas Eletrônicas - Logística das Urnas Eletrônicas de todo o Estado - Evolução do Sistema de Rotas - Evolução do Sistema de Gerenciamento de Postos de Trabalho - Implantação do Sistema de Certificados para Mesários Voluntários - Contratação e acompanhamento de técnicos de Urnas Infraestrutura para a transmissão remota de resultados de votação (JE Connect)	- Melhoria dos processos de trabalho de Eleições - Garantia da participação da sociedade na fiscalização do processo eleitoral - Aumento da segurança do processo eleitoral - Prevenção de problemas com urnas eletrônicas - Maior satisfação dos usuários internos e externos de TIC - Maior agilidade na totalização das Eleições - Redução do índice de substituição de urnas em comparação ao pleito 2016
Cadastro Eleitoral	- Manutenção do Sistema de Agendamento de eleitores para Biometria - Provimento da infraestrutura para o final do alistamento eleitoral na Bahia - Provimento da infraestrutura para a Revisão Eleitoral - Projeto Biometria 1º e 2º ciclos	- Garantia do direito dos eleitores - Maior comodidade para os eleitores, que puderam agendar seu atendimento.
Inf., Mediação e conscientização para a cidadania.	- Eleição da OAB	- Divulgação através da interação do eleitor com o voto eletrônico. - Exercício de consolidação da cidadania - Reconhecimento pela OAB da confiabilidade do sistema eletrônico de votação

CADEIA DE VALOR	PRINCIPAIS INICIATIVAS (SISTEMAS E PROJETOS) NA ÁREA DE TIC	PRINCIPAIS RESULTADOS (BENEFÍCIOS E IMPACTOS)
Prestação Jurisdicional	- Provimento da infraestrutura de equipamentos, suporte e serviços de TIC para as forças-tarefas de Correição da Corregedoria Regional Eleitoral - Disponibilização do segundo monitor para as unidades que utilizam o Processo Judicial Eletrônico - PJE	- Melhoria das condições de trabalho permitindo aumento de produtividade e mitigando erros.
Gestão Jurídica, Administrativa e Tecnológica.	- Disponibilização do segundo monitor para as unidades que utilizam o Processo Administrativo Eletrônico – PAD - Modernização da Sala de Sessões através da Substituição dos computadores por equipamentos All in one - Projeto de renovação do parque computacional dos cartórios eleitorais - Ampliação da rede sem fio do TRE-BA para todas as Unidades da Secretaria do Tribunal e Cartórios da Capital - Implantação do Projeto "Agora é 10" (Windows 10) - Inauguração do serviço de webconferência - Modernização da infraestrutura de rede - Contratação da Fábrica de Software	- Garantia da infraestrutura e portfólio de serviços de TIC adequados às atividades do Tribunal - Aumento da entrega de soluções tecnológicas com maior agilidade e qualidade para as áreas de negócio

Quadro 17 - Indicadores da Área de TIC

INDICADOR	META	RESULTADO
i1. Índice de atingimento de metas de disponibilidade de serviço	90%	81,67%
i2. Índice de aderência e execução orçamentária dos gastos em TIC	78%	70,56%
i3. Índice de tratamento de risco às estratégias	80%	86 %
i4. Nível de satisfação com os serviços de TIC	60%	61,53%
i5. Quantidade de padrões tecnológicos implementados	11	11
i6. Índice de Governança de TIC	0,71	0,76
i7. Índice de aderência ao MNI	80%	-
i8. Índice de aderência ao plano de contratações de TIC	70%	73%
i9. Índice de serviços de TI implementados com requisitos de segurança da informação estabelecidos	60%	Não mensurado
i10. Índice de execução do Plano Anual de Capacitação de Pessoal de TIC	65%	53%
i29. – Índice de cumprimento das metas do PETI	89%	50%

i7: Justificativa: os sistemas para trâmite de processos judiciais em uso no TRE-BA, SADP e PJE, foram adotados antes de 2018, sendo que a implantação do PJE foi feita em agosto 2017, contemplando algumas classes iniciais, havendo ampliação das classes abrangidas posteriormente. Sendo assim, não houve novo sistema judicial para o ano de 2018. De qualquer modo, esclarece-se que o PJE é aderente ao MNI e o SADP não é, observando que ambos são desenvolvidos e geridos pelo TSE. Ainda sobre o i7, em relação aos sistemas administrativos, a

avaliação é de que a aderência ao MNI é devida apenas quando necessária ao atendimento dos requisitos do sistema. O artigo 22, parágrafo único, da resolução CNJ 211/2015 estabelece que "deverá ser garantida a integração entre sistemas do primeiro e segundo grau e de instâncias superiores, bem como de outros entes públicos atuantes nos processos judiciais", constando em seu parágrafo único: "as integrações deverão observar o Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI) do Poder Judiciário e do Ministério Público, instituído na Resolução conjunta CNJ e CNMP 3, de 16 de abril de 2013, e suas alterações." Sendo assim, conforme a resolução, a aderência ao MNI é obrigatória apenas para a integração entre sistemas do primeiro e segundo grau e de instâncias superiores, bem como de outros entes públicos atuantes nos processos judiciais, não sendo obrigatória a todos os sistemas. Desse modo, não existe sistema administrativo a ser considerado no cálculo do indicador".

i9: Justificativa: Indicador não mensurado. Não houve atualização do catálogo de serviços.

i10: Foram realizados 03 (três) cursos não previstos no PAC 2018 (não computados no indicador i10).

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

O processo de gerenciamento de riscos na Secretaria de Tecnologia da Informação iniciou-se com a análise dos processos Gerenciamento de Incidentes, Cumprimento de Requisições, Gerenciamento de Problemas e Gestão de Ativos de TIC. Tais escolhas justificam-se por tratar-se de processos consolidados e com maior grau de maturidade, além de terem maior interação com os usuários de TIC. Na identificação, análise e planejamento de respostas aos riscos dos processos relacionados foi utilizada a técnica de *brainstorming*.

RESULTADOS NA ÁREA DE TIC

Na Cadeia de Valor do Tribunal, a Gestão Tecnológica é um macroprocesso de apoio e, por isso, faz parte da base que sustenta os demais macroprocessos, Finalístico e de Governança. O Planejamento Estratégico de TI define dez objetivos em busca de cumprir a missão de prover e manter serviços de TI de qualidade para apoiar o TRE-BA no cumprimento de sua missão e tem como visão ser reconhecida pela excelência na gestão e prestação dos serviços de TI no âmbito da Justiça Eleitoral. Os objetivos estratégicos de TI, cujas ações mais contribuíram para o alcance de resultados pelo TRE-BA foram:

Aprimorar Governança e Gestão de TIC. O TRE-BA instituiu, através da Resolução Administrativa nº 17/2018, o Sistema de Governança e Gestão de TIC (SGTIC), estabelecendo princípios, políticas e diretrizes e modelos de governança e de gestão de TIC. A implementação do SGTIC no Tribunal se deu por meio de projeto estratégico do PEI, atrelado ao objetivo “aperfeiçoar a governança de TIC”. Esse foi um passo importante para sedimentar os habilitadores da governança e dar direcionamentos para a gestão e o uso da tecnologia da informação e comunicação no âmbito do Tribunal. Foram implementados modelo de governança de TIC, baseado no ciclo avaliar-direcionar-monitorar, e modelo de gestão de TIC pautado no ciclo planejar construir- executar-monitorar, num processo integrado de governança e gestão.

Ações. Como desdobramento do Sistema de Governança e Gestão de TIC, foram normatizados os seguintes processos através da Portaria DG nº 80/2018: · Processo de Desenvolvimento de *Software*; · Processo de Sustentação de *Software*; Processo de Gerenciamento de Arquitetura; e Processo de Gerenciamento de Ciclo de Vida. Foi, ainda, instituído o Catálogo das Soluções de Software e seus Gestores Técnicos.

Elevação da Maturidade em Governança de TIC. Tais ações contribuíram fortemente para a elevação da maturidade do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, confirmado pelo levantamento realizado pelo CNJ no mês de julho, cujo índice iGovTIC-JUD passou de 0,46 (nível satisfatório) em 2017 para 0,76 (nível aprimorado) em 2018.

Dificuldades Enfrentadas para o Alcance dos Objetivos. Em que pese a obtenção de significativos resultados, houve dificuldades relacionadas ao quantitativo de pessoal na área de TIC e à abrangência do conhecimento relacionado aos temas, tanto na quantidade de pessoas capacitadas, quanto no nível de competências.

Aprimorar Segurança da Informação. A partir da formal adoção da Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral (Resolução TSE nº 23.501/2016), por meio da Portaria da

Presidência nº 611/2017, foram implementadas diversas normas de segurança da informação, objetivando disciplinar a gestão e o uso de recursos de TIC relacionados ao tema.

Figura 36



Desafios Remanescentes. Difundir e aprofundar o conhecimento nos temas, com enfoque nas questões ainda carentes de evolução, tal como da gestão de riscos. Mais um desafio importante é a necessidade de ampliação do quadro de servidores da área de Tecnologia da Informação e Comunicação, atualmente em cerca de 46% do necessário, conforme cálculos realizados através de fórmula estabelecida na Resolução CNJ nº 211/2015.

Atendendo ao objetivo estratégico “Adotar padrões tecnológicos”, no ano de 2019 será realizada a migração do parque computacional dos cartórios eleitorais da capital e interior, que terá todos os seus equipamentos atualizados. Também para esse exercício está prevista a implantação do PJE no 1o grau da Justiça Eleitoral da Bahia, dentro do objetivo estratégico de “Prover infraestrutura e portfólio de serviços de TI adequados às atividades do Tribunal”

GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Conformidade legal: A análise dos processos de contratação pela Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos e pela Assessoria Especial do Diretor Geral garante a conformidade das contratações com as normas, principalmente com as Leis nº 8.666/93 e 10.520/2002, Decreto nº 7.892/2013, Resolução TSE nº 23.234/2010 e legislação correlata.

Quadro 18 - Licitações

Modalidade		Licitações Concluídas
Convite		02
Tomada de Preços		03
Pregão Eletrônico	Tradicional	51
	Registro de Preços	24
Total		80

Fonte: SELIC

Quadro 19 – Contratações Diretas

Contratações Diretas Termos de Contrato	
Dispensa	24
Inexigibilidade	05
Inexigibilidade (treinamento)	01
Contratações Diretas Notas de Empenho	
Dispensa	27
Inexigibilidade	11
Inexigibilidade (treinamentos)	37
TOTAL	105

Fonte: SECONT, SEAQUI e SGA-GAB

Quadro 20

Contratações Decorrentes de Licitação	
Termo de Contrato	131
Nota de Empenho	185
TOTAL	316

Fonte: SECONT, SEAQUI e SGA-GAB

Quadro 21

Contratações Decorrentes de Adesão à ARP	
Termo de Contrato	1
Nota de Empenho	4
TOTAL	5

Fonte: SECONT e SEAQUI

Quadro 22

Contratações Celebradas em 2018	426
---------------------------------	-----

Quadro 23

Atas de Registro de Preços	153
----------------------------	-----

Fonte: SECONT

Principais Tipos de Contratações Diretas: As contratações diretas realizadas correspondem a 24,65% do total das contratações celebradas pelo órgão, inclusive aquelas destinadas a cursos e treinamentos. Na sua maioria, fundamentam-se nos incisos II e X, do art. 24 (baixo valor e locação de imóveis), bem como no art. 25, II, c/c 13, VI da Lei n.º 8.666/1993. São elas: Baixo valor, Locação de imóveis e Cursos e treinamentos.

CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES

Dentre as contratações realizadas, merece destaque a aquisição de equipamentos de tecnologia da informação, que propiciará a melhoria dos serviços de TIC e a atualização do parque computacional do órgão, especialmente dos cartórios eleitorais. Do mesmo modo, as contratações de reforma dos fóruns eleitorais de Jequiê e de Tucano, do telhado do fórum de Ilhéus e da adaptação dos sanitários da sede do Tribunal às normas atinentes à acessibilidade, assim como a aquisição de veículos para renovação da frota e de outros bens permanentes, em especial mobiliário certificado, condicionadores de ar e cadeiras de rodas, com o propósito de prestar atendimento de excelência ao público e proporcionar um ambiente de trabalho saudável e seguro. No que se refere às contratações realizadas para as eleições de 2018, ressaltam-se as de suporte técnico e transporte de urnas eletrônicas - tendo em vista o vulto e complexidade - e a aquisição de cartões alimentação para os mesários, em virtude do seu ineditismo para a Justiça Eleitoral Baiana. Tais contratações visaram, dentre outros, assegurar a garantia dos direitos de cidadania e o aperfeiçoamento da qualidade do gasto público.

As contratações mais relevantes referiram-se aos seguintes objetos: Contratações de Tecnologia da Informação (TIC); Aquisição de veículos; Aquisição de mobiliário certificado e bens permanentes diversos; Reformas; Suporte técnico às urnas eletrônicas; Transporte de urnas eletrônicas; Cartões alimentação para mesários.

PRINCIPAIS GASTOS

Quadro 24 – Principais Gastos Por modalidade

PREGÃO	R\$48.893.221,73
CONVITE	R\$20.775,40
CONCORRÊNCIA*	R\$434.760,30
DISPENSA DE LICITAÇÃO	R\$4.842.946,93
INEXIGIBILIDADE	R\$5.311.569,61

Fonte: SIAFI/SOF

(Valores efetivamente pagos por modalidade, considerando o orçamento do exercício de 2018)

*Em que pese não tenha sido realizada licitação sob a modalidade concorrência em 2018, a despesa paga no exercício decorreu da execução da reforma do auditório, licitada em 2017.

Quadro 25 – Principais Gastos Por finalidade

Contratações de Tecnologia da Informação	R\$19.792.467,30
Apoio administrativo	R\$8.011.317,65
Vigilância	R\$4.536.056,31
Limpeza e conservação	R\$4.016.427,98
Manutenção predial	R\$2.541.555,59
Energia elétrica	R\$2.266.077,28
Locação de imóveis	R\$1.721.233,33
Água e esgoto	R\$751.320,59
Obras	R\$479.040,30

Fonte: SIAFI/SOF

Foram destacados os gastos relacionados às contratações de TI, considerando o montante despendido, assim como aqueles relativos ao funcionamento administrativo do órgão e a obras.

Desafios na Gestão de Licitações e Contratos

Dentre os principais desafios da gestão destacam-se o aperfeiçoamento da fase de planejamento das contratações e a capacitação do quadro de gestores e fiscais de contrato. A restrição orçamentária (contingenciamento) no âmbito da Administração Pública vem exigindo contínua adaptação das unidades solicitantes para manter a qualidade dos serviços prestados com uso de menos recursos financeiros. As recorrentes mudanças da legislação e o reduzido quadro de servidores constituem as maiores dificuldades enfrentadas na gestão de licitações e contratos. Nesse contexto, como ação futura, encontra-se em vias de regulamentação a obrigatoriedade de realização de planejamento das contratações de um modo geral (além daquelas de TIC), abarcando os estudos preliminares, gerenciamento de riscos e elaboração de termo de referência. Ademais, será reforçada a capacitação dos servidores que atuam na área de contratações, assim como dos gestores e fiscais de contratos, inclusive por meio da disponibilização de treinamento à distância, com vistas a contemplar também aqueles lotados nos cartórios do interior.

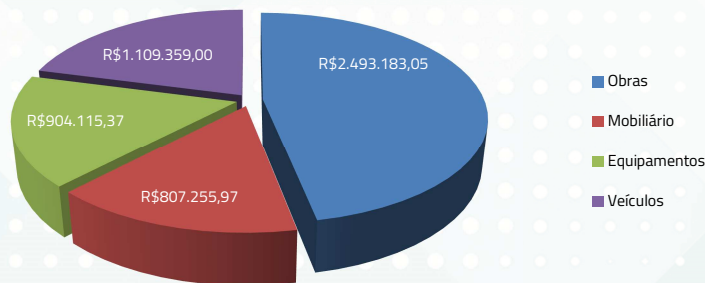
Gestão Patrimonial e Infraestrutura

Conformidade legal. Na área de gestão patrimonial e infraestrutura, as atividades do TRE-BA estão alinhadas ao quanto previsto nos arts. 37 e 70 da Constituição Federal, Lei nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000, Decreto-lei nº 200/1967, Lei nº 8.429/92, Emenda Constitucional nº 95/16, Lei 8.666/93, Portaria da Presidência do TRE-BA nº 364/2017, Normas Brasileiras de Contabilidades e demais instrumentos legais que regem a gestão patrimonial no âmbito da União.

Investimentos em infraestrutura e equipamentos. Os investimentos e as despesas realizadas estão relacionados com os seguintes objetivos estratégicos previstos no mapa estratégico do Tribunal: “proporcionar um ambiente de trabalho saudável e seguro”, “prestar atendimento de excelência ao público”, “fomentar ações de responsabilidade social e práticas ambientais sustentáveis” e “aperfeiçoar a qualidade do gasto público”.

Foram investidos R\$5.313.913,39 em obras, aquisição de mobiliário, equipamento (exceto de TIC) e veículos, assim distribuídos:

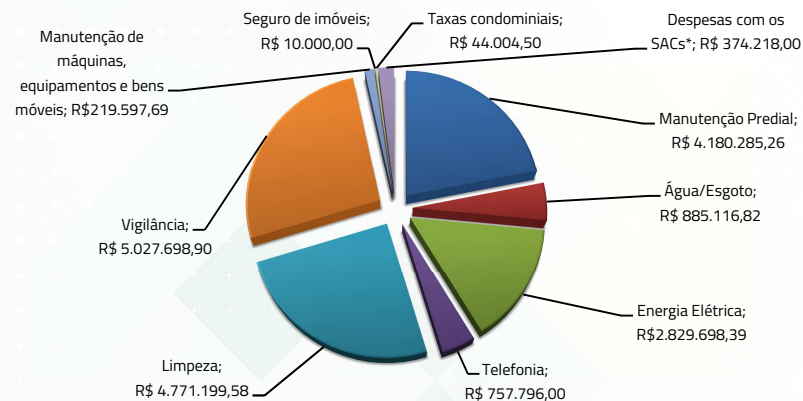
Gráfico 13 - Investimentos em Infraestrutura e Equipamentos



Fonte: SIAFI

Foram despendidos R\$ 19.099.615,14 em manutenção da infraestrutura mobiliária (exceto de TIC e veículos) e imobiliária, distribuídos da seguinte forma:

Gráfico 14 - Manutenção da Infraestrutura Mobiliária e Veículos



Fonte: SIAFI

*Serviços de Atendimento ao Cidadão (modelo de atendimento integrado) criado pela Governo do Estado da Bahia.

Em 2018, as atividades relacionadas à biometria extraordinária acarretaram aumento do consumo de energia elétrica, em comparação ao ano de 2016 (também ano eleitoral) - média mensal: 43.511,21 Kw/h em 2016 / 44.979,60 Kw/h em 2018. Já no que tange à água e esgoto, constatou-se a redução do consumo, sobretudo em decorrência de ações de manutenção predial: 514,38 m³ em 2016 / 338,58 m³ em 2018.

Imóveis ocupados pela Justiça Eleitoral na Bahia. Atualmente, a Justiça Eleitoral da Bahia está distribuída em 195 imóveis, assim distribuídos: 24 (vinte e quatro) imóveis próprios (Fonte: SIAFI); b) 63 (sessenta e três) imóveis locados; 90 (noventa) espaços cedidos (85 pela Justiça Estadual, 4 por Prefeituras e 1 pelo



Governo do Estado da Bahia; e 18 (dezoito) imóveis em regime de rateio com o Governo do Estado da Bahia. Consigne-se que no SIAFI consta a existência de 25 imóveis próprios, tendo em vista que, para fins de distribuição de custos, o referido sistema considera o Edifício-Anexo e a Sede como imóveis distintos, em que pese se tratar de apenas um prédio. A estrutura pode ser conferida no site do TRE-BA na internet no link <http://www.tre-ba.jus.br/transparencia/governanca-e-gestao/gestao-patrimonial/infraestrutura-imobiliaria/infraestrutura-imobiliaria>.

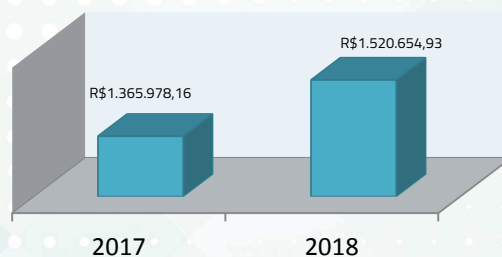
Locações de Imóveis e Equipamentos / Mudanças e desmobilizações. Em 2018, o Tribunal dispendeu R\$3.016.986,11 com a locação de equipamentos, mobiliário, veículos e de imóveis para atendimento de demandas temporárias, cujos valores foram assim distribuídos:



Fonte: SIAFI

O custo com locação de imóveis para abrigar cartórios eleitorais no interior do Estado vem sendo ampliado ao longo dos anos ante a necessidade de desocupação de espaços retomados por órgãos cedentes. Em 2018, foram formalizadas 15 novas

Gráfico 15 - Custo com Locação de Imóveis 2017-2018

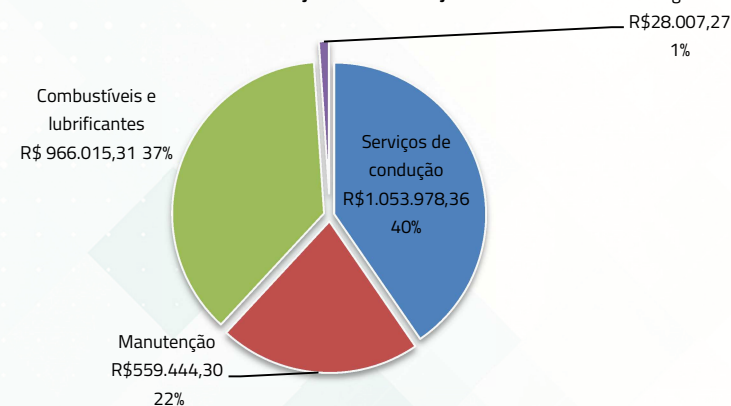


Fonte: SIAFI

locações de imóveis, implicando percentual de acréscimo de 15,97% em relação a 2017. Esclareça-se que não houve desmobilização de bens no ano de 2018.

Frota de Veículos. A frota de veículos do Tribunal atualmente é composta de 30 veículos*, tendo sido dispendidos R\$2.607.445,24 com a sua utilização e conservação (<http://www.tre-ba.jus.br/transparencia/relatorios-cnj/lista-de-veiculos-oficiais-em-uso/relacao-de-veiculos-da-frota-do-tre-ba>):

Gráfico 16 - Custos com a Utilização e Conservação da Frota de Veículos



Fonte: SIAFI

Desfazimento de Ativos

Vedadas doações em anos eleitorais (art. 73, §10, da Lei n.º 9.504/97), foram recolhidos e catalogados bens para desfazimento no início de 2019:

- Bens móveis: 1.052 (R\$ 276.627,70)
- Equipamentos de informática: 106 (R\$ 31.792,40)

Resultados dos Investimentos realizados:

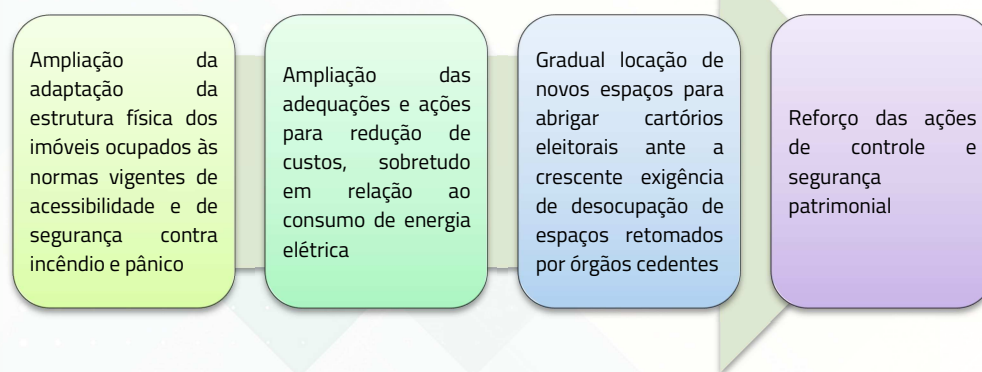
Os investimentos realizados na gestão da infraestrutura imobiliária tiveram como principal resultado a melhoria da qualidade do ambiente de trabalho, no que se refere a, principalmente:

- iluminação;
- conforto térmico;
- acessibilidade;
- disponibilização de mobiliário certificado;
- redução de gastos com consumo de água; e
- aprimoramento das ações de manutenção e das instalações prediais dos imóveis ocupados pela Justiça Eleitoral na Bahia

Principais Desafios na Gestão Patrimonial e de Infraestrutura:

Como principais desafios na gestão patrimonial e de infraestrutura, é possível destacar a importância da conciliação do cenário de restrição orçamentária e de um quadro reduzido de pessoal com a necessidade de implementar as ações abaixo referidas:

Figura 38



Gestão de Custos

Gestão de Custos

Conformidade Legal

Em observância às disposições do art. 50, §3º da Lei Complementar 101/2000, e da Portaria STN nº 157/2011, e na Resolução/TSE nº 23.504, de 1.12.2016, este Regional efetua a apuração de custos por meio do Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos (SIGEC) desenvolvido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), para toda Justiça Eleitoral, bem como das informações obtidas por meio dos planos internos, Grupo de Natureza de Despesa (GND), ações orçamentárias, UGR, dentre outros, constantes dos relatórios extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI e do Tesouro Gerencial.

O TRE-BA realiza o levantamento e acompanhamento dos custos de suas atividades administrativas e finalísticas com fins de fornecer informações que permitam à gestão conhecer e acompanhar os seus custos e a destinação dos recursos, de forma a subsidiar a tomada de decisões, a alocação eficiente de recursos e a melhoria da qualidade do gasto público.

As informações de custos servem como instrumento de governança, diante de um cenário de restrição orçamentária e limitação financeira, que requer a melhoria da qualidade dos gastos no intuito de manter o funcionamento efetivo dos serviços prestados, alcançar os objetivos estratégicos sem, contudo, incorrer no aumento dos gastos. Considera, ainda, a necessidade de

aumento da transparência governamental e accountability, além dos novos desafios em busca da eficiência no planejamento e execução do orçamento público. Dessa forma, a apuração de custos subsidia a elaboração das Propostas Orçamentárias Anuais, de Eleições e de Identificação Biométrica de Eleitores, a tomada de decisões e orienta a execução do gasto com qualidade.

Metodologia de Apuração de Custo

Na sistemática de apuração dos custos desenvolvida na Justiça Eleitoral os centros de custos foram definidos com base nos imóveis utilizados pelos Tribunais Eleitorais.

Estimativa de custos por área de atuação, demonstrando a distribuição dos recursos consumidos entre as áreas finalísticas e de suporte.

Nas planilhas a seguir estão discriminados os custos por atividades finalísticas e de suporte do Tribunal Regional Eleitoral Bahia, aferidos com base nas informações obtidas do Tesouro Gerencial a partir dos critérios definidos pela Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do TSE, fornecendo os dados consolidados no Programa de Trabalho Gestão do Processo Eleitoral, discriminados por agregador de despesas, classificação gerencial utilizada no âmbito da Justiça Eleitoral para identificação da finalidade do gasto.

Os custos mais relevantes referentes à área finalística do Tribunal relacionam-se às despesas para as Eleições Gerais, em especial com a aquisição e logística de urnas eletrônicas que envolvem gastos com transportes, locação de imóveis para armazenamento e aquisição de suprimentos (baterias, bobinas e material de embalagem), que totalizaram R\$16.781.765,17. Dentre os custos com as atividades de suporte destacam-se os gastos com pessoal (R\$240.181.343,82), seguindo-se os custos com a manutenção da infraestrutura física (R\$16.655.924,04).

Tabela 48 - Custo das Atividades de Suporte

Área: Gestão de Serviços

AGREGADOR	VALOR LIQUIDADO 2018
MANUTENÇÃO INFRA-ESTRUTURA FÍSICA	16.655.924,04
OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	4.728.824,16
ASSUNÇÃO DE GASTOS - MANUTENÇÃO INFRA-ESTRUTURA FÍSICA	11.835,11
TOTAL	21.396.583,31

Área: Tecnologia da Informação

AGREGADOR	VALOR LIQUIDADO 2018
OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	27.411,70
OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFORMÁTICA	6.960.365,57
AÇÃO ESTRATÉGICA: SISTEMA RFID PARA CONTROLE DE URNAS	3.280,00
INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	181.594,84
TOTAL	7.172.652,11

Área: Gestão de Pessoas

AGREGADOR	VALOR LIQUIDADO 2018
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	10.473.122,85
AUXÍLIO FUNERAL	16.675,52
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA	3.840.555,72
AUXÍLIO NATALIDADE	13.844,25
OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	2.384.434,21
ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR	1.862.150,73
AUXÍLIO TRANSPORTE	794.221,07
AÇÃO ESTRATÉGICA: CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	1.283.134,62
PESSOAL - OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	240.181.343,82
TOTAL	260.849.482,79

Área: Gestão Administrativa

AGREGADOR	VALOR LIQUIDADO 2018
OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	2.542.572,69
OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFORMÁTICA	42.268,19
TOTAL	2.584.840,88

Área: Ouvidoria Eleitoral

AGREGADOR	VALOR LIQUIDADO 2018
OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	159.548,58
TOTAL	159.548,58

Área: Comunicação e Cerimonial

AGREGADOR	VALOR LIQUIDADO 2018
OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	94.213,79
AÇÃO ESTRATÉGICA: COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL	192.649,45
TOTAL	286.863,24

Tabela 49 - Custos das Atividades Finalísticas

Área: Gestão de Serviços

AGREGADOR	ORÇAMENTO 2018 E RPNP LIQUIDADO
PLEITOS ELEITORAIS - DESPESAS DE FUNCIONAMENTO	2.541.399,55
PLEITOS ELEITORAIS - LOCAIS DE VOTAÇÃO, APURAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO	944.841,73
REVISÃO ELEITORAL - IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA DE ELEITORES	7.273.793,89
PLEITOS - SEGURANÇA DO PROCESSO ELEITORAL	14.740,00
AQUISIÇÃO E LOGÍSTICA DE URNAS ELETRÔNICAS	5.517.025,33
ELEIÇÕES SUPLEMENTARES - JEREMOABO	34.836,62
TOTAL	16.326.637,12

Área: Tecnologia da Informação

AGREGADOR	ORÇAMENTO 2018 E RPNP LIQUIDADO
REVISÃO ELEITORAL - IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA DE ELEITORES	728.905,84
AQUISIÇÃO E LOGÍSTICA DE URNAS ELETRÔNICAS	10.030.248,54
TOTAL	10.759.154,38

Área: Gestão de Pessoas

AGREGADOR	ORÇAMENTO 2018 E RPNP LIQUIDADO
SERVIÇOS CARTORÁRIOS E JURISDICIONAIS - SERV. EXTRAORD. SERVID. DE CARTÓRIOS	7.182.580,78
SERV. CARTORÁRIOS E JURISDICIONAIS - GRATIFICAÇÃO ELEIT. JUIZES E PROCURADORES AUXILIARES - ELEIÇÕES	266.833,39
SERV. CARTORÁRIOS E JURISDICIONAIS - JETONS JUIZES E PROCURADORES TITULARES: PLEITOS	224.001,83
SERVIÇOS CARTORÁRIOS E JURISDICIONAIS - OFICIAIS DE JUSTIÇA- ELEIÇÕES	405.418,50
PLEITOS ELEITORAIS - DESPESAS DE FUNCIONAMENTO	11.850.787,14
PLEITOS ELEITORAIS - MESÁRIOS	9.542.601,83
REVISÃO ELEITORAL - IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA DE ELEITORES	301.848,47
ELEIÇÕES SUPLEMENTARES (CUSTEIO - OFICIAIS DE JUSTIÇA)	2.843,10
ELEIÇÕES SUPLEMENTARES (PESSOAL E ENCARGOS)	40.297,02
TOTAL	29.817.212,06

Área: Serviços Correicionais

AGREGADOR	ORÇAMENTO 2018 E RPNP LIQUIDADO
OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	416.568,91
TOTAL	416.568,91

Área: Escola Judiciária Eleitoral

AGREGADOR	ORÇAMENTO 2018 E RPNP LIQUIDADO
OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	74.376,50
AÇÃO ESTRATÉGICA: CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	65.961,79
TOTAL	140.338,29

Área: Gestão Administrativa

AGREGADOR	ORÇAMENTO 2018 E RPNP LIQUIDADO
REVISÃO ELEITORAL: IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA DE ELEITORES	516.785,48
AQUISIÇÃO E LOGÍSTICA DE URNAS ELETRÔNICAS	505.585,46
PLEITOS ELEITORAIS - DESPESAS DE FUNCIONAMENTO	770.010,42
PLEITOS ELEITORAIS: LOCAIS DE VOTAÇÃO, APURAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO	111.800,00
MATERIAL DE VOTAÇÃO, APURAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO	821.734,84
TOTAL	2.725.916,20

Área: Ouvidoria Eleitoral

AGREGADOR	ORÇAMENTO 2018 E RPNP LIQUIDADO
PLEITOS ELEITORAIS - DESPESAS DE FUNCIONAMENTO	20.025,98
TOTAL	20.025,98

Área: Comunicação e Cerimonial

AGREGADOR	ORÇAMENTO 2018 E RPNP LIQUIDADO
DIVULGAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL	114.243,17
PLEITOS ELEITORAIS - DESPESAS DE FUNCIONAMENTO	31.250,00
REVISÃO ELEITORAL: IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA DE ELEITORES	23.500,69
TOTAL	168.993,86

Quadro 26- Estimativa de custos por programa governamental e sua relação com o alcance dos objetivos institucionais

CUSTO POR PROGRAMA	
PROGRAMA	LIQUIDADO
0570 - Gestão do Processo Eleitoral	352.824.817,71

Fonte: Tesouro Gerencial (11.2.2019)

Nota explicativa:

Custo aferido com base nos totais liquidados, incluindo as descentralizações recebidas e os Restos a Pagar não Processados liquidados no exercício de 2018, e, excluindo-se os débitos de exercícios anteriores e gastos com obras, reformas, investimentos, inativos e pensionistas, conforme critérios definidos pela SOF/TSE para aferição de custos no Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos - SIGEC.

O programa Gestão do Processo Eleitoral objetivou em 2018 o atendimento dos gastos referentes à manutenção das atividades do Órgão, envolvendo o funcionamento dos serviços administrativos e finalísticos, a manutenção da infraestrutura física, a capacitação de servidores e magistrados, o pagamento das remunerações de servidores ativos e requisitados e os Encargos Sociais e Benefícios Assistenciais, bem como a realização das Eleições Majoritárias e Suplementares, e o Projeto de Implantação do Sistema de Automação de Identificação Biométrica de Eleitores.

Principais Desafios e Ações Futuras

A apuração de custos foi iniciada recentemente no âmbito da Justiça Eleitoral a partir da Resolução TSE nº 23.504/2016, desta forma, encontra-se em fase de desenvolvimento e aprimoramento, constituindo-se em desafio para o TRE-BA fomentar a cultura da mensuração, evidenciação e gestão de custos como ferramenta essencial ao planejamento orçamentário, alocação de recursos, avaliação da execução, da qualidade e controle do gasto público. Nesta linha de aprimoramento, insere-se como ação de melhoria o desenvolvimento de indicadores gerenciais que possibilitem a mensuração dos custos dos serviços mais relevantes do Órgão, a avaliação do desempenho e o monitoramento da gestão, com vistas à qualidade e economicidade na utilização dos recursos públicos.

Pretende-se, ainda, utilizar as informações de custos como subsídios ao planejamento e execução do orçamento, buscando nortear decisões em cenários de restrição orçamentária, aferir o custo-benefício da realização do gasto e respaldar as decisões relativas à redução ou aumento de despesas, dentre outras.

Gráfico 17 - Custos de Atividades Finalísticas e de Suporte

0570 - Gestão do Processo Eleitoral



Fonte: Tesouro Gerencial (11.2.2019)

Nota explicativa:

Custo aferido com base nos totais liquidados, incluindo as descentralizações recebidas e os Restos a Pagar não Processados liquidados no exercício de 2018, e, excluindo-se os débitos de exercícios anteriores e gastos com obras, reformas, investimentos, inativos e pensionistas, conforme critérios definidos pela SOF/TSE para aferição de custos no Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos - SIGEC.

Sustentabilidade Ambiental



ECO. Mascote da
Sustentabilidade do TRE/BA.

O Tribunal Regional Eleitoral da Bahia tem avançado em relação à temática ambiental. O Plano de Logística Sustentável-PLS, período 2018 a 2021, aprovado mediante Portaria n.º 35, de 1º de fevereiro de 2018, está alinhado ao Planejamento Estratégico Institucional, ao disposto nas Resoluções n.º 201, de 3 de março de 2015 do CNJ e 23.474/2016, de 19 de abril de 2016 do TSE e encontra-se vinculado aos objetivos estratégicos:

✚ “Fomentar ações de responsabilidade social e práticas ambientais sustentáveis”: desenvolver

ações que contribuam para a preservação do meio ambiente e promoção da cidadania;

✚ “Aperfeiçoar a qualidade do gasto público”: desenvolver uma cultura de uso racional, satisfatório e eficiente dos recursos para evitar desperdícios;

✚ “Proporcionar um ambiente de trabalho saudável e seguro”: propiciar a infraestrutura adequada às atividades institucionais, promover práticas de valorização de magistrados, servidores e colaboradores no que se refere à ergonomia, organização do trabalho, promoção de saúde, melhoria das relações interpessoais e responsabilidade social com vista a ampliar o bem-estar das pessoas que integram a organização.

Importante destacar que os principais objetivos do PLS consistem em reduzir o impacto ambiental resultante das atividades do órgão e aperfeiçoar a qualidade do gasto público. O plano apresenta 82 indicadores baseados no Anexo da Resolução do CNJ n.º 201/2015 e 48 ações agrupadas em 14 temas, que são: Papel, Impressão, Copo Descartável, Energia, Água/Esgoto, Gestão de Resíduos, Qualidade de Vida no Trabalho, Capacitação e Sensibilização, Vigilância, Limpeza, Telefonia, Combustível, Veículos e Reformas.

Destaca-se, também, a criação do Núcleo de Plano de Logística Sustentável-PLAS vinculado à Diretoria-Geral, mediante Resolução Administrativa n.º 12, de 2 de maio de 2018, aprovada pela

Egrégia Corte deste Tribunal. Compete ao PLAS promover atividades voltadas para práticas de consumo consciente dos recursos naturais, gestão adequada de resíduos e ações de educação ambiental.

Destaca-se, ainda, a instituição da Política de Sustentabilidade, do Comitê Gestor do PLS e dos Grupos Executivos mediante Resolução Administrativa n.º 27, de 21 de agosto de 2018, que orienta a atuação do órgão no sentido de harmonizar os objetivos sociais, ambientais e econômicos com vistas à preservação da natureza.

Em consonância com a Política de Sustentabilidade, o Comitê Gestor do PLS, presidido pela Diretora-Geral, realizou a revisão dos indicadores, metas e planos de ação para o próximo exercício. Os Grupos Executivos, instituídos mediante Portaria da Presidência n.º 449, de 23 de agosto de 2018, são responsáveis por executar os projetos que viabilizarão a implementação do PLS no âmbito do TRE/BA.

O PLAS realizou ações nos eixos material de consumo (Campanha Adote um copo), gestão de resíduos (Ordem de serviço n.º 04/2018- logística reversa de cartuchos de tonner), capacitação/sensibilização (Apresentação do PLAS/DG no XI Encontro de servidores do Interior), energia elétrica (Campanha Apague a Luz. Acenda essa ideia) e água/esgoto (Campanha Água. Economizar para não faltar). Para informar e orientar o corpo funcional sobre práticas de sustentabilidade foi realizado concurso para escolha do nome da mascote da sustentabilidade do TRE/BA. A inscrição ocorreu no período de 4 a 12/6/2018, com expressiva participação de 61 inscritos e 305 sugestões de nomes e resultado foi divulgado em 18/6/2018. A vencedora do concurso recebeu uma diária ofertada por um hotel padrão cinco estrelas localizado em Salvador, e uma camisa personalizada. A entrega da premiação foi realizada pelo Presidente do TRE-BA na abertura do XI Encontro de Servidores do Interior.

Com o fito de realizar ações e trocar experiências referentes aos temas de compras compartilhadas, gestão de resíduos, qualidade de vida e capacitação. Em 2017, o TRE-BA firmou Protocolo de Cooperação Técnica, com o Tribunal Regional do Trabalho 5ª Região, o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e o Tribunal de Contas do Estado da Bahia, formando o grupo denominado “Teia de Sustentabilidade do Poder Judiciário da Bahia”. O grupo realizou diversas atividades, dentre as quais merecem realce as visitas técnicas à empresa Bahia Transferência e Tratamento de Resíduos –BATTRE, responsável pelo aterro

sanitário que atende aos municípios de Simões Filho, Salvador e Lauro de Freitas, e ao Banco Central, o que oportunizou ao grupo conhecer in loco as práticas sustentáveis desenvolvidas pelas instituições.

Ações para redução do consumo de recursos naturais. Em conformidade com os parâmetros da Resolução TSE n.º 23.474/2016, a avaliação dos indicadores de consumo deve considerar a sazonalidade típica da Justiça Eleitoral e o impacto sobre os resultados ambientais. Dessa forma, a análise comparativa entre anos eleitorais de 2018 e 2016 deve considerar o período eleitoral, situação em que se verifica ampliação da jornada de trabalho, maior fluxo de pessoas nas unidades, aumento do uso de computadores, equipamentos de iluminação, ar condicionado, material de expediente dentre outros. Em relação ao exercício de 2017, especificamente, houve recrudescimento das atividades laborais em razão do início do recadastramento biométrico extraordinário ocorrido na Capital e em mais 58 municípios.

Energia Elétrica: Entre o período de 2016 a 2018 houve acréscimo de 14 imóveis locados para sediar cartórios eleitorais que antes ocupavam salas do Tribunal de Justiça, consequentemente, houve incremento no consumo de energia elétrica que não era contabilizado pelo Regional.

Com o intuito de reduzir o consumo de energia nas unidades, foram realizadas as seguintes ações:

- substituição gradativa de lâmpadas fluorescentes dos escritórios e áreas comuns das unidades por lâmpadas de LED;
- redução do horário de funcionamento do sistema de ar condicionado;
- substituição gradativa de aparelhos de ar condicionado do tipo janela por Split com etiqueta nacional de conservação de energia, no mínimo nível B;
- orientação das equipes de limpeza e de vigilância para desligamento das lâmpadas e sistemas de iluminação ao final do horário de expediente;
- início da campanha Apague a Luz. Acenda essa ideia para sensibilizar o quadro funcional quanto ao uso racional de energia elétrica.

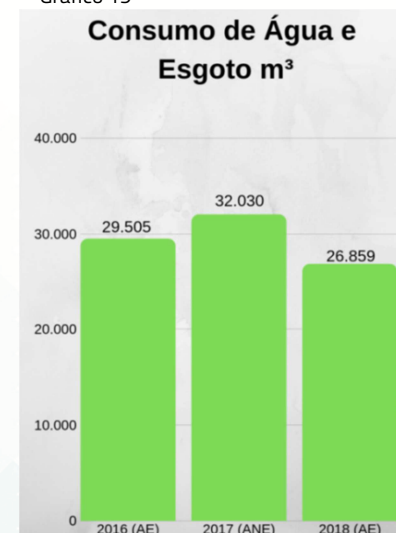
Gráfico 18



Fonte: SGS/TRE-BA

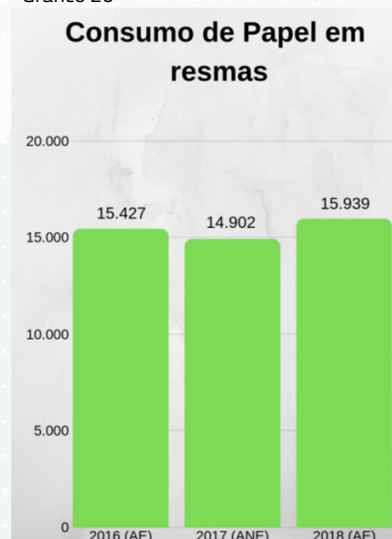
Água e Esgoto: Quanto às ações para promoção do uso racional da água, o Núcleo recomendou à Unidade competente que, ao desenvolver projetos de edificações contemplassem a aquisição de torneiras temporizadas, descargas com duplo acionamento e adequações para permitir utilização da água da chuva. As medidas adotadas contribuíram para considerável redução do consumo de água no ano de 2018. Ademais, em 14/12/2018 foi iniciada a campanha “Água. Economizar para não faltar”, que teve como marco inicial a realização de reunião com colaboradores responsáveis pela manutenção dos jardins do Tribunal. O evento teve como objetivo padronizar a irrigação dos jardins da Sede com vistas à promoção da economicidade e racionalidade do uso da água. O quadro ao lado demonstra o consumo de água no período.

Gráfico 19



Fonte: SGS/TRE-BA

Gráfico 20



Fonte: SGA/TRE-BA

Papel: Apesar das demandas relativas ao recadastramento biométrico e às eleições, não houve aumento tão expressivo no consumo de papel.

Dentre as principais ações para redução do consumo do papel branco vale ressaltar a implementação do Processo Digital Administrativo (PAD), instituído desde 2015 por meio da Portaria do Presidente n.º 104 e do Processo Judicial Eletrônico (PJE) instituído por meio da Resolução Administrativa n.º 4, de 22 de maio de 2017, na capital.

Redução de resíduos poluentes

A partir do ano 2000, o TRE-BA aderiu ao Programa Recicla CAB, da Superintendência de Construções Administrativas da Bahia – SUCAB, de reciclagem de papel, que em 2007 passou a ser chamado Recicla Já Bahia. A separação dos papéis é feita em cada unidade pelos servidores, o material é diariamente recolhido por empresa contratada pelo órgão, alojados em contêineres e coletados pelas cooperativas de catadores associadas, e para os demais resíduos recicláveis existem lixeiras de coleta seletiva distribuídas nas áreas comuns da Secretaria do Tribunal. Em consonância com a Lei n.º 12.305, de 2 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, no exercício de 2018, foram realizadas as seguintes iniciativas:

Figura 39 – Iniciativas para Redução e Resíduos Sólidos

Logística Reversa	As unidades do Regional foram orientadas, por meio da Ordem de Serviço n.º 4/2018, da Diretoria-Geral, publicada em 24 de abril de 2018 no DJE, a devolver os cartuchos de tonner vazios à Seção de Gestão de Almoxarifado,. Foram recolhidos 744 cartuchos para devolução por logística reversa.
Descarte de lâmpadas	Encaminhamento de 796 lâmpadas fluorescentes de descarga queimada para o devido tratamento, com a IVOMAX - Serviços Ambientais Ltda., por meio do Programa Recycle Já Bahia.
Resíduos Eletrônicos	Ampliando a coleta seletiva no Regional, foram destinados 455kg de resíduos eletrônicos para a Cooperativa de Coleta Seletiva, Processamento de Plástico e Proteção Ambiental – CAMAPET, para fins de reaproveitamento e/ou reciclagem.
Campanha Adote um copo	A ação objetiva diminuir a produção de resíduos sólidos e preservar o meio ambiente e promover o uso racional dos recursos não renováveis nas Unidades do Regional em todo Estado. Foi divulgada por meio de matéria jornalística e afixação de cartazes próximos aos bebedouros. Houve sensibilização dos servidores para adesão à campanha em 29 unidades do Tribunal. O êxito da ação pôde ser mensurado por meio da redução de 51% no consumo de copos descartáveis, em relação ao consumo de 2017.

Crítérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições. A inclusão de critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições do TRE/BA, para padronização de critérios ambientais, segue as recomendações do relatório elaborado pela Comissão instituída pela Portaria da Diretoria-Geral n.º 224, de 11 de novembro de 2014, nos termos determinados pela IN SLTI/MPOD 10, de 12 de novembro de 2012. Nas contratações para locação de sanitários químicos é exigida licença ambiental emitida por órgão competente; nas contratações para aquisição de material de processamento de dados, o produto deve ser acondicionado em material confeccionado em madeira de reflorestamento (palete) e ter garantido o procedimento de logística reversa; e nas contratações para compra de bebedouros de coluna a utilização de gás refrigerante ecológico.

Outras ações sustentáveis:

- ❖ Substituição gradativa de lâmpadas fluorescentes dos escritórios e áreas comuns das unidades do TRE-BA por lâmpadas de LED;
- ❖ Redução do horário de funcionamento do sistema de ar condicionado;
- ❖ Substituição gradativa de aparelhos de ar condicionado do tipo janela por *Split*, com etiqueta nacional de conservação de energia, no mínimo nível B;
- ❖ Orientação das equipes de limpeza e de vigilância para desligamento das lâmpadas e sistemas de iluminação ao final do horário de expediente;
- ❖ Início da campanha “*Apague a Luz. Acenda essa ideia*” para sensibilizar corpo funcional quanto ao uso racional de energia elétrica.

Desafios PLAS

O principal desafio do PLS no próximo exercício será desenvolver ações, por meio dos Grupos Executivos, para o alcance das metas de redução do consumo de papel branco, copos descartáveis, energia elétrica e água/esgoto.

Nessa linha, o Núcleo, em seu plano de ação, tem registrado a intensificação das atividades iniciadas em 2018, como as campanhas Adote um copo, Apague a luz. Acenda essa ideia e Água. Economizar para não faltar, além da promoção de estudos para utilização de papel reciclado e ampliação das ações voltadas para o uso racional de papel, de modo a assegurar o alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas - ONU

06

Demonstrações Contábeis

Declaração do Contador



A Coordenadoria de Finanças e Contabilidade-COFIC compõe a Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade-SOF e atua como Setorial Contábil do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia-TRE-BA, no acompanhamento da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Órgão, certificando, por meio da conformidade contábil, os registros dos atos e fatos da gestão e seus reflexos nas demonstrações contábeis.

Ressalte-se que os registros realizados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal-SIAFI obedecem ao princípio da segregação de funções, que consiste, essencialmente, na separação de atribuições entre pessoas, mitigando conflito de interesses, erros, fraudes, disfunções ético-comportamentais,

entre outros. Nessa esteira, tomando como exemplo as fases da despesa, a autoridade competente autoriza a emissão de empenhos e os procedimentos de liquidação e pagamento são realizadas por atores distintos. Saliente-se, ainda, que a gestão patrimonial é promovida por Unidade específica, cabendo à contabilidade a conciliação mensal entre os registros dos sistemas de patrimônio e contábil.

Objetivando o incremento da qualidade das informações contábeis, considerando que a sua elaboração e divulgação são necessárias para fins de prestação de contas e de responsabilização (accountability), tomada de decisão, dentre outras análises, observa-se o equilíbrio apropriado entre as características qualitativas das informações contábeis, quais sejam: a relevância, a representação fidedigna, a compreensibilidade, a tempestividade, a comparabilidade e a verificabilidade, associadas às restrições relativas à materialidade e custo-benefício.

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis: As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Públicos-DCASP, divulgadas neste relatório, são compostas pelo Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração do Fluxo de Caixa e Notas Explicativas, em conformidade com a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, com a Lei Complementar nº 101, de 04 de março de 2000, com o Decreto nº 93.872,

de 23 de dezembro de 1986, com a Lei nº 10.180, de 06 de fevereiro de 2001, com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP 7ª Edição, com as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP, especialmente a NBC T 16.6 – Demonstrações Contábeis, atendendo às formalidades de registro contábil contidas na NBC T 16.5 – Registro Contábil, bem como com as orientações contidas no Manual SIAFI.

Em que pese a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido-DMPL constar do rol das demonstrações contábeis, não está divulgada neste relatório, tendo em vista que é obrigatória apenas para as empresas estatais dependentes, desde que constituídas sob a forma de sociedades anônimas¹.

Utilizou-se como fonte de dados o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal-SIAFI para a Unidade Gestora 070013 – Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

Destaques – Exercício Financeiro de 2018 : Realizou-se levantamento de dados para registro contábil de ajustes para perdas estimadas em relação aos créditos de natureza não tributária.

Padronização dos procedimentos de apropriação de férias e 13º salário, conforme determinação contida no Acórdão nº 1322/2018 – TCU/Plenário, a fim de adequar os lançamentos contábeis ao regime de competência.

Ressalvas: As ressalvas do exercício de 2018 estão evidenciadas em notas explicativas.

Declaração: Considerando que todas as ressalvas foram devidamente evidenciadas em notas explicativas, declaro que as demonstrações contábeis relativas ao exercício financeiro de 2018 estão regulares em seus aspectos mais relevantes e de acordo com os normativos indicados no tópico “base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis”, refletindo a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.

Salvador, 25 de janeiro de 2019.


Márcio de Oliveira Rezende

¹ Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 7ª Ed., pag. 408.
Coordenador de Finanças e Contabilidade
CRC nº 038080/O

Demonstrações Contábeis

Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).²

Quadro 27 – Balanço Patrimonial

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	NE	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE		15.132.673,32	6.854.635,51	PASSIVO CIRCULANTE		14.597.608,88	1.288.569,79
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	10.569.314,94	3.376.461,10	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	07	11.802.592,53	88.813,22
Créditos a Curto Prazo		-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	02	2.281.147,96	1.531.582,81	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	08	1.303.763,82	536.134,06
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo		-	193,00
Estoques	03	2.245.695,26	1.946.591,60	Obrigações de Repartição a Outros Entes		-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda		-	-	Provisões a Curto Prazo		-	142.455,39
VPDs Pagas Antecipadamente	04	36.515,16	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	09	1.491.252,53	520.974,12
ATIVO NÃO CIRCULANTE		109.717.015,38	109.972.571,81	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		167.300,38	167.300,38
Ativo Realizável a Longo Prazo		-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo		-	-
Estoques		-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-
Investimentos		-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-
Participações Permanentes		-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-
Propriedades para Investimento		-	-	Provisões a Longo Prazo		-	-

² Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 7ª Edição

Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo		167.300,38	167.300,38
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido		-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		14.764.909,26	1.455.870,17
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO		2018	2017
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Patrimônio Social e Capital Social		-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Capital		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-
Imobilizado	05	106.675.353,52	Reservas de Lucros		-	-
Bens Móveis		43.617.869,07	Demais Reservas		-	-
Bens Móveis		99.293.222,61	Resultados Acumulados	10	110.084.779,44	115.371.337,15
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-55.675.353,54	Resultado do Exercício		-5.286.557,71	-10.786.582,66
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-	Resultados de Exercícios Anteriores		115.371.337,15	126.150.875,65
Bens Imóveis		63.057.484,45	(-) Ações / Cotas em Tesouraria		-	-
Bens Imóveis		64.920.304,52	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		110.084.779,44	115.371.337,15
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-1.862.820,07				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-				
Intangível	06	3.041.661,86				
Softwares		3.041.661,86				
Softwares		3.041.661,86				
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		-				
Marcas, Direitos e Patentes		-				

Industriais			-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind			-	-			
(-) Redução ao Valor			-	-			
Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.			-	-			
Direitos de Uso de Imóveis			-	-			
Direitos de Uso de Imóveis			-	-			
(-) Amortização Acumulada de			-	-			
Direito de Uso de Imóveis			-	-			
(-) Redução ao Valor			-	-			
Recuperável Direito de Uso de Imóveis			-	-			
Diferido			-	-			
TOTAL DO ATIVO		124.849.688,70	116.827.207,32	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		124.849.688,70	116.827.207,32

Ao final do exercício o Balanço Patrimonial apresenta os valores da Classe 1 (Ativo) iguais aos da Classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido). Os valores registrados ao longo do período na Classe 3 (Variações patrimoniais Diminutivas) e na Classe 4 (Variações Patrimoniais Aumentativas) são encerrados ao final do exercício, representando o resultado patrimonial levado para a conta de patrimônio líquido Resultado do Exercício.

Quadros Anexos ao Balanço Patrimonial

R\$1,00

Quadro 28 - Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO FINANCEIRO	10.569.948,84	3.376.461,10	PASSIVO FINANCEIRO	19.945.770,14	15.935.781,74
ATIVO PERMANENTE	114.279.739,86	113.450.746,22	PASSIVO PERMANENTE	11.806.931,25	55.915,10
			SALDO PATRIMONIAL	93.096.987,31	100.835.510,48

R\$1,00

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	6.392.992,53	4.707.378,22	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	64.947.073,98	67.612.319,06
Execução dos Atos Potenciais Ativos	6.392.992,53	4.707.378,22	Execução dos Atos Potenciais Passivos	64.947.073,98	67.612.319,06
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	6.265.175,30	4.707.378,22	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	-	-
Direitos Contratuais a Executar	127.817,23	-	Obrigações Contratuais a Executar	64.947.073,98	67.612.319,06
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	6.392.992,53	4.707.378,22	TOTAL	64.947.073,98	67.612.319,06

Quadro 29 - Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial

R\$1,00

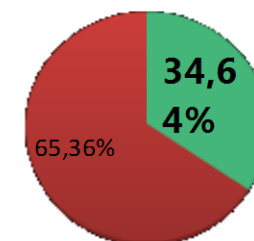
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPRAVIT/DEFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-10.350.135,57
Recursos Vinculados	974.314,27
Seguridade Social (Exceto RGPS)	116,86
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	974.197,41
TOTAL	-9.375.821,30

Quadro 30

Superávit/Déficit financeiro		
Ativo Financeiro		
ISF	Conta	Valor
-	1.1.1.0.0.00.00 - Caixa e Equivalentes de Caixa	10.569.314,94
Passivo Financeiro		
ISF	Conta	Valor
F	2.1.0.0.0.00.00 - Passivo Circulante	2.790.677,63
F	2.2.0.0.0.00.00 - Passivo Não Circulante	167.300,38
-	6.2.2.1.3.01.00 - Crédito Empenhado a Liquidar	-
-	6.2.2.1.3.05.00 - Crédito a Liquidar Inscrito em RPN	14.320.907,35
-	6.3.1.1.0.00.00 - RP Não Processados a Liquidar	2.666.884,78
-	6.3.1.5.1.00.00 - RPNP a Liquidar Bloqueados por Decreto	-
Total do Superávit/Déficit Financeiro		
-	Déficit Financeiro	- 9.375.821,30

Déficit Financeiro

■ Ativo Financeiro ■ Passivo Financeiro



O superávit / déficit financeiro é apurado conforme o § 2º do art. 43 da Lei nº 4.320/1964, e elaborado utilizando-se o saldo da conta 8.2.1.1.1.00.00 - **Disponibilidade por Destinação de Recurso (DDR)**, segregado por fonte / destinação de recursos.

Poderão ser apresentadas algumas fontes com déficit e outras com superávit financeiro, de modo que o total seja igual ao superávit / déficit financeiro apurado pela diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, conforme o quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes.

Ressalte-se que o valor mais representativo do Quadro 30, que impactou no cálculo do Superávit/Déficit Financeiro, encontra-se na conta 62.213.05.00 - Crédito a Liquidar Inscrito em Restos a Pagar Não Processados. Em 2018, correspondeu a R\$14.320.907,35 e, em 2017, ao valor de R\$14.061.494,37, apresentando uma variação de apenas 1,84%.

Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. Este Demonstrativo tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.³

Quadro 31 – Demonstração das Variações Patrimoniais

R\$ 1,00

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	NE	2018	2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		430.354.433,74	335.969.215,45
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	14.704,58
Impostos		-	14.704,58
Taxas		-	-
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições		-	-
Contribuições Sociais		-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	11	-70,00	4.237.900,01
Venda de Mercadorias		-	-
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		-70,00	4.237.900,01
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	12	50.626,89	24.893,98
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		616,97	-
Variações Monetárias e Cambiais		50.009,92	24.893,98

Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		-	-
Aportes do Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas	13	424.854.899,01	328.512.789,57
Transferências Intragovernamentais		423.728.010,36	328.303.614,84
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências das Instituições Privadas		-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		1.126.888,65	209.174,73
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	14	2.146.930,15	241.378,74
Reavaliação de Ativos		-	-
Ganhos com Alienação		-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos		2.124.360,53	147.796,60
Ganhos com Desincorporação de Passivos		22.569,62	93.582,14
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		3.302.047,69	2.937.548,57
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		3.302.047,69	2.937.548,57
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS			
Pessoal e Encargos	15	435.640.991,45	346.755.798,11
Remuneração a Pessoal		298.103.548,73	238.942.793,31
Encargos Patronais		239.135.574,42	191.838.210,68
Benefícios a Pessoal		34.322.876,62	31.049.857,38
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		17.165.732,27	16.054.455,78
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		7.479.365,42	269,47
Aposentadorias e Reformas		52.032.239,69	49.761.904,44
Pensões		39.659.035,85	37.210.945,54
Benefícios de Prestação Continuada		12.283.906,50	12.459.260,31
Benefícios Eventuais		-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	16	89.297,34	91.698,59
Uso de Material de Consumo		78.801.497,72	51.202.260,65
Serviços		4.465.688,62	2.475.893,31
Depreciação, Amortização e Exaustão		64.727.640,94	38.357.269,06
		9.608.168,16	10.369.098,28

Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		57.793,57	50.336,74
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		57.663,80	50.156,70
Variações Monetárias e Cambiais		88,69	128,94
Descontos Financeiros Concedidos		41,08	51,10
Aportes ao Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Concedidas		4.255.892,35	4.571.681,49
Transferências Intragovernamentais		3.428.429,56	3.331.423,76
Transferências Intergovernamentais		-	-
Transferências a Instituições Privadas		-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		827.462,79	1.240.257,73
		523.021,14	1.238.090,15
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos			
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		-	-
Perdas com Alienação		-	-
Perdas Involuntárias		-	-
Incorporação de Passivos		21.687,80	-
Desincorporação de Ativos		501.333,34	1.238.090,15
	17		
Tributárias		580.444,10	32.625,60
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		-	400,72
Contribuições		580.444,10	32.224,88
		-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados			
Custo das Mercadorias Vendidas		-	-
Custos dos Produtos Vendidos		-	-
Custo dos Serviços Prestados		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	18	1.286.554,15	956.105,73
Premiações		-	-
Resultado Negativo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-
Incentivos		-	-
Subvenções Econômicas		-	-
Participações e Contribuições		-	-
Constituição de Provisões		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		1.286.554,15	956.105,73

RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO			-5.286.557,71	-10.786.582,66
----------------------------------	--	--	---------------	----------------

O Resultado Patrimonial do Exercício apurado na DVP é lançado no Patrimônio Líquido do Balanço Patrimonial.

Balanço Orçamentário ⁴

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação.³

Déficit – Demonstra a diferença negativa entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas. Nesse caso é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário. O valor do déficit orçamentário corresponde ao total das despesas empenhadas.

A diferença entre a Dotação Atualizada e as Despesas Empenhadas, no total de (R\$50.917.202,46) corresponde à execução de provisão recebida do Tribunal Superior Eleitoral-TSE para despesas com Pleitos Eleitorais e com a Biometria.

Quadro 32 – Balanço Orçamentário

R\$ 1,00

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES		-	-	-	-
Receitas Tributárias		-	-	-	-
Impostos		-	-	-	-
Taxas		-	-	-	-
Contribuições de Melhoria		-	-	-	-
Receitas de Contribuições		-	-	-	-
Contribuições Sociais		-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no		-	-	-	-
Domínio Econômico					
Cont. Entidades Privadas de Serviço		-	-	-	-
Social Formação Profis.					
Receita Patrimonial		-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário		-	-	-	-
do Estado					
Valores Mobiliários		-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos		-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais		-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível		-	-	-	-
Cessão de Direitos		-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais		-	-	-	-
Receita Agropecuária		-	-	-	-

Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais	-	-	-	-
Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à	-	-	-	-
Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à	-	-	-	-
Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e	-	-	-	-
Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e	-	-	-	-
Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados	-	-	-	-
ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado	-	-	-	-
Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado	-	-	-	-
Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do	-	-	-	-
Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro	-	-	-	-
Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-

Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		-	-	-	-
DEFICIT	18			423.115.901,46	423.115.901,46
TOTAL		-	-	423.115.901,46	423.115.901,46
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA		-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro		-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação		-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos		-	-	-	-

R\$ 1,00

DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		324.441.971,00	359.907.984,00	411.596.660,85	403.284.019,70	401.280.171,08	-51.688.676,85
Pessoal e Encargos Sociais		266.408.267,00	301.605.325,00	314.155.500,40	313.873.200,92	313.797.133,27	-12.550.175,40
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		58.033.704,00	58.302.659,00	97.441.160,45	89.410.818,78	87.483.037,81	-39.138.501,45
DESPESAS DE CAPITAL		4.793.962,00	12.290.715,00	11.519.240,61	5.510.974,41	5.476.498,39	771.474,39
Investimentos		4.793.962,00	12.290.715,00	11.519.240,61	5.510.974,41	5.476.498,39	771.474,39
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS		329.235.933,00	372.198.699,00	423.115.901,46	408.794.994,11	406.756.669,47	-50.917.202,46
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		329.235.933,00	372.198.699,00	423.115.901,46	408.794.994,11	406.756.669,47	-50.917.202,46
TOTAL		329.235.933,00	372.198.699,00	423.115.901,46	408.794.994,11	406.756.669,47	-50.917.202,46

Quadros Anexos ao Balanço Orçamentário

Neste quadro, são informados os Restos a Pagar não Processados inscritos até o exercício anterior e suas respectivas fases de execução. Os Restos a Pagar inscritos na condição de não Processados que tenham sido liquidados em exercício anterior ao de referência compõem o Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados.

Quadro 33 - Anexo 1 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar não Processados

R\$ 1,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	493.039,23	11.041.867,76	6.248.575,35	6.242.504,41	2.733.583,47	2.558.819,11
Pessoal e Encargos Sociais	13.896,29	420.301,55	341.179,88	341.179,88	91.678,35	1.339,61
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	479.142,94	10.621.566,21	5.907.395,47	5.901.324,53	2.641.905,12	2.557.479,50
DESPESAS DE CAPITAL	167.500,00	3.021.398,84	2.821.129,14	2.751.624,18	153.025,04	284.249,62
Investimentos	167.500,00	3.021.398,84	2.821.129,14	2.751.624,18	153.025,04	284.249,62
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	660.539,23	14.063.266,60	9.069.704,49	8.994.128,59	2.886.608,51	2.843.068,73

Neste quadro, são informados os Restos a Pagar Processados inscritos até o exercício anterior nas respectivas fases de execução, bem como, os Restos a Pagar inscritos na condição de não Processados que tenham sido liquidados em exercício anterior. Ao final do exercício os saldos de Restos a Pagar não Processados liquidados são transferidos para Restos a Pagar Processados.

Quadro 34 - Anexo 2 - Demonstrativo de Execução Restos a Pagar Processados e nao Processados Liquidados

R\$1,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	471.090,68	337.693,59	347.763,71	1.135,55	459.885,01
Pessoal e Encargos Sociais	-	7.554,46	270,00	-	7.284,46
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	471.090,68	330.139,13	347.493,71	1.135,55	452.600,55
DESPESAS DE CAPITAL	179.368,37	56.522,89	124.763,73	-	111.127,53
Investimentos	179.368,37	56.522,89	124.763,73	-	111.127,53
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	650.459,05	394.216,48	472.527,44	1.135,55	571.012,54

Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. É composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público.

Quadro 35 – Balanço Financeiro

R\$ 1,00

INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	NE	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	NE	2018	2017
Receitas Orçamentárias		-	-	Despesas Orçamentárias		423.115.901,46	343.155.430,86
Ordinárias		-	-	Ordinárias		369.701.590,16	294.233.451,57
Vinculadas		-	-	Vinculadas		53.414.311,30	48.921.979,29
Recursos de Receitas Financeiras		-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)		49.009.883,14	42.972.111,39
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-	-	Recursos de Receitas Financeiras		-	-
				Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		4.404.428,16	5.949.867,90
Transferências Financeiras Recebidas	20	423.728.010,36	328.303.614,84	Transferências Financeiras Concedidas		3.434.870,88	3.331.423,76
Resultantes da Execução Orçamentária		415.334.668,19	325.059.812,29	Resultantes da Execução Orçamentária		-	110.487,70
Sub-repasse Recebido		415.334.668,19	325.059.812,29	Sub-repasse Devolvido		-	110.487,70
Independentes da Execução Orçamentária		8.393.342,17	3.243.802,55	Independentes da Execução Orçamentária		3.434.870,88	3.220.936,06
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		8.070.617,23	2.850.000,00	Movimento de Saldos Patrimoniais		3.434.870,88	3.220.936,06
Demais Transferências Recebidas		99.890,94	194.546,94	Aporte ao RPPS		-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais		222.834,00	199.255,61	Aporte ao RGPS		-	-
Aporte ao RPPS		-	-				

Aporte ao RGPS		-	-				
Recebimentos Extraorçamentários		20.701.170,32	23.111.755,21	Despesas Extraorçamentárias		10.685.554,50	4.814.262,93
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		2.038.324,64	334.077,22	Pagamento dos Restos a Pagar Processados		472.527,44	1.252.783,02
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		14.320.907,35	14.063.266,60	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		8.994.128,59	1.905.513,30
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.224.054,97	1.645.678,59	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.218.898,47	1.645.819,29
Outros Recebimentos Extraorçamentários		3.117.883,36	7.068.732,80	Outros Pagamentos Extraorçamentários		-	10.147,32
Arrecadação de Outra Unidade		3.112.075,94	7.065.043,78	Demais Pagamentos			10.147,32
Valores para Compensação			3.689,02				
Demais Recebimentos		5.807,42					
Saldo do Exercício Anterior		3.376.461,10	3.262.208,60	Saldo para o Exercício Seguinte		10.569.314,94	3.376.461,10
Caixa e Equivalentes de Caixa		3.376.461,10	3.262.208,60	Caixa e Equivalentes de Caixa		10.569.314,94	3.376.461,10
TOTAL		447.805.641,78	354.677.578,65	TOTAL		447.805.641,78	354.677.578,65

O Balanço Financeiro possibilita a apuração do resultado financeiro do exercício. Esse cálculo pode ser efetuado da seguinte forma:

Tabela 50 – Cálculo do Resultado Financeiro do Exercício

R\$1,00

Cálculo do Resultado Financeiro do Exercício	2018
Transferências Financeiras Recebidas	423.728.010,36
Recebimentos Extraorçamentários	20.701.170,32
Despesa Orçamentária	-423.115.901,46
Transferências Financeiras Concedidas	-3.434.870,88
Pagamentos Extraorçamentários	-10.685.554,50
= Resultado Financeiro do Exercício	7.192.853,84

Ou simplesmente pela diferença entre os Saldos do Exercício Seguinte com o do Exercício Anterior (R\$10.569.314,94 – R\$3.376.461,10).

Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos: operacional, de investimento e de financiamento. Esta demonstração permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. A DFC aplicada ao setor público é elaborada pelo método direto e utiliza as contas da classe 6 (Controles da Execução do Planejamento e Orçamento) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), com filtros pelas naturezas orçamentárias de receitas e despesas, bem como funções e subfunções, assim como outros filtros e contas necessários para marcar a movimentação extraorçamentária que eventualmente transita pela conta Caixa e Equivalentes de Caixa.

Quadro 36 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

R\$ 1,00

	NE	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		15.541.236,64	1.366.805,00
INGRESSOS		428.069.948,69	337.018.026,23
Receitas Derivadas e Originárias		-	-
Receita Tributária		-	-
Receita de Contribuições		-	-
Receita Agropecuária		-	-
Receita Industrial		-	-
Receita de Serviços		-	-
Remuneração das Disponibilidades		-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias		-	-
Transferências Correntes Recebidas		-	-
Intergovernamentais		-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal		-	-
Dos Municípios		-	-
Intragovernamentais		-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas		-	-
Outros Ingressos das Operações		428.069.948,69	337.018.026,23
Ingressos Extraorçamentários		1.224.054,97	1.645.678,59
Transferências Financeiras Recebidas		423.728.010,36	328.303.614,84
Arrecadação de Outra Unidade		3.112.075,94	7.065.043,78
Valores para Compensação			3.689,02
Demais Recebimentos		5.807,42	
DESEMBOLSOS		-412.528.712,05	-335.651.221,23
Pessoal e Demais Despesas		-373.206.050,79	-299.592.358,17
Legislativo		-	-
Judiciário		-321.309.214,13	-250.390.473,26
Essencial à Justiça		-	-
Administração		-	-
Defesa Nacional		-	-
Segurança Pública		-	-
Relações Exteriores		-	-
Assistência Social		-	-
Previdência Social		-51.896.836,66	-49.201.884,91

Saúde	-	-	
Trabalho	-	-	
Educação	-	-	
Cultura	-	-	
Direitos da Cidadania	-	-	
Urbanismo	-	-	
Habitação	-	-	
Saneamento	-	-	
Gestão Ambiental	-	-	
Ciência e Tecnologia	-	-	
Agricultura	-	-	
Organização Agrária	-	-	
Indústria	-	-	
Comércio e Serviços	-	-	
Comunicações	-	-	
Energia	-	-	
Transporte	-	-	
Desporto e Lazer	-	-	
Encargos Especiais	-	-	
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-	
Juros e Encargos da Dívida	-	-	
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-	
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-	
Outros Encargos da Dívida	-	-	
Transferências Concedidas	-34.668.891,91	-31.071.472,69	
Intergovernamentais	-	-	
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-	
A Municípios	-	-	
Intragovernamentais	-34.668.891,91	-31.071.472,69	
Outras Transferências Concedidas	-	-	
Outros Desembolsos das Operações	-4.653.769,35	-4.987.390,37	
Dispêndios Extraorçamentários	-1.218.898,47	-1.645.819,29	
Transferências Financeiras Concedidas	-3.434.870,88	-3.331.423,76	
Demais Pagamentos		-10.147,32	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	21	-8.348.382,80	-1.252.552,50
INGRESSOS		-	-
Alienação de Bens		-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Outros Ingressos de Investimentos		-	-
DESEMBOLSOS		-8.348.382,80	-1.252.552,50
Aquisição de Ativo Não Circulante		-7.469.643,20	-1.248.934,98
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-	-
Outros Desembolsos de Investimentos		-878.739,60	-3.617,52
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	-

INGRESSOS		-	-
Operações de Crédito		-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais		-	-
Transferências de Capital Recebidas		-	-
Intergovernamentais		-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal		-	-
Dos Municípios		-	-
Intragovernamentais		-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas		-	-
Outros Ingressos de Financiamento		-	-
DESEMBOLSOS		-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida		-	-
Outros Desembolsos de Financiamento		-	-
AJUSTE ACUMULADO DE CONVERSÃO		-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		7.192.853,84	114.252,50
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		3.376.461,10	3.262.208,60
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		10.569.314,94	3.376.461,10

Notas Explicativas

O Tribunal Regional Eleitoral da Bahia-TRE-BA é um Órgão Público do Poder Judiciário Federal, atua como Justiça Especializada no âmbito do Direito Eleitoral, inscrito no CNPJ sob o nº 05.967.350/0001-45, situado na 1ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia, nº 150, Salvador-Bahia.

Estas notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e contêm informações consideradas relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis.

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, os principais critérios, bem como os princípios, as bases, as regras e práticas contábeis aplicadas na elaboração e na apresentação das demonstrações contábeis, baseados nos normativos citados no tópico “Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis”.

Período das Demonstrações Contábeis

As demonstrações divulgadas referem-se ao exercício financeiro de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2018.

Idioma e Moeda funcional

Os registros foram efetuados em idioma nacional e em unidade de Real.

ATIVO CIRCULANTE

São ativos disponíveis para realização imediata, ou com expectativa de realização em até 12 meses após a data das demonstrações contábeis.

Caixa e Equivalente de Caixa

Representa valores disponíveis na conta única do Tesouro Nacional, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º

do Decreto nº 93.872/1986), e demais depósitos no Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, referentes a cauções.

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Dizem respeito a valores decorrentes de: 1. créditos a receber decorrentes de infração contratual; 2. acertos financeiros com servidores decorrentes da folha de pagamento; 3. e outros créditos a receber por cessão de pessoal a outros órgãos. Em relação aos itens 1 e 2, caso não haja o pagamento do débito, os valores inferiores a R\$1.000,00 são atualizados até alcançarem o valor passível de encaminhamento à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional-PGFN para registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – CADIN e inscrição na dívida ativa e os que originalmente superam R\$1.000,00, são encaminhados à PGFN para a mesma finalidade.

Estoques

Os bens de almoxarifado são mensurados inicialmente pelo custo de aquisição e, quando da saída, pelo preço médio ponderado das compras. A depreciação é registrada pelo método de cotas constantes.

VPDs Pagas Antecipadamente

Lançamento de pagamentos de prêmios de seguros e assinaturas de periódicos, cujos lançamentos das variações patrimoniais diminutivas são registrados quando da ocorrência do fato gerador, em atenção ao princípio da competência.

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Compreende os ativos que têm expectativa de realização após doze meses da data das demonstrações contábeis.

Imobilizado

O ativo imobilizado é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. Quando os elementos do ativo imobilizado tiverem vida útil econômica limitada, ficam sujeitos a

depreciação, amortização ou exaustão sistemática durante esse período, sem prejuízo das exceções expressamente consignadas.

Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis e imóveis

Bens móveis - Os bens móveis são reconhecidos pelo valor da aquisição e depreciados regularmente. A depreciação é realizada pelo método das cotas constantes com base na Manual Siafi 02.03.30, bem como as Orientações nº 1/2010 e 03/2012 da COFIC/SOF/TSE.

As urnas eletrônicas, em decorrência de sua especificidade, têm tratamento diferenciado, passando de cinco anos definidos na referida Macrofunção para os objetos classificados como equipamentos de processamento de dados para dez anos de vida útil, conforme estudo técnico realizado pelo TSE.

Bens imóveis - Os bens imóveis têm o valor definido no termo de doação e, em caso de edificação custeada pelo Tribunal, pelo valor da construção. Os bens imóveis são controlados pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet), sob gestão da Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Esse sistema está integrado com o SIAFI para efeito de registro contábil das variações patrimoniais relativas aos imóveis.

Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que hajam sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

PASSIVO CIRCULANTE

Os passivos são classificados como circulantes quando corresponderem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Demais passivos que não são classificados como circulantes.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

No patrimônio líquido, evidencia-se o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores. O resultado patrimonial do período é a diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, apurada na Demonstração das Variações Patrimoniais, que evidencia o desempenho da entidade.

Nota 01 - Caixa e Equivalentes de Caixa

A variação percentual de 213% ocorreu em virtude do recebimento de financeiro na conta limite de saque - fonte 0100, vinculação 400, no valor de R\$7.000.000,00 para acobertar despesas com investimentos (aquisição de computadores, notebooks, veículos), cujo pagamento não foi realizado, visto que os bens não foram entregues dentro do exercício de 2018, culminando na inscrição do valor correspondente em Restos a Pagar.

Tabela 51

ATIVO	2018	2017	A.H
Ativo Circulante	15.132.673,32	6.854.635,51	121%
Caixa e Equivalente de Caixa	10.569.314,94	3.376.461,10	213%

Nota 02 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Do subgrupo Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, o item mais representativo do exercício corresponde à conta analítica - Adiantamento de Salários e Ordenados, que representa 56% do subgrupo retromencionado.

A variação percentual de 49% entre os exercícios de 2017 e 2018 na referida conta ocorreu pela ausência de baixa do adiantamento das férias recebidas em dezembro 2017, no valor de R\$598.875,32. Ressalte-se que o registro da regularização foi efetuado em janeiro de 2019, por meio do documento contábil 2019NS00493, baixando o saldo em contrapartida da conta de Ajustes de Exercícios Anteriores.

Tabela 52

ATIVO	2018	2017	A.H
Ativo Circulante	15.132.673,32	6.854.635,51	121%
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	2.281.147,96	1.531.582,81	49%

Nota 03 - Estoques

A variação de 15% na conta de estoques ocorreu em virtude de aquisições dos itens: gêneros de alimentação e material de expediente para a realização das Eleições de 2018 e da Biometria.

Tabela 53

ATIVO	2018	2017	A.H
Ativo Circulante	15.132.673,32	6.854.635,51	121%
Estoques	2.245.695,26	1.946.591,60	15%

Nota 04 - VPDs Pagas Antecipadamente

Referem-se a pagamentos de aquisição de periódicos e contratação de seguros ocorridos antecipadamente e as Variações Patrimoniais Diminutivas-VPD são apropriadas por cotas mensais proporcionalmente ao período de entrega do periódico ou de cobertura do seguro. Ressalte-se que foram feitas regularizações correspondentes a pagamentos realizados em 2018, cujo valor da contratação foi integralmente lançado na VPD, de forma que as parcelas correspondentes ao período seguinte estão mantidas no Ativo Circulante, vez que se trata de despesa ainda não incorrida.

Nota 05 - Imobilizado

Ativo Imobilizado é o item tangível mantido para a produção ou fornecimento de bens ou serviços ou fins administrativos, inclusive os decorrentes de operações que transferem benefícios, riscos e controle para a entidade com utilização por mais de um exercício.

Composto por bens móveis e imóveis é reconhecido com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial e tendo vida útil definida, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão, bem como à redução do valor recuperável e à reavaliação.

Este Regional apresentou um saldo em 31/12/2018, relacionado ao Imobilizado, de R\$106.675.353,52 sendo R\$64.920.304,52 referentes a Bens Imóveis, cuja composição está demonstrada na tabela abaixo:

Tabela 54

IMOBILIZADO	2018	2017	A.H
Bens Imóveis	64.920.304,52	61.937.107,78	5%
Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet	16.948.494,80	16.948.494,80	0%

Bens de Uso Especial Não Registrados	-	534.699,49	-100%
Obras em Andamento	2.739.396,45	-	100%
Demais Bens Imóveis	45.232.413,27	44.453.913,49	2%
Depreciação Acumulada - Bens Imóveis	-1.862.820,07	-1.338.074,88	39%

Houve um decréscimo de 100%, no exercício de 2018, na conta Bens de Uso Especial Não Registrados no valor de R\$534.699,49, em virtude da transferência do valor para a conta patrimonial 123210601 - Obras em Andamento, por se tratar de pagamentos da reforma do auditório deste Regional durante o exercício de 2017, por meio do documento contábil 2018NL000035.

O montante de R\$2.739.396,45 refere-se ao contrato nº059/2017, que trata da reforma do auditório e reservatório superior e inferior do Edifício-Sede do TRE-BA, conforme as condições estabelecidas na Concorrência nº 02/2016.

Em relação à depreciação, o lançamento é realizado pela Secretaria do Tesouro Nacional, com base em informações encaminhadas pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Tabela - Bens Móveis

Os Bens Móveis compreendem aqueles com existência material que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia sem alteração da substância ou da destinação econômico-social, a exemplo das máquinas, aparelhos, equipamentos, ferramentas, bens de informática, móveis, utensílios, materiais culturais, educacionais e de comunicação, veículos, entre outros.

Neste exercício, como resultado dos trabalhos da Comissão Provisória de Inventário Anual de bens 2017/2018, foi efetuado o lançamento de bens móveis não localizados no valor de R\$1.140.926,66, reclassificando o referido valor da conta 12.311.00.00 para a conta 12.311.99.07. O registro foi realizado pelo valor líquido contábil dos bens, conforme Manual SIAFI 02.03.30, itens 20.1, 20.1.1 e 20.1.2.

No entanto, a baixa da depreciação somente foi realizada no exercício de 2019, cuja informação detalhada encontra-se na Nota Explicativa 22 - Eventos Subsequentes, item 2.

Ressalte-se que a Administração vem adotando medidas cabíveis para a apuração dos fatos.

A variação apontada no item da conta contábil depreciação acumulada é resultado do acúmulo da depreciação apurada mensalmente no ano de 2018 dos bens já existentes, bem como daqueles que foram adquiridos ao longo do referido exercício.

Tabela 55

IMOBILIZADO	2018	2017	A.H
Bens Móveis	99.293.222,61	93.979.795,02	6%
Depreciação Acumulada	55.675.353,54	46.772.258,58	19%

Nota 06 - Intangível

A variação percentual de 40% no Grupo Intangível se refere a aquisições de software no exercício de 2018.

Tabela 56

ATIVO	2018	2017	A.H
Ativo Não Circulante	109.717.015,38	109.972.571,81	0%
Intangível	3.041.661,86	2.166.002,47	40%

Destaca-se que os procedimentos relativos à amortização estão em fase de estudo para implementação no sistema de patrimônio e controle dos bens intangíveis com o respectivo cálculo da amortização correspondente, para atender ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP da Secretaria do Tesouro Nacional, publicado no Diário Oficial da União, pela Portaria nº 548, de 24 de setembro de 2015.

De acordo com o calendário para a implantação do PIPCP 15 - Reconhecimento, mensuração e evidênciação de softwares, marcas patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável desses itens deverão ser integralmente implantados e registrados contabilmente no exercício de 2019. Por este motivo, o TRE-BA não registrou a amortização.

Nota 07 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

O aumento do passivo circulante de 13.189%, conta analítica 21.100.00.00 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, decorreu do reconhecimento de passivo por competência na conta 21.111.01.01 - Salários Remunerações e Benefícios, no valor de R\$6.097.933,20, bem como de ajustes contábeis realizados na conta 21.111.01.03 - Férias a Pagar, no valor de R\$5.478.431,14, em atendimento a Orientação S0F/TSE nº 10, cujo objetivo é padronizar os procedimentos de apropriação de férias e 13º salário, consoante ao Manual SIAFI 021142 - Folha de Pagamento, realizados em virtude de determinação contida no Acórdão nº 1322/2018 do TCU.

Tabela 57

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	2017	A.H
Passivo Circulante	14.597.608,88	1.288.569,79	1033%
Obrigações Trabalh., Previd. E Assist. a Pagar a Curto Prazo	11.802.592,53	88.813,22	13189%

Nota 08 - Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

A variação de 143% na conta Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo é decorrente da aplicação de retenções cautelares de empresa contratada, em virtude de descumprimento de cláusula contratual (contrato nº 045/2018).

Tabela 58

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	2017	A.H
Passivo Circulante	14.597.608,88	1.288.569,79	1033%
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.303.763,82	536.134,06	143%

Nota 09 - Demais Obrigações a Curto Prazo

A variação de 186% na conta Demais Obrigações a Curto Prazo, ocorreu devido a um acréscimo de R\$563.153,60 na conta analítica Depósitos Retidos de Fornecedores, em atendimento à determinação do Conselho Nacional de Justiça constante da Resolução nº 169/2013, que dispõe

sobre a retenção de provisões de encargos trabalhistas e previdenciários.

Nota 10 - Resultados Acumulados

Tabela 59

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	2017	A.H
Patrimônio Líquido	110.084.779,44	115.371.337,15	- 5%
Resultados Acumulados	110.084.779,44	115.371.337,15	- 5 %
Resultados do Exercício	- 5.286.557,71	- 10.786.582,66	- 51 %
Resultados de Exercícios Anteriores	115.371.337,15	126.150.875,65	- 9 %
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	7.044,16	- 100 %

Resultados do Exercício - Apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais-DVP.

Ajustes Exercício Anteriores - Não houve lançamentos nessa rubrica no exercício de 2018. Esses ajustes são decorrentes dos efeitos da mudança do critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, que não podem ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

No exercício financeiro de 2017, verificou-se o saldo de R\$7.044,16 na conta do passivo "Resultados de Exercícios Anteriores", em virtude de:

a. Lançamento de débito de R\$2.589,56 na conta contábil 2.3.7.1.1.03.00 - AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, referente ao registro de passivo em decorrência do reconhecimento de despesa do exercício anterior de fatura de energia elétrica, competência dezembro de 2016.

b. Lançamento de crédito no valor de R\$3.867,78 na conta contábil 2.3.7.1.1.03.00 - AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, para regularização de valores de depreciação lançados no mês de novembro, por meio do 2016PA000454, contas contábeis 123110105 e 123110405.

Lançamento de crédito no valor de R\$5.765,94 na conta contábil 2.3.7.1.1.03.00 - AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES, decorrente de estorno de depreciação do mês de dezembro de 2016, conforme documento 2016PA000532, contas contábeis 123110102, 123110103, 13110105, 123110109, 123110112, 123110125, 123110201, 123110302, 123110402, 1231105017.

Nota 11 - Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

O lançamento a crédito na Variação Patrimonial Aumentativa, no exercício de 2017, na conta contábil 4.3.3.1.1.01.00 - EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITO no valor de R\$ 4.237.900,01 decorreu do recebimento de receita relativa à inscrição de candidatos no Concurso Público para provimento de cargos efetivos do Tribunal. Em 2018, houve o lançamento a débito na mencionada conta no valor de R\$ 70,00, referente à restituição de taxa de inscrição em concurso público.

Nota 12 - Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

Os lançamentos a crédito na Variação Patrimonial Aumentativa Financeira, nos exercícios de 2017 e 2018, na conta contábil 4.4.3.9.1.01.01 - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA POSITIVA nos valores de R\$ 24.893,98 e R\$ 50.009,92, respectivamente, decorreram da atualização monetária de débitos de pessoas físicas e jurídicas.

Nota 13 - Transferências e Delegações Recebidas

São transferências intragovernamentais melhor representadas no balanço financeiro, por meio do grupo "transferências financeiras recebidas". Ver Nota Explicativa 20.

Nota 14 - Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos

Compreende a variação patrimonial aumentativa com reavaliação e ganhos de ativos ou com a desincorporação de passivos.

Tabela 60

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	2018	2017	A.H
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	2.146.930,15	241.378,74	789%

Ganhos com Incorporação de Ativos	2.124.360,53	147.796,60	1.337%
Ganhos com Desincorporação de Passivos	22.569,62	93.582,14	-76%

A variação de 1.337% no exercício de 2018 no subgrupo Ganhos com Incorporação de Ativos corresponde, em grande parte, à aquisição de materiais, incorporação de transferência de materiais do TRE-MG para realização das Eleições Gerais de 2018, bem assim pela regularização do saldo do Ativo referente a 1/3 de férias pagas em 2018, concernentes ao exercício financeiro de 2017 e incorporação do valor referente ao Fórum Eleitoral do Município de Vitória da Conquista.

Nota 15 - Pessoal e Encargos

Tabela 61

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	2018	2017	A.H
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	435.640.991,45	346.755.798,11	26%
Pessoal e Encargos	298.103.548,73	238.942.793,31	25%
Remuneração a Pessoal	239.135.574,42	191.838.210,68	25%
Encargos Patronais	34.322.876,62	31.049.857,38	11%
Benefícios a Pessoal	17.165.732,27	16.054.455,78	7%
Outras Var. Patrimon.iais Diminutivas - Pessoal e Encargos	7.479.365,42	269,47	2775484%

A variação de 25% com gastos de Pessoal e Encargos decorreu da implantação das parcelas constantes do plano de carreira dos servidores, além do pagamento de horas extras realizadas principalmente durante as atividades afetas à realização das Eleições Gerais de 2018.

Na rubrica Outras Variações Patrimonial Diminutivas - Pessoal e Encargos, o montante em 2018 foi de R\$ 7.479.365,42 em virtude da concessão de benefício alimentação aos colaboradores envolvidos nas atividades relacionadas à realização das Eleições Gerais de 2018.

Nota 16 - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Tabela 62

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	2018	2017	A.H
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	78.801.497,72	51.202.260,65	54%
Uso de Material de Consumo	4.465.688,62	2.475.893,31	80%
Serviços	64.727.640,94	38.357.269,06	69%
Depreciação, Amortização e Exaustão	9.608.168,16	10.369.098,28	-7%

O incremento de 80% no uso de materiais de consumo e de 69% em contratação de serviços foi motivado pela realização da revisão biométrica no Município de Salvador e em diversos municípios do interior do Estado da Bahia, bem como da realização das Eleições Gerais de 2018.

Nota 17 - Variações Patrimoniais Diminutivas Tributárias

Tabela 63

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	2018	2017	A.H
Tributárias			1679%

	580.444,10	32.625,60	
Impostos. Taxas e Contribuições de Melhoria	-	400,72	-100%
Contribuições	580.444,10	32.224,88	1701%
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. E dos serviços Prestados	-	-	0%

A variação expressiva de 1.701% decorreu do aumento nas contratações de serviços de terceiros de pessoas físicas em virtude das Eleições Gerais de 2018, sendo obrigatório o recolhimento da obrigação patronal incidente sobre o valor do serviço contratado.

Nota 18 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Tabela 64

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	2018	2017	A. H
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.286.554,15	956.105,73	35%
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.286.554,15	956.105,73	35%

A variação de 35% decorreu do aumento do gasto devido à realização recadastramento de eleitores através de biometria em diversos municípios do Estado e a realização das Eleições Gerais, principalmente em despesa com reembolso de oficiais de justiça e concessão de indenização de transportes para deslocamento de servidores .

Nota 19 - Déficit

A diferença entre o total das Receitas Realizadas e o total das Despesas Empenhadas representa o Déficit ou Superávit Orçamentário. O Balanço Orçamentário do TRE-BA apresenta déficit no valor de R\$423.115.901,46, haja vista que não é agente arrecadador e executa despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos que são acobertadas por meio de sub-repasses recebidos do Órgão Setorial de Programação Financeira.

Nota 20 - Transferências Financeiras Recebidas

Tabela 65

INGRESSOS	2018	2017	A. H
Transferências Financeiras Recebidas	423.728.010,36	328.303.614,84	29%
Resultantes da Execução Orçamentária	415.334.668,19	325.059.812,29	
Sub-repasse Recebido	415.334.668,19	325.059.812,29	28%
Independente da Execução Orçamentária	8.393.342,17	3.243.802,55	159%
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	8.070.617,23	2.850.000,00	183%
Demais Transferências Recebidas	99.890,94	194.546,94	-49%
Movimentação de Saldos Patrimoniais	222.834,00	199.255,61	12%

As Transferências Financeiras Recebidas refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da Administração direta e indireta. Podem ser orçamentárias ou extra orçamentárias. Aquelas efetuadas em cumprimento à execução do Orçamento são as cotas, repasses e sub-repasses. Aquelas que não se relacionam com o Orçamento em geral decorrem da transferência de recursos relativos aos Restos a Pagar.

A maior parte da diferença entre os sub-repasses recebidos de 2017 para 2018 representa o gasto com Pleitos Eleitorais e revisão biométrica. Quanto ao incremento de 183,13% a título de financeiro para pagamento de Restos a Pagar-RP, a variação revela-se compatível com o estoque total de RP, que em 2017 foi de R\$6.773.882,63, enquanto que em 2018 foi de R\$15.768.481,36.

Nota 21 - Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento

Tabela 66

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	2018	2017	A.H
Desembolsos	8.348.382,80	1.252.552,50	567%
Aquisição de Ativo Não Circulante	- 7.469.643,20	- 1.248.934,98	498%
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-	0%
Outros Desembolsos de Investimentos	- 878.739,60	- 3.617,52	2419 1%

Aquisição de ativo não circulante – O incremento de 567% verificado nos desembolsos do exercício em relação ao ano anterior decorreu dos seguintes investimentos:

1. Elemento de despesa 51 (obras e instalações)

Em 2018 foram realizados gastos com obras e instalações no montante de R\$2.184.785,90, representando um aumento de 281,89% em relação ao exercício em 2017, em virtude do pagamento dos serviços contratados de reforma do Edifício-Sede.

2. Elemento de despesa 52 (equipamentos e material permanente)

O Tribunal investiu R\$3.758.976,60 na aquisição de equipamentos e Ativos de Rede, visando à modernização da área de TIC. Em 2017, foram gastos R\$199.998,00. Destacam-se, ainda, os aumentos de 311,54% e 79,10% nas despesas com mobiliário em geral e com aparelhos e utensílios domésticos, respectivamente.

Outros desembolsos de Investimentos

A variação percentual de 24.191% neste item entre os exercícios de 2017 e 2018 deve-se, especialmente, em razão das despesas com aquisição e manutenção evolutiva de softwares no valor de R\$875.659,39.

Nota 22 - Eventos Subsequentes

1. Realizaram-se os registros para ajustes de perdas estimadas no início do exercício de 2019, conforme documentos SIAFI 2019NS000304 e 2019NS000305 nos valores R\$588.795,58 e R\$180.387,35, correspondentes a 92,03% dos créditos a receber por infrações legais e contratuais e 84,30% dos créditos a receber decorrentes de relação funcional, respectivamente.

Aplicou-se a metodologia descrita na Macrofunção SIAFI 020342 - AJUSTE PARA PERDAS ESTIMADAS, que consiste no seguinte:

Obtenção dos percentuais referentes aos ajustes para perdas estimadas baseadas no histórico de recebimentos passados. Nesta metodologia a perda estimada é calculada aplicando-se o quociente médio de recebimento sobre o saldo atualizado da conta de valores a receber e subtraindo-se este resultado do saldo atualizado desta mesma conta.

O valor da variável quociente médio de recebimentos é encontrado calculando, primeiramente, a média mensal de recebimentos e a média mensal dos saldos da conta de valores a receber para cada um dos últimos três exercícios.

A partir dos quocientes de recebimento de cada exercício, calcula-se o quociente médio de recebimento, somando-se os quocientes de recebimento dos exercícios x1, x2 e x3, e dividindo-se o resultado da soma por três exercícios.

Considerando que a apuração dos dados estava em fase de conclusão ao final do exercício financeiro de 2018, o registro foi efetuado no SIAFI no início do exercício de 2019.

2. A baixa da depreciação acumulada relativa aos bens não localizados no exercício de 2018 foi realizada em 26 de fevereiro de 2019, por meio do documento SIAFI 2019PA000026, que gerou a nota de sistema 2019NS001478, no valor total de R\$725.820,37. Diante disso, a depreciação acumulada de 2018 relativa aos bens móveis apresentou valor de R\$55.675.353,54, quando deveria apresentar o valor de R\$54.949.533,17.

07

Outras Informações Relevantes

PROCESSO PARA DETERMINAR A MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

Na esteira do que preconizado pela Estrutura Internacional para Relato Integrado, do Conselho Internacional para Relato Integrado (IRRC), o processo para determinar materialidade para fins de preparação e apresentação do relatório integrado deste Órgão incluiu a identificação de temas relevantes, com base na sua capacidade de afetar a geração de valor, a avaliação da importância destes no tocante a seu efeito conhecido ou potencial sobre a geração de valor, a priorização de temas com base na sua importância relativa, e a determinação de informações a serem divulgadas sobre temas relevantes.

Nesse sentido, para a identificação dos temas relevantes, buscou-se registrar as prioridades da gestão definidas para o exercício de 2018, em alinhamento com o Planejamento Estratégico Institucional, com as boas-práticas de governança e gestão e com as diretrizes instituídas para a Justiça Eleitoral pelo Tribunal Superior Eleitoral, pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Tribunal de Contas da União. Bem por isso, restaram identificados como destaques da gestão desse órgão o relacionamento com a sociedade, a segurança das eleições, a instauração do sistema de governança e gestão de riscos, a sustentabilidade e a prestação jurisdicional.

No relacionamento com a sociedade foram priorizados os aspectos relacionados à transparência, ações de cidadania, regulamentação da lei do usuário, estabelecendo a participação do cidadão no respectivo Conselho. Esse tema está alinhado aos objetivos estratégicos de assegurar a garantia dos direitos do cidadão, a adoção de boas práticas de gestão, a prestação de atendimento de excelência ao público e a consolidação da boa imagem do TRE-BA junto à sociedade.

A segurança das eleições teve na biometria a sua atuação primordial, alinhando-se ao objetivo estratégico de fortalecer a segurança do processo eleitoral e contribuir para o combate à corrupção e à improbidade administrativa.

O tema governança e gestão de riscos recebeu atenção diferenciada, tendo sido aprovadas as resoluções que regulamentaram a matéria no âmbito deste Regional. Os assuntos estão em

consonância com os objetivos estratégicos de adoção de boas práticas de gestão, promover a melhoria da governança em gestão de pessoas, melhorar o desempenho dos processos organizacionais e aperfeiçoar a governança de TIC.

A sustentabilidade permeia toda a atuação do órgão na medida em que as decisões da gestão observam as diretrizes dos normativos vigentes, estando em alinhamento com os objetivos estratégicos de assegurar a garantia dos direitos do cidadão e fomentar ações de responsabilidade social e ambientais sustentáveis.

Já o tema relacionado à prestação jurisdicional vinculou-se aos objetivos estratégicos de assegurar a garantia dos direitos de cidadania, aumentar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional, contribuir para o combate à corrupção à improbidade administrativa.

A avaliação dos impactos e a priorização dos temas relevantes observou as diretrizes dos órgãos superiores e a expectativa das partes interessadas.

No tocante às informações a serem divulgadas buscou-se contemplar os cenários nacional e institucional, as lições aprendidas, as projeções de futuro e os pontos positivos e negativos das iniciativas envolvidas.

No que pertine aos limites do presente relato integrado este órgão adotou abordagem ampla, visando a demonstração da totalidade dos gastos, informando a sociedade e dando maior transparência dos atos de gestão ao cidadão e aos órgãos de controle.

TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

No exercício de suas funções constitucionais de apoio ao controle externo e com fundamento no quanto disposto no inciso VI, do art. 26, do Regulamento Interno da Secretaria do TRE-BA, a SAU, por intermédio da COAUD e respectivas seções vinculadas – SEALIC, SEAGO e SEAPE –, procede ao regular acompanhamento das demandas oriundas do TCU, que lhe são encaminhadas diretamente ou por intermédio da Presidência do Tribunal, utilizando-se do Sistema PAD, do serviço de correio eletrônico institucional e de planilhas *Excel*.

Nesse sentido, no curso de 2018, verificou-se a recepção e promoção de diligências visando ao cumprimento por este Tribunal, das seguintes demandas oriundas da Corte Externa de Contas:

- ✓ Ofício nº 2.732/2018-TCU-Sefip, de 14/6/2018 (PAD nº 13.796/2018), notificando quanto à prolação do Acórdão nº 1.293/2018-TCU-Plenário, decorrente do processo TC 032.942/2017-6, que versa sobre cálculo da parcela redutora de pensões civis, concedidas com fundamento no art. 40, §7º, incisos I e II, da Constituição Federal brasileira e regulamentada pela Lei nº 10.887/2014. Em atenção às determinações constantes da sobredita decisão colegiada, registre-se que a Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), através da Seção de Pagamento de Servidores Inativos, Pensionistas, Estagiários e Gratificações Eleitorais (SEPAGE), vem dando cumprimento às disposições prescritas;
- ✓ Ofício nº 3.577/2017-TCU/SECEX-BA, de 20/12/2017 (PAD nº 40/2018), cientificando quanto à decisão proferida nos autos da Ação Rescisória nº 47356-30.2018.4.01.0000, proposta pela União Federal em face do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal na Bahia (SINDJUFE-BA), que deferiu a antecipação dos efeitos da tutela e determinou "a suspensão da

execução nos autos da ação ordinária no Processo 2006.33.00.019641- 7/BA, em trâmite na Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia", que reconhecia a nulidade do TC 008.502/2003-3. Em atenção à referida demanda, a SGP, por intermédio da Coordenadoria de Análise Técnica (COTEC), atestou que, diante da inexistência de repercussões jurídicas e financeiras, após o reconhecimento da nulidade do Processo TC nº 008.502/2003-3 para os servidores alcançados, não havia providências a serem adotadas por este Regional Eleitoral;

- ✓ Ofício nº 2.071/2018-TCU/Sefip, de 8/5/2018 (PADs nº 7.378 e 11.455/2018), requerendo disponibilização das informações cadastrais e respectivas fichas financeiras de todos os servidores do TRE-BA, incluindo os comissionados, aposentados, instituidores de pensão e pensionistas, mensalmente, a partir do mês de março/2018, via Sistema e-Pessoal. Em atenção à referida solicitação, deve-se consignar que a demanda vem sendo regularmente atendida, por intermédio da SGP, que procedeu à instituição de rotina mensal, bem como de mecanismos de controle destinados a assegurar o encaminhamento das informações requeridas, observados aspectos afetos à conformidade, tempestividade, forma e conteúdo;
- ✓ Mensagem eletrônica DIAUP/TCU, datada de 24/9/2018 (PAD nº 14.846/2018), comunicando a realização de fiscalização, do tipo acompanhamento, com o objetivo de apurar indícios de irregularidades identificados em virtude de críticas automáticas e contínuas realizadas nas folhas de pagamento deste Tribunal e de acompanhar as providências adotadas, restando identificado o cadastramento de dois novos indícios, no módulo correspondente do e-Pessoal. Em atenção às situações reportadas, registre-se notificação dos servidores envolvidos e apresentação de esclarecimentos e respectiva documentação comprobatória, tendo um dos

indícios sido declarado improcedente pela Presidência deste Tribunal e devidamente encaminhado ao TCU, encontrando-se o outro sob apreciação;

- ✓ Ofício nº 345/2018-TCU/SECEX-BA, de 26/2/2018 (PAD nº 3.187/2018), referente à notificação de prolação do Acórdão nº 267/2018-TCU-Plenário que, conhecendo da representação TC 032.768/2017-6, considerou-a prejudicada, face às medidas adotadas pelo TRE-BA com relação à contratação decorrente do Pregão Eletrônico nº 4/2017 (contratação de empresa especializada de engenharia para a execução da alimentação elétrica e lógica do Contêiner *Data Center* na sede do Tribunal), com a consequente perda de objeto da medida cautelar pleiteada pela representante;
- ✓ Ofício nº 738/2018-TCU/SECEX-BA, de 17/4/2018 (PAD nº 5.029/2018), referente à Representação TC 011.497/2018-1, na qual foi determinada, cautelarmente, a suspensão do andamento do Pregão Eletrônico nº 18/2018 (contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gestão informatizada da frota de veículos do TRE-BA), em face de cláusula referente à obrigatoriedade de instalação futura de escritório no município de prestação do serviço. Registre-se que a referida medida restou referendada pelo Acórdão nº 821/2018-TCU-Plenário (Ofício nº 830/2018-TCU/SECEX-BA, de 25/4/2018, PAD nº 6.545/2018). Após prestação dos esclarecimentos e justificativas pertinentes, restou prolatado o Acórdão nº 1.104/2018-TCU-Plenário (Ofício nº 1.172/2018-TCU/SECEX-BA, de 24/5/2018, PAD nº 8.897/2018), que, em seu subitem 9.4, determinou a supressão da sobredita exigência. Com efeito, a licitação para contratação da prestação de serviços de gestão informatizada da frota de veículos foi republicada, excluindo-se a referida cláusula do Termo de Referência correspondente;
- ✓ Ofício nº 1.796/2018-TCU/SECEX-BA, de 25/7/2018 (PAD nº 10.923/2018), referente à Representação TC 023.563/2018-4, tendo sido determinada, cautelarmente, a suspensão dos atos e efeitos decorrentes do Pregão Eletrônico nº 9/2018 (Contratação de serviço de Service Desk e sustentação

de infraestrutura de Tecnologia), até o julgamento do mérito pelo Tribunal. Esclareça-se que, posteriormente, o Acórdão nº 1683/2018-TCU-Plenário (Ofício 1837/2018-TCU/SECEX-BA, de 31/7/2018, PAD nº 12.578/2018) referendou a medida cautelar supramencionada, ao passo que o Acórdão nº 2293/2018-TCU-Plenário (Ofício 2631/2018-TCU/SECEX-BA, de 8/10/2018, PAD nº 15.638/2018) apreciou o processo de Representação TC 023.563/2018-4, determinando ao TRE-BA, em seu subitem 9.2, a anulação do ato administrativo referente à inabilitação de empresa permitindo-se o aproveitamento dos atos anteriores para o prosseguimento do referido certame, caso houvesse interesse. Registre-se que a sobredita determinação restou cumprida por este Regional, sendo os atos anteriores aproveitados no prosseguimento do certame que, em novembro/2018, encontrava-se em fase de apreciação de recursos previamente à adjudicação do objeto à licitante vencedora;

- ✓ Ofício nº 478/2018-TCU/SELOG, de 4/4/2018 (PAD nº 6.907/2018), expedido ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que versa sobre a aplicação da Lei nº 13.467/2017 (reforma trabalhista) e da Medida Provisória nº 808/2017 (altera a CLT, porém com vigência encerrada em 23/4/2018), solicitando pronunciamento acerca das providências que estão sendo ou que devem ser adotadas, nos órgãos e entidades de sua alçada, para ajustar os contratos vigentes de prestação de serviços, de forma a atender ao novo dispositivo legal. Ressalte-se que cópia do referido ofício foi encaminhada ao TRE-BA através do Ofício CNJ nº 443.347-SG, de 24/4/2018, contendo, também, orientações sobre a aplicabilidade da reforma trabalhista, elaboradas pela Secretaria de Controle Interno e Auditoria (SCI) do mencionado Conselho. Em atendimento ao quanto requerido, concluiu-se, em agosto/2018, levantamento dos contratos alcançados pela nova legislação, encontrando-se em andamento trâmites necessários à criação de comissão para realização da atividade;

- ✓ Acórdão nº 671/2018-TCU-Plenário (PAD nº 4.650/2018), no qual a Corte de Contas Externa conheceu do pedido de reexame do Acórdão nº 2.859/2013-TCU-Plenário e, no mérito, negou-lhe provimento, ocasionando o retorno das atividades relacionadas às determinações constantes dos subitens 9.2.1 a 9.2.3 do Acórdão nº 2.859/2013-TCU-Plenário (Referente ao Plano Brasil Maior – desoneração da folha de pagamento – revisão de contratos com empresas que foram beneficiadas pelo regime de desoneração em folha de pagamento, com restituição de valores ao erário quando pagos de forma indevida). Em atenção à decisão do TCU, o TRE-BA designou Comissão com vistas a atender ao quanto recomendado pelo Órgão de Controle Externo, bem como apresentar plano de ação. O referido documento restou elaborado sendo homologado pela Presidência do TRE-BA em 20/9/2018, com prazo de conclusão de atividades circunscrito a janeiro/2019;
- ✓ Ofício nº 482/2018-TCU/Sefti, de 21/8/2018 (PAD nº 14.536/2018), notificando quanto à prolação do Acórdão nº 1.832/2018-TCU-Plenário que trata de avaliação do nível de transparência dos portais eletrônicos oficiais das organizações dos Poderes Judiciário e Legislativo, bem como do Ministério Público da União (MPU) e de empresas estatais vinculadas ao Poder Executivo Federal, para conhecimento e atendimento, especialmente no que tange às determinações, recomendações e prazos constantes nos itens 9.1 e 9.2 que, em síntese, abordam desconformidades identificadas com base no resultado da avaliação individualizada realizada, constantes dos relatórios específicos elaborados para cada uma das organizações, de forma a publicar em suas páginas de transparência na internet as informações que devem ser obrigatoriamente divulgadas conforme os normativos de transparência aplicáveis. Nesse sentido, as unidades foram cientificadas do teor das determinações mencionadas e instadas a atendê-las no prazo assinalado, que ora se encontra em curso;
- ✓ Ofício-Circular nº 41 GAB-DG, de 27/2/2018, oriundo do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que encaminha cópia do Acórdão nº 2.779/20 17-TCU-

Plenário, por meio do qual o TCU apreciou o processo TC 014.133/2017-2, que trata de Relatório de Auditoria de conformidade, com o objetivo de verificar as medidas adotadas pelos órgãos e Poderes da União, a fim de assegurar o cumprimento do limite de despesas estabelecido pelo Novo Regime Fiscal, instituído pela Emenda Constitucional nº 95/2016, para conhecimento e providências, em especial da determinação constante do item 9.1.2, no sentido de que a Justiça Eleitoral adote medidas com intuito de identificar, nos anos de 2018 a 2020, as despesas discricionárias passíveis de redução, com respectiva amplitude desse valor, de modo a garantir as condições necessárias ao seu funcionamento, informando anualmente ao TCU, por ocasião dos respectivos Relatórios de Gestão, os resultados decorrentes das medidas adotadas, considerando como forma de incentivo ao compartilhamento de boas práticas para atingimento dos objetivos do Novo Regime Fiscal, e a título de exemplo, o rol descritivo de medidas de contenção de despesas, constante do Anexo II do Relatório de Auditoria. Assim, no PAD nº 2.442/2018, foi proferido despacho pelo Presidente do Órgão (Doc. nº 186.572/2018), determinando o cumprimento do *decisum*. Em atendimento ao quanto requerido, a SOF informou (Doc. nº 207.816/2018) que tanto as unidades a ela vinculadas, quanto a Setorial de Orçamento da Justiça Eleitoral realizam monitoramento do limite de pagamento das despesas discricionárias e obrigatórias em seus respectivos âmbitos de atuação. Acrescentou, com relação ao planejamento orçamentário do TRE-BA, que a partir do exercício de 2017 implantou a metodologia de elaboração da Pré-Proposta ou Proposta Matriz que antecede a elaboração da proposta orçamentária e tem por finalidade assegurar a observância dos limites individualizados para as despesas primárias, estabelecidos para cada exercício, atuando como um mecanismo de planejamento e controle do orçamento. Esclareceu que tem, ainda, promovido *workshops* e reuniões de discussão e orientação aos gestores e demais envolvidos no processo de elaboração e execução do orçamento acerca dos limites apresentados pelo Novo Regime Fiscal, buscando viabilizar propostas

que atendam às demandas operacionais e às metas e objetivos estabelecidos, porém condizentes com o cenário de restrição orçamentária; e

- ✓ PAD nº 9.293/2018, posteriormente apensado ao PAD nº 7.863/2017, referente ao Levantamento de Governança e Gestão do TCU – Ciclo 2018 (Ofício de Requisição nº 18/IGG2018-TCU/SecexAdministração, de 21/6/2018, Processo TC 015.268/2018-7). Esclareça-se que, após análise do Relatório Individual da Auto avaliação deste Regional, resultante do Acórdão nº 2.699/2018-TCU-Plenário, a Presidência do TRE-BA determinou a apresentação de plano de ação acompanhado de relatório analítico para o aperfeiçoamento, disseminação e aprimoramento da governança no âmbito organizacional. O referido documento restou concebido encontrando-se em fase de elaboração planos de ação setoriais, contemplando medidas pormenorizadas destinadas a viabilizar a operacionalização das macro ações elencadas no planejamento de nível institucional.

Adicionalmente, não obstante ausência de tramitação pela SAU, restaram identificadas as seguintes demandas do TCU, também recepcionadas pelo Órgão, em 2018:

- ✓ Ofício nº 1.465/2018-TCU/SECEX-BA, de 26/6/2018 (PAD nº 10.192/2018), notificando quanto à prolação do Acórdão nº 4722/2018-TCU-Segunda Câmara, que apreciou a Tomada de Contas Especial (TCE) TC 010.225/2015-3 – desaprovação da prestação de contas do Partido da Frente Liberal (PFL), atual Partido Democratas (DEM), referentes ao exercício 2003, em face de aplicação irregular de recursos públicos do Fundo Partidário. Esclareça-se que os dispositivos do sobredito Acórdão não demandaram providências deste Regional, restando este Órgão devidamente cientificado quanto à conclusão da TCE instaurada, consoante teor do Ofício nº 794/2018/ASSESP/TRE-BA, remetido à SECEX-BA/TCU, em 18/7/2018. Registre-se, adicionalmente, que, por intermédio do Ofício nº 2.197/2018-TCU/SECEX-BA, de 4/9/2018 (PAD nº 15.176/2018), este Regional foi devidamente notificado quanto ao conhecimento, pelo TCU, de Recurso de Reconsideração em face do Acórdão

supramencionado, com efeito suspensivo em relação aos itens 9.2, 9.3 e 9.4, relativamente ao recorrente. Ressalte-se que a sobredita comunicação não exigiu providências deste Regional, restando a cientificação deste Órgão quanto à interposição de recurso em face de Acórdão TCU resultante de TCE instaurada, expedida à SECEX-BA/TCU, em 18/11/2018, consoante Ofício nº 1.444/2018/ASSESP/TRE-BA;

- ✓ Ofício nº 2.708/2018-TCU/SECLX-13A, de 22/10/2018 (PAD nº 17.852/2018), que noticiou conhecimento, pelo TCU, de Recurso de Reconsideração interposto contra o Acórdão nº 9.591/2015-TCU 2ª Câmara, de 27/10/2015, proferido na TC-025.393/2007-3 – desaprovação da prestação de contas do Diretório Regional do Partido Progressista Brasileiro na Bahia (PPB), atual Partido Progressista (PP), relativas ao exercício 2012, em face de aplicação irregular de recursos do Fundo Partidário –, para, no mérito, negar-lhe provimento. Esclareça-se que os dispositivos do sobredito Acórdão não demandaram providências deste Regional, restando a comunicação da ciência deste Órgão à SECEX-BA/TCU em processo de expedição (obs.: atualizar a informação em 22/2/2018); e
- ✓ Aviso nº 252 – GP/TCU, de 28/2/2018 (PAD nº 12.895/2018), expedido ao CNJ, que encaminhou para conhecimento e observância, cópia do Acórdão nº 205/2018-TCU- Plenário, que versa sobre a inclusão do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), da Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL) e da reserva técnica nas planilhas de custo e formação de preços das empresas prestadoras de serviços terceirizados. Empreendida diligência para verificação dos procedimentos adotados no TRE-BA, verificou-se inconsistência quanto à aplicação do item 9.2.1.1 do supracitado Acórdão em relação ao contrato nº 37/2018 (Prestação de Serviços de Engenharia), determinando-se a glosa dos valores relativos às rubricas IRPJ e CSLL constantes da planilha de custos anexada ao mencionado contrato, bem como a observância, para as futuras contratações, da vedação correspondente.

Da análise do quanto colacionado, observa-se que as 15 demandas originárias do TCU, recepcionadas diretamente ou por intermédio do CNJ, distribuem-se entre representações decorrentes de contratações institucionais (20%), tomada de contas especial instauradas pelo TRE-BA (13,33%), fiscalização de folha de pagamento deste Tribunal (6,67%), fiscalizações de temáticas variadas direcionadas à Administração Pública em geral (26,67%) e outras demandas de natureza administrativa (33,33%).

Paralelamente, da análise das informações atinentes às providências adotadas pela gestão do TRE-BA, conclui-se que as demandas acima explicitadas encontram-se atendidas ou em estágio final de cumprimento, denotando que este Regional tem envidado esforços para alinhar-se às diretrizes, recomendações e determinações emanadas da Corte Externa de Contas, no sentido de aperfeiçoar sua atuação para gerar, preservar e aprimorar valor público à sociedade.

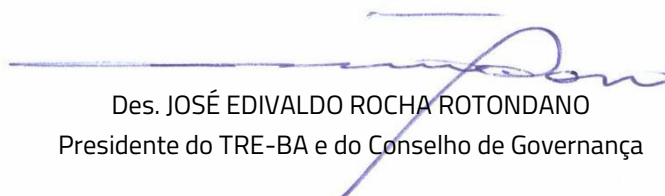
08

Anexos e Apêndices

Declaração de Integridade do Relato Integrado pelos responsáveis pela Governança

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE DO RELATO INTEGRADO PELOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

Como Presidente do Conselho de Governança, nos termos do art. 11, § 2º, da Resolução Administrativa TRE-BA nº 15/2018, publicada em 15/06/2018, reconheço minha responsabilidade por assegurar a integridade do relatório integrado, bem como assevero a aplicação do pensamento coletivo na preparação e na apresentação do relatório integrado. Por fim, opino favoravelmente, no sentido de que a apresentação deste relatório integrado está de acordo com a Estrutura Internacional para Relato Integrado.



Des. JOSÉ EDIVALDO ROCHA ROTONDANO
Presidente do TRE-BA e do Conselho de Governança

Desempenho dos Indicadores 2016-2018

TABELA 1 DO ANEXO - DESEMPENHO DOS INDICADORES 2016 a 2018

Nº	Indicador	2018		2017		2016	
		Meta	Resultados	Meta	Resultados	Meta	Resultados
1	i1. Índice de alcance das metas institucionais	55%	72,22%	Em construção		Em construção	
2	i2. Índice de confiança no TRE-BA	65%	63,21%	Não se aplica (bienio)		Aplicar e tabular pesquisa	100%
3	i3. Número de entrevistas agendadas com fontes do TRE-BA	250	288	6	52	24	225
4	i4. Taxa de congestionamento de processos judiciais (1º grau) ¹	Até 30%	35,15%	Até 35%	58,31%	Até 42%	60,62%
5	i4. Taxa de congestionamento de processos judiciais (2º grau) ¹	Até 20%	4,03%	Até 20%	13,66%	Até 15%	15,01%
6	i5. Índice de agilidade no julgamento (1º grau)	35%	75,02%	25%	51,22%	15%	43,84%
7	i5. Índice de agilidade no julgamento (2º grau)	98%	97,19%	40%	94,56%	35%	97,73%
8	i6. Índice de atendimento à demanda (1º grau)	102%	140,50%	101%	117,83%	110%	91,18%
9	i6. Índice de atendimento à demanda (2º grau)	102%	108,69%	101%	118,52%	110%	92,62%
10	i7. Índice de julgamento de processos antigos (1º grau)	90%	109,44%	90%	86,71%	90%	78,11%
11	i7. Índice de julgamento de processos antigos (2º grau)	90%	110,56%	90%	90,20%	90%	97,80%
12	i8. Índice de tempo médio de tramitação dos processos de cassação de mandato eletivo (1º grau)	75%	2,39%	15%	51,19%	10%	29,41%
13	i8. Índice de tempo médio de tramitação dos processos de cassação de mandato eletivo (2º grau)	75%	52,97%	100%	93,86%	100%	97,83%
14	i9PP. Prestação de contas de partidos políticos (1º grau)	Não mensurado ²		Em construção		Não existente	
15	i9PP. Prestação de contas de partidos políticos (2º grau)	42%	91,92%	41%	39,19%	Em construção ³	

¹ Quanto menor o resultado, melhor o desempenho

² Justificativa na Tabela 2

³ A primeira medição para prestação de contas de partido (ordinárias) no 2º grau foi realizada em 2016 para, a partir do resultado, 40%, escalonar as metas até 2021.

Nº	Indicador	2018		2017		2016	
		Meta	Resultados	Meta	Resultados	Meta	Resultados
16	i9CAMP. Prestação de contas de campanha de partidos políticos (2º grau)	Não se aplica (a partir de 2019)		Não se aplica (a partir de 2019)		Não existente	
17	i9NE. Prestação de contas dos candidatos não eleito (1º grau)	Não mensurado ²		Em construção		Não existente	
18	i9NE. Prestação de contas dos candidatos não eleito (2º grau)	Não se aplica (a partir de 2019)		Não se aplica (a partir de 2019)		Não existente	
19	i10. Número de ações de promoção de valores éticos	2	6	4	Suspenso	2	Suspenso
20	i11. Índice de satisfação dos clientes	87%	86,84% ⁴	86%	79,89%	85%	69,19%
21	i12. Índice de eleitores com cadastro biométrico	50%	66,54%	40%	44,67%	15%	13,91%
22	i13. Índice de processos organizacionais no nível 3 de maturidade	Mapear 4 processos	100%	Mapear 3 processos	66,67%	Não mensurado	
23	i14. Índice de satisfação do público interno com as informações institucionais disponibilizadas	Não se aplica (bienal) ⁵		61%	93%	58%	Não mensurado
24	i15. Índice de adequação das instalações físicas às normas de acessibilidade	2	1	13	Suspenso	9	0
25	i16. Número de pessoas atingidas por ações sociais	4.000	7.523	2.500	6.346	3.500	6.360
26	i17ASoc. Número de ações socioambientais	70	119	50	113	60	139
27	i17AAmb. Número de ações socioambientais	5	8	Não se aplica		Não se aplica	
28	i18. Índice de implementação de qualidade de vida no trabalho	Não mensurado ²		Suspenso		Suspenso	
29	i19. Índice de satisfação e motivação do servidor	Não se aplica (bienal)		50%	47,86%	Não se aplica (bienal)	
30	i20. Índice de governança de Gestão de Pessoas	65%	67,65%	50%	65,63%	40%	44,80%
31	i21. Índice de alinhamento das unidades à estratégia organizacional	Finalizar SGA e desdobrar COPEG	100%	Desdobrar SGP, SAU e iniciar SGA	66,67%	Iniciar desdobramento	100%
32	i22. Número de ações de gestão de riscos	2	18	4	4	Não se aplica	

⁴ A meta estipulada em 87% foi considerada atendida, tendo em vista que a diferença do valor alcançado (0,16%) em relação ao quanto pretendido foi inferior a 0,5%, limite padrão adotado pela COPEG para aproximação dos resultados.

⁵ Indicador se tornou bienal a partir de 2017.

Nº	Indicador	2018		2017		2016	
		Meta	Resultados	Meta	Resultados	Meta	Resultados
33	i23. Índice de adequação ao Plano Anual de Contratações (PLANCONT)	75%	52,22%	70%	52,35%	65%	50,45%
34	i24. Índice de satisfação com a qualidade das contratações	Limpeza: 60% Restaurant e: 65%	50% ⁶	Realizar e tabular pesquisa	100%	Realizar e tabular pesquisa	Pesquisa não realizada
35	i25. Aderência da execução ao planejamento orçamentário	80%	77,18%	79%	72,56%	78%	69,95%
36	i26. Índice de racionalização do gasto público	Excluído ⁷					
37	i27. Evolução do índice de governança de TIC do TRE-BA	0,71	0,76	0,38	0,46 ⁸	0,35	Não mensurado
38	i28. Número de normas de segurança da informação instituídas	1	7	2	3	1	1
39	i29. Índice de cumprimento das metas do PETI	89%	50%	85%	Não mensurado	80%	Não mensurado
40	i30. Índice de Execução Financeira	97%	87,61%	96%	91,26%	Não existente	
41	i31. Índice de promoção das ações dirigidas à educação eleitoral	75%	100%	Não existente		Não existente	

Índice	
	Meta atingida
	Meta não atingida
↓	Quanto menor melhor

⁶ O alcance da meta do indicador foi de 50%, tendo em vista que o resultado da pesquisa de satisfação com os serviços de limpeza foi de 67,70% (Meta de 60% superada) e de restaurante, 49,45% (meta de 65% não alcançada).

⁷ O indicador Índice de racionalização do gasto público (i26) foi substituído pelo indicador Índice de execução financeira (i30).

⁸ O resultado do indicador foi disponibilizado somente após a publicação do relatório de gestão/2017 do TCU.

TABELA 2 DO ANEXO - JUSTIFICATIVA DOS INDICADORES NÃO MENSURADOS EM 2018

Indicador não mensurado	Justificativa
i9PP. Prestação de contas de partidos políticos (1º Grau)	Este indicador não está sendo mensurado tendo em vista que, segundo a SCR, unidade gestora, ao consultar a STI sobre a rotina de extração de dados dos indicadores, foi informada que só é possível extrair os dados da classe “Prestação de Contas”, não havendo parâmetros, no sistema SADP, que possibilite a separação por “subclasses”: candidato, partido político ordinário e partido político de campanha, impossibilitando a medição dos indicadores Prestação de contas dos candidatos não eleitos (i9NE) e Prestação de contas de partidos políticos (i9PP), conforme deliberado na RAE de 2017. Durante o exercício de 2018 foram envidados esforços para solucionar o problema, porém, sem tempo hábil para mensuração ainda 2018. À vista disso, o Conselho de Governança do TRE-BA deliberou, na III RAE (10.12.2018) que, a partir de 2019, será realizado o monitoramento das prestações de contas, no 1º grau, de candidatos não eleitos (iNE) e partidos políticos ordinário e de campanha (i9PP), sem contudo, estabelecer metas para 2019, tendo em vista a necessidade de conhecer o histórico de julgamento deste processos. A meta para 2020 deverá ser fixada após a primeira mensuração referente a 2019.
i9NE. Prestação de contas dos candidatos não eleito (1º Grau)	
i18. Índice de implementação de qualidade de vida no trabalho	A Secretaria de Gestão de Pessoas, gestora do indicador, informa que não há dados a serem fornecidos, uma vez que o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho ainda não foi institucionalizado. Esclarece, ainda, que as minutas de regulamentação do referido programa são objeto do PAD 15213/2017. Sinaliza-se que a medição deste indicador tem sido motivo de recomendações por parte da COPEG, conforme relatórios de gestão estratégica 2016 (PAD 5267/2017), ata da RAE e plano de ação de 2017 (PAD 12395/2017), pautas, relatórios e atas de RAE (PAD's 10826/2017 e 16616/2017, 7293/2018, 7840/2018, 15023/2018, 19567/2018 e Doc PAD.24637/2019).

TABELA 3 DO ANEXO - JUSTIFICATIVA DOS INDICADORES QUE NÃO ALCANÇARAM A META ESTABELECIDADA EM 2018

Indicador que não alcançou a meta	Justificativa
i2. Índice de confiança no TRE-BA	O índice de confiança atingiu o patamar de 63,21%, pouco abaixo da meta de 65%. Os motivos que mais expressaram causas de desconfiança estão relacionados ao atendimento ao público com 26,8% e à suspeição da urna eletrônica com 22,5%. Com relação à desconfiança do atendimento ao público, este alto índice é decorrente das grandes filas resultantes da revisão biométrica extraordinária ocorrida no ano de 2017. O sistema eletrônico de votação também apareceu na pesquisa como motivo de desconfiança para 39,4% (22,5% desconfiam da urna e 16,9% da apuração), o que demonstra existir margem para a Justiça Eleitoral trabalhar no esclarecimento do eleitorado sobre a segurança do sistema, mediante campanhas e pesquisas específicas sobre o tema.
i4. Taxa de congestionamento de processos judiciais (1º grau)	Salientando-se que para a taxa de congestionamento, quanto menor o valor, melhor o resultado, o índice não alcançou a meta de 30%, atingindo o resultado de 35,15%, principalmente em decorrência da realização das Eleições 2018, da concentração de esforços nas revisões biométricas e da carência de servidores no quadro das zonas eleitorais.
i5. Índice de agilidade no julgamento (2º grau)	O índice alcançou o resultado de 97,19%, ficando pouco abaixo da meta de 98%. O julgamento de grande quantitativo de casos novos permitiu atingir percentual bem próximo da meta, todavia, determinadas classes processuais têm rito procedimental que demanda várias etapas até o julgamento do processo, dificultando o desempenho do indicador. O julgamento, no final do exercício, de quantitativo relevante de processos de acervo anterior também impactou negativamente no atingimento da meta estabelecida.
i8. Índice de tempo médio de tramitação dos processos de cassação de mandato eletivo (1º grau)	O índice não alcançou a meta de 75%, atingindo o resultado de 2,39%, principalmente em decorrência da realização das Eleições 2018, da concentração de esforços nas revisões biométricas e da carência de servidores no quadro das zonas eleitorais. Além disso, as peculiaridades da instrução de processos que implicam em cassação de mandato eletivo, porquanto nada raro é necessário ultimar a oitiva de testemunhas, produção de prova pericial, bem como o

	julgamento de incidentes processuais.
i8. Índice de tempo médio de tramitação dos processos de cassação de mandato eletivo (2º grau)	O índice não alcançou a meta de 75%, atingindo o resultado de 52,97%, principalmente em decorrência da existência de acervo relevante de processos autuados em exercícios anteriores com tempo de tramitação acima dos parâmetros definidos pela Meta Específica 1 do CNJ.
i15. Índice de adequação das instalações físicas às normas de acessibilidade	O Índice não atingiu a meta proposta para 2018 de realizar reformas de adequação das instalações físicas em dois prédios próprios. Embora tenha sido concretizada a adequação das instalações físicas às normas de acessibilidade do auditório, localizado no prédio sede do TRE-BA, as obras programadas para a adequação dos Fóruns de Jequié e Tucano não foram concretizadas, inviabilizando o cumprimento da meta ao final do ano.
i23. Índice de adequação ao Plano Anual de Contratações (PLANCONT)	O Índice não cumpriu a meta de 75% definida para o período, posto que das 90 contratações planejadas para o exercício de 2018, apenas 47 foram executadas, apresentando, assim, um resultado de 52,22%, abaixo, portanto da meta estipulada. Um dos fatores que influenciou negativamente o alcance da meta foram as desistências de algumas contratações constantes no plano.
i24. Índice de satisfação com a qualidade das contratações	O resultado do índice foi de 50%, tendo em vista que apenas um dos serviços avaliados na pesquisa alcançou o resultado esperado. Com efeito, a meta de 60% de satisfação com a qualidade dos serviços de limpeza foi superada, atingindo o resultado de 67,70%. Entretanto, a meta de satisfação com a qualidade do serviço de restaurante ficou aquém da meta de 65%, atingindo o patamar de 49,45%, em decorrência, principalmente, da necessidade de melhoria nas instalações, limpeza e variedade do cardápio.
i25. Aderência da execução ao planejamento orçamentário	O indicador não atingiu a meta de 80%, alcançando um resultado de 77,18%, pouco abaixo do estabelecido. As dificuldades para o alcance da meta em sua maioria dizem respeito aos remanejamentos de créditos que são efetuados entre as despesas durante o exercício para suplementação de despesas com previsão insuficiente ou para custeio de despesas não previstas. Além disso, ao final do exercício de 2018 houve um aporte de crédito em Investimento no valor de R\$7.496.753,00, o que, apesar de ter representado uma oportunidade para que o TRE-BA adquirisse móveis, equipamentos de TI e veículos, implicou em redução e

	perda da aderência.
i29. Índice de cumprimento das metas do PETI	O Índice alcançou o resultado de 50%, bem abaixo da meta de 89% estabelecida para o período. O indicador foi medido apenas ao final do ano, após a aprovação do caderno de indicadores do PETI. Como a mensuração está em a fase inicial, a unidade relatou dificuldades em monitorar e impulsionar o desempenho dos indicadores previstos.
i30. Índice de Execução Financeira	O Índice não atingiu a meta de 97% estabelecida para o exercício, alcançando o resultado de 87,61%. Dentre os fatores que influenciaram este resultado vale citar o não recebimento dos 730 conjuntos completos de computadores, dos 300 notebooks, de veículos, dentre os quais, caminhão, furgão, de passeio e utilitários, que representam, em termos de valores, a frustração de pagamento de R\$4.416.580,00. Caso essas despesas fossem realizadas no exercício de 2018, o percentual de execução alcançaria 96,36%.

TABELA 4 DO ANEXO – PARÂMETROS DE MEDIÇÃO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO DO TRE-BA – PEI 2016-2021

INDICADOR	ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	O QUE MEDE	PARA QUE MEDIR	COMO MEDIR
i1: Índice de alcance das metas institucionais	Assegurar a garantia dos direitos de cidadania.	A capacidade do TRE-BA de cumprir as metas dos indicadores relacionados aos objetivos que fomentam a cidadania.	Verificar a capacidade da JE baiana de assegurar o exercício da cidadania.	Fórmula: Quantidade de Indicadores institucionais com Metas Atingidas (QIMA) dividido pelo Total de Indicadores Considerados (TIC), multiplicado por 100. QIMA/TIC X 100, onde: QIMA: Quantidade de Indicadores institucionais com Metas Atingidas TIC: Total de Indicadores Considerados Obs.: serão considerados os indicadores relacionados aos objetivos estratégicos "Aumentar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional", "Contribuir para o combate à corrupção e à improbidade administrativa", "Prestar atendimento de excelência ao público", "Fortalecer a segurança do processo eleitoral", "Fomentar ações de responsabilidade social e práticas ambientais sustentáveis".
i2: Índice de confiança no TRE-BA	Consolidar a boa imagem do TRE-BA junto à sociedade.	Grau de confiança da sociedade no TRE-BA.	Aferir o nível de confiança da sociedade quanto à atuação do TRE-BA	Número de Pessoas que responderam a pesquisa e atribuíram grau de confiança no trabalho da Justiça Eleitoral da Bahia correspondente às notas 4 e 5 (NPAN 4 + NPAN5), dividido pelo Número de Pessoas Respondentes (NPR), multiplicado por cem. $(NPAN\ 4 + NPAN5)/NPR \times 100$ Obs. 1: será realizada pesquisa por meio de formulário digital a ser amplamente divulgado nas redes sociais. Obs. 2: a pesquisa será realizada bianualmente, em anos eleitorais, preferencialmente antes da eleição.
i3: Número de entrevistas agendadas com fontes do TRE-BA	Consolidar a boa imagem do TRE-BA junto à sociedade.	Capacidade de incluir as principais pautas do TRE-BA na agenda da Imprensa.	Avaliar a qualidade do conteúdo e oportunidade de apresentação de pautas à Imprensa.	Número de entrevistas agendadas com fontes do TRE-BA. Obs.: consideram-se entrevistas agendadas aquelas que entraram na pauta dos meios de comunicação a partir de comunicados de imprensa (releases) enviados pela ASCOM ou provenientes de campanhas veiculadas pelo TRE-BA.

INDICADOR	ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	O QUE MEDE	PARA QUE MEDIR	COMO MEDIR
i4: Taxa de Congestionamento de processos judiciais	Aumentar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional.	A relação entre os processos judiciais de conhecimento baixados e o somatório de casos novos e os pendentes de julgamento.	Verificar a capacidade da JE baiana em atender à demanda de processos judiciais.	1º grau: Total de processos baixados no 1º grau no período base (Tbaix1º), dividido pelo total de casos novos (CN1º) acrescido ao total de casos pendentes de julgamento (CP1º), subtraído de um. $TC1^\circ = 1 - (Tbaix1^\circ / (CN1^\circ + CP1^\circ))$ Considera-se processo baixado aquele que recebeu o primeiro ou único julgamento no período de referência. LEGENDA Tbaix1º - total de processos julgados no 1º grau CN(casos novos)- processos autuados CP(casos pendentes) – Processos sem registro de sentença 2º grau: Total de processos baixados no 2º grau no período base (Tbaix2º) dividido pelo total de casos novos (CN2º) acrescido ao total de casos pendentes de julgamento (CP2º), subtraído de um. $TC2^\circ = 1 - (Tbaix2^\circ / (CN2^\circ + CP2^\circ))$ 1º grau: Total de processos baixados no 1º grau no período base (Tbaix1º), dividido pelo total de casos novos (CN1º), acrescido ao total de casos pendentes de julgamento (CP1º), subtraído de um. $TC1^\circ = 1 - (Tbaix1^\circ / (CN1^\circ + CP1^\circ))$ 2º grau: Total de processos baixados no 2º grau no período base (Tbaix2º), dividido pelo total de casos novos (CN2º), acrescido ao total de casos pendentes de julgamento (CP2º), subtraído de um. $TC2^\circ = 1 - (Tbaix2^\circ / (CN2^\circ + CP2^\circ))$ Observações: Consideram-se baixados: Processos remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; Processos remetidos para instância superior; Processos arquivados definitivamente; Processos suspensos/sobrestados; e Processos apensados, desde que não continuem tramitando.

INDICADOR	ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	O QUE MEDE	PARA QUE MEDIR	COMO MEDIR
				Os processos suspensos/sobrestados quando voltarem a tramitar passarão a ser computados como casos novos. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Havendo a remessa de um processo de um Juízo Eleitoral de 1º grau para outro, tal processo não será considerado baixado para o Juízo que o remeter, nem como caso novo para o Juízo que o receber. Nessa circunstância, ele só será considerado como baixado no Juízo que o recebeu quando se enquadrar numa das hipóteses da observação acima. Com relação aos processos de prestação de contas, só devem ser contabilizadas aquelas relativas a partidos (ordinárias) . As prestações de contas de candidatos não eleitos não entrarão no cômputo de processos ingressados no período base, devendo, contudo, ser computadas no período imediatamente posterior. Para efeito da medição do índice Taxa de Congestionamento de processos judiciais, os processos de prestação de contas de campanha eleitoral ingressados no período base deverão ser considerados no período imediatamente posterior. Para todas as variáveis, devem ser consideradas as seguintes classes processuais: Ação Cautelar; Ação de Impugnação de Mandato Eletivo; Ação de Investigação Judicial Eleitoral; Ação de Impugnação de Mandato Eletivo; Ação de Investigação Judicial Eleitoral; Ação Penal; Ação Rescisória; Apuração de Eleição; Conflito de Competência; Exceção; Habeas Corpus; Habeas Data; Mandado de Injunção; Mandado de Segurança; Pedido de Desaforamento; Petição de natureza judicial; Prestação de Contas; Reclamação; Recurso contra Expedição de Diploma; Recurso Eleitoral; Recurso Criminal; Recurso em Habeas Corpus; Recurso em Habeas Data; Recurso em Mandado de Injunção; Recurso em Mandado de Segurança; Registro de Candidatura; Representação; Revisão Criminal; e Suspensão de Segurança/Liminar.
i5: Índice de agilidade no julgamento	Aumentar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional.	Tempo de duração do processo.	Aferir a duração razoável do processo.	Total de Processos Judiciais Finalizados com Prazo de Tramitação Inferior a 1 Ano (TPJP1), dividido pelo Total de Processos Judiciais Finalizados (TPJF), multiplicado por cem. $TPJP1/TPJF \times 100$ <i>Obs. 1: considera-se Processo Finalizado aquele com decisão definitiva de mérito na instância (transitado em julgado ou com recurso para instância superior).</i> <i>Obs. 2: o prazo de tramitação deve considerar o tempo decorrido entre a data de autuação do processo até data da 1ª decisão tendente a pôr fim ao processo.</i>

INDICADOR	ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	O QUE MEDE	PARA QUE MEDIR	COMO MEDIR
i6: Índice de atendimento à demanda	Aumentar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional.	A agilidade na tramitação dos processos judiciais.	Para monitorar a capacidade de atendimento à demanda processual da JE da Bahia.	A fórmula é aquela definida pela Meta Nacional 1 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), publicada anualmente. 2018: $((\sum P1.3 + \sum P1.4) / (\sum P1.1 + \sum P1.2 + 1 - \sum P1.5 - \sum P1.6 + \sum P1.7 + \sum P1.8 - \sum P1.9 - \sum P1.10)) \times 100$ Obs. 1: Meta Nacional 1 do CNJ – julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano de corrente. Obs.2: Os critérios e esclarecimento da Meta estão contidos no Glossário das Metas Nacionais do Poder Judiciário – Justiça Eleitoral, publicado anualmente pelo CNJ o endereço: http://www.cnj.jus.br/gestao-e-planejamento/metad/justica-eleitoral Obs.3: A medição do indicador foi alterada para manter o alinhamento com as Metas Nacionais, conforme art. 4º, § 1º da Res. CNJ nº 198/2014 e recomendação da SCI (PAD nº 4727/2018)
i7: Índice de julgamento de processos antigos	Aumentar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional.	Percentual dos processos antigos do acervo baixados até o final do exercício.	Avaliar a capacidade de julgamento dos processos antigos do acervo do TRE-BA.	A fórmula é aquela definida pela Meta Nacional 2 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), publicada anualmente. 2018: $((\sum P2.10 + \sum P2.11 + P2.13 + P2.14) / (P2.1 + P2.2 + \sum P2.4 + \sum P2.5 - \sum P2.7 - \sum P2.8)) \times 1000/9$ Obs.1: Meta Nacional 2 do CNJ – julgar processos mais antigos. Obs.2: Os processos antigos, critérios e esclarecimento da Meta são os definidos pela Meta 2 e estão contidos no Glossário das Metas Nacionais do Poder Judiciário – Justiça Eleitoral, publicado anualmente pelo CNJ o endereço: http://www.cnj.jus.br/gestao-e-planejamento/metad/justica-eleitoral Obs.3: A medição do indicador foi alterada para manter o alinhamento com as Metas Nacionais, conforme art. 4º, § 1º da Res. CNJ nº 198/2014 e recomendação da SCI (PAD nº 4727/2018)
i8: Índice de tempo médio de tramitação dos processos de cassação de mandato eletivo	Contribuir para o combate à corrupção e à improbidade administrativa.	Tempo médio de tramitação dos processos de cassação de mandato eletivo.	Aferir a agilidade no julgamento dos processos que possam importar a não diplomação ou a perda do mandato eletivo.	$\frac{(1 - P4 + P5) \times 100}{P1 + P2 + P3}$ P1 é o Número total de processos prioritários na instância: - Distribuídos: antes do período de referência. - Julgados: não julgados antes do período de referência P2 é o Número total de processos prioritários na instância: - Distribuídos: no período de referência. - Prazo para julgamento: dentro do período de referência. P3 é o Número total de processos prioritários na instância: - Distribuídos: no período de referência. - Julgados: no período de referência. - Prazo para julgamento: após o período de referência P4 é o Número total de processos prioritários apurados em P1, P2 e P3, julgados no período de referência, fora do prazo máximo estabelecido para a instância. P5 é o Número total de processos prioritários apurados em P1, P2 e P3, não julgados no período de referência, cujo último dia para julgamento na instância seja anterior ou igual à data final do período de referência da medição.

INDICADOR	ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	O QUE MEDE	PARA QUE MEDIR	COMO MEDIR
i9PP: Prestações de contas de Partidos Políticos	Contribuir para o combate à corrupção e à improbidade administrativa.	Percentual de processos de prestação de contas de partidos políticos (ordinário e de campanha política) julgado no exercício no 1º grau, e Percentual de processo de prestação de contas de partidos políticos (ordinário ou julgado no exercício no 2º grau.	Aferir a agilidade no julgamento dos processos de prestação de contas de partidos políticos (ordinário) nos 1º e 2º graus	Número de processos de Prestação de Contas de Partidos Políticos Julgados no exercício (NPCPPJ), dividido pelo Número Total de Prestações de Contas de Partidos Políticos (NTPCPP), multiplicado por cem. $\text{NPCPPJ/NTPCPP} \times 100$, onde: NPCPPJ: Número de processos de Prestação de Contas de Partidos Políticos Julgados no exercício NTPCPP: Número Total de Prestações de Contas de Partidos Políticos Obs. 1: serão considerados julgados, os processos de Prestações de Contas com primeira decisão tendente a pôr fim ao processo. Obs.2: no 1º grau, serão considerados os processos de prestações de conta de partido político, ordinários e de campanha. Obs.3: no 2º grau, serão consideradas os processos de prestações de conta de partido político ordinários.
i10: Número de ações de promoção de valores éticos	Contribuir para o combate à corrupção e à improbidade administrativa.	O número de ações voltadas para a promoção de valores éticos no TRE-BA.	Disseminar a promoção de valores éticos para os servidores no TRE-BA.	O número de ações de promoção de valores éticos.
i11: Índice de satisfação dos clientes	Prestar atendimento de excelência ao público.	A satisfação dos clientes quanto ao atendimento prestado pela Justiça Eleitoral baiana nos pontos de atendimento ao público.	Avaliar a satisfação dos clientes da JE baiana quanto ao atendimento recebido.	Número de Votos auferidos nas categorias “Bom” e/ou “Ótimo” (NVBO), dividido pelo Número Total de Votantes (NTV), multiplicado por cem. $\text{NVBO/NTV} \times 100$, onde <i>NVBO: Número de Votos auferidos nas categorias “Bom” e/ou “Ótimo”</i> <i>NTV: Número Total de Votantes (NTV)</i> <i>Obs. 1: serão utilizadas cédulas de votação onde constarão opções “ótimo”, “bom”, “regular” e “ruim”.</i>
i12: Índice de eleitores com cadastro biométrico	Fortalecer a segurança do processo eleitoral.	A relação entre os eleitores com cadastro biométrico e o eleitorado total.	Aferir o percentual do eleitorado cadastrado biometricamente.	Total acumulado de Eleitores com Cadastramento Biométrico (TECB), divido pelo Total de Eleitores (TE) multiplicado por cem. $\text{TECB/TE} \times 100$

INDICADOR	ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	O QUE MEDE	PARA QUE MEDIR	COMO MEDIR
i13: Índice de processos organizacionais no nível 3 de maturidade	Melhorar o desempenho dos processos organizacionais.	O percentual de processos que atingiram o nível 3 de maturidade.	Avaliar as melhorias implementadas nos processos, por meio da aplicação das práticas de gerenciamento do processo de negócios.	Número de Processos Organizacionais Críticos Maturidade 3 (NPM3), dividido pelo número de Processos Identificados (NPI), multiplicado por cem. $\text{NPM3} / \text{NPI} \times 100$ O critério de avaliação será feito utilizando as seguintes evidências: Nível 1: Inicial - estágio em que os processos de negócio são executados de maneira não padronizada, com o predomínio de ferramentas e técnicas não consolidadas e sob demanda cujos resultados são difíceis de serem previstos; Nível 2: Gerenciado - estágio em que a gestão distribui o trabalho em unidades de operação para garantir que ele seja realizado em uma operação repetitiva que satisfaça os compromissos principais da equipe de trabalho. Entretanto, unidades que desenvolvem tarefas similares podem utilizar procedimentos diferentes. Surgem as primeiras tentativas com metodologias estruturadas e padrões comuns. Os processos já são documentados e dotados de medição através de indicadores. Nível 3: Padronizado - neste estágio, processos comuns e padronizados são sintetizados para melhores práticas identificadas nas equipes de trabalho. São também fornecidas diretrizes para suportar as diferentes necessidades do negócio. Os processos padronizados provêm racionalização dos recursos e os fundamentos para o aprendizado organizacional, combinando as características: uso de ferramentas elaboradas, tais como modelagem dinâmica, base de aplicativos, usuários múltiplos e variados; redesenho de processos, gerenciamento de workflow, processos baseados em gerenciamento de riscos e disponibilização dos processos desenhados na intranet. A avaliação será feita diretamente com as áreas envolvidas mediante a confirmação dos progressos alcançados.
i14: Índice de satisfação do público interno com as informações institucionais disponibiliza-das	Assegurar a efetividade da comunicação interna.	Mede o nível de satisfação dos servidores com a qualidade das informações relativas às suas atividades, políticas e planos do Tribunal.	Para verificar se os meios de comunicação utilizados internamente têm alcançado sua finalidade, disponibilizando as informações a todos os servidores, garantindo maior integração das unidades à Estratégia do Tribunal.	Número de Servidores que responderam à pesquisa e manifestaram estar Satisfeitos com a comunicação interna (NSS), dividido pelo Número de Servidores Respondentes (NSR), multiplicado por cem. $\text{NSS} / \text{NSR} \times 100$

INDICADOR	ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	O QUE MEDE	PARA QUE MEDIR	COMO MEDIR
i15: Índice de adequação das instalações físicas às normas de acessibilidade	Fomentar ações de responsabilidade social e práticas ambientais sustentáveis.	O nível de adequação da acessibilidade nos imóveis próprios e locados da Justiça Eleitoral.	Aferir o cumprimento das normas de acessibilidade.	Quantidade de Prédios Adaptados para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (QPA) no ano específico, dividido pela Quantidade Prevista de Prédios a Serem Adaptados(QPPA) naquele ano (próprios), multiplicado por cem. $QPA/QPPA \times 100$, onde: QPA: Quantidade de Prédios Adaptados QPPA: Quantidade Prevista de Prédios a serem Adaptados Obs.: Os parâmetros de acessibilidade a serem cumpridos até 2021 devem ser os estabelecidos na Norma ABNT NBR 9050:2015. Para a avaliação de um imóvel deve-se utilizar o Roteiro de Vistoria para Avaliação da Acessibilidade criado pela Comissão de Acessibilidade.
i16: Número de pessoas atingidas por ações sociais	Fomentar ações de responsabilidade social e práticas ambientais sustentáveis.	O número de pessoas beneficiadas em ações sociais desenvolvidas pelo TRE-BA ou com sua colaboração.	Para avaliar o alcance das ações sociais do TRE-BA.	Número de pessoas beneficiadas pelas ações sociais praticadas pelo órgão. EJE: A contribuição da EJE será contabilizada por meio dos projetos a seguir: Projeto Eleitor do Futuro,Universitário Cidadão, Partiu Mudar, Sextas culturais, Simpósios, Ciclo de palestras. SGP: Definida a contribuição da SGP por meio do PAD n° 10149/2018 -500 pessoas anualmente.
i17: Número de ações socioambientais	Fomentar ações de responsabilidade social e práticas ambientais sustentáveis.	Mede o número de ações executadas com foco no plano social, cidadania e valores éticos e responsabilidade ambiental, para aferir se a organização está inserida dentro de um contexto efetivo de responsabilidade social e ambiental.	Incrementar, no âmbito da JE baiana, inclusive por meio de parcerias, projetos e ações voltados para o plano social, cidadania e valores éticos e para a responsabilidade ambiental.	Número de ações executadas com foco no plano social, cidadania, valores éticos e responsabilidade ambiental.
i18: Índice de implementação de qualidade de vida no trabalho	Proporcionar um ambiente de trabalho saudável e seguro.	A quantidade de ações implementadas dos cinco eixos no Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT)	Aferir o grau de implementação das ações que promovem a qualidade de vida.	Total de Ações do PQVT Realizadas (TAR), dividido pelo Total de Ações Previstas (TAP), multiplicado por cem. $TAR/TAP \times 100$.

INDICADOR	ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	O QUE MEDE	PARA QUE MEDIR	COMO MEDIR
i19: Índice de satisfação e motivação do servidor	Promover a melhoria da governança em gestão de pessoas.	Mede a percepção do corpo funcional quanto às dimensões que causem impacto na motivação e produtividade no trabalho.	Para subsidiar melhorias e ações corretivas nas dimensões que causam impacto negativo.	A pesquisa deverá contemplar os temas a seguir: 1. Engajamento e propósito 2. Gestão e processos 3. Comunicação 4. Relacionamento 5. Liderança e ambiente 6. Condições de trabalho Obs.: para mensuração do indicador serão considerados os percentuais totais tocantes às respostas concordo plenamente e concordo.
i20: Índice de governança em Gestão de Pessoas	Promover a melhoria da governança em gestão de pessoas.	O grau de atendimento do questionário de governança em Gestão de Pessoas	Avaliar o estágio de maturidade da governança em Gestão de Pessoas no TRE-BA.	Número de itens do Questionário adotados integralmente ou parcialmente (NIQA), dividido pelo Número Total de Itens do Questionário (NTIQ), multiplicado por cem. $NIQA/NTIQ \times 100, \text{ onde:}$ NIQA: Número de itens Adotados NTIQ: Número Total de Itens do Questionário Obs 1: para os itens com resposta do tipo “sim” ou “não”, considerar-se-á a resposta “sim” como “adotado integralmente”. Obs 2: as questões abertas não serão consideradas para o cálculo do indicador. Obs.3: o parâmetro de medição referente à faixa de integralização do quesito “Adota em parte a prática” foi ajustado de 15 a 85% para 50 a 84%
i21: Índice de alinhamento das unidades à estratégia organizacional	Assegurar a adoção de boas práticas de gestão.	O Percentual de unidades com o Planejamento Estratégico desdobrado.	Avaliar o alinhamento de todas as unidades administrativas e judiciárias com a estratégia do Tribunal.	Número de Unidades Administrativas e Judiciárias com o planejamento estratégico desdobrado (NUAJ), dividido pelo Número Total de unidades Administrativas e Judiciárias (NTAJ), multiplicado por cem. $NUAJ/NTAJ \times 100$
i22: Número de ações de gestão de riscos	Assegurar a adoção de boas práticas de gestão.	O número de ações de gestão de riscos disseminadas.	Para verificar o grau de disseminação da gestão de riscos.	Número de ações de gestão de riscos disseminadas.

INDICADOR	ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	O QUE MEDE	PARA QUE MEDIR	COMO MEDIR
i23: Índice de adequação ao Plano Anual de Contratações (PLANCONT)	Aperfeiçoar a qualidade do gasto público.	A aderência ao planejamento e ao cronograma de contratações.	Acompanhar e avaliar o PLANCONT do exercício.	Quantidade de Contratações inseridas no Plancont e deflagradas no trimestre (QCIPD), dividido pela Quantidade Total de Contratações inseridas no Plancont (QTIP), multiplicado por cem. $QCPE/QTCP \times 100$ Obs 1.: as contratações devem ser deflagradas no prazo estabelecido no PLANCONT do exercício de referência. Obs 2.: Os processos considerados no prazo são os deflagrados 15 (quinze) dias antes e 15 (quinze) dias depois da data de instauração prevista no PLANCONT. Obs 3: Será estabelecido percentual de 20% como limite de novas inserções em relação ao que foi planejado originalmente.
i24: Índice de satisfação com a qualidade das contratações	Aperfeiçoar a qualidade do gasto público.	A satisfação do servidor com a qualidade dos serviços e aquisições contratadas pelo Tribunal.	Verificar a qualidade dos gastos efetuados pela Justiça Eleitoral.	Pesquisa online realizada com os servidores usuários dos serviços de limpeza e restaurante contratados pelo TRE-BA. Fórmula: Total de Quesitos que receberam avaliações "Bom" e "Ótimo" (TQBO) dividido pelo Total de Quesitos Respondidos (TQR), multiplicado por cem. $TQBO/TQR \times 100$ A aferição da satisfação do servidor com a qualidade dos serviços e aquisições contratadas pelo Tribunal será por meio de escala que varia de "péssimo" a "ótimo". Para o cálculo do indicador serão computados os atributos "bom" e "ótimo". <u>Obs. 1:</u> Em 2018, a pesquisa de satisfação com os serviços de limpeza será dividida em dois questionários diferentes: um será direcionado aos servidores e usuários da capital e outro aos do interior, tendo em vista as especificidades dos serviços contratados. ■ Pesquisa dos serviços de limpeza – capital: somatório das questões 2 a 19 do questionário aplicado. ■ Pesquisa dos serviços de limpeza – interior: somatório das questões 2 a 15 do questionário aplicado. ■ Inicialmente é utilizada a fórmula acima para calcular a satisfação do servidor com a qualidade dos serviços de limpeza do Tribunal, tanto na capital quanto no interior. Depois de efetuado esse cálculo, será apurada a média aritmética entre a satisfação dos servidores da capital e interior resultando em um grau de satisfação final. <u>Obs. 2:</u> No interior, participarão da pesquisa de satisfação os servidores cujas Zonas Eleitorais utilizam o serviço de limpeza contratado pelo TRE-BA. <u>Obs. 3:</u> Em 2018, A pesquisa de satisfação com os serviços de restaurante será realizada apenas com os servidores da capital, pois os servidores do interior raramente usam este serviço. ■ Pesquisa dos serviços de restaurante – somatório das questões de 4 a 19 do questionário aplicado.

INDICADOR	ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	O QUE MEDE	PARA QUE MEDIR	COMO MEDIR
i25: Aderência da execução ao planejamento orçamentário	Aperfeiçoar a qualidade do gasto público.	O percentual de despesas executadas em conformidade com o planejamento orçamentário.	Avaliar o grau de aderência da execução do orçamento ao planejamento orçamentário do TRE-BA.	<i>Fórmula=SE(D12>=E12*2;0;SE(D12<=E12;(1-(E12-D12)/E12)*100;SE(D12>E12;(1-(D12-E12)/E12)*100)))</i> Onde: D = Valor empenhado por plano interno. E = Valor planejado pela Unidade Orçamentária no Sistema SIGEPRO por plano interno. <i>Observações:</i> 1) A aderência é medida por Plano Interno e a execução planejada da Ação Orçamentária é a consolidação das aderências por Plano Interno; 2) A aderência das despesas é o valor empenhado dividido pelo valor alocado no Sistema SIGEPRO por plano interno, multiplicado por cem. 3) Parâmetros adotados para cálculo da aderência: - Se Planejado = 0; Aderência = 0; - Se Executado = 0; Aderência = 0; - Se Planejado > Empenhado; Aderência = Empenhado/Planejado - Se Planejado < Empenhado < 2x Planejado; Aderência = 1 - ((Empenhado-Planejado)/Planejado); - Se Empenhado >= 2x Planejado; Aderência = 0; - Se Empenhado = Planejado; Aderência = 100%. 4) Excluem-se do cálculo as seguintes despesas: Fundo Partidário, Pessoal, Benefícios, Despesas Custeadas pela Fonte 50, Créditos Reabertos no Exercício Subsequente e Pleitos Eleitorais.

INDICADOR	ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	O QUE MEDE	PARA QUE MEDIR	COMO MEDIR
i26: Índice de⁹ Racionalização do Gasto Público	Aperfeiçoar a qualidade do gasto público.	A relação entre as diversas despesas operacionais do TRE-BA com a área ocupada pela instituição.	Monitorar os custos operacionais ordinários e buscar alternativas de racionalização.	GASTO GERAL DE CUSTEIO $GGC-m^2Capital/Interior = \frac{\sum GGC \text{ Ano}}{\sum m^2Ano}$ Onde: $GGC-m^2Capital/Interior$: Gastos Gerais de Custeio por metro quadrado. $\sum GGC \text{ Ano}$: Somatório dos Gastos Gerais de Custeio no ano correspondente. $\sum m^2Ano$: Somatório de metros quadrados dos imóveis. ÍNDICE DE RACIONALIZAÇÃO DO GASTO PÚBLICO $IRGP \text{ Capital}/Interior = \frac{GGC-m^2Capital/Interior(t)}{GGC-m^2Capital/Interior(0)} \times 100$ Onde: $IRGP \text{ Capital}/Interior$: IRGP da Capital e do Interior do Estado. $GGC-m^2Capital/Interior(t)$: Gastos Gerais de Custeio por metro quadrado da Capital e do Interior do Estado no período atual. $GGC-m^2Capital/Interior(0)$: Gastos Gerais de Custeio por metro quadrado da Capital e do Interior do Estado no período inicial. DEFLATOR $Vr(t) = Vr(0) \times 100Df$ Onde: $Vr(t)$: Valor real do bem (valor na data atual) $Vr(0)$: Valor nominal do bem (valor na data base) Df : Deflator acumulado (o deflator acumulado do mês base é 100) Obs. 1: nos custos operacionais não serão computados os custos com Biometria e Eleição. Obs. 2: os custos operacionais envolvem: gastos com água e esgoto, energia elétrica, telefonia (móvel e fixo), segurança institucional, limpeza, manutenção predial, backbone secundário, locação de imóveis, repasse ao cedente e material de consumo. Obs. 3: os Gastos Gerais de Custeio (GGC) deverão ser corrigidos observados os parâmetros do Ano Anterior: a) água e esgoto: fator de reajuste divulgado pela concessionária do serviço; b) energia elétrica e telefonia: índices de reajuste propostos pelas respectivas agências reguladoras; c) material de consumo e repasse ao cedente: IPCA; d) segurança institucional, limpeza e manutenção predial: Convenção Coletiva da categoria; e) backbone secundário: índice setorial - IST ou outro divulgado pelo órgão regulador do Governo Federal; f) locação de imóveis: IGPM. Obs. 4: o IRGP mede a variação dos custos anuais operacionais entre anos eleitorais (a partir de 2016 em relação a 2014 e assim sucessivamente) e não eleitorais (a partir de 2017 em relação a 2015, e assim sucessivamente) na Capital e no Interior do Estado, excluindo-se a correção monetária (deflator), tendo como meta anual o aumento dos gastos até o limite percentual estabelecido.

⁹ O indicador índice de racionalização do gasto público (i26) foi substituído pelo indicador índice de execução financeira (i30)

INDICADOR	ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	O QUE MEDE	PARA QUE MEDIR	COMO MEDIR
i27: Evolução do índice de governança de TIC do TRE-BA	Aperfeiçoar a governança de TIC.	A evolução do perfil em governança de TIC do TRE-BA.	Garantir o aperfeiçoamento da governança de TIC no TRE-BA.	Questionário de Governança de TI do CNJ, IGovTicJud , a partir de 2018.
i28: Número de normas de segurança da informação implantadas	Aperfeiçoar a governança de TIC.	A quantidade de normas novas instituídas até o período.	Aferir a instituição das normas de segurança da informação (NSI).	Número Total de NSI Instituídas no período (NTNI). Obs.1: as prioridades das normas a serem instituídas serão definidas pelo CGovTIC. Obs.2: serão computados também outros normativos, além das NSI's, editados pelo Tribunal referentes ao tema Seguranças da Informação
i29: Índice de cumprimento das metas do Planejamento Estratégico de Tecnologia e Informação (PETI)	Promover a melhoria dos serviços de TIC.	O percentual de alcance das metas estipuladas pelo Planejamento Estratégico de Tecnologia e Informação (PETI).	Para avaliar a efetividade no cumprimento das metas do Planejamento Estratégico de TI.	Quantidade de metas cumpridas (QMC), dividido pela quantidade de metas estabelecidas (QME), multiplicado por cem. $QMC/QME \times 100$
i30: Índice de execução financeira	Aperfeiçoar a qualidade do gasto público.	Pagamentos de despesas discricionárias do orçamento anual e de Restos a Pagar Processados e Não Processados.	Monitorar os pagamentos das despesas discricionárias relacionadas aos limites definidos pelo TSE, visando ao atendimento da Emenda Constitucional 95/2016.	Considera-se o limite de pagamento anual estabelecido por Portaria do TSE para as despesas discricionárias das seguintes ações orçamentárias: 1.JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTIÇA ELEITORAL 2.CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS (Plano Orçamentário) 3.COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL (Ação Orçamentária até 2018) 4.OBRAS E AQUISIÇÕES Em relação às despesas acima, soma-se o total pago dos empenhos do exercício corrente com o total pago de Restos a Pagar Processados e Não processados. A fórmula é a seguinte: $IEF = TP / LTP$ Onde: IEF – Índice de Execução Financeira TP – Total Pago do Orçamento do Exercício + Restos a Pagar Processados e Não Processados Líquido (excluindo-se os cancelamentos de Restos a Pagar) LTP - Limite Total de Pagamento definido em Portaria do TSE

INDICADOR	ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	O QUE MEDE	PARA QUE MEDIR	COMO MEDIR																								
i31: Índice de promoção de ações dirigidas à educação eleitoral(Meta Específica nº2/2018 da JE/CNJ))	Fomentar ações de responsabilidade social e práticas ambientais sustentáveis	O nível de promoção de ações voltadas ao esclarecimento sobre os direitos e deveres do eleitor, a importância do ato de votar, a autonomia do eleitor na escolha do candidato e o exercício do voto consciente.	Para aferir a efetividade das ações fomentadas pelo TRE-BA para a educação eleitoral do cidadão.	Somatório dos percentuais alcançados nas perguntas P1 + P2 + P3 + P4. (Fórmula definida pela Meta Específica nº 2/2018 da JE/CNJ)), conforme questionário abaixo:																								
				<table><tr><th>Id.</th><th>Pergunta</th><th>Resposta</th><th>Valor Atribuído</th></tr><tr><td>P1</td><td>O Tribunal tem convênio ou acordo de cooperação com instituições, governamentais ou não, para fomentar, difundir ou ampliar ações educativas?</td><td>Sim (1) Não (0)</td><td>25%</td></tr><tr><td>P2</td><td>O Tribunal realiza avaliação de reação em pelo menos 50% das ações promovidas?</td><td>Sim (1) Não (0)</td><td>25%</td></tr><tr><td>P3</td><td>O tribunal elabora plano anual de ações educativas voltadas para o estímulo ao exercício consciente da cidadania?</td><td>Sim (1) Não (0)</td><td>25%</td></tr><tr><td>P4</td><td>O Tribunal executou 81%*ou mais das ações educativas previstas no plano anua?</td><td>Sim (1) Não (0)</td><td>25%</td></tr><tr><td colspan="3">Resultado = P1 + P2 + P3 + P4</td><td>100%</td></tr></table>	Id.	Pergunta	Resposta	Valor Atribuído	P1	O Tribunal tem convênio ou acordo de cooperação com instituições, governamentais ou não, para fomentar, difundir ou ampliar ações educativas?	Sim (1) Não (0)	25%	P2	O Tribunal realiza avaliação de reação em pelo menos 50% das ações promovidas?	Sim (1) Não (0)	25%	P3	O tribunal elabora plano anual de ações educativas voltadas para o estímulo ao exercício consciente da cidadania?	Sim (1) Não (0)	25%	P4	O Tribunal executou 81%*ou mais das ações educativas previstas no plano anua?	Sim (1) Não (0)	25%	Resultado = P1 + P2 + P3 + P4			100%
				Id.	Pergunta	Resposta	Valor Atribuído																					
				P1	O Tribunal tem convênio ou acordo de cooperação com instituições, governamentais ou não, para fomentar, difundir ou ampliar ações educativas?	Sim (1) Não (0)	25%																					
				P2	O Tribunal realiza avaliação de reação em pelo menos 50% das ações promovidas?	Sim (1) Não (0)	25%																					
				P3	O tribunal elabora plano anual de ações educativas voltadas para o estímulo ao exercício consciente da cidadania?	Sim (1) Não (0)	25%																					
				P4	O Tribunal executou 81%*ou mais das ações educativas previstas no plano anua?	Sim (1) Não (0)	25%																					
Resultado = P1 + P2 + P3 + P4			100%																									
Fonte: glossário meta específica CNJ/2018																												
Manter, até 2021, as perguntas P1, P2, P3. Em relação à pergunta P4, executar, até 2021, 85% das ações educativas, com escalonamento definido da seguinte forma: 2019 - 81%*, 2020 - 82% e 2021 -85%.																												

Fonte: SEPLANE/SESTAT/COPEG/PRESIDÊNCIA/TRE-BA.

Lista de Siglas e Abreviações

ABNT	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS	COMAP	COORDENADORIA DE GESTÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO
AIJE	AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL	CONUSE-BA	CONSELHO DE USUÁRIOS DOS SERVIÇOS ELEITORAIS DA JUSTIÇA ELEITORAL DA BAHIA
AIME	AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO	COORC	COORDENADORIA DE ORÇAMENTO
AIRC	AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE REGISTRO DE CANDIDATURA	COPEG	COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ESTRATÉGIA E GESTÃO
ASCEP	ASSESSORIA DE EXAME DE CONTAS ELEITORAIS E PARTIDÁRIAS	COPEs	COORDENADORIA DE PESSOAL
ASCOM	ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E CERIMONIAL	CORIP	COORDENADORIA DE AUTUAÇÃO, REGISTROS PROCESSUAIS E PARTIDÁRIA
ASDEC	ASSESSORIA DE CONSULTORIA EM GOVERNANÇA, GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLE INTERNO	COSAD	COORDENADORIA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
ASJUIZ	GABINETE DE JUIZ DO TRIBUNAL	COSCAD	COORDENADORIA DE SUPERVISÃO DO CADASTRO E ORIENTAÇÃO ÀS ZONAS ELEITORAIS
ASJUR 1	ASSESSORIA JURÍDICA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	COSES	COORDENADORIA DE SESSÕES
ASJUR 2	ASSESSORIA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA	COSINF	COORDENADORIA DE SOLUÇÕES CORPORATIVAS E INFRAESTRUTURA
ASSED	ASSESSORIA ESPECIAL DO DIRETOR-GERAL	COSO	COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAYCOMMISSION / COMISSÃO NACIONAL SOBRE FRAUDES EM RELATÓRIOS FINANCEIROS
ASSESP	ASSESSORIA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA	COSUP	COORDENADORIA DE EQUIPAMENTO E SUPORTE
BATTRE	BAHIA TRANSFERÊNCIA E TRATAMENTO DE RESÍDUOS	COTEC	COORDENADORIA DE ANÁLISE TÉCNICA
CAMAPET	COOPERATIVA DE COLETA SELETIVA, PROCESSAMENTO DE PLÁSTICO E PROTEÇÃO AMBIENTAL	CRE	CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL
CAND	SISTEMA DE CANDIDATURAS	CSLL	CONTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO LÍQUIDO
CAP	CENTRAL DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO	DG	DIRETORIA-GERAL
CGOVTIC	CONSELHO DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	DJE	DIÁRIO DE JUSTIÇA ELETRÔNICO
CNJ	CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	DNI	DOCUMENTO NACIONAL DE IDENTIDADE DIGITAL
COAJUC	COORDENADORIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS E CORRECIONAIS	ECD	ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL
COAPRO	COORDENADORIA DE PROCESSAMENTO	EFAS	ESCOLA DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE SERVIDORES
COASA	COORDENADORIA DE ATENÇÃO À SAÚDE	EJE	ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL
COAUD	COORDENADORIA DE AUDITORIA	EJES	ESCOLAS JUDICIÁRIAS ELEITORAIS
COEDE	COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	ENTIC-JUD	ESTRATÉGIA NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO
COELOG	COORDENADORIA DE ELEIÇÕES E DE LOGÍSTICA	FEFC	FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA
COFIC	COORDENADORIA DE FINANÇAS E CONTABILIDADE	FOFA	FORÇAS, OPORTUNIDADES, FRAQUEZAS E AMEAÇAS
COGED	COORDENADORIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA	GRAER	GRUPAMENTO AÉREO DA POLÍCIA MILITAR DA BAHIA
COGELIC	COORDENADORIA DE GESTÃO DE AQUISIÇÕES, LICITAÇÕES E CONTRATOS	IGOVTIC-JUD	LEVANTAMENTO DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE TECNOLOGIA DA
COMANP	COORDENADORIA DE OBRAS E MANUTENÇÃO PREDIAL		

	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO
IIA	INSTITUTO DE AUDIRES INTERNOS
IRPJ	IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA
JETON	GRATIFICAÇÃO PELA PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES DE ÓRGÃOS DE DELIBERAÇÃO
LAI	LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO
MGR	MANUAL DE GESTÃO DE RISCOS
MNI	MODELO NACIONAL DE INTEROPERABILIDADE
MPU	MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
OAB	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
NUPRO	NÚCLEO DE FUNÇÕES PROVISÓRIAS
PAD	PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO
PARSA	PROGRAMAS E AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL
PDCA	DO INGLÊS PLAN, DO, CHECK-ACT E ADJUST
PDTIC	PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
PEI	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL
PETI	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
PETIC	PLANO ESTRATÉGICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
PJE	PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO
PLANCONT	PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES
PLAS	NÚCLEO DE PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL
PLS	PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL
PMC	PROGRAMA MENOR CIDADÃO
PORTCRE	PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DA CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL
PQVT	PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO
RAE	REUNIÕES DE ANÁLISE ESTRATÉGICA
RJE	REQUERIMENTO DE JUSTIFICATIVA ELEITORAL
SAC	SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO
SADP	SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE DOCUMENTOS E PROCESSOS
SAU	SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA
SCR	SECRETARIA DA CORREGEDORIA
SEAAC	SEÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO À CAPITAL
SEACEP	SEÇÃO DE AUTUAÇÃO, CONTROLE E ESTATÍSTICA DE PROCESSOS JUDICIAIS
SEACLI	SEÇÃO DE ATENÇÃO AO CLIENTE

SEACOR	SEÇÃO DE ACÓRDÃOS E RESOLUÇÕES
SEADIN	SEÇÃO DE APOIO ADMINISTRATIVO AO INTERIOR
SEAE0	SEÇÃO DE ANÁLISE E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
SEAFIN	SEÇÃO DE PROGRAMAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E EXECUÇÃO FINANCEIRA
SEAGO	SEÇÃO DE AUDITORIA DE GOVERNANÇA E GESTÃO ORGANIZACIONAL
SEAJE	SEÇÃO DE APOIO AOS JUÍZES ELEITORAIS
SEAJU	SEÇÃO DE APOIO E ASSISTÊNCIA JURÍDICA
SEALIC	SEÇÃO DE AUDITORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
SEAPE	SEÇÃO DE AUDITORIA DE PESSOAL
SEAPLEN	SEÇÃO DE ACOMPANHAMENTO DAS SESSÕES E REGISTRO DE DECISÕES PLENÁRIAS
SEAPREV	SEÇÃO DE ANÁLISE PREVIDENCIÁRIA
SEAPRO 1	SEÇÃO DE PROCESSAMENTO 1
SEAPRO 2	SEÇÃO DE PROCESSAMENTO 2
SEAPRO 3	SEÇÃO DE PROCESSAMENTO 3
SEAIUI	SEÇÃO DE ANÁLISE E AQUISIÇÕES
SEARQ	SEÇÃO DE ARQUIVO
SEBDA	SEÇÃO DE BANCO DE DADOS
SEBEN	SEÇÃO DE GESTÃO DE BENEFÍCIOS E AUXÍLIOS
SECAU	SEÇÃO DE CONTROLE, AUTUAÇÃO E INSTRUÇÃO PROCESSUAL
SECEX-BA	SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO NO ESTADO DA BAHIA
SECOD	SEÇÃO DE INSPEÇÕES, CORREIÇÕES E DIREITOS E DEVERES
SECOE	SEÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS
SECOF	SEÇÃO DE COMISSIONAMENTO E FREQUÊNCIA
SECONGE	SEÇÃO DE CONTABILIDADE GERENCIAL
SECONTA	SEÇÃO DE CONTRATOS
SECONTA	SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA
SECOP	SEÇÃO DE CONTAS PARTIDÁRIAS
SEC-TRE	SECRETARIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL
SEDAS	SEÇÃO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE
SEDES	SEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL
SEDESC	SEÇÃO DE SOLUÇÕES CORPORATIVAS
SEDIN	SEÇÃO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS
SEDIP	SEÇÃO DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÃO
SEDIR	SEÇÃO DE DIREITOS E DEVERES

SEEXP	SEÇÃO DE PROTOCOLO E EXPEDIÇÃO
SEFTI	SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
SEGEA	SEÇÃO DE GESTÃO DE ALMOXARIFADO
SEGEF	SEÇÃO DE GESTÃO DE PATRIMÔNIO
SEGEPRO	SEÇÃO DE GESTÃO DE RISCOS E DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS
SEGIN	SEÇÃO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
SEGIP	SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES PARTIDÁRIAS
SEIBLIM	SEÇÃO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO, BIBLIOTECA E MEMÓRIA
SEINF	SEÇÃO DE INFORMAÇÕES FUNCIONAIS
SEINFRA	SEÇÃO DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA
SEJUPE	SEÇÃO DE NORMAS E JURISPRUDÊNCIA DE PESSOAL
SEJUR	SEÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA (antiga)
SELIC	SEÇÃO DE LICITAÇÕES
SELOG (TRE-BA)	SEÇÃO DE LOGÍSTICA
SELOG (TCU)	SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE AQUISIÇÕES LOGÍSTICAS
SEMAC	SEÇÃO DE MANUTENÇÃO DA CAPITAL
SEMAI	SEÇÃO DE MANUTENÇÃO DOS CARTÓRIOS DO INTERIOR
SEMIN	SEÇÃO DE MICROINFORMÁTICA
SEORIS	SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO AOS SISTEMAS ELEITORAIS
SEORZE	SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO ÀS ZONAS ELEITORAIS
SEPAGE	SEÇÃO DE PAGAMENTO DE SERVIDORES INATIVOS, PENSIONISTAS, ESTAGIÁRIOS E GRATIFICAÇÕES
SEPATI	SEÇÃO DE PAGAMENTO DE SERVIDORES ATIVOS
SEPLAME	SEÇÃO DE PLANEJAMENTO E MONITORAMENTO DE ELEIÇÕES
SEPLAN	SEÇÃO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO
SEPLANE	SEÇÃO DE PLANEJAMENTO
SEPRI	SEÇÃO DE PROGRAMAS INSTITUCIONAIS
SEPRO	SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO E DE PROCESSOS ORIGINÁRIOS
SEPROG	SEÇÃO DE PROGRAMAÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO
SEPROP	SEÇÃO DE PROJETOS E OBRAS
SEPROQ	SEÇÃO DE GOVERNANÇA E DE GESTÃO DE PROCESSOS E DA QUALIDADE
SEPUBLI	SEÇÃO DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÃO (antiga)
SEPUJ	SEÇÃO DE PUBLICAÇÃO DE PAUTAS E DE JULGADOS
SEQUIP	SEÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA
SERED	SEÇÃO DE RECRUTAMENTO, SELEÇÃO E DESEMPENHO

SERPAC	SEÇÃO DE GERENCIAMENTO DE REGISTRO DE DADOS PARTIDÁRIOS E DE CANDIDATOS
SERSE	SEÇÃO DE REGULARIZAÇÃO DE SITUAÇÃO DE ELEITOR
SESAU	SEÇÃO DE SUPORTE AO USUÁRIO
SESTAT	SEÇÃO DE ESTATÍSTICA
SESTE	SEÇÃO DE ESTUDOS ELEITORAIS
SETEQ	SEÇÃO DE TESTE E QUALIDADE DE SISTEMAS
SETRAN	SEÇÃO DE GESTÃO DE TRANSPORTE
SEUEL	SEÇÃO DE URNA ELETRÔNICA
SGA	SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
SGP	SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
SGS	SECRETARIA DE GESTÃO DE SERVIÇOS
SGTIC	SISTEMA DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
SGTIC	SISTEMA DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO TRE-BA
SIC	SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO
SINDJUFE-BA	SINDICATO DOS TRABALHADORES DO PODER JUDICIÁRIO FEDERAL NA BAHIA
SJU	SECRETARIA JUDICIÁRIA
SOF	SECRETARIA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE
SPCA	SISTEMA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
SPED	SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL
STI	SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
SUCAB	SUPERINTENDÊNCIA DE CONSTRUÇÕES ADMINISTRATIVAS DA BAHIA
SUPED	SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO BÁSICA
TCE	TOMADA DE CONTAS ESPECIAL
TCU	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
TIC	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
TRE-BA	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
TSE	TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
UNICEF	FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA
ZE	ZONA ELEITORAL

Listas de Tabelas, Quadros, Gráficos e Figuras

LISTA DE FIGURAS

Tipo	Nome	Pg.
Figura 1	Arquitetura da Cadeia de Valor do TRE-BA	12
Figura 2	Detalhamento da Cadeia de Valor do TRE-BA	12
Figura 3	Mapa Estratégico 2016-2021	14
Figura 4	Estrutura do Sistema de Governança e Gestão	16
Figura 5	Análise de Resultado das Redes Sociais	22
Figura 6	Linhas de Defesa no Gerenciamento Eficaz de Riscos e Controles do TRE-BA	25
Figura 7	Categorias de Risco do TRE-BA	25
Figura 8	Alcance das Metas 2018 – Objetivos Estratégicos Relacionados	29
Figura 9	Desempenho dos Indicadores Estratégicos – Série Histórica 2016 - 2018	30
Figura 10	Municípios Envolvidos na 1ª Fase do 2º Ciclo do Projeto Biometria na Bahia	45
Figura 11	Forças de Segurança Envolvidas no Dia da Eleição	49
Figura 12	Eleições 2018 em Números - Disque-Título	50
Figura 13	Eleições 2018 em Números – Urnas Eletrônicas	51
Figura 14	Identificação Biométrica nos 1º e 2º Turnos	52
Figura 15	Visitas Realizadas Projeto Eleitor do Futuro	54
Figura 16	Participantes do Projeto Partiu Mudar – Educação para a Cidadania Democrática no Ensino Médio	54
Figura 17	Resultado das Correições 2017-2018	65
Figura 18	Números Obtidos Por Polos nas Correições	65
Figura 19	Apresentação das Contas de Candidatos – Total de Adimplentes	69
Figura 20	Apresentação das Contas de Candidatos por Cargo Eletivo	69
Figura 21	Orçamento 2018	76
Figura 22	Gestão de Pessoas - Atos Normativos Publicados em 2018 - (Acórdão TCU nº 1.824/2016)	87
Figura 23	Evolução do quadro de pessoal dos servidores efetivos em exercício no TRE-BA	88

Figura 24	Servidores de carreira por faixa salarial com base nos cargos providos	88
Figura 25	Distribuição do quadro de servidores por carreira com base nos cargos providos	88
Figura 26	Distribuição da força de Trabalho por Situação Funcional	88
Figura 27	Percentual de ocupação de Cargos Gerenciais por servidores efetivos do TRE-BA	91
Figura 28	Remuneração Inicial e Final das Carreiras do TRE-BA - Dezembro/2018	91
Figura 29	Ações do TIVALORIZA propostas para o ano de 2019	92
Figura 30	Ações de Capacitação – Números e Total Investido	93
Figura 31	Destaques de Capacitação	93
Figura 32	Incentivo à Profissionalização 2018	93
Figura 33	Ações de Capacitação Escola Judiciária Eleitoral da Bahia (EJE-BA)	93
Figura 34	Faixa Etária dos Servidores lotados no TRE-BA	94
Figura 35	Níveis de Autoridade nas Tomadas de Decisão Relacionadas a TI	95
Figura 36	Normas de Segurança da Informação Instituídas em 2018	100
Figura 37	Custos com locação de equipamentos, mobiliário, veículos e imóveis para atendimento de demandas temporárias	104
Figura 38	Principais Desafios na Gestão Patrimonial e de Infraestrutura	105
Figura 39	Iniciativas para Redução e Resíduos Sólidos	112

LISTA DE GRÁFICOS

Tipo	Nome	Pg.
Gráfico 1	Desempenho do TRE-BA nos Questionários de Governança do TCU e CNJ	16
Gráfico 2	Demandas dos Usuários por Categoria	22
Gráfico 3	Grau de Satisfação Por Público-Alvo	22
Gráfico 4	Consulta Pública sobre Metas Específicas para a Justiça Eleitoral	22
Gráfico 5	Desempenho dos Objetivos Estratégicos	29
Gráfico 6	Quantitativo de Pessoas Envolvidas nas Eleições	48
Gráfico 7	Número de Entrevistas – Eleições 2018 e temas relacionados	53
Gráfico 8	Emissão de Pareceres Técnicos	70
Gráfico 9	Recursos Financeiros – Campanha Eleitoral 2018	70
Gráfico 10	Valor total pago em 2018	76
Gráfico 11	Despesas Pagas – LOA + Créditos 2018	77
Gráfico 12	Distribuição da Força de Trabalho, incluindo Servidores Sem Vínculo, por Área de Atuação do TRE-BA	88
Gráfico 13	Investimentos em Infraestrutura e Equipamentos	103
Gráfico 14	Manutenção da Infraestrutura Mobiliária e Veículos	103
Gráfico 15	Custo com locação de imóveis 2017 - 2018	104
Gráfico 16	Custos com a Utilização e Conservação da Frota de Veículos	104
Gráfico 17	Custos de Atividades Finalísticas e de Suporte	109
Gráfico 18	Consumo de Energia Elétrica em KWh	111
Gráfico 19	Consumo de Água e Esgoto m³	111
Gráfico 20	Consumo de Papel em resmas	111
Gráfico 21	Déficit Financeiro	119

LISTA DE QUADROS

Tipo	Nome	Pg.
Quadro 1	Composição do Conselho de Governança	16
Quadro 2	Diretrizes para Resposta a Riscos	25
Quadro 3	Relação de Postos Descentralizados de Biometria em Salvador durante o 1º Ciclo do Projeto Biometria na Bahia	46
Quadro 4	Outros Eventos de Promoção da Cidadania	55
Quadro 5	Resultados Obtidos - Indicadores associados ao 2º Grau de Jurisdição	58

Quadro 6	Dados Relativos aos Atos Cartorários e de Controle de Atos Partidários 2018	61
Quadro 7	Diretórios Estaduais que não Prestaram Contas Relativas ao Exercício de 2017	63
Quadro 8	Julgamento das Contas dos Diretórios Estaduais dos Partidos	63
Quadro 9	Processos Distribuídos, Decisões Monocráticas Terminativas e Colegiadas Proferidas no Ano de 2018, por Juiz – TRE-BA	63
Quadro 10	Custo das Correições – Projeto Justiça em Dia	68
Quadro 11	Limites Financeiros para o exercício de 2018	77
Quadro 12	Evasão de Servidores	94
Quadro 13	Contratações Mais Relevantes de Recursos de TIC Celebradas em 2018	97
Quadro 14	Contratações mais Relevantes de Recursos de TIC Celebradas em Anos Anteriores	97
Quadro 15	Despesas Anuais com Manutenção de Sistemas	97
Quadro 16	Principais Iniciativas e Resultados na Área de TIC por Cadeia de Valor do TRE-BA	98
Quadro 17	Indicadores da Área de TIC	99
Quadro 18	Licitações	101
Quadro 19	Contratações Diretas	101
Quadro 20	Contratações Decorrentes de Licitação	101
Quadro 21	Contratações Decorrentes de Adesão à ARP	101
Quadro 22	Contratações Celebradas em 2018	101
Quadro 23	Atas de Registro de Preços	101
Quadro 24	Principais Gastos Por modalidade	102
Quadro 25	Principais Gastos Por finalidade	102
Quadro 26	Estimativa de custos por programa governamental e sua relação com o alcance dos objetivos institucionais	109
Quadro 27	Balanço Patrimonial	115
Quadro 28	Quadro de Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes	118
Quadro 29	Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro Apurado no Balanço Patrimonial	119
Quadro 30	Superávit/Déficit Financeiro	119
Quadro 31	Demonstração das Variações Patrimoniais	120
Quadro 32	Balanço Orçamentário	124
Quadro 33	Anexo 1 - Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar não Processados	127
Quadro 34	Anexo 2 - Demonstrativo de Execução Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados	128
Quadro 35	Balanço Financeiro	129
Quadro 36	Demonstração dos Fluxos de Caixa	132

LISTA DE TABELAS

Tipo	Nome	Pg.
Tabela 1	Indicadores Associados ao Objetivo Estratégico Consolidar a Boa Imagem do TRE-BA junto à Sociedade	31
Tabela 2	Indicadores Associados ao Objetivo Estratégico Prestar Atendimento de Excelência ao Público	32
Tabela 3	Indicadores Associados ao Objetivo Estratégico Contribuir para o Combate à Corrupção e à Improbidade Administrativa	33
Tabela 4	Indicadores Associados ao Objetivo Estratégico Aumentar a Celeridade e Produtividade na Prestação Jurisdicional	34
Tabela 5	Indicadores Associados ao Objetivo Estratégico Fortalecer a Segurança do Processo Eleitoral	35
Tabela 6	Indicadores Associados ao Objetivo Estratégico Melhorar o Desempenho dos Processos Organizacionais	36
Tabela 7	Indicadores Associados ao Objetivo Estratégico Assegurar a Efetividade da Comunicação Interna	37
Tabela 8	Indicadores Associados ao Objetivo Estratégico Aperfeiçoar a Qualidade do Gasto Público	38
Tabela 9	Indicadores Associados ao Objetivo Estratégico Fomentar Ações de Responsabilidade Social e Práticas Ambientais Sustentáveis	39
Tabela 10	Indicadores Associados ao Objetivo Estratégico Promover a Melhoria dos Serviços de TIC	40
Tabela 11	Indicadores Associados ao Objetivo Estratégico Aperfeiçoar a Governança de TIC	41
Tabela 12	Indicadores Associados ao Objetivo Estratégico Promover a Melhoria da Governança de Gestão de Pessoas	42
Tabela 13	Indicadores Associados ao Objetivo Estratégico Proporcionar Um Ambiente de Trabalho Saudável e Seguro	43
Tabela 14	Indicadores Associados ao Objetivo Estratégico Assegurar a Adoção de Boas Práticas de Gestão	44
Tabela 15	Público Atingido pelo Programa Estagiário e Menor Cidadão	56
Tabela 16	Acervo Processual 2018	60
Tabela 17	Processos Distribuídos 2014 – 2018	60
Tabela 18	Decisões Monocráticas e Colegiadas Terminativas Proferidas 2014-2018	61

Tabela 19	Acervo Processual Discriminado Por Data de Autuação dos Feitos	61
Tabela 20	Cotas do Fundo Partidário Recebidas pelos Órgãos Estaduais dos Partidos	62
Tabela 21	Resultados dos Indicadores no 1º Grau	66
Tabela 22	Resultados das Variáveis do Justiça em Números	66
Tabela 23	Estatística de Processos Julgados	67
Tabela 24	Tempo dos Processos no 1º Grau de Jurisdição	68
Tabela 25	Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	78
Tabela 26	Outras Despesas Correntes	78
Tabela 27	Investimentos	78
Tabela 28	Execução do Orçamento recebido por Ação e Grupo de Natureza da Despesa – TRE-BA	80
Tabela 29	Dotação e Execução das Despesas Autorizadas na LOA em 2018 e 2017	81
Tabela 30	Execução da Ação Orçamentária Pleitos Eleitorais - Eleições Gerais/2018	82
Tabela 31	Execução Financeira em 2018 - por Elemento de Despesa	82
Tabela 32	Custos com as Eleições 2012-2018	83
Tabela 33	Execução da Ação Orçamentária Pleitos Eleitorais - Eleições Suplementares no município de Jeremoabo/2018	84
Tabela 34	Execução da Ação Orçamentária Pleitos Eleitorais - Atualização e Manutenção do Sistema de Votação e Apuração	84
Tabela 35	Execução Financeira da Ação Implantação do Sistema de Automação de identificação Biométrica de Eleitores/2018 - por Elemento de Despesa	85
Tabela 36	Desempenho dos Indicadores Estratégicos Associados à Execução Orçamentária	86
Tabela 37	Gastos com Pessoal Ativo	89
Tabela 38	Total de Magistrados e MP Eleitoral	89
Tabela 39	Custo Direto com Despesas de Pessoal Inativo	89
Tabela 40	Custo Direto com Despesas de Pensionista	89
Tabela 41	Gastos com Benefícios	90
Tabela 42	Evolução de Gastos de Pessoal	90
Tabela 43	Política de Remuneração dos Membros da Magistratura e Ministério Público Eleitoral	91
Tabela 44	Ação Orçamentária: 20GP - Julgamento de Causas e Gestão	96

	Administrativa da Justiça Eleitoral	
Tabela 45	Ação Orçamentária: Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor – Biometria	96
Tabela 46	Ação Orçamentária: Pleitos Eleitorais Nacional - Atualização e Manutenção do Sistema de Votação e Apuração	96
Tabela 47	Ação Orçamentária: Pleitos Eleitorais Nacional	
Tabela 48	Custo das Atividades de Suporte	107
Tabela 49	Custos das Atividades Finalísticas	108
Tabela 50	Cálculo do Resultado Financeiro do Exercício	131
Tabela 51	Nota Explicativa 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa	136
Tabela 52	Nota Explicativa 2 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	136
Tabela 53	Nota Explicativa 03 - Estoques	137
Tabela 54	Nota Explicativa 05 – Imobilizado	137
Tabela 55	Nota Explicativa 05 – Imobilizado	138

Tabela 56	Nota Explicativa 06 - Intangível	138
Tabela 57	Nota Explicativa 07 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	138
Tabela 58	Nota Explicativa 08 – Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	138
Tabela 59	Nota Explicativa 10 – Resultados Acumulados	139
Tabela 60	Nota Explicativa 14 – Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	139
Tabela 61	Nota Explicativa 15 – Pessoal e Encargos	140
Tabela 62	Nota Explicativa 16 – Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	140
Tabela 63	Nota Explicativa 17 – Variações Patrimoniais Diminutivas Tributárias	140
Tabela 64	Nota Explicativa 18 – Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	141
Tabela 65	Nota Explicativa 20 – Transferências Financeiras Recebidas	141
Tabela 66	Nota Explicativa 21 – Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	142

TABELAS, FIGURAS E QUADROS DO ANEXO

Tipo	Nome	Pg.
Tabela 1	Desempenho dos Indicadores 2016 a 2018	152
Tabela 2	Justificativa dos Indicadores não Mensurados em 2018	155
Tabela 3	Justificativa dos Indicadores que não Alcançaram a Meta Estabelecida em 2018	156
Tabela 4	Parâmetros de Medição dos Indicadores de Desempenho do TRE-BA – PEI 2016-2021	159

Lista de Anexos e Apêndices

Nome	Pg.
Declaração de Integridade do Relato Integrado pelos responsáveis pela Governança	151
Desempenho dos Indicadores 2016 a 2018	152
Justificativa dos Indicadores não mensurados em 2018	155
Justificativa dos Indicadores que não alcançaram a meta estabelecida em 2018	156
Parâmetros de medição dos Indicadores de Desempenho do TRE-BA PEI 2016-2021	159
Lista de Siglas e Abreviações	175
Lista de Tabelas, Quadros, Gráficos e Figuras	180